

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

SANDRO TEIXEIRA MOITA

Victoria Triumphalis, entre *Mars Gradivus* e *Minerva Victrix*: o conceito de Vitória na Guerra Contemporânea à luz da Teoria da Estratégia.



Rio de Janeiro
2020

SANDRO TEIXEIRA MOITA

***Victoria Triumphalis*, entre *Mars Gradivus* e *Minerva Victrix*: o conceito de
Vitória na Guerra Contemporânea à luz da Teoria da Estratégia.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciências Militares.

Orientador: Prof. Dr. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

Rio de Janeiro

2020

M715v Moita, Sandro Teixeira

Victoria Triumphalis, entre Mars Gradivus e Minerva Victrix: o Conceito de Vitória na Guerra Contemporânea à luz da Teoria da Estratégia. / Sandro Teixeira Moita. — 2020.

212 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Francisco Carlos Teixeira da Silva.

Tese (Doutorado em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 197-212.

1. VITÓRIA. 2. ESTRATÉGIA. 3. GUERRA. 4. DEFESA. 5. POLÍTICA. I. Título.

CDD 355.4

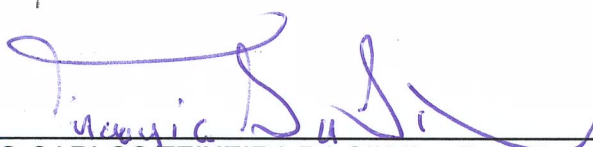
SANDRO TEIXEIRA MOITA

VICTORIA TRIUMPHALIS, ENTRE MARS GRADIVUS E MINERVA VICTRIX: O CONCEITO DE VITÓRIA NA GUERRA CONTEMPORÂNEA À LUZ DA TEORIA DA ESTRATÉGIA.

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovada em 01 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



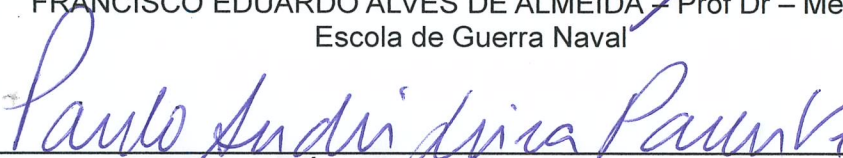
CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



TÁSSIO FRANCHI – Prof Dr – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

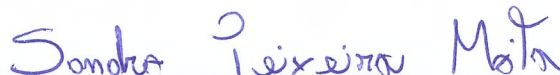


FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA – Prof Dr – Membro
Escola de Guerra Naval



PAULO ANDRÉ LEIRA PARENTE – Prof Dr – Membro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Ciente



SANDRO TEIXEIRA MOITA – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

*A Luiz Teixeira (1927-2010),
soldado e sonhador, principal
responsável por isto.*

Agradecimentos

Um trabalho como este é a soma do nosso esforço e o apoio daqueles que estão conosco nas horas difíceis da pesquisa e da elaboração da tese. Portanto, nada mais justo que prestar o devido reconhecimento a quem é merecedor.

Agradeço aos colegas de trabalho na Divisão de Preparação e Seleção, em especial os amigos, Cel Vizaco, Cel Rogério, Cel Velasco, Cel Cruz Júnior, Cel Rafael, TC Gomes, Maj Marcelo, que sempre se mostraram solícitos quanto a meus pedidos para pudesse me dedicar ao curso de Doutorado e nas viagens para participações em eventos, fora o contínuo incentivo para que permanecesse na pesquisa.

Agradeço ao Instituto Meira Mattos, na pessoa de seu chefe, Cel De Franciscis, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, que me permitiram viver o sonho de ser doutor em um tema de Estratégia e Teoria da Guerra, permitindo algo inédito no Brasil. O apoio dos coordenadores do programa foi fundamental para que a pesquisa prosseguisse com tranquilidade e aqui registro meu agradecimento ao TC (Dr.) Rafael Pinheiro, ao TC (Dr.) Alexandre Moreira e ao Cel (Prof. Dr.) Franco Azevedo, imprescindíveis para o sucesso desta pesquisa.

Também agradeço o apoio prestado pelos oficiais do programa, sempre prontos e dispostos a solucionar quaisquer problemas que surgissem como o TC (Dr.) Anselmo. Faço aqui também o registro para ao pessoal da Secretaria, nas pessoas da Secretaria Heloísa, da Ten Shirlei e do Sub Durval, bem como os soldados que ali estiveram e estão, e me ajudaram quando foi preciso.

Agradeço também aos generais Elias, Richard, Diehl e Vergara, pelo interesse no tema e por sempre incentivarem a pesquisa, em meio aos seus extensos afazeres, como comandantes da ECEME.

Agradeço aos colegas da turma de 2017 do PPGCM, em especial os colegas de Doutorado: Marcelo Malagutti, Victor Vieira, Elany Almeida, André Nunes, TC Paim, TC Lima França, TC Checheliski e TC Sparta. O laço entre nós é forte e por mim não será esquecido, contando vocês sempre com minha amizade.

Agradeço ao CMG (Prof. Dr.) Francisco Alves de Almeida, da Escola de Guerra Naval, pelos valiosos comentários que ajudaram muito no desenvolvimento da escrita da tese e na pesquisa. Sua participação na qualificação deste trabalho foi fundamental tal como o Prof. Dr. Tássio Franchi, do PPGCM, que também foi muito

relevante para o andamento da pesquisa, não só pela participação na qualificação, mas pelo interesse demonstrado no tema desde o início do curso, nas disciplinas que lecionou.

O privilégio da orientação de Francisco Carlos Teixeira da Silva é um algo que não serei capaz de retribuir ao programa, por ter-me dado um mentor fundamental para que a pesquisa seguisse um bom rumo e se tornasse algo relevante. Sua orientação segura, serena e exigente, com certeza foi decisiva para que este trabalho surgisse em boa forma e eu amadurecesse muito como pesquisador e professor. Tenho uma dívida de gratidão ao meu orientador.

Agradeço todo o apoio dos amigos que foram fundamentais, debatendo e discutindo comigo aspectos da tese, a quem menciono especialmente, César Campiani Maximiano, Augusto Teixeira Júnior, Fernando Velôzo, Paulo André Parente, Eugênio Diniz, cujos interesses sempre pautaram bons debates e me fizeram crescer como pesquisador e professor.

Agradeço o apoio de muitos que me ajudaram, e cito especialmente *Fruentarii*, sem quem, esta pesquisa não existiria, pelo apoio contínuo e longo entusiasmo, para que sempre eu estivesse na melhor condição possível para o curso, apoiando em livros e materiais, de maneira inestimável. A ti, minha gratidão e meus melhores sentimentos sempre.

Por fim, a minha família, meu irmão e, especialmente, minha mãe, que em meio de trevas fez-se luz, nunca deixando de me apoiar em nenhum momento, a despeito de seu desafio diário, e que sempre soube dar um conselho ou uma palavra de conforto nos fracassos, e celebrar meus sucessos. Em amor me apoiou e me guiou neste caminho.

A muitos eu sou grato, e nomeá-los a todos é tarefa difícil. Sintam-se acolhidos em minha gratidão imensa e devida. Se aqui estou, foi sem dúvida, pelo apoio de muitos. Aos Deuses que me guiam no caminho da bondade, sabedoria e justiça, minhas homenagens e devoção.

Como prova de agradecimentos a todos pelos esforços e apoios, aqui pus o melhor de mim.

Hino a Vitória – Canto Órfico 33

*“Chamo a vigorosa Vitória, desejada pelos mortais,
Tu que és a única a desencadear a ânsia belicosa nos
mortais,
E o pesaroso conflito, os quais têm lugar nas batalhas
equilibradas,
Determinando nas guerras, em meio a empenhos dignos
de troféus,
A quem hás de satisfazer o mais doce anseio, conforme
tua vontade;
Pois tudo dominas, e a brava glória de todo esforço,
Repleta de festejos, jaz sobre a bem-afamada Vitória.
Então, ditosa, vem, almejada com tua feição serena,
Trazendo sempre uma brava glória aos ofícios bem-
afamados.”*

(ANTUNES, 2018, p. 161)

Resumo

A vitória é um dos fins, senão o fim desejado da guerra. A presente pesquisa busca traçar um modelo conceitual capaz de explicar a vitória surge, e quais as fundações de seu edifício. Refletindo sobre sua natureza e ligação com a Teoria da Guerra e da Estratégia, busca-se mostrar que o conceito de vitória não é único, podendo ser dividido em níveis, como o tático, o operacional, e por fim, o estratégico, e em diversos casos, podem não se comunicar entre si, ou mesmo impossibilitarem um ao outro. Partindo dos referenciais da teoria de Clausewitz, e de um paradigma epistemológico que a considera como um programa científico de pesquisa, aliado aos referenciais metodológicos da História Militar, o trabalho busca entender como fatores de ordem política, estratégica, econômica e sociocultural se conjugam no processo bélico para compor uma vitória, e como eles se refletem nesta construção, determinando as características do triunfo. A importância de tal estudo se reflete ainda mais quanto aos debates sobre as características da guerra na contemporaneidade, onde predominaria uma inexistência da capacidade de vencer por parte das potências ocidentais, o que, na verdade revela a ausência da Estratégia nos processos decisórios dos Estados quanto a ir à guerra. Tais equívocos, na ótica da pesquisa, são produtos de uma crise de ideias advindas dos desafios apresentados especialmente pelos conflitos irregulares, sendo, portanto, tal incapacidade de vitória na verdade muito mais um produto desta crise referida do que essencialmente uma falha nos conceitos do triunfo ligados a Teoria da Guerra e da Estratégia. Busca-se também entender como o Brasil se situa neste movimento, e como sua documentação oficial relacionada a esfera da Defesa reflete uma posição do país no sentido de ser capaz de construir um triunfo militar e estratégico.

Palavras-Chave: Vitória, Estratégia, Guerra, Defesa, Política.

Abstract

Victory is one of the ends, if not the desired end of the war. The present research seeks to outline a conceptual model capable of explaining the emergence of victory, and what are the foundations of its building. Reflecting on its nature and connection with the Theory of War and Strategy, we intend to show that the concept of victory is not unique, and that it can be divided into levels, such as tactical, operational, and strategic. In some cases, they may not communicate one another or even make this impossible. Based on Clausewitz's theory and an epistemological paradigm that considers it as a scientific research program, along with the methodological references from the Military History, this work seeks to understand how political, strategic, economic and socio-cultural factors combine in the process of war to compose a victory and their reflection in this construction, determining the characteristics of triumph. The importance of such a study is further observed in the debates on the characteristics of war in the contemporary world, where one would dominate a lack of ability to win on the part of the Western powers, which, in fact, reveals the absence of the Strategy in the decision-making processes of the States about going to war. Such misconceptions, from the viewpoint of this research, are the product of an idea crisis arising from the challenges presented, particularly, by irregular conflicts. This incapacity of victory is, in fact, much more a product of this crisis rather than essentially a failure of the concepts of triumph connected to the Theory of War and Strategy. The present research also seeks to understand how Brazil is situated in this movement, and how it's official documentation, related to the sphere of Defense, reflects a position of the country in the sense of being able to build a military and strategic triumph.

Keywords: Victory, Strategy, War, Defense, Politics.

Resumen

La victoria es uno de los fines o, mejor dicho, el fin deseado de la guerra. Esta investigación procura trazar un modelo conceptual capaz de explicar la victoria y cuáles son los cimientos de su edificio. Al reflexionar sobre la naturaleza y la relación con la Teoría de la Guerra y la Estrategia, se pretende mostrar que el concepto de la victoria no es único y puede ser dividido en niveles, como el táctico, el operativo y, por último, el estratégico y, en muchos casos, pueden no comunicarse entre sí o, incluso, hacer imposible el uno al otro. Con respecto a los fundamentos de la teoría de Clausewitz y un paradigma epistemológico que la considera como un programa científico de investigación, junto con el marco metodológico de la Historia Militar, el trabajo intenta comprender cómo factores políticos, estratégicos, económicos y socioculturales se conjugan en el proceso para componer una victoria y cómo se reflejan en esta construcción, determinando las características del triunfo. La importancia de este estudio se refleja aún más en lo que se refiere a los debates sobre las características de la guerra en la época contemporánea, donde predominaría una ausencia de la capacidad para ganar por parte de las potencias occidentales, que, en realidad, demuestra la carencia de la Estrategia en los procesos de toma de decisiones de los Estados sobre ir a la guerra. Tales conceptos erróneos, desde el punto de vista de la investigación, son productos de una crisis de ideas que surgen de los desafíos presentados sobre todo por los conflictos irregulares. Esta incapacidad de victoria, en realidad, es mucho más un producto de esta crisis que esencialmente un fallo en los conceptos del triunfo relacionados con la Teoría de la Guerra y la Estrategia. Se procura todavía comprender cómo se encuentra Brasil en este movimiento y como su documentación oficial relacionada con el ámbito de la Defensa refleja una posición del país en cuanto a ser capaz de construir un triunfo militar y estratégico.

Palabras clave: Victoria, Estrategia, Guerra, Defensa, Política.

Sumário

Introdução – O Desafio da Vitória.....	14
Capítulo 1 – O Labirinto de Minerva é o Labirinto de Clío: Metodologia.....	19
1.1 – O Labirinto.....	19
1.2 – Adentrando o Labirinto.....	19
1.3 – O “Círculo Exterior”: História das Ideias.....	20
1.4 – Da História das Ideias a uma “História nas Ideias”.....	30
1.5 – Nietzsche e Genealogia.....	35
1.6 – Saindo do Labirinto: Uma “Estranha História” do Presente.....	43
Capítulo 2 – Entre Marte e Minerva.....	46
2.1 – Introdução.....	46
2.2 – O Reino de Minerva: Teoria da Estratégia.....	48
2.3 – Estratégia e Política.....	58
2.4 – A crise do pensamento estratégico ocidental.....	62
2.5 – O Conceito de Vitória.....	68
2.6 – A crise do conceito de Vitória na contemporaneidade.....	70
Capítulo 3 – O Culto e a Ideologia da Vitória.....	79
3.1 – Introdução.....	79
3.2 – O Culto da Vitória em Roma.....	80
3.3 – O Triunfo Romano e seu Modelo.....	93
3.4 – A Guerra Justa.....	100
Capítulo 4 – As Máscaras da Vitória.....	110
4.1 – O Ideal Napoleônico de Batalha Decisiva.....	111
4.2 – A busca da Vitória e as Guerras Mundiais.....	120

Capítulo 5 – Moléstia Estratégica.....	142
5.1 – O conceito de Vitória e a Era Nuclear.....	142
5.2 – Vitória Renascida? A Primeira Guerra do Golfo e a Década de 1990.....	151
5.3 – Vitória Inalcançável? Elementos da Crise do Conceito de Vitória.....	157
5.4 – Vitória Desaparecida. Debate dos Equívocos Conceituais.....	164
Capítulo 6 – Pela Espada de Marte com a Sabedoria de Minerva – Para Sempre Vitória.....	171
6.1 – O Estado Atual da Guerra: recuperando o Gládio de <i>Mars Gradivus</i>	172
6.2 – <i>Minerva Victrix</i> : resgatando a Estratégia no Século XXI.....	175
6.3 – <i>Victoria Aeterna</i> : O conceito de Vitória e seu lugar na Teoria da Guerra e da Estratégia.....	181
Conclusão – Vitória Primeiro, Vitória Última, Vitória Sempre.....	192
Referências.....	197

Introdução – O Desafio da Vitória

O conceito de Vitória é algo extremamente elusivo nos dias atuais. Embora vago, permanece como força poderosa no imaginário político e popular, capaz de impulsionar ou derrubar carreiras de líderes, e fazer crescer ou destruir Estados. Vitória é um evento que muda a ordem das coisas e promove um novo tempo, ou ao menos é a imagem que se evoca quando é anunciada. Evocando glória para alguns e ruína para outros, é o objeto de desejo em uma guerra, aquilo a ser buscado.

Entretanto, pode-se perguntar, o que constitui uma vitória? Tal desafio se torna ainda maior diante do fato que ao se tratar de vitórias, muito está em jogo, especialmente entre Estados, tanto que triunfos sobre oponentes são retratados como imensas tarefas, para legitimar uma causa ou autoridade, mas, expostos ao exame do tempo, se revelam meros ganhos marginais.

Parte disto é por causa do sedutor apelo das batalhas decisivas, que seriam capazes de acabar com guerras em um instante, algo que até os dias atuais rendem livros e séries, documentários e filmes, que embarcam nesta lenda, e a mantém popular. Mas uma análise séria coloca em dúvida o papel decisivo de uma batalha na guerra da era industrial.

A inspiração das batalhas da Antiguidade é clara neste sentido, onde o destino de cidades e impérios eram decididos em um enfrentamento que durava um dia, no máximo, e no qual um dos lados se retirava do campo de batalha, sendo perseguido, sofrendo tantas baixas que se mostrava incapaz de oferecer resistência posterior.

A retomada da educação clássica, na Idade Moderna, estimulou o processo de conformação dos exércitos europeus entre os séculos XVI e XVIII. Generais queriam repetir ou igualar as façanhas dos grandes capitães da Antiguidade, como Alexandre, Aníbal ou César. Com isto, uma era de batalhas varreu a Europa entre 1632 e 1815, travadas ao longo de um dia, onde o vencedor se retratava como conquistador e reivindicava títulos para si.

Isto foi se agudizando até que surgisse Napoleão, imperador dos franceses e grande general. Embalado pela enorme revolução militar trazida pela Revolução Francesa, explorou o fervor de seus soldados e mobilização de massas, que

colocaram sob seu comando, milhões de homens. Adotando um estilo ofensivo, buscava a batalha como ponto culminante das campanhas.

Vencendo em diversas ocasiões, Napoleão buscava empreender grandes movimentos de massas de soldados, conformados como corpos de exército, esmagou seus oponentes entre 1804 e 1807, produzindo uma superioridade temporária e o domínio sobre boa parte da Europa. Entretanto, também colocou a si e a França no caminho de guerras perpétuas para manter as finanças de seu império e sua máquina militar funcionando.

Sem ser um estadista, embora fosse imperador, Napoleão produziu diversas coalizões de adversários decididos a derrubá-lo e destruir seu império. Valendo-se de sua incapacidade de manter aliados e conciliar oponentes, fora a de estabelecer um compromisso enquanto estivesse em posição vantajosa, foi batido por uma coalizão que se manteve unida o suficiente para durar enquanto o perigo representado por ele durasse, o que começou a ocorrer em 1813, sendo exilado em 1814, apenas para voltar e ser batido decisivamente em 1815.

A despeito da sua derrota final, a reputação de Napoleão cresceu com os tempos, a ponto de quase eclipsar seu fracasso, e isto estimulou em gerações de líderes militares um ideal de batalha decisiva, nutrido pelos estudos seletivos das campanhas do imperador dos franceses, estimulados pela popularidade da obra de Antoine-Henri de Jomini, que afirmava ser o tradutor das ideias de Napoleão e detentor de sua “teoria da guerra”. Tal ideia foi corrente no pensamento militar ocidental até a Primeira Guerra Mundial, quando foi destruída pela conduta das campanhas.

A Segunda Guerra Mundial, com as espetaculares vitórias do Eixo, resgatou em parte o ideal napoleônico, dormente no entreguerras, mas nutrido especialmente pelos alemães, ciosos de obterem pelas armas uma reversão da derrota de 1918. Em parte conseguiram, mas uma coalizão global impôs a eles e seus aliados japoneses a derrota. E a vitória aliada trouxe um novo componente na prática da guerra que tornou impossível a vitória – a arma nuclear.

Entre 1945 e 1991, o mundo viveu a tensão de um confronto geopolítico e geoestratégico entre duas potências, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Embora dotados de imenso poder militar

convencional, o arsenal nuclear foi quem ditou a tônica dos tempos, nos quais os analistas e militares não acreditavam mais em vitória, pois agora a guerra era o evento a ser evitado, afinal, um embate entre as duas potências resultaria em uma guerra nuclear, certamente.

Somente com o final da disputa bipolar em 1991, é que se observou, com a exceção das guerras travadas por Israel no Oriente Médio, alguma possibilidade de vitória no choque das armas, na qual também se enxerga o triunfo britânico na Guerra das Malvinas, em 1982. A vitória da coalizão liderada pelos Estados Unidos em 1991, sobre o Iraque, reacendeu a discussão sobre o triunfo pelas armas, apenas para ser colocada em crise pela conturbada década de 1990 e o entendimento, obtido a custo de muitas vidas, de que as armas não poderiam tudo nos conflitos contemporâneos.

Isto resultou na crise do conceito de Vitória, que passou a ser visto como indesejado e inalcançável em tempos atuais, posto que se viveria um momento de mudança não só na forma que as guerras seriam travadas, mas da própria natureza da guerra, tipificadas por novas teorias, que se apresentam como verdadeiras panaceias quanto a aplicação da força no panorama global.

Embora tido como irrelevante, o exame acurado dos conflitos onde as novas teorias procuram seus fundamentos, ainda possuem traços indistintamente clausewitzianos para serem descartados. Considerações políticas norteiam os esforços de quem luta, em busca de poder e prestígio político, buscando uma vitória, onde podem impor sua vontade sobre outro.

O primeiro capítulo desta tese, na qual estão contidas as fundamentações metodológicas, trata a respeito do intercâmbio entre a História das Ideias e a Filosofia em prol de uma questão da Teoria da Guerra. A mobilização destes campos se faz necessária pois ambos tratam da natureza dos conceitos, e para que se entenda o conceito de Vitória, primeiro é preciso ser capaz de identificar as genealogias destes, das suas origens, a como foram sendo modificados com a passagem do tempo.

Do exercício das ideias enquanto História, a utilização da genealogia de Nietzsche torna possível a ligação com os temas do segundo capítulo, no qual se exploram os princípios teóricos, ligados à Teoria da Guerra e da Estratégia. A partir

do pressuposto de Clausewitz, de que a Guerra está contida pela Política e a esta serve, se observam as crises atuais do pensamento estratégico ocidental, e por consequência, do conceito de Vitória.

Para que se entenda a crise, é preciso perceber a origem do conceito, e valendo-se da genealogia de Nietzsche, na qual se buscam não somente as origens de um conceito, mas toda a sua circunstância e como ele foi moldado, o terceiro capítulo aborda a tradição romana da vitória, com o culto a uma divindade e suas decorrências religiosas e políticas, que criaram as visões de sucesso na guerra ainda muito presentes no imaginário popular. A tensão disto com as transformações na cerimônia do Triunfo, cujos ecos ainda estão presentes nos tempos atuais, demonstram como se conformou um conceito e que implicava a vitória na guerra. Um ponto importante é a Teoria da Guerra Justa e como seu desenvolvimento impactou na prática da luta e nas percepções do que seria a vitória.

O impacto de Napoleão, suas vitórias e sua lenda são explorados pelo quarto capítulo, que trata do ideal da batalha decisiva, e como isto embalou o pensamento militar ocidental, apresentando um sedutor mito no qual o inimigo poderia ser batido rapidamente. A Primeira Guerra Mundial mostrou as duras realidades que já tinham dado sinais de alerta na Guerra Franco-Prussiana, mas tinham sido ignoradas pelos militares europeus. Apesar disto, a vitória ainda permaneceu como algo a ser perseguido com a aplicação de determinados princípios, e assim os alemães e japoneses levaram o mundo à Segunda Guerra Mundial, acreditando que seriam capazes de bater seus inimigos rapidamente, sendo batidos pelos Aliados em uma longa campanha estratégica.

A derrota do Eixo e o uso de armas nucleares, embora tenham trazido vitória aos Aliados, abalaram profundamente o conceito de Vitória, sendo exploradas no quinto capítulo, sendo que a Era Nuclear pode ser considerada como um desaparecimento ou morte do conceito, posto que, não há espaço para vencer em um choque de armas nucleares. As guerras de Israel e o episódio das Malvinas abriram caminho para que o conceito de Vitória experimentasse uma sobrevida, enquanto o final da Guerra Fria em 1991, trouxe outro grande sucesso militar, com a vitória dos Estados Unidos e aliados na Primeira Guerra do Golfo. Entretanto, as previsões otimistas sobre um renascimento da vitória não se confirmaram, com as

debacles militares das grandes potências na década de 1990 e o advento da “Guerra do Terror”, produzindo substancial discussão se ainda existirá possibilidade de triunfo no campo de batalha.

O sexto capítulo é onde se trata de como é possível resgatar o conceito de Vitória, tratando-se primeiro da retomada da prática e do pensamento estratégico, livrando-o das tentações surgidas a partir das novas teorias da guerra, feitas no calor dos acontecimentos e propositoras de modelos universais, que só servem, no entanto, para gerar debates que não necessariamente vão melhorar as práticas do uso da força. O retorno a Clausewitz para o entendimento dos dilemas estratégicos contemporâneos aqui se revela, para que se entenda a guerra pelo que ela é, e não por aquilo que se diz que ela seja. Desta maneira, a ideia de resgatar o conceito de Vitória, essencialmente passa por um exame da Teoria da Guerra e da Estratégia.

Ter o conceito de Vitória como objeto desta pesquisa é um grande desafio, por lidar com as múltiplas percepções que o cercam e como ele se manifesta nas guerras passadas e contemporâneas. Mas se, ao final da leitura e das provocações feitas, surgir uma reflexão que ajude a captar os desafios atinentes a ele e a Teoria da Guerra em tempos atuais, este trabalho já terá cumprido seu papel e respondido ao desafio de se saber se ainda é possível existir a Vitória.

Capítulo 1 – O Labirinto de Minerva é o Labirinto de Clio: Metodologia

1.1 – O Labirinto

Os conflitos contemporâneos oferecem um prisma de interpretações possíveis, nas quais nem a Teoria da Guerra nem a Teoria da Estratégia tem recebido a atenção devida. E, se valendo do mito nesta pesquisa, a figura da complexidade, tão reforçada pelos autores contemporâneos, de maneira que se é levado a um verdadeiro labirinto, no qual conceitos e pré-conceitos se amontoam, de maneira a impedir que se examine o fenômeno de acordo com as perguntas que devem motivar seu estudo.

Portanto, o labirinto pode ter a aparência enganadora de um jardim, mas não deixa de ser um local no qual é fácil perder de vista rapidamente o foco desejado para o estudo do confronto bélico, que passa essencialmente pela Teoria da Guerra e da Estratégia. Isto se dá como fruto de uma crise no pensamento estratégico ocidental, influência decisiva e problema que estimula este trabalho, sendo indissociável de seu processo reflexivo.

Dessa maneira, as escolhas sobre a construção do edifício teórico metodológico do trabalho são apresentadas nesta parte, de forma a que estejam claras e em diálogo com a reflexão sobre o objeto de estudo proposto.

1.2 – Adentrando o Labirinto

A complexidade da questão, sobre o desafio que é trabalhar o conceito de Vitória e seus problemas relativos à guerra contemporânea, convida a utilizar a figura do labirinto como elemento representante disto. Assim, embora designada a Minerva, deusa romana que rege a Estratégia, este labirinto não está limitado à ela, existindo questões e diálogos que revelam como a metodologia desta tese foi construída, em um caráter interdisciplinar, no qual se ligam os campos da Teoria da Guerra e da Estratégia com a História e a Filosofia.

A articulação entre estes campos não é algo inédito, pois não há formulação estratégica que resista sem considerações de natureza histórico-filosóficas. Clausewitz já alertava para tal, e deixava claro o papel que a educação e a instrução possuem na formação de um oficial (CLAUSEWITZ, 1984, p. 139-147). Tal formação é percebida como algo indispensável mesmo nos dias atuais, não somente para generais e oficiais, mas para políticos também (HILL, 2010, p. 9-18). Sem isto, perde-se a capacidade holística e, com ela, a faculdade de análise, elemento vital para o ocupante de um cargo político.

Sendo assim, neste capítulo se pretende demonstrar como a metodologia da tese foi construída. Este edifício metodológico, se assim pode se chamar, tem seus alicerces no campo da História das Ideias e em sua aproximação com a Filosofia, onde se encontra o núcleo da tese quanto ao método escolhido. Dessa maneira, a História das Ideias vem, por fim, oferecer o que se denomina aqui como o “círculo externo” da estrutura metodológica, suas interações com a Filosofia o “círculo interno”, preconizando a transposição do objeto de pesquisa da História das Ideias para uma “História nas Ideias”, que delimita o caminho que leva ao “núcleo” metodológico da tese: o método genealógico de Friedrich Nietzsche. Essa estrutura é que, no entender da pesquisa, possibilita a articulação da reflexão crítica do tema, no escopo da Teoria da Guerra.

Assim, se procurará demonstrar a estrutura metodológica em um viés do “exterior para o interior”, ou seja, a partir do campo da História das Ideias chegando até a genealogia nietzscheana.

1.3 – O “Círculo Exterior”: História das Ideias

Considerando a vasta produção deste campo historiográfico, em especial no que se refere a discussão sobre política e poder, conceitos vitais para o entendimento da Teoria da Guerra e da Estratégia, se recorre à História das Ideias e da Filosofia. Dentre as contribuições do campo, distinguem-se as de Quentin Skinner, historiador britânico e um dos principais expoentes do campo, e a denominada “Escola de Cambridge” que ajudam a entender o contexto e as influências sobre os debates que envolvem o tema da tese, o conceito de Vitória na

Guerra Contemporânea.

Para que se entendam os debates da Teoria da Guerra e da Estratégia, conceitos como Poder e Política são fundamentais, pois são alicerces desta teoria, construídos por pessoas com diferentes noções dos mesmos, elementos basilares na construção de um pensamento estratégico. A partir da reflexão estabelecida por tais pensadores, soldados e políticos sobre os conceitos de Poder e Política, é possível entender como os conceitos de guerra e conseqüentemente, de Vitória, foram se desenvolvendo ao longo do tempo, tendo adquirido múltiplos significados a cada época, diversos entre si e muitas vezes, divergentes.

Considerando este processo é que se torna possível o mapeamento do atual conceito de Vitória. Mas, para ser capaz de olhar a evolução do conceito entre 1990 e 2019, é preciso observar como ele chegou até o período desejado. Para tal, o instrumental da História das Ideias se faz necessário, para que o conceito, suas transformações e mudanças ao longo da História sejam identificadas e colocadas ao lado de seu estado atual, de forma a que se possa ver como a manifestação dele é condicionada por elementos próprios a sua natureza e outros, externos, que podem subordiná-lo, como a própria ideia de Política e o conceito de Poder.

Não cabe aqui uma análise sobre tais conceitos, por questões de espaço e desenvolvimento do trabalho, sob pena da perda do foco do objeto da pesquisa, e se considera estarem bem analisados, sob diversos prismas do campo da História das Ideias. Entretanto este debate ainda não se encerrou e ainda levará tempo para que encontre seu termo. Os debates entre os historiadores do campo são extensos (SILVA, 2009, p. 302), e ainda há o fato de que parte das reflexões e considerações metodológicas do campo da História das Ideias adveio da Filosofia, o que acarreta ainda um maior volume à discussão presente, adicionando reflexões sobre a natureza e o papel da História na reflexão filosófica (RAMALHO, 2017).

No campo da História das Ideias, Quentin Skinner e a chamada “Escola de Cambridge” são parte integrante do círculo exterior da estrutura da tese. De fato, as discussões a respeito dos conceitos de Poder e Política levadas a cabo por Skinner (2002) são importantes no que tange ao entendimento da formação do pensamento político ocidental, que é o grande cenário intelectual a partir do qual a Teoria da Guerra irá se desenvolver (DUFORT, 2017, p. 34-35).

Este arcabouço intelectual é importante, pois, para que seja situada a metodologia proposta, é preciso apresentar as formas de como uma pesquisa em História das Ideias se apresenta. Barros (2007), coloca o campo como integrante da História enquanto campo de pesquisa e disciplina, mas nem todos os historiadores das ideias se sentem ligados ao campo maior, a História. Essa dissociação tem razões variadas: a influência da Filosofia, ou mesmo por uma questão de legitimidade de sua pesquisa, há uma percepção deste grupo de que a História das Ideias seria um campo diverso do da História (SILVA, 2009, p. 302).

Skinner, como um dos principais expoentes da Escola de Cambridge, tem como principal fonte de investigação os textos históricos como manifestações de atos linguísticos. Tais atos são derivados de contextos regidos por normas, que regulam como se dá a escrita e a linguagem, com todo o universo de cargas sociais, culturais e políticas que ditam aquela conformação linguística e, portanto, determinam como o texto adquiriu forma. Isto posto, Skinner procura combater o que denomina de “textualismo”, que seria a leitura repetida do texto histórico, como se fosse possível acessar seu sentido primeiro, desconsiderando a origem e as influências que agiram em sua produção, e encontrar uma “sabedoria atemporal”, como se tal ideia atravessasse o tempo incólume a quaisquer mudanças (SILVA, 2009, p. 307).

Assim, o ponto forte de um trabalho histórico, para Skinner se baseia no Contextualismo Linguístico, ou seja, ser capaz de entender as condições em que o texto histórico foi produzido, e como ele, manifestação linguística, obedece a uma semântica ditada por uma série de convenções sociais. Tal instrumental promove a percepção daquilo que Skinner intitulou como “mitologias”, que são comuns ao “textualismo”, que, segundo ele, conduzem a interpretações anacrônicas, que conferem um sentido diferenciado ao texto histórico do que ele realmente possui. Isto se dá porque são atribuídas a ele elementos mais conectados ao universo do historiador que o analisa do que quando foi produzido. O texto é entendido com a força de uma ideia universal, imutável, impassível a passagem do tempo e as mudanças socioculturais, pode ser também enquadrado como se fosse um tipo ideal. Esta ligação ainda é explorada como se existisse familiaridade entre o texto histórico e o contexto do historiador que o analisa (SKINNER, 2002, p. 57-89).

As críticas de Skinner não se detêm aí. Ele permanece no ataque a outros tipos de contextualismo que não o linguístico, em especial o sociológico, independente de vertente. A seu ver, esta abordagem comete o equívoco de confundir a determinação de uma ideia com a sua compreensão, o que impede o entendimento da influência, por exemplo, de um contexto social ou econômico, na formulação de uma ideia. O equívoco produzido pela sobreposição desses procedimentos intelectuais distintos, ignora as origens e o processo de formação de ideias, e as condiciona a serem meros reflexos de uma realidade sociocultural. Esta interpretação nega, segundo Skinner, o poder de agência das ideias, tornando-as meros fenômenos subordinados a uma lógica material, o que previne a compreensão de que ideias diversas e contrapostas possam conviver em um mesmo contexto social. Ao negar-lhes este poder, as ideias tornam-se sem eficácia e autonomia. Seriam como autômatos, cujo significado é imutável e único (SKINNER, 2002, p. 103-127).

A única forma, para Skinner, de se recuperar a intenção de um texto, de contextualiza-lo da maneira certa, e entender o papel deste no campo da História das Ideias, seria através da importação de técnicas e métodos da Filosofia da História para que se possa proceder com a análise. Isto se dá com a utilização do intencionalismo presente na obra de Collingwood (SKINNER, 2002, p. 88), para quem só é possível o conhecimento de algo após um conhecimento satisfatório de si próprio. Apesar de divergências com este, em especial quanto ao papel do "pensamento do passado", Skinner deixa clara a influência que o filósofo exerce sobre sua interpretação histórica (SILVA, 2009, p. 307-8).

Neste esforço, destaca-se também a influência exercida pela filosofia de Wittgenstein sobre Skinner, notadamente sobre o sentido do significado das palavras. É do filósofo austríaco que ele absorverá a noção de "atos linguísticos", no qual se entende que as palavras também são atos (SKINNER, 2002, p. 4), ações que só podem ser percebidas e entendidas no contexto de seus respectivos jogos de linguagem, onde uma palavra pode adquirir significados diversos mediante o uso feito naquele determinado contexto (SKINNER, 2002, p. 43). Wittgenstein é a porta de entrada de diversos filósofos da linguagem que deixam marcada presença através da teoria dos atos de fala, muito cara a visão de Skinner no trato dos textos

históricos (SKINNER, 2002, p. 103-127).

A marcada influência da teoria dos atos de fala, elaborada por Austin (SILVA, 2009, p. 309) fica clara, quando Skinner deixa claro que o historiador deve ser capaz de entender o discurso em três dimensões: a dimensão locucionária, o ato de dizer em si, no qual se vê o propósito e manifestação deste; a dimensão ilocucionária, o que o ator está fazendo ao dizer algo e; a dimensão perlocucionária, que é a mensuração dos efeitos do dizer na audiência (SKINNER, 2002, p. 117-127).

Estas três dimensões devem ser articuladas na interpretação do historiador de um texto histórico, sob efeito de entender qual a mensagem que o autor desejava indicar – sendo o efeito o ponto central de sua metodologia. Desta maneira, será possível aos olhos de Skinner, observar o significado do texto e intenção do autor como algo funcional, no sentido de uma integração, no qual as ideias e o texto estão coesos como elementos do pensamento do autor e, portanto, sob esta lente, significado e intenção tornam-se equivalentes (SILVA, 2009, p. 309-310).

Para desvelar e reconhecer tais dimensões do pensamento do autor, Skinner não considera necessária uma “observação da mente” do autor, uma vez que isto não é possível ao historiador e nem seria capaz de fornecer as respostas desejadas. Parte-se então para entender que o autor de um texto é afetado por um determinado contexto social e que, o uso do léxico, da linguagem, com efeito, permite a reconstrução dos círculos sociais do autor, e da mensagem presente no texto, sendo um caminho possível para o historiador iniciar a tarefa da decifração do sentido desejado pelo autor (SKINNER, 2002, p. 128-144).

Ao considerar a linguagem e o léxico como elementos de análise do texto, Skinner não pretende transformar os historiadores, mas demonstra-las como ferramentas de análise para indicar o contexto social da produção da obra a ser investigada. Estes elementos de análise apontam os sentidos desejados pelo autor: a quem eram direcionados, quem se desejava atingir e mesmo a posição social e as circunstâncias da elaboração do texto – disto é possível acessar o sentido do texto, e distinguir entre a mensagem desejada pelo autor e a forma como ela efetivamente foi percebida, tornando-se a linguagem e o léxico ferramentas que vão desde uma perspectiva revolucionária até ferrenhamente conservadora (SILVA, 2009, p. 310).

A pertinência e centralidade da crítica do texto histórico por Skinner, e o fato

da análise acurada deste ser central à metodologia, compõem um importante passo na composição metodológica desta tese. Seja porque a crítica promove uma desnaturalização das ideias e conceitos, que muitas vezes são tomados como realidades concretas, seja por muitas vezes serem ignorados os processos de consolidação destes mesmos conceitos, que podem ter absorvido ideias “derrotadas” (em um sentido que foram superadas por outras, por suplantadas ou não concretizadas), de maneira a entender-se esta transformação das ideias não necessariamente em um processo evolutivo ou positivo.

Ao assumir que o desenvolver de uma ideia ou um conceito não atingiu um ponto positivo, entende-se que ele pode não estar em seu ápice e a isto fundamenta o caminho metodológico que leva a genealogia nietzschiana. Tal crítica promove uma fuga do próprio “paroquialismo” do historiador, algo plenamente considerado por Skinner, pois a análise dos textos nos permite percebê-los por diversos prismas, considerando as diversas “camadas” de composição, repletas de ideias e conceitos importantes ao autor, mas que possuem significados caros àqueles cuja mensagem é dirigida. Ao observar tal dinâmica, pode-se percebê-la no presente e melhorar o debate público atual, já que a obra de Skinner é essencialmente voltada ao estudo das ideias políticas.

Para além da consideração de Skinner, ainda deve-se tratar de outros dois historiadores que são importantes na consolidação do campo da História das Ideias no século XX, Reinhart Koselleck e Mark Bevir, construtores de vertentes diferentes das de Skinner, contribuindo para o aumento da produção do campo em tempos recentes, superando em muitos os níveis observados durante os anos 1970 e 1980. Tais autores expandiram os debates, ora concordando, ora divergindo do pensamento de Skinner, trazendo contribuições como a história dos conceitos (Koselleck) e o chamado “novo intencionalismo” (Bevir), que apontam diferentes horizontes para aquele que se vale da História das Ideias.

É necessário fazer uma breve apresentação das contribuições dos autores, tal como já feito acima com Skinner. Reinhart Koselleck, historiador alemão, é a principal figura do movimento da História dos Conceitos, a *Begriffsgeschichte*, decisivo na medida em que marcou a passagem do tempo histórico, moldando percepções e ações, em um processo que, a despeito da importância dos conceitos,

enquanto organizadores de pensamento e ação humana, não são elementos imutáveis, portanto, também são maleáveis e se modificam ao longo do tempo. Notadamente, um dos principais pontos de sua produção é o conceito de “tempo histórico”, no cerne do pensamento moderno ocidental, surgido a partir da diferenciação entre passado e futuro, ou seja, a passagem cronológica é categorizada e posta a serviço de um entendimento da situação atual, pois os testemunhos do passado e da tradição seriam insuficientes para o próprio entendimento da ideia de História e daí, portanto, se torna necessário lançar a Teoria da História para compreensão da temporalidade (KOSELLECK, 2006, p. 11).

Neste processo de conformação temporal, os conceitos naturalmente recebem contornos, principalmente políticos, e para que sejam compreendidos, a *Historie* já não possui força. A experiência histórica ultrapassa sua carga de mera narrativa dos eventos e fatos ocorridos para se tornar uma experiência universal, no qual não se processa somente a narrativa, abarcando o evento em si, sendo um processo que subordina a todos e a tudo. O evento é percebido em si e pela sua narrativa, bem como seus partícipes também estão observados assim como a experiência histórica. Assim, Koselleck lança mão do vocábulo *Geschichte* para descrever sua noção do processo histórico, de natureza universal – nada se encontra fora dele (SILVA, 2009, p. 303-4).

A politização dos conceitos, dentro dessa perspectiva, é algo que ocorre naturalmente e serve como medida de estudo e análise histórica. Conceitos, na definição de Koselleck, são formas de observar a construção da sociedade nas dimensões sociais e políticas, e servem como elementos de mensuração, como indicadores e fatores que demonstram o estado desta construção. Os conceitos são ligados às palavras, mas em franca divergência com o contextualismo da Escola de Cambridge, e mais especificamente, com Skinner. Koselleck deixa claro que tal ligação existe, mas que os conceitos não estão contidos nas palavras apenas, de maneira literal. Eles ultrapassam a natureza das palavras por serem essencialmente polissêmicos, e com uma clara concretização (KOSELLECK, 2006, p. 98-108) da manifestação de sua capacidade de agência.

Apesar de recentes tentativas em estabelecer pontos de diálogo entre a História dos Conceitos e a Escola de Cambridge, tais iniciativas acabam sendo

marginais, pois não parece haver real interesse nem de alemães nem de britânicos em estabelecer marcos comuns e pontos de consenso. Assim, historiadores pertencentes a outras tradições historiográficas, é que tem buscado o aproveitamento dos pontos fortes da História dos Conceitos e do Contextualismo Histórico. Nisso, destacam-se os estudos de Richter e Palonen, que buscam demonstrar que as ideias de Koselleck e Skinner representariam um ponto de inflexão na Teoria da História, e essencialmente uma mudança no sentido que se assistiria o surgimento de uma nova contribuição (SILVA, 2009, p. 306).

Mark Bevir, tal como Skinner e Koselleck, tem importantes contribuições da História das Ideias, mas diferente destes, não é um historiador. Bevir é um cientista político com inserção no campo da filosofia, de onde veio seu contato com a História Intelectual, na composição de sua pesquisa de doutorado, tratando sobre a tradição do pensamento marxista britânico. Seu contato com o campo foi influenciado pela obra de Skinner, e Bevir, aponta em sua “lógica”, pontos de concordância e discordância com este, mas assinala o peso desta influência como um ponto importante de reflexão e que possibilitou a abertura para o desenvolvimento da “lógica” da História das Ideias (BEVIR, 2004, p. 9).

Embora não seja um historiador, Bevir busca estabelecer uma ponte da Teoria da História com o campo da Ciência Política e o da Filosofia, procurando um novo olhar para a consideração metodológica da História das Ideias, em especial de sua lógica, que para ele, é uma “gramática dos conceitos”. Seu método vem da filosofia analítica, mas ele aponta uma necessidade de ir além desta, e o faz se valendo de autores como Wittgenstein, Quine e Davidson, todos críticos do arcabouço teórico original, o que será por Bevir tratado como uma “filosofia pós-analítica” (BEVIR, 2004, p. 25-27).

Com esta consideração, Bevir demonstra sua principal discordância de Skinner: a questão metodológica. Para ele, Skinner construiu uma fundamentação metodológica que ultrapassa o foco do desafio em analisar um texto antigo, e parte para uma justificação sobre o sentido dos textos históricos que, aos olhos de Bevir, não é possível, posto que a análise tem utilidade relacionada à heurística, algo não dito por Skinner, mas presente em sua obra, dado o descarte de outros campos em prol de uma autonomia da História das Ideias. Para Bevir, tal autonomia não existe,

e seu distanciamento se inscreve neste sentido, já que para o entendimento de um texto é necessária a utilização de uma série de ferramentas, que ainda assim podem não fornecer uma garantia lógica e objetiva de compreensão do texto analisado, por isso o recurso à filosofia “pós-analítica”, em especial inspirado por Wittgenstein e Davidson (BEVIR, 2004, p. 10).

Outro ponto que, embora inspirado por Skinner, Bevir se afasta, é quanto ao intencionalismo. Bevir discorda do sentido pretendido por Skinner, que em sua interpretação é o simplificar a questão intencional, enquanto Bevir propõe dois níveis de intencionalismo: um “forte” e outro “fraco”. Estas modalidades são relativas a como se conduz a análise do texto mediante as ideias do autor. Para Bevir, evitar um intencionalismo “forte” é importante para que não se caia nas armadilhas deste, como o da atenção dada as motivações existentes e conscientes de um autor, deixando de lado outros elementos como crenças inconscientes ou pré-conscientes (BEVIR, 2004, p. 68-69).

O intencionalismo “fraco” impediria a queda em tal armadilha, e portanto, é a escolha de Bevir para a estruturação de sua teoria a respeito da História das Ideias, cujo foco deve ser a preocupação com a sua “lógica” e não com sua heurística, ou seja, a metodologia deve ser capaz de perceber o significado de um texto, mas, para além da percepção de Skinner, onde o sentido do texto é conferido pela intenção original do autor. Bevir refuta isto indicando que autores podem ter mudado de ideia durante a escrita do texto, implicando em mudanças no sentido original, sendo consideradas neste processo todas as suas inspirações, crenças e motivações, conscientes e inconscientes (BEVIR, 2004, p. 69-73).

Nesta dinâmica, o sentido de um texto para Bevir não existe em si, ou seja, sendo objeto de interpretações diversas ao longo do tempo e contexto social. As ideias escritas só possuem significado quando percebidas e compreendidas por um indivíduo ou grupo social, que confere ao texto um determinado sentido e assim, o poder de agência, é por eles, e não pelo texto, ditado. A noção de poder de agência é importante para a teoria de Bevir, pois ela implica que todo humano não recebe inerte o impacto de uma ideia, sendo capaz de alterá-la. Isso leva a que, quando se trata do significado de uma ideia, deve-se ver quem era o indivíduo ou grupo social que o sustentava, naquilo que Bevir denomina como individualismo procedimental

(BEVIR, 2004, p. 52-62).

Posto assim, o individualismo procedimental é aquele que permite o levantamento da “rede de crenças” de um autor, e portanto, permite a investigação por toda a extensão da gama de influências na elaboração de um texto e desta maneira, Bevir demonstra que não é possível a expressão separada de uma crença, desconsiderando todas as outras possuídas por um autor, nem podem ser colocadas isoladamente com um fato para análise, pois isto impede a observação das intenções e significados pretendidos pelo autor e por aqueles que travam contato com o texto (BEVIR, 2004, p. 110-115).

O conhecimento das “redes de crenças” entrelaçadas leva ao resgate das tradições intelectuais que influenciam os indivíduos, e isto não se opõe ao individualismo procedimental mas o complementa, posto que não é possível conhecer a trajetória cognitiva do autor apenas por um texto, porém por uma retrospectiva de sua socialização e por isto, conhecer aquilo que fundamentou o seu pensamento. Importante frisar que para Bevir, o conceito de tradição é tomado como algo fluido e mutável, que evolui na medida em que possui a capacidade de moldar a compreensão, instrumentalizando-a (BEVIR, 2004, p. 206-208).

O conceito de tradição é vital na teoria de Bevir, pois ele toma o lugar do conceito de paradigma, na medida em que, ao observar as tradições como elementos em transformação permanente, uma vez que os indivíduos, em suas trajetórias intelectuais, não recebem passivamente aquele conjunto de saberes e crenças. Nessa reação, mudam a si e as próprias tradições, que serão transmitidas à frente com as modificações feitas por aqueles indivíduos, o que demonstra a natureza deste conceito, que, para Bevir, não limita nem determina como um indivíduo molda seu intelecto ou escrita. Isto é entendido como o exercício do poder de agência do indivíduo, na composição de uma tradição, e como ela não é algo fixo nem imutável, congelada no tempo (BEVIR, 2004, p. 200-213).

A contribuição feita por Bevir, ao refletir sobre a questão da produção do conhecimento nas Ciências Humanas é o último ponto a ser colocado aqui, sem pretender esgotar a vastidão de sua obra, que merece acurada observação. A explicação a ser dada a respeito de uma ideia, sua gênese, formação e influências, não pode ser dada por um historiador de maneira causal. É necessário o

cruzamento das redes de crenças assinaladas em um texto para que se situe o seu lugar naquele momento, e o contexto social de seu autor. Ideias são forças diretamente ligadas a estas redes de crenças, experiências humanas e tais conexões são aquilo que fundamentam o estudo da História das Ideias, uma vez que para Bevir, o historiador das ideias é essencialmente um estudioso das crenças e suas manifestações (BEVIR, 2004, p. 312).

Junto a Skinner e Koselleck, Bevir tem um importante papel de nos mostrar os horizontes do campo da História das Ideias. Diferentemente dos primeiros, Bevir não é um historiador, e a passagem rápida de sua teoria nos mostra que a História das Ideias possui um alcance maior do que se supõe, não se limitando aos historiadores, mas tendo implicações sentidas no estudo da Teoria Política e da Ciência Política, tanto para a formulação quanto para dimensões do estudo mais prático destes campos (BEVIR, 2004, p. 313-318).

De fato, é possível ver Bevir apontar no sentido de uma “Ciência Política interpretativa”, pois é possível o estudo dos temas políticos da mesma forma que a preconizada para a História das Ideias, uma vez que os agentes e motivações, fundamentalmente estão expondo crenças, em suas múltiplas facetas, desde as institucionalizadas até as distorcidas por impostura, auto-impostura ou mesmo irracionalidade. Portanto, o núcleo da pesquisa está focado nas crenças dos agentes, e assim, sua recuperação constitui a tarefa primeira e mais importante para o historiador das ideias, a de demonstrar como as crenças dos agentes moldaram seus contextos e suas ações (SILVA, 2009, p. 316).

1.4 – Da História das Ideias a uma “História nas Ideias”

Apresentados três importantes expoentes do campo da História das Ideias, suas contribuições e características como o diálogo com a Filosofia, cabe uma indagação, lançada na parte inicial deste capítulo: por que inscrever esta tese no conjunto daquilo denominado uma “História nas Ideias” (ARMITAGE, 2017, p. 17) Para que se busque evitar confusão, a partir de agora, a História das Ideias será chamada por seu outro nome, a História Intelectual.

A intenção de adotar a proposta de Armitage, em vez de seguir com as linhas

de investigação apresentadas na seção anterior é simples e se inscreve num movimento recente ocorrido no campo da História e que influencia as Ciências Sociais, que é o retorno a “*longa duração*”, ou seja, o estudo de ideias num espectro temporal alongado, que vai de décadas a milênios, passando por séculos. Estudos diversos têm adotado tal temática, trabalhando com objetos como dívidas, guerras civis, a questão da genialidade, soberania e democracia, dentre outros (ARMITAGE, 2017, p. 18).

É preciso observar que este movimento está circunscrito a historiografia anglo-saxônica, diferente da francesa, que já lidava com a longa duração por meio da obra de Fernand Braudel, que desde a década de 1940 já trabalhava o tempo histórico por tal lente. A longa duração preconizada por Braudel, indicava o trabalho com tempo histórico para que fossem observadas as grandes mudanças de estruturas sociais, políticas e culturais, dentre outras, só sendo possível fazê-lo valendo de séculos, em contraposição a história factual, ocupada pelos eventos de pequena duração (BRAUDEL, 1969, p. 44-59).

De certa maneira, há um resgate do viés de Braudel na historiografia anglo-saxônica, que acompanha uma importante tendência nas pesquisas no século XXI, no qual se observa horizontes temporais maiores em produções recentes. Ainda se computa aqui a influência de novas apresentações e possíveis expansões do campo da História, como a “*Big History*” e a “*Deep History*”, na qual historiadores estudam, no primeiro caso, a História, desde a origem do Universo, considerando cosmologia, astronomia e geologia, apenas para denominar algumas disciplinas com as quais se estabelece um diálogo para a composição dos estudos. No segundo caso, trata-se de trabalhar somente a história dos seres humanos por meio da neurofisiologia, genética e biologia evolutiva, em uma tendência fortemente marcada por um aspecto biologizante, o que a torna pouco atrativa aos historiadores das ideias, uma vez que as ideias são compreendidas como respostas neuroquímicas tal como as emoções (ARMITAGE, 2012, p. 493-494).

A razão de adotar a proposta da “História nas Ideias” reside, essencialmente, em promover uma conciliação com as questões propostas pelos historiadores das ideias com a longa duração, como já colocado acima, não como uma forma de trazer de volta modalidades outras da operação da História Intelectual como preconizado

por Lovejoy, mas como modo de inovação, que serve mais aos propósitos de entender ideias e conceitos como felicidade, democracia, guerra civil, senso comum, igualdade, apenas para citar algumas das mais recentes produções (MCMAHON, 2014, p. 13-14).

Cabe a pergunta, dentro do esclarecimento vital ao fundamento metodológico da tese: é necessário ir além dos autores da seção anterior, avançando propostas novas? A resposta se inscreve nas próprias percepções que estes autores possuem quanto a metodologia da História Intelectual. Fundamentalmente, uma análise do tipo, ligada aos textos, se compreendida dentro de uma regulada escala cronológica pode ter fruto, mas, ao se aumentar o tamanho da escala, de décadas para séculos, e dependendo mesmo do próprio objeto, a ideia a ser observada, torna-se difícil para um historiador das ideias que opere de acordo com tais métodos, revelando o problema da conexão entre a longa duração e a História Intelectual (MIRANDA; CHABAL, 2019, p. 3-4).

Demonstrado o impasse entre a longa duração e a História Intelectual, é preciso traçar rotas que possam fazer a existência desta articulação, criar horizonte, sem recair nos riscos da meta-narrativa, onde um tema surge quase que de maneira acrítica ao longo do tempo, verdadeiro anacronismo. Outro óbice a ser vencido é, uma vez escolhida a longa duração, a presença de grandes quantidades de fontes a serem analisadas, abre espaço a riscos de reificação, se tornando um fim em si mesmo, algo a ser superado, tendo em mente que, estas fontes são utilizadas dentro de um modelo que percebe as capacidades de agentes humanos em criar conceitos, observando o papel crucial das dinâmicas do poder e como elas moldam o ambiente das ideias (MIRANDA; CHABAL, 2019, p. 5).

Para a elaboração de um novo horizonte da História Intelectual, é preciso ter em mente um argumento fundamental a isto: o tempo não necessariamente é o tempo cronológico, ou seja, para fins de entendimento do processamento de um conceito ou ideia, deve-se perceber que a passagem do tempo de maneira diferenciada, com a dinâmica dos começos, assunções e seus condicionantes, como hábitos, ações e inferências. Este “tempo intelectual-histórico” é fluido por causa dos fluxos de transmissão de ideias e transformação delas por meio de inferências e ações, explícitas ou não, que moldam ou fazem um conceito desaparecer ou

ascender, algo que se dá de maneira errática e súbita ou gradual, como a mudança de um costume, a incorporação de um novo pensar (MARSHALL, 2017, p. 25).

Desta maneira, em um tempo intelectual-histórico, numa pesquisa de História Intelectual, iniciar com afirmações baseadas em contextualizações não é algo equivocado. Mas, no sentido de captar a natureza de um conceito ou ideia, entender este primeiro contexto como um significado “puro e genuíno” é o equívoco. Ao entender que neste tempo intelectual-histórico, as afirmações podem e serão descontextualizadas e recontextualizadas, dentro de novas inferências, construindo novas afirmações, novas ideias. Este movimento deve ser considerado para a análise das ideias em sua composição, em contextos variados, que serão decisivos para o pensar histórico e para o estudo das ideias (MARSHALL, 2017, p. 26).

Este novo horizonte da História Intelectual só é possível dado o diálogo com a *história transtemporal*, em divergência com Braudel, propositor da longa duração, desconsiderando qualquer forma de trabalho possível pela História Intelectual nesta dimensão, restando apenas a forma de considerá-la por meio da História das Mentalidades, que consideraria mais aqueles sujeitos a permanências do que rupturas, dada a forma coletiva como as mentalidades se estruturam, portanto, mais fixadas no tempo, imóveis, do que algo possível de mudança (ARMITAGE, 2016, p. 14).

Cabe uma observação que a História Militar, dada a sua natureza, sempre foi um ponto de diálogo com a longa duração, em especial pelo seu diálogo com o campo da Teoria da Estratégia e da Guerra. Somente em um amplo panorama histórico é possível observar o enfrentamento bélico e o emprego da violência, bem como traçar panoramas e planejamentos, coisas afetas a área militar, portanto, presentes na formação de oficiais e generais, em especial, militares que desempenharão funções relacionadas à formulação de estratégia. O horizonte histórico da História Militar, caracterizado pela longa duração, permite mesmo o exercício de uma história *contrafactual*, na qual possibilidades são consideradas com fins de exercitar a mentalidade estratégica (ARMITAGE; GUILDI, 2014, p. 21)

A viabilidade da proposta se dá na medida em que os objetos de estudo são caracterizados pela abordagem da história transtemporal. Mas o que é a *História Transtemporal*? Trata-se de algo diferente da história transnacional, que passa além

do estudo dos Estados e das nações, sobrepunhando fronteiras e limites, avançando para além da existência destas entidades. Como inspiração, os horizontes de uma história transtemporal são os que unem determinados momentos históricos, reservando suas peculiaridades para evitar a reificação e a atemporalidade, sendo portanto, delimitada e extensiva no sentido de permitir a visão sobre conceitos e ideias, sendo transformados ou transvalorizados ao longo do tempo por meio de sua transmissão, das tradições e recepções (ARMITAGE, 2016, p. 17-18).

A delimitação advém da utilização de um contextualismo seriado, a maneira da Escola de Cambridge, a despeito de fato que Skinner é opositor primeiro de qualquer tentativa de construção de uma história intelectual de longa duração na tradição de Cambridge de maneira a demonstrar uma ruptura com Lovejoy, que desconsiderava o poder de agência dos utilizadores da linguagem, ou seja, eles seriam incapazes de mudar a mensagem a que estariam expostos. A se utilizar de contextos determinados, com pontes estabelecidas entre eles diacronicamente, é possível conceber uma história transtemporal: com recortes cronológicos delimitados (ARMITAGE, 2016, p. 19-20).

Ao adotar a perspectiva de uma história transtemporal organizada através de um contextualismo seriado, é possível perceber as ideias como forças em transformação, não como ideias plenas e surgidas de um horizonte idealista. Elas surgem a partir de debates e moldados ao longo de tempo, continua ou esporadicamente, de maneira consciente, tendo em vista as ideias e suas trajetórias e a conexão destas com passado, o presente e iluminadoras de futuro, criando ou moldando significados críveis e possíveis. A “*transtemporalidade*” permite a percepção das ideias e de suas transformações. Ao considerá-las a partir de determinados recortes temporais, com clara ligação lógica, que demonstre a duração dos debates e argumentos que demonstram a transformação das ideias de maneira a entender o papel que tal ideia ou conceito possui no presente (ARMITAGE, 2012, p. 499).

Como será tratado mais à frente, o diálogo entre a História Intelectual, com o motivo da *História Transtemporal* aponta o caminho possível para a reflexão sobre o conceito de Vitória na Guerra entre 1990 e 2019 – mas antes, é preciso observar toda a tradição esposada pela ideia, para observar como ela se comportou desde

um ponto considerado crítico para a sua própria constituição no mundo ocidental, como seguiu desde então, sendo apropriada ao longo dos tempos. Uma cronologia simples retiraria o foco necessário da tese, sendo, por isso, vital o recurso a este diálogo sobre as ideias no tempo, recortadas em momentos específicos que ajudam a compreender como o debate sobre o conceito de Vitória como ideia, resultado de transformações ocorridas de seu surgimento até o momento contemporâneo.

Para completar a fundação metodológica, que é a proposta deste capítulo, invoca-se um último item, não menos importante e relevante para a composição desta fundação: o conceito de Genealogia, advindo da Filosofia, mas com usos reconhecidos no campo da História Intelectual, em uma ponte de sólida construção entre os campos da História e da Filosofia.

1.5 – Nietzsche e Genealogia

Desta maneira o processo reflexivo levado a conta por Friedrich Nietzsche em “Genealogia da Moral” (NIETZSCHE, 1998) é a base metodológica deste trabalho, no qual as ideias são percebidas como um produto de um contexto sociocultural, levando em conta o uso deste método por parte dos historiadores das ideias, e o exame genealógico das ideias e conceitos permitem que, em uma análise, sejam quebrados mitos e refutadas noções ou mesmo visões que elencam conceitos e ideias como coisas imanentes, isto é, sempre presentes e imutáveis, algo que não resiste ao exame do processo histórico (BEVIR, 2008, p. 263).

O uso de uma concepção genealógica não é algo inédito para historiadores ao tratarem do fenômeno da guerra. Armitage o faz para traçar uma história do conceito de guerra civil, e para lançar um entendimento sobre o porquê da sua eclosão no mundo contemporâneo (ARMITAGE, 2017, p. 16-19), o que facilita a acomodação das ideias na discussão proposta pela tese. Um dos propósitos do método genealógico é da crítica às ideias como imutáveis ou concepções duradouras de maneira que, atacando suas próprias fundações, as demonstrá-las como produto de origens múltiplas, maleáveis, não possuindo uma origem única e congelada no tempo.

Para Nietzsche o método genealógico tem o princípio de promover uma forma

de “demolição” das ideias, não para eliminá-las, mas para que se possa entender o real sentido delas, e como se relacionam, são processadas e levadas em conta pelas pessoas, o que serve aos propósitos da tese. Através do método genealógico, é possível ver como a concepção de Vitória foi sendo moldada e mudada ao longo dos tempos, bem como insucessos recentes têm sido apresentados por alguns autores como uma forma de tornar o conceito datado e não mais pertencente a contemporaneidade, enquanto outros defendem a concepção de Vitória como possibilidade real.

Com este propósito, cabe esmiuçar as ligações e pontes estabelecidas pelos historiadores do campo da História das Ideias e a Filosofia. Antes disto, porém, cabe uma observação, para se fazer justiça – embora seja muito conhecido pelo uso do método genealógico, inclusive no Brasil, não será levada em conta neste trabalho a produção de Michel Foucault. Considerada uma evolução do método ligada a questões fundamentalmente entendidas como do indivíduo, portanto, não perfaz o curso da metodologia desta tese. Com isto, também se passa ao largo das polêmicas historiográficas geradas a partir dos usos e abusos do método genealógico por parte de seguidores de Foucault, pois, ainda que lançando mão de genealogias em seus trabalhos, não o fizeram em aspectos teórico-metodológicos (BEVIR, 2008, p. 264).

Mas o que é a genealogia? A resposta a esta pergunta passa por uma consideração de natureza teórica, na qual se busca demonstrar os pilares do que constitui o método genealógico. Primeiramente, uma consideração genealógica deve reconhecer a natureza um tanto vaga desta, pois não é afeita a descrições precisas ou conceitos acabados. Embora tal afirmação possa soar paradoxal, é nisto que reside a força do método, uma vez que reforça sua característica geral e a produção de crítica sobre os conceitos e ideias. Enfim, a Genealogia é uma narrativa histórica que explica um aspecto da vida humana, mostrando como ele surgiu (BEVIR, 2008, p. 263-264).

A questão da Genealogia acaba levando a uma conexão com uma série de avanços realizados no campo da História das Ideias, por influência da Filosofia. Se as ideias não são fixas ou eternas, se são mutáveis, é preciso então distinguir as especificidades da presença e permanência delas. Conceitos, como os de Guerra e

Vitória, são, apesar de sua existência ligada a vida humana, muito diferentes em significado a cada tempo. Práticas condizentes com uma vitória na guerra ao tempo de Roma podem não se encaixar nos tempos contemporâneos, sob pena de, por meio de uma curiosa ironia, serem consideradas um flerte com a barbárie e um afastamento do processo civilizatório atual, enquanto que aos tempos romanos, suas vitórias e todo o cerimonial político e religioso advindo delas era justamente a celebração do triunfo da civilização latina sobre outras (MCCORMICK, 1986, p. 1-10).

Como método, a genealogia nos revela uma série de elementos sobre a ideia ou o conceito considerado. Nisto, ela provê um método que congrega História e Filosofia, e no escopo desta tese, a Teoria da Guerra e da Estratégia. Ao entendê-la desta maneira, se torna possível alcançar as correlações possíveis entre esses campos para o franco desenvolvimento da tese. A Genealogia não possui um caráter somente historicizante – ela perpassa isto e segue além, pois a crítica realizada por ela não é apenas colocar uma ideia em contexto, mas tomá-la em uma perspectiva crítica, ou seja, agir como uma “história crítica” ou uma “história efetiva”, já que isto é feito com a capacidade de transformação daquela ideia exposta à análise (SAAR, 2008, p. 298).

Sendo uma narrativa histórica, a genealogia está ligada ao historicismo, e em especial ao historicismo radical, sendo a sua expressão. Ascendendo junto ao historicismo, o método genealógico foi se desenvolvendo ao longo do século XIX, no qual foi sendo trabalhada dentro do campo da Filosofia, em especial por Nietzsche, com a visão de produzir uma reflexão histórica que fosse capaz de destruir as ideias tidas como “incompletas” ou simplesmente limitadas demais para sustentar argumentações filosóficas. Nisto, Nietzsche rompe com os praticantes anteriores da genealogia, pois a ele, tal método é essencialmente radical, uma vez que ele considerava imperativo seu uso para que fosse clara a mensagem – a reformulação das ideias, de maneira que os conceitos considerados frágeis fossem deixados ao largo das reflexões, para provê-las um sentido real e possível, no qual o pensar fosse realizado sem a decepção promovida por ideias sem substância (BEVIR, 2008, p. 265-266).

Ao avançar esta proposta, Nietzsche busca inquirir criticamente as origens

históricas das ideias, fugindo de princípios universais que guiarão o seu desenvolvimento. Seu interesse está nos acidentes, nas contingências que geraram as crenças e as ideias. Este historicismo radical se assenta em três pilares: o nominalismo, a contingência e a contestabilidade (BEVIR, 2008, p. 266).

O nominalismo opera em oposição a considerações tradicionais históricas que apontam para entidades históricas limitadas no tempo e espaço, como por exemplo, os Estados. Ao evitar conceitos estruturais como Estado, Nação, Classe, Sociedade, dentre outros, os historicistas radicais procuram basear suas análises em conceitos agregados, como moralidade cristã ou poder disciplinador, sendo que eles estarão relacionados pragmaticamente ao objeto da pesquisa. Assim, uma análise historicista radical se vale do contexto histórico, intelectual ou de tradição que informa uma ideia, sem uma essência única ou princípios fixados, mas como uma parte relevante do passado que sirva melhor para explicar as práticas, as ideias (BEVIR, 2008, p. 267).

A contingência conta como outro pilar relevante do historicismo radical, uma vez que historicistas radicais não podem explicar eventos, fatos ou ideias apelando a princípios universais, partindo para retratar a história como descontínua e contingente, com apropriações mesmo acidentais, modificações e transformações. Como Nietzsche ressalta:

“o de, que a causa da gênese de uma coisa e sua utilidade final, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem *toto coelo* [totalmente]; de que algo existente, que de algum modo chegou a se realizar, é sempre reinterpretado para novos fins, requisitado de maneira nova, transformado e redirecionado para uma nova utilidade, por um poder que lhe é superior; de que todo acontecimento do mundo orgânico é um *subjugar* e *assenhorar-se*, e todo subjugar e assenhorar-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o ‘sentido’ e a ‘finalidade’ anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados.”

(NIETZSCHE, 1998, p. 65-66).

Mudança será o principal fator de surgimento da contingência no historicismo radical, pois é uma força de avanço das ideias, mas sem que se apele a princípios universais para explicar a mudança nas ideias. Elas se transformam, mutam, são modificadas pelas pessoas em respostas a novos dilemas e circunstâncias, de maneira contingente (BEVIR, 2008, p. 268).

O terceiro pilar é a contestabilidade. Sendo produto de contingência, a história das ideias sempre estará aberta a novas interpretações, e assim, de forma a considerar a contestabilidade, uma ideia pode ser reinterpretada, transformada, dominada ou superada. Os historicistas radicais tendem a não considerar ideias retratadas de maneira uniforme, com uma pacífica evolução ao longo do tempo. Seu foco estará em perceber as diferenças, divergências, descontinuidades, indicando caminhos diversos e como os significados das ideias e as contestações derivadas deste processo, no qual o conceito de poder será utilizado de maneira a demonstrar a construção descentralizada de uma ideia e como o processo reflexivo, como uma tradição surge em meio a multiplicidade e as lutas envolvidas na conformação das ideias (BEVIR, 2008, p. 268).

Sendo um encontro entre a História e a Filosofia, a Genealogia se pauta pelo exercício reflexivo sobre a verdade de um conceito ou ideia, se opondo àqueles que não levam em conta sua própria formulação, imbuídos de certezas e tradições que lhes são próprias – nisto a genealogia foge aos clamores da “universalidade” de uma ideia, tendo uma postura crítica, algo caro ao campo da História das Ideias. Não se trata, entretanto, de um negacionismo de todas as verdades, mas sim um alerta a manutenção de uma crítica das ideias para que elas sejam recepcionadas em diálogo com as crenças de uma pessoa ou grupo, e não simplesmente como fórmulas prontas, trazendo toda uma construção intelectual acabada (BEVIR, 2008, p. 269).

O historicismo radical tende a questionar verdades e crenças, mas não se trata de invalidá-las ou rejeitá-las. Ao refletir sobre os significados dessas verdades e crenças, que são essencialmente ideias, pretende-se entender sua composição, sua particularidade e como se relacionam com outras ideias e qual a percepção delas. Assim, ao valer-se do método genealógico, não se procura repreender a narrativa histórica de uma ideia, mas verificar suas origens como ponto de partida a ver o estado atual de tal ideia, de maneira que se perceba a sua própria particularidade e, daí, o questionar adquire o sentido de entendimento do processo de conformação da ideia (BEVIR, 2008, p. 270).

Se para o método genealógico, as verdades e crenças devem ser questionadas, se nenhuma ideia é imune a crítica, é por meio desta, ocupante da

função central da operação genealógica, que se baseia nos pilares citados acima: o nominalismo, a contingência e a contestabilidade, que a fazem diferir de outras tradições filosóficas e a aproximam da História. Em conexão com o historicismo radical, a Genealogia tem como função a crítica de forma a desnaturalizar conceitos e ideias (BEVIR, 2008, p. 270).

Essa desnaturalização de ideias, crenças e práticas tem por finalidade a demonstração dos choques e contestações, tal como os concursos na formulação das ideias animados pelo nominalismo, pela contingência e pela contestabilidade, levando a demonstração de como estas ideias, que, para alguns meros fatos corriqueiros, eventos da vida, como algo construído dentro de uma lógica, de uma tradição. Para isto, a crítica genealógica pode lançar mão de recursos diversos, como fez Nietzsche ao tratar sobre a questão da moral, se valendo da Psicologia e do desmascaramento dos fenômenos, em associação ao historicismo radical (BEVIR, 2008, p. 271).

Ao promover a crítica e a desnaturalização, a Genealogia se distancia da Filosofia tradicional e se aproxima da História, dentro do projeto de Nietzsche de construir uma alternativa filosófica. Com a finalidade da clareza, é preciso entender que *tipo* de História Nietzsche visava. Para ele, a Genealogia seria a História corretamente praticada e aqui há uma diferença essencial de Michel Foucault, que trata a experimentação genealógica como uma disciplina em si, quase independente das outras, enquanto Nietzsche a percebe integrante de um projeto maior no qual a filosofia ditaria as questões a serem perseguidas pela ciência e como surgiria um novo ser humano (NEHEMAS, 1985, p. 245-246).

Com o propósito de descobrir as origens, um dos contornos do projeto de Nietzsche para a Genealogia é o de, ao traçar a linhagem de uma ideia, percebendo suas múltiplas adoções, as lutas presentes na sua conformação, a contingência presente em linhas de pensamento diversas que vieram a se encontrar para a formulação de uma ideia, mas isto não leva a legitimação de nenhuma pessoa, grupo, instituição ou prática. Não se trata de mero traçar de uma linhagem, mas de uma amplitude conferida por tal processo permitindo reconhecer as particularidades daquela ideia (GEUSS, 1994, p. 276).

O relacionamento entre História e Filosofia deve ser levado em conta para

consideração da Genealogia, visto que ela possui papéis diferenciados. Para os historiadores, ela é uma filosofia da história, e, para os filósofos, uma história filosófica. Entretanto, como indica Saar (2008), deve-se perceber a Genealogia como algo diferente disto, mas aproximada das “histórias efetivas”, que são formas de mudar as concepções daquilo sobre o que elas são – e isto não se atinge por meio somente da crítica histórica mas sim do uso do aparato filosófico (SAAR, 2008, p. 298).

Não se pretende aqui recontar o objeto primeiro da análise de Nietzsche – a moralidade cristã, uma vez que não se possui a capacidade de esgotar o tema nem suas reflexões, para as quais é demandada uma leitura de Nietzsche para entender os sentidos desta crítica e de sua visão como pilar de referência da civilização ocidental (NEHEMAS, 1985, p. 213-225). Mas, como ferramenta de análise, percebe-se que Nietzsche vai além de escrever uma história da moralidade, para entender como ela se conformou, e nisto reside sua crítica aos historiadores, pois para ele, estes perderam de vista o ponto central, ao não se valerem da filosofia (SAAR, 2008, p. 300-301).

Três elementos indicam o caminho do método genealógico: o relacionamento, direto ou indireto, com o sujeito histórico; a natureza das genealogias a recorrer a um modo de explicação de fenômenos sociais em termos de poder; o de que essas “estranhas histórias” se valem de hipérboles para impactar uma audiência, que será confrontada com uma narrativa de poder sobre sua própria história (SAAR, 2008, p. 299).

A capacidade de agência, o poder de trabalhar uma ideia, é importante para considerar o papel do sujeito histórico, o “eu histórico”. As práticas humanas interagindo reflexivamente com conceitos e ideias são alvos do exame genealógico, e por isto mesmo que o estudo de instituições culturais, políticas e sociais, na visão de Nietzsche, deve considerar que estas são moldadas pelos seres humanos ao mesmo tempo em que estes mesmos também são moldados por elas. A consciência dessa relação é um dos motivos condutores da Genealogia enquanto método pois, ao fazê-lo, supera a fronteira da História, e cria saberes que podem se voltar contra valores e figuras de autoridade, já que trata da capacidade de agência humana, condutas e a compreensão do sujeito histórico de si mesmo e sua interação com o

mundo (SAAR, 2008, p. 302-303).

Em termos de poder, a Genealogia trabalha no sentido da compreensão de que a História deve estar a *serviço da vida*. E a vida está submetida a dinâmica da *vontade de poder*, que é a busca por viver ou sobreviver, e as dinâmicas associadas a isto, sendo reguladoras de autopreservação, aquisição de conhecimento, crescimento e ascensão, enfim, a conduta humana em prol da vida do sujeito histórico correlacionada com outras vidas, e de que forma nesta relação ele pode ascender ou diminuir (SAAR, 2008, p. 303).

A dinâmica genealógica, considerada os temas de poder fará o recurso a história se valer de descontinuidades para que se perceba a diferença nos conceitos e ideias no passado e presente. Isto leva o historiador a compreensão do objeto da Genealogia por meio destas descontinuidades, pois ela alerta para as mudanças dos propósitos e significados das ideias ao passar do tempo, por meio da agência do sujeito histórico e de um sistema de crenças, tradições, instituições, valores e práticas, sendo possível, por meio da descontinuidade, captar as mudanças nestes sistemas. Em essência, em termos de poder, a Genealogia pode ser considerada uma história que foge aos padrões tradicionais, interpretativa, a conectar momentos históricos distintos a dinâmica individual e coletiva de correlação de forças – observando o que há por trás ou que estruturou um objeto, o método genealógico traça os efeitos das dinâmicas de poder e, por meio deste, estrutura as narrativas sobre o objeto em questão (SAAR, 2008, p. 304-307).

Sendo narrativas de poder acerca de um objeto, no caso desta pesquisa, de uma ideia, genealogias operam com a construção de redes de relações entre aquilo que pode ser entendido como mundos separados, como violência e cultura ou moralidade e agressão. Ao fazer isto, apela-se a uma “hipérbole consciente” na tentativa genealógica de estabelecer estas conexões, com a finalidade de atingir a audiência em sua constituição afetiva, estabelecendo uma ligação direta com esta (SAAR, 2008, p. 309-310).

A necessidade de Nietzsche em ser ouvido e compreendido estabelece especial ligação com sua audiência, pois dela dependerá o processamento de sua mensagem. Por isto, a Genealogia tem uma finalidade que é de questionar as subjetividades do sujeito histórico, ou seja, como as dinâmicas de poder moldaram

as suas crenças, suas percepções de mundo e como são influenciados por ideias e conceitos ao longo de suas vidas. Assim, esta “estranha história”, pois objetiva, como primeira recepção um estranhamento, já que se pretende questionar ideias e mesmo a própria autopercepção do sujeito histórico, propondo uma outra visada, e isto será feito por meio da hipérbole, suscitando dúvidas e questionamentos, para que uma reflexão sirva a transformação ou construção de uma nova realidade (SAAR, 2008, p. 311).

1.6 – Saindo do Labirinto: Uma “Estranha História” do Presente

Estruturada desta maneira, a Genealogia pode ser lançada em prol da reflexão proposta por esta tese, uma vez que, para Nietzsche, ao introduzir uma discussão por este meio, é demonstrada a natureza híbrida do método genealógico – uma operação de escrita histórico-filosófica com uma lógica própria e a finalidade crítica, de forma a promover dúvidas e reflexões em uma audiência designada, divergindo da historiografia tradicional, com o recurso ao exame de temas ligados ao sujeito histórico e a utilização de recursos discursivos como hipérbolos para tratar de narrativas de poder e sua conformação (SAAR, 2008, p. 312).

Por meio de sua ligação com o historicismo radical, a Genealogia trabalha a crítica das tradições, das ideias, por meio de demonstrar que elas não são naturais, não existem *per se*, e por isto, a crítica que remeta as suas origens e revele um surgimento, fruto de uma mistura de tradições e costumes, práticas e saberes que ocuparam papel em como ideias surgiram, se desenvolveram e foram percebidas ao longo do tempo, o que leva a interposição da História e da Filosofia, para que se possa compreender este processo. Utilizando esse recurso, genealogistas devem estar sempre abertos a desafios e inovações que ultrapassem suas próprias escolhas e limitações, uma vez que a promoção da reflexão por meio da instigação do questionamento até de si mesmo leva a uma melhor prática da Genealogia enquanto método (BEVIR, 2008, p. 274-275).

Transcendendo o tempo em matéria de uma reflexão que produza uma transformação, uma mudança no presente e coloque a história *a serviço da vida*, o que Nietzsche faz é o de apontar uma outra direção para o pensamento,

considerando História e Filosofia de maneira conexa e prática – devendo importar e impactar o indivíduo em seu presente. Posta desta maneira, a prática genealógica é então uma “estranha história”, pois ela ainda não encontrou seu fim enquanto análise, mas vai direto ao sujeito histórico, ao demonstrar as múltiplas origens das ideias, dos conceitos e das tradições que envolvem a este. A “destruição” apontada por outros sobre a obra nietzschiana não é um capricho, mas possui o sentido de promover uma reflexão imersa em uma longa história, revolvendo verdades consideradas universais, tendo a História uma capacidade de auto-superação de seus próprios desafios e problemas (DENAT, 2008, p. 33-34).

Ao recusar uma anuência passiva aos valores correntes, a Genealogia tem um fundo que pode ser considerado até insurrecional por parte dos historiadores, na visão de Nietzsche, pois estes não considerariam em suas pesquisas os seus próprios lugares e conceitos. É preciso, para ele, que o historiador reconheça sua figura e seus pensamentos, suas ideias e seu contexto, por possuírem papel fundamental na composição do trabalho histórico, e veja que a pretensa imparcialidade pretendida não é alcançável, ou seja, os próprios historiadores não seriam capazes de acessar o sentido histórico, por não serem capazes de relativizar os seus valores (ITAPARICA, 2005, p. 90-91).

E de maneira diferente de Foucault, Nietzsche observa o método genealógico como uma operação “estratégica”, enquanto o filósofo francês o faz naquilo que se pode considerar “tática”, uma vez que privilegia subjetividades ligadas ao corpo, ao sujeito histórico e com uma forma peculiar de interpretação, enquanto Nietzsche vê continuidades estranhas, sobreposições e uma gama de formas diversas de interpretação de uma ideia ou conceito que podem ser fruto de confusões terminológicas (SAX, 1989, p. 772).

Faz se preciso também considerar a natureza do projeto de Nietzsche para a Genealogia, que é o de “filosofia do futuro”, outra diferença importante de Foucault, que assume uma direção própria para o método genealógico, rompendo com o idealismo alemão que era um dos elementos animadores do pensamento nietzschiano. Ao considerar o experimento genealógico como um discurso do presente, pois se destina a refletir sobre este e modificá-lo, Nietzsche abre espaço a um futuro possível, com a superação dos valores em prol de outros, surgindo o “*sim*”

a partir do “*não*”, no espírito do século XIX, em consonância com as considerações lançadas pelo idealismo alemão sobre os problemas históricos e morais daquela época (SAX, 1989, p. 776-780).

Ao se trabalhar com o método genealógico, é preciso se ter em mente que Nietzsche introduziu na Filosofia, e de certa maneira, na História, uma prática crítica que trata acerca dos processos de sujeitos e ideias em termos de poder, em oposição a subjetividades já existentes. Para tal, é importante uma historicidade que fundamente toda a concepção e tipologia de poder a partir da qual se entenderão as relações analisadas, para que a crítica tenha o efeito de choque pretendido, já que se pretende como algo do presente, e isto não se fará sem que a dúvida surja em meio a audiência, pois ao estranhamento do contexto atual, por meio do exame do passado, é que será possível, aos olhos de Nietzsche, a transcendência para além dos limites e uma abertura do sujeito histórico a autotransformação por ele preconizada (SAAR, 2008, p. 313-314).

Capítulo 2 – Entre Marte e Minerva

2.1 – Introdução

O fenômeno da Guerra possui centralidade nesta tese, uma vez que só pode existir Vitória se o uso da força, ou seja, o emprego de violência entre dois ou mais atores ocorrer pressupondo em algum momento que um conflito se encerre. Ao fim das hostilidades, um dos contendores poderá ser um ator vitorioso, alcançando objetivos de natureza diversa, que podem ir desde a anexação e conquista de territórios até a sobrevivência.

Nesta centralidade, a Teoria da Estratégia tem importante função, uma vez que ela se liga à Teoria da Guerra e à Política, campos em interação constante durante um conflito. A natureza política da Guerra, apontada por Clausewitz (1984, p. 88) é importante para a pesquisa, e desta maneira, o conceito de Estratégia será debatido abaixo.

Dois conceitos têm relevância nesta reflexão: o de Poder e de Política, que são caros à Teoria da Guerra por se tratarem de algo que está intrinsecamente ligado a esta. Portanto, para que se avance no debate sobre a Teoria da Estratégia, fica patente a necessidade de que estes conceitos estejam devidamente introduzidos ao debate.

Para facilitar a compreensão e diferir as palavras dos conceitos, quando palavras como guerra, tática, estratégia e política estiverem assim escritas, elas estão sendo tratadas como palavras. Quando estiverem escritas com a inicial maiúscula, se tratam dos conceitos: Política, Estratégia (e Grande Estratégia), Tática e Guerra. Essa diferença é importante, especialmente ao se tratar de como as palavras foram sendo trabalhadas ao longo do processo histórico para se tornarem os conceitos.

O conceito de poder é bem definido por Mario Stoppino, como “a capacidade de gerar efeitos” (STOPPINO, 1998, p. 933), assim como Michael Howard, que define de maneira um pouco diferente, como a capacidade de indivíduos ou grupos de moldar seu ambiente para atender a requisitos físicos ou códigos morais (HOWARD, 2009, p. 5).

Tais definições de poder se aproximam muito da definição de guerra elaborada por Clausewitz: um ato de força destinado a impor a nossa vontade sobre o inimigo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75) – a obtenção de um poder sobre o derrotado, implicando em algo que se pode chamar de vitória, cujo conceito será apresentado mais à frente.

Se há o conceito de poder implica em algo relacional, como é a guerra na visão de Clausewitz, na qual a força não é lançada contra uma massa amorfa sem capacidade de resistência, mas sim contra um lado que pode responder e contestar o ato de força lançado em uma interação medida pelo dispêndio de força e vontade, para que se atinja o objetivo – desarmar o inimigo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77).

Essa interação é caracterizada pela natureza política da guerra. Sendo uma relação de poder em disputa, a guerra essencialmente é uma atividade que visa a redistribuição do poder, impactando a política, como uma manifestação social – forma em que o poder do homem age sobre outro homem.

Stoppino destaca que ao focar o conceito de Poder em uma dimensão social: ao ser o Poder de um homem sobre outro, o homem não é somente agente mas também o objeto deste, o que demonstra que o Poder torna-se algo que vai da capacidade de agir até a determinação do comportamento de outro homem: uma imposição do poder (STOPPINO, 1998, p. 933-4).

Essa prática relacional, do poder de um sobre outro, necessariamente tem a ver com a política e seu conceito, que se circunscreve enquanto exercício do poder político, ou seja, o conceito da política aqui posto é descrito por Bobbio como a relação de poder no qual um homem se impõe sobre outro, onde possui os meios para obter os efeitos desejados que possibilitam a aquisição de vantagens de um sobre outro (BOBBIO, 1998, p. 954-5).

Sendo a política uma atividade humana que lida com a questão do poder e sua distribuição, ela é principal propulsora da estratégia, por assim dizer. O que isto significa? Que a política provê a estratégia com um propósito, uma intenção, enquanto a estratégia demonstra como é possível atingir tal propósito na prática (GRAY, 2016, p. 1-2). Sem política não há estratégia, algo importante a se considerar ao se tratar da questão da vitória na guerra.

Considerando que a política tem o poder como matéria prima e ponto focal de sua atuação, não causará estranheza, considerados os argumentos apresentados acima, sobre a natureza do poder, como perceber a política em uma dimensão de influência, da capacidade de influenciar e ser influente (LASWELL, 1936, p. 3).

Se a política tem então tal capacidade, isto se traduzirá na estratégia, de maneiras positivas e negativas: um claro propósito político permitirá uma articulação de meios e a elaboração de uma estratégia que permita a consecução daquilo designado pelo propósito político.

Se, por outro lado, o propósito não for claro, isto fatalmente incorrerá em uma estratégia que, a despeito de possuir os melhores meios possíveis, não conseguirá atingir os objetivos desejados, muito por causa da má articulação entre a política e a estratégia.

Dessa maneira, a Estratégia como um campo da política, a forma pela qual se viabiliza o concebido pela política, é preciso verificar a Teoria da Estratégia e seu estado, para depois ser capaz de observar a relação entre a esta e a Política.

2.2 – O Reino de Minerva: Teoria da Estratégia

Apontando-se de maneira breve a conexão entre Política e Estratégia, como reguladoras da Guerra, cabe algumas reflexões sobre a Teoria da Estratégia e como ela se encontra em seu estado atual.

Sendo a “ponte” que conecta a Política ao exercício da força ou da ameaça deste uso, segundo Gray (2012, p. 6), a Estratégia tem fundamental importância no estudo dos conflitos bem como na sua condução por parte de lideranças políticas ou militares, com desempenhos variados. Embora interessante, a definição proposta por Colin Gray deixa escapar como o conceito foi alargado do tempo de Clausewitz aos dias atuais, com apropriações econômicas, culturais, dentre outras (STRACHAN, 2005, p. 33-47).

Dessa maneira, um conceito de Estratégia que reflita tal expansão aponta uma reflexão para a compreensão da mudança no caráter da guerra, mas não em sua natureza. Embora se observe a introdução de novas tecnologias nos campos de batalha, o surgimento de novos domínios como a chamada guerra cibernética, assim

como uma marcante presença de atores não-estatais, um exame aproximado demonstra que tais inovações não rompem com a natureza da guerra como preconizada por Clausewitz (GARARD; FRIEDMAN, 2019, p. 374-5).

Embora o conceito de Estratégia preconizado por Clausewitz estivesse ligado a vencer batalhas, algo que seria classificado hoje como situado na faceta operacional da guerra, seu pensamento revela nuances mais sofisticadas do que seria a Estratégia. O general prussiano, especialmente próximo ao final de sua vida, demonstra que o conceito seguiria além do mero exercício da força militar (HEUSER, 2007, p. 140-8).

O conceito de Estratégia, para fins desta tese, é a proposta de Beatrice Heuser, de uma “atualização” da concepção clausewitziana: Estratégia como o uso de quaisquer instrumentos disponíveis, incluindo a ameaça da força ou do uso da força, para fins da política, em uma dialética de duas vontades opostas, com o objetivo de impor nossa política e nossa vontade ao inimigo (HEUSER, 2007, p. 148).

Uma ressalva deve ser feita ao conceito de Grande Estratégia, embora muitas vezes citado e referenciado em diversas obras, não será observado neste trabalho por duas razões: a primeira, pois que o conceito de Estratégia aqui defendido já abarca muito daquilo que diversas formulações propostas incluem no conceito de Grande Estratégia.

A segunda, de que fruto de um grave problema conceitual, não há uma definição ou mera pactuação do que se distinguiria como Grande Estratégia, produto de muitas ressignificações do conceito desde sua origem no século XIX. Esta “confusão categórica” acaba por dificultar a compreensão do conceito além de não demonstrar seus limites – ou seja, elementos a serem considerados como de “Grande Estratégia” podem ser encontrados em definições de Estratégia (MILEVSKI, 2019, p. 46-7).

Não se trata de descartar uma rica tradição intelectual construída em torno da discussão do que seria a Grande Estratégia, nem desprezar o conceito, mas simplesmente reconhecer o estado de coisas ligado a reflexão e as mudanças de significado experimentadas ao longo dos anos pelo conceito de Grande Estratégia, sendo que estas mudanças ainda adquiriram facetas divergentes, motivadas por

pontos de vistas marcados por uma articulação nacionalista por parte de alguns autores (LISSNER, 2018, p. 57-70).

O conceito de Estratégia não é algo relativamente novo. Ele experimenta uma grande transformação desde que aparece em meados do século XVIII na Europa. E seu significado aquela época é bem mais restrito que nos dias atuais. Isso tem a ver com as tensões inerentes ao conceito e sua transformação, uma vez que ele tem associação direta à Política.

Embora anterior a isto, especialmente aqueles educados pelos clássicos gregos, a palavra “estratégia” ganhou popularidade na Europa por volta de 1770, onde é associada em um sentido muito restrito a discussões de assuntos militares. Até este momento, o uso da palavra “tática” era bem mais popular, não só pelos manuais militares que eram abundantes, mas também pelo resgate de textos romanos sobre o dia a dia das instituições militares (HEUSER, 2010a, p. 4-5).

Vegécio e Frontino, autores romanos, eram duas leituras muito populares desde seu resgate renascentista e de certa maneira, tornaram-se tão relevantes para a educação militar no XVIII que poderiam ser considerados autores contemporâneos à época. Isto abriu caminhos para que tática e estratégia se tornassem palavras comuns ao linguajar e pensamento militares, em especial no final do século (FREEDMAN, 2017, p. 94).

Em 1771, Paul-Gédéon Joly de Maizeroy publicou a tradução para o francês do ensaio sobre Tática (“*Tactica*”) do Imperador bizantino Leão VI. Apesar de certas hesitações na tradução, pela primeira vez em uma publicação ocidental, apareciam as palavras tática e estratégia com o sentido de hierarquização, ou seja, a primeira estava contida dentro da segunda (HEUSER, 2010, P. 5-6).

Em 1777 seria a vez de uma tradução para o alemão, o que contribuiu para a popularização do termo, embora houvesse um grande debate sobre como poderia ser conceituada a estratégia: arte do general ou ciência da guerra? Essa pergunta moveria figuras de vulto da História Militar, como o Arquiduque Carlos, Napoleão Bonaparte e o Duque de Wellington (HEUSER, 2010, p. 6).

A rápida expansão da palavra estratégia na Europa vinha no sentido de uma mudança nos procedimentos de combate. A grande vertente intelectual dos séculos XVII e XVIII quanto a organização das tropas e sua disposição no campo de batalha

seguia princípios da matemática, especialmente da geometria. Com o resgate dos antigos textos clássicos, romanos e bizantinos, principalmente, houve o desenvolvimento da própria noção da “tática” como um conceito diretamente ligado a organização dos exércitos (FREEDMAN, 2017, p. 96-7).

Assim surgia o cenário intelectual militar das Guerras da Revolução Francesa e da Era Napoleônica no qual a Estratégia ocuparia e daria nome as categorias mais elevadas da guerra. Os entendimentos intelectuais e metódicos sobre a guerra seriam o que seria chamado de “o sublime”, como definiu o Marechal de Saxe, o mais bem-sucedido general francês do século XVIII (FREEDMAN, 2017, p. 99).

O debate na Europa se seguiu, com publicações tratando da nova palavra que representava uma mudança na forma de pensar e conceber a guerra, com uma menção especial ao Marquês de Silva, que publica em 1779 uma obra sobre a Tática e a Estratégia, em francês, onde definia Estratégia como sendo a ciência dos generais, que seria empregada junto às variações da Tática (BLACK, 2017, p. 133-5).

O pensador francês mais influente deste momento, o Conde de Guibert, publicou em 1772 o “Ensaio Geral de Tática”, obra que se torna referência pela Europa. Frederico, o Grande, da Prússia, e Napoleão foram alguns dos chefes militares e governantes influenciados pela obra de Guibert, que nela não tratava de Estratégia, mas sim de uma divisão entre a “tática” e a “grande tática”. Guibert trataria da dimensão estratégica em 1779, mas o Ensaio de 1772 terminou sendo sua obra mais famosa (FREEDMAN, 2017, p. 100-1).

O debate germânico sobre o conceito de Estratégia seguiu de maneira diferente que o francês. A divergência se dava sobre o papel do sublime e da genialidade do general, elementos julgados decisivos para um triunfo em combate, bem como a visão do que realmente seria o conceito. Os primeiros escritos, de Berenhorst e Bülow, consideravam-na uma das subdivisões da arte da guerra (FREEDMAN, 2017, p. 101).

Essa visão da arte da guerra como uma composição, na qual estariam presentes a Tática e a Estratégia era compartilhada pelas duas correntes de pensamento militar germânica, que estavam divididas essencialmente naqueles que acreditavam na ideia de uma “arte da guerra”, no qual o fenômeno bélico,

caracterizado por incerteza e acaso não poderia ser confrontado de maneiras totalmente científicas.

A segunda corrente era composta por aqueles que consideravam que existia uma “ciência da guerra”, e dessa forma, a busca por elementos que norteariam, como os princípios de guerra e fórmulas científicas que seriam eficazes para suplantar o inimigo nos campos de batalha. Isso se daria independente do inimigo e das condições tecnológicas, mediante a observação de fatores matemáticos, especialmente geométricos (FREEDMAN, 2017, p. 102-3).

Tal visão não era compartilhada meramente pelos germânicos, tanto que, o maior representante dessa forma de pensamento foi Antoine-Henri de Jomini (1779-1869), um suíço que ficaria famoso por seu serviço militar primeiro a Napoleão e depois ao Império Russo. Baseado em sua participação nas Guerras Napoleônicas, ele publicou o “Sumário da Arte da Guerra” em 1838, após uma série de publicações militares que o tornaram uma referência em assuntos militares até sua morte em 1869 (FREEDMAN, 2017, p. 104).

Rompendo com estes dois modelos de pensamento, o general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) escreveu que a guerra não deveria ser vista nem como arte ou ciência, mas como algo comparável ao comércio, que também é um conflito de interesses e atividades humanas, ainda próxima a política, que é considerada por ele uma forma de comércio em larga escala, sendo ela, a Política o “útero” no qual a guerra se desenvolve (CLAUSEWITZ, 1984, p. 162).

A despeito de um extenso desenvolvimento teórico, inacabado e publicado postumamente, surpreende que Clausewitz se valha de definições bem fixadas, estreitas, se é que assim pode se dizer. Para ele, Estratégia seria o uso de combates para o objeto da guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 128).

Essa definição não foi o que marcou sua obra, mas sim do que era a guerra: um ato de força destinado à imposição da vontade sobre o inimigo. Isso ecoou no pensamento militar ocidental, uma vez que o objeto da guerra logo seria compreendido como o objetivo, e assim, a vitória seria aqui, a imposição da vontade sobre o inimigo – e este processo de busca de tal objetivo seria entendido como a Estratégia (HEUSER, 2010a, p. 6).

Este entendimento de Clausewitz, complexo, maturaria ao longo do tempo, não sendo considerado imediatamente. O século XIX assistiu na Europa uma série de conceitos de Estratégia que estavam dentro das definições fornecidas por Clausewitz e Jomini – tendo a ver com a movimentação das tropas e disposição delas para travar batalhas (HEUSER, 2010a, p. 7).

O fim das Guerras Napoleônicas deixou um consenso que dominou o século XIX: a Estratégia, enquanto conceito, era tido como puramente militar. Sua subordinação à política não era clara para muitos, embora apontada por Clausewitz. De qualquer forma, sua obra legou a forma como isto poderia ser instilado na classe dos oficiais.

O legado de Jomini e Napoleão demonstraria uma evolução conservadora do conceito: o estudo da vida dos grandes capitães e suas vitórias impediriam a busca da inovação e a percepção do contexto tecnológico bem como mudanças políticas. Ao invés se procuraria emular os sucessos passados, se deixaria de lado a possibilidade de buscar uma nova forma de pensar (FREEDMAN, 2017, p. 105).

Duas guerras tiveram peso na forma como a Estratégia era concebida e como as percepções dela se alteram ao longo do XIX: a Guerra Civil Americana (1861-1865) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Os dois conflitos chamaram a atenção pelos efetivos mobilizados, as capacidades demonstradas e o peso da mobilização industrial.

Cabe uma observação sobre o pensamento militar britânico. Embora fosse a nação que foi a maior vencedora das Guerras Napoleônicas, por impedir que se firmasse um poder continental na Europa capaz de contestar seu poder, os britânicos, diferentes dos franceses e alemães, não foram produtores de reflexões estratégicas naquele momento. A educação militar britânica para oficiais do Exército se baseava muito nas leituras sobre Jomini e no estudo das campanhas dos grandes capitães, como Frederico o Grande, o próprio Napoleão e o Duque de Wellington (FREEDMAN, 2018, p. 40).

Em vez de estimular formas novas de pensamento, de comportamento tático e estratégico, a História Militar para os britânicos, se tornou uma fonte de exemplos selecionados de maneira a reforçar as convicções das doutrinas existentes. Isso foi

uma das razões para o desempenho ruim do Exército britânico em diversos conflitos do século XIX, notadamente a Guerra da Crimeia (1853-1856).

A Guerra Civil Americana (1861-1865) teve grande impacto no pensamento estratégico, embora não imediato. Os oficiais europeus, arrogantes, não fizeram um exame do conflito e das realidades que começaram a surgir no horizonte da guerra. Nem mesmo quanto a observação de que a Estratégia, durante o conflito, foi totalmente influenciada pelo contexto da Política (FREEDMAN, 2018, p. 43).

O ensino de Estratégia aos oficiais americanos, do Norte e do Sul, era deficiente. O conceito não era observado como prioridade na educação dos oficiais, sendo preterido frente ao conhecimento em Engenharia, Fortificação, Disciplina e Logística. Obviamente que a conjugação destes conhecimentos ajudaria em muito um estrategista, mas o foco não era a preparação destes, gerando o alto preço pago pela União para bater os Estados confederados do Sul, em especial por um comando deficiente nos primeiros anos da guerra (FREEDMAN, 2018, p. 44).

Essa subordinação se mostraria também na Guerra Franco-Prussiana, com um debate francês sobre as razões de uma derrota tão fulminante do Exército francês para as forças prussianas e dos outros Estados alemães. O Exército francês havia batido outros adversários europeus além de expandido o Segundo Império Francês durante o XIX, sendo considerado um dos melhores, senão o melhor da Europa.

Isto se perdeu em 1870, com a rápida mobilização, manobra e destruição ou neutralização de suas forças pelos prussianos. A busca por entender as razões do sucesso prussiano levou a uma reforma do Exército francês e do ensino de Estratégia, que formaria um Estado-Maior Geral tal como o dos prussianos. Uma nova tradução de Clausewitz foi feita para o francês, porém a popularidade de Jomini e o apego a Napoleão, bem como a valorização do *élan* ofensivo, seria a única maneira de uma força inferior vencer uma superior (FREEDMAN, 2018, p. 46).

O debate alemão foi mais substancial, mesmo porque, durante a campanha na França, choques entre a liderança militar, Moltke, e a liderança política, Bismarck, afetaram a condução da guerra. Isso motivou um debate sobre o que seria a Estratégia, vista por Moltke como um sistema de expedientes para preparar as tropas para a batalha, na qual o adversário deveria ter suas forças destruídas ou

neutralizadas. Diante de tal visão, pura e tecnicamente militar, a realidade política causava incômodo nos oficiais prussianos, cuja visão corrente era a de que, iniciada a guerra, a Política fixaria o objetivo e nem ela, nem a Estratégia se intrometeriam na condução das operações (ECHEVARRIA II, 2000, p. 142).

Parte dessa disputa entre Moltke e Bismarck se dava porque o primeiro encontrava-se atribulado pela característica da luta contra a França, em um primeiro momento, considerada como mais uma *Kabinetkrieg*, uma guerra ditada por governos e travada por soldados profissionais. Ao bater o Exército francês rapidamente, os prussianos não viram o final da guerra, como tinham visto contra a Dinamarca em 1864 ou a Áustria em 1866.

Ao invés disto, os prussianos logo se viram em uma *Volkskrieg*, com o surgimento de um governo de unidade nacional e a convocação do povo francês às armas, levando a uma guerra popular, com tropas regulares francesas vindas de partes de seu império colonial, misturadas a forças irregulares, especialmente os temidos *francs-tireurs*, atiradores que emboscavam tropas prussianas e causavam baixas, embora seu efeito fosse mais psicológico (WAVRO, 2003, p. 257-260).

Militarmente os prussianos haviam quebrado a capacidade francesa de resistir, uma vez que a mobilização popular tentada pelo governo francês não era capaz de impedir que as forças prussianas de cercar Paris e unificar a Alemanha. Mas o efeito da ameaça da mobilização popular marcou profundamente o pensamento estratégico alemão, gerando condutas duríssimas de ocupação e a ênfase em planos que derrubassem ainda mais rapidamente os adversários do recém-surgido Império Alemão – pode se ver aqui a semente do famoso “Plano Schlieffen”, da Primeira Guerra Mundial (FREEDMAN, 2018, p. 47).

A ideia de ser capaz de bater adversários rapidamente, por parte dos alemães, era abastecida pelo temor de ver se repetir em maior escala a segunda fase da Guerra Franco Prussiana. Não era desejável, ainda mais que, por questões políticas, acabaram colocados em duas frentes: a falta de uma diplomacia capaz como a de Bismarck gerou uma coalizão antigermânica de França, Rússia e Reino Unido. Os alemães não poderiam se dar ao luxo de travar uma guerra de atrito com estas nações – era preciso vencer e vencer com velocidade (FREEDMAN, 2018, p. 47-8).

Um legado da Guerra Franco Prussiana foi a popularização da obra de Clausewitz. Com traduções em diversos idiomas, o debate estratégico ficou marcado pela questão da relação da Estratégia em relação à Política, embora os generais europeus se tornassem muito resistentes a ideia de uma interferência política na condução das campanhas. Isso teria terríveis consequências na Primeira Guerra Mundial (FREEDMAN, 2018, p. 49).

Diferente do panorama estratégico rarefeito no Exército britânico, havia um contraste se comparado com a perspectiva na Marinha Real, onde, a partir de 1880, autores ligados aos assuntos marítimos começaram a aumentar o escopo do conceito de Estratégia ao escreverem sobre a dinâmica do poderio marítimo. Enquanto a estratégia militar estaria diretamente ligada a luta, a estratégia naval se preocuparia com mais do que somente o conflito: seu foco seria com o crescimento do poderio marítimo de um país, na paz ou na guerra (FREEDMAN, 2018, p. 51).

Nisso se destacam Alfred Thayer Mahan (1840-1914), almirante americano, e Julian Corbett (1854-1922), historiador inglês, que são os principais pensadores navais deste momento. Mahan publica em 1890 e 1892 uma série de estudos sobre o poder naval na história, estudando como a Grã-Bretanha se tornou a nação dominante dos mares do século XIX, influenciado especialmente por Jomini, algo que aprendeu com seu pai, professor em West Point, a Academia Militar do Exército dos EUA (FREEDMAN, 2018, p. 51).

Já Corbett, influenciado por Clausewitz, fez uma divisão no conceito de Estratégia. Ela operaria em duas facetas: em uma menor e uma maior ou grande. Isso representou uma inovação na forma de considerar o termo, uma vez que Mahan, que também teria um pensamento próximo a ideia de Grande Estratégia, nunca usou o termo, mas pode ser considerado junto a Corbett como um pioneiro do conceito (MILEVSKI, 2016, p. 29).

A faceta “menor” da Estratégia, para Corbett, seriam os planos operacionais e a preparação para a guerra, elementos “primários”. A faceta maior ou grande, seria a que a Estratégia envolveria todos os recursos da nação para a guerra, para além das Forças Armadas. Essa nova forma de conceber a Estratégia colocava o político, o estadista na equação da guerra, tendo que decidir sobre a Grande Estratégia de um país (FREEDMAN, 2018, p. 52).

A Primeira Guerra Mundial não mudou o panorama do debate estratégico. O impasse da frente ocidental resultava da pouca compreensão política de oficiais e generais simultaneamente ao desconhecimento das questões militares por parte dos políticos (STRACHAN, 2001, p. 99). A ordem foi desafiada por dois britânicos: John Frederick Charles Fuller e Basil Henry Liddell Hart, dois militares do Exército. Um chegaria a general enquanto o outro teria breve carreira, até capitão. A despeito disso, ambos teriam profunda influência no pensamento estratégico ocidental (FREEDMAN, 2018, p. 53).

Fuller foi influenciado pela obra de Corbett, especialmente quanto ao conceito de Grande Estratégia. Em 1926 publicou um livro, "*The Foundations of the Science of War*", conhecido no Brasil como "A Conduta da Guerra" onde advogava uma ruptura com o paradigma corrente: as operações militares deveriam causar o colapso do inimigo, suplantando-o. A despeito de visão tão ousada para a década de 1920, Fuller tinha a Estratégia como algo ligado a preparação das forças para a luta. Isso se mostrou, de certa maneira, confuso em suas obras (MILEVSKI, 2016, p. 51).

Liddell Hart foi mais incisivo e deixou grande influência sobre o pensamento estratégico ocidental. Seu livro de 1925, "*Paris, ou O Futuro da Guerra*" é o primeiro no qual ele lança sua visão sobre o que é a Estratégia e do que deveria ser a guerra: a busca por uma paz duradoura, honorável e próspera. Isso se daria através da aproximação indireta, ou seja, descobrir onde o inimigo era fraco e investir contra este ponto com a maior força (FREEDMAN, 2018, p. 53-4).

A rejeição a Clausewitz é ponto importante no pensamento de Liddell Hart, que o considerou como principal culpado intelectual da Primeira Guerra Mundial, em especial pelos ataques frontais às trincheiras, que geraram milhares de baixas com pouca ou nenhuma efetividade. A aproximação indireta seria a forma de bater o inimigo, motivada por um conceito de Grande Estratégia, tal como Fuller, sob influência de Corbett: a coordenação e a direção de todos os recursos da nação para a consecução do objetivo político da guerra (FREEDMAN, 2018, p. 54).

A experiência da Primeira Guerra Mundial tornou obsoletas as definições de Estratégia que estavam totalmente focadas em uma faceta militar. Os impasses impostos por uma guerra industrial e total levantaram sérias reflexões sobre o papel da Estratégia em relação a guerra como fenômeno e a Política. O processo

estratégico deveria agora considerar questões econômicas, morais, psicológicas e tecnológicas, apenas para citar alguns fatores não-militares a serem observados.

Como se observa, gradualmente as linhas entre a Estratégia, a Grande Estratégia e a Política foram se turvando. Isso se dava na ênfase da concepção clausewitziana da ligação entre a Política e a Estratégia na condução da campanha para algo maior: a Estratégia dos tempos de guerra seria a Estratégia dos tempos de paz (HEUSER, 2010a, p. 8).

2.3 – Estratégia e Política

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) assistiu a aplicação da Estratégia e, para alguns, da Grande Estratégia guiada pela Política. Os chefes de Estado dos EUA, do Reino Unido e da União Soviética combinaram suas ações, nunca trataram os teatros de operações de forma isolada, a despeito das suas diferenças políticas e culturais.

Esse crescimento do âmbito do conceito de Estratégia tem a ver com um pensador estratégico americano: Edward Mead Earle (1894-1954) produziu um resgate e o desenvolvimento do pensamento estratégico dos EUA, aproveitando o espaço aberto para isto dado pelo envolvimento na Segunda Guerra Mundial. Earle era claro aos seus alunos e leitores: a Estratégia era algo tanto para a paz quando a guerra, devendo ser estudada e praticada a todo momento (STRACHAN, 2005, p. 41).

Assim, ficava claro que a Política era aquela que guiava e controlava a Estratégia. Pode-se inferir que o desejado por Clausewitz: ao indicar que a Política indicaria o objeto da guerra e o propósito político, ela limitaria a guerra e conseqüentemente, o ciclo de violência e destruição promovido por esta.

Porém isto também dá tração ao oposto: uma vez que a Guerra havia se tornado um assunto do Estado, algo que poderia abalar e destruir a própria nação. Como demonstrado pela Revolução Francesa, e o poder do Estado transformado, a capacidade da França de fazer a guerra aumentou. Se a Guerra é feita pelo Estado, é possível que todas as travas sejam retiradas a atuação e seus objetivos em um conflito. Se a política se torna mais ambiciosa e vigorosa, assim também será com a

guerra, seguindo na direção da guerra absoluta, o exercício da violência desmedida, anulando a questão política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 606).

Fora a questão externa, a guerra também tinha um outro poder – promover mudanças políticas internas. Uma nação poderia se constituir e definir através da luta, criando uma nova identidade política através de uma catarse social e moral, como a Prússia em sua luta contra a ocupação de Napoleão em 1812-1813, ou os alemães lidando com a derrota na Primeira Guerra Mundial, dominados pelo mito da “punhalada pelas costas” (STRACHAN, 2005, p. 42).

A Guerra Total, como posta acima, não se restringia apenas aos alemães no caminho do nazifascismo. Democracias também abraçaram o conceito com maior empenho até. A França de 1917-1918 invocava a retórica da Revolução Francesa enquanto Churchill discursou em maio de 1940 que não havia caminho para a vitória na guerra que não fosse o da guerra total à Alemanha nazista (STRACHAN, 2005, p. 43).

Carl Schmitt, influenciado por Clausewitz, indicou que um povo que luta sem consideração por limites pode ser considerado um povo político, no qual as tensões da vida chegariam ao ponto de extrapolação, externa e domesticamente, onde a escalada de violência tem necessariamente ligação com a natureza política da guerra, abrindo o espaço para a Guerra Total (PANKAKOVSKI, 2017, p. 654-6).

Isso abriu espaço para o elemento final da Segunda Guerra Mundial, a arma atômica. A Estratégia mudaria mais uma vez, pois os efeitos das armas nucleares não permitiam considerar a guerra como uma atividade viável. A destruição imposta impedia qualquer forma de conceber uma vitória. A distinção entre paz e guerra para a Estratégia desapareceu, com a Guerra Fria e seus altos gastos militares uma prova disto (STRACHAN, 2005, p. 43).

A Estratégia também assistiu a um novo impulso do conceito: enquanto sua faceta convencional se traduzia em ação, com a preparação para a guerra e a formulação de planos, ao mesmo tempo que sua faceta nuclear trabalhava por modo da dissuasão – era necessário prevenir a guerra. A faceta convencional se baseava na História Militar, nos precedentes históricos. A faceta nuclear, fora as duas bombas lançadas sobre o Japão em 1945, não tinha precedentes, sendo preciso

recorrer a matemática e a teoria da probabilidade para conceber os horizontes da guerra nuclear (STRACHAN, 2005, p. 43-4).

Essa mudança se manifestou nos escritos de Thomas Schelling (1921-2016), que tratava de uma “estratégia do conflito”. Baseada na teoria dos jogos, considerava que a vitória de um ator sobre outro em um conflito era apenas um de vários resultados possíveis, e que as estratégias desses atores eram interdependentes, buscando se manterem mutuamente vantajosas – a ausência de um conflito nuclear se encaixaria nisto – uma vez que seria possível chegar a um consenso sem necessariamente a imposição da vontade de um sobre outro (HEUSER, 2010a, p. 26).

Entre as Guerras Napoleônicas e o fim da Segunda Guerra Mundial, a Estratégia foi tida por muitos como um jogo de soma zero, no qual para um ganhar, outro teria de perder, sendo imposta a vontade do vencedor. O prenúncio de um “holocausto nuclear” mudaria isto. A busca por soluções que englobassem o interesse dos dois lados, uma barganha que evitassem os piores resultados, como uma guerra nuclear, se tornou a nova tônica da Estratégia (HEUSER, 2010a, p. 28).

A presença da arma nuclear mexeu com as concepções estratégicas das Forças Armadas das potências, onde se observa o surgimento do chamado “nível operacional” da guerra. Isso refletia uma tentativa de resgatar a ideia da preparação para a guerra, gerando um efeito curioso: quanto mais os militares se especializavam nesta nova dimensão da guerra, mais a Estratégia foi passando a ser discutida entre políticos, diplomatas e acadêmicos (POSEN, 1984, p. 13).

Essa crise privou os militares do pensamento estratégico, enquanto se aprofundavam no estudo do nível operacional. Por questões óbvias, a versão russa, surgida em 1927 com Aleksandr Svechin (1878-1938), que tratava da arte operacional, situada entre a Tática e Estratégia, não era muito considerada no Ocidente em tempos de Guerra Fria. Assim, partiu-se para o estudo do nível operacional por outros praticantes – os alemães da primeira metade do século XX (STRACHAN, 2005, p. 45).

O estudo das ações dos generais alemães por parte dos militares americanos e britânicos na década de 1980 acabou por inspirar um dos pontos que fizeram surgir a crise do conceito de Vitória nas décadas seguintes. O militarismo alemão

tinha uma forte crença de que uma vez iniciado um conflito, a Política deveria se manter em silêncio e só retomar o debate após uma vitória entregue no campo de batalha pelos militares. A Estratégia, nisto, não era vista como nada além de um “sistema de expedientes” e a “ação sob a pressão das mais difíceis condições” (HUGHES, 1993, p. 47).

A relação entre a Política e Estratégia para os alemães ficava em segundo plano, tanto que a segunda era considerada meramente como uma condicionadora do esforço operacional, como os manuais e livros militares do entre guerras indicavam. Em alguns, nem havia uma entrada específica para o conceito de Estratégia. Política e Guerra eram dois conceitos que se encontravam unidos, de uma forma muito danosa: uma não existiria sem a outra, e assim era ditada a conduta da campanha (STRACHAN, 2005, p. 45-6).

Os sucessos alemães da Segunda Guerra Mundial, a despeito da sua derrota, passaram a ser estudados como elementos desse nível operacional em ação. Prova disso é a exaltação da *Blitzkrieg*, que, ao conceder uma série de vitórias dos alemães em 1939-1941, foi tomada como doutrina. Em essência, a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial foi por causa disto, ao colocar o pensamento operacional fazer às vezes da Estratégia, impedindo-a de dar real forma as vitórias táticas e operacionais obtidas por eles (STRACHAN, 2005, p. 46).

O estudo da arte operacional, embora inovador, criou espaço para um perigoso hiato no pensamento estratégico ocidental. Embora significasse o mesmo que os generais de 1914-1918 consideravam como Estratégia, em tempos atuais, o nível operacional é tido como uma parte da guerra “livre” da Política. A ênfase de seu vocabulário está ligada a manobra, voltado à doutrina militar (STRACHAN, 2005, p. 47).

O que fez o nível operacional tão popular entre militares americanos e britânicos, e por influência, no Ocidente? Livre das atribuições e restrições da direção política, os militares podiam se focar em suas competências técnico-profissionais e o foco na preparação para uma guerra imaginada contra o bloco soviético na Europa, concebida em um grande combate de Corpos de Exército e seu uso bem-sucedido na Primeira Guerra do Golfo (1990-1991) gerou um fetiche que esta preparação poderia ser usada para qualquer conflito.

Uma consequência disto foi a disjunção entre o tipo de guerra que as Forças Armadas dos EUA estavam preparadas para enfrentar e a diferença para a guerra real que seu governo as envolveu em 2003. O pensamento no nível operacional divergiu perigosamente da política externa, semeando o fracasso (STRACHAN, 2005, p. 47).

O fim da ameaça nuclear com o término da Guerra Fria, em 1991, representava uma chance de resgatar a Estratégia do estado de coisas que se encontrava. Mas isto não aconteceu. Os estudos sobre segurança cresceram enquanto os estudos ligados ao conceito da Estratégia foram diminuindo. Aqui se observa o início da crise que abalou o próprio conceito de Vitória.

2.4 – A crise do pensamento estratégico ocidental

A relação entre Política e Estratégia não se encontrava encerrada, mas a convicção derivada da vitória na Primeira Guerra do Golfo, em 1991, lançou uma era de guerras irregulares. Algumas delas já existiam antes do fim da Guerra Fria e ganharam relevância devido ao baixo número de guerras entre Estados na década de 1990. As operações de paz, tão poucas durante a rivalidade das superpotências, cresceram exponencialmente nesta década.

Isso gerou uma série de publicações que tipificavam a guerra entre Estados como algo datado (CREVELD, 1991), que iria diminuindo com os anos face ao crescimento das guerras irregulares ou assimétricas (KALDOR, 1999). A guerra foi mesmo retirada de seu contexto político, sendo relativizada em perspectivas outras (KEEGAN, 1998).

Houve a construção de uma visão nos EUA e Europa muito clara nos anos 1990, de que o uso da força se daria cada vez contra atores não estatais, como grupos terroristas ou criminais. Outros Estados seriam retratados como falidos ou párias da comunidade internacional. O Afeganistão seria um exemplo disto, enquanto o Iraque seria outro exemplo, respectivamente.

Essa visão estava ligada a ideia de que o uso da força estaria em consonância com o direito internacional, portanto, o inimigo deveria agora ser percebido como aquele que violaria a paz internacional, como um criminoso, cuja

punição se daria por meio do uso da força por parte das potências ocidentais. Isto se dava porque o aperfeiçoamento do direito internacional deixaria claro que os Estados só poderiam recorrer à guerra em autodefesa. Outras razões deveriam ser levadas às Nações Unidas (STRACHAN, 2005, p. 48).

Desta realidade, a fronteira entre guerra e paz, antes bem definida, foi se tornando cada vez mais tênue, pois mesmo Estados envolvidos em guerras de fato passaram a evitar caracterizar as guerras como são, para evitarem respostas da comunidade internacional por meio do direito, como sanções e embargos. No esforço de regular a guerra, o direito internacional acabou por promover sua desregulação.

Outra razão que gerou tal crise foi que, uma vez que a guerra passou a ser vista como um ato de justiça, principalmente na Europa, o uso da força se confundiu com pacificação e a preservação da paz. Enviar soldados agora era uma missão ligada às operações de paz sob a égide das Nações Unidas. Essa perspectiva estava presente nos EUA até 2001.

Porém, qual seria a crítica do ponto de vista estratégico às operações de paz? Essa pergunta não leva conta a função moral e legal dessas operações, sendo uma reflexão meramente à luz do conceito de Estratégia. Operações de paz são problemáticas pois, muitas vezes seus objetivos são difusos, seus recursos são escassos para a missão, e suas forças muitas pulverizadas no terreno, em vez de estarem concentradas. Não há, dessa maneira, como uma operação de paz funcionar, se confrontada com a teoria da Estratégia (STRACHAN, 2005, p. 49).

A despeito do que seus críticos podem dizer, a Guerra continua existindo e persiste no século XXI. A despeito da redução do papel do Estado, combates continuam existindo, e em algum lugar do globo há um ator usando a força para impor sua vontade a outro, algo tão certo que há aqueles que dizem que a Guerra é antiga como a humanidade, enquanto a paz é uma invenção moderna.

Isto pode ser ou não verdade, dado que o conceito de Paz a que se aspira é uma invenção do Iluminismo, no qual a Guerra não teria lugar, sendo uma aspiração de visionários pelos tempos, mas só foi considerado um fim desejado ou possível pelos líderes políticos nos últimos duzentos anos (HOWARD, 2002, p. 2).

É óbvio dizer que o Estado tem interesse em recuperar o controle e a direção da Guerra. Isto só seria possível com um entendimento de que isto é o propósito da Estratégia. Sua função é fazer com a Guerra seja uma ferramenta do Estado, e se, usada, possa fazer com que este atinja seus objetivos políticos. Pode causar desconforto, uma vez que a crise do pensamento estratégico ocidental faz com que não se saiba exatamente o que é a Estratégia, e por consequência, a Guerra.

Para que isto seja superado, é preciso entender que a Estratégia não é diplomacia, não é uma política de governo, nem é a Política, como um conceito. Ela tem relação com estes e outros campos. Mas é preciso ter noção de seu papel e de sua relação com a Política. Não há funcionalidade numa Estratégia sem uma ligação entre meios, objetivos e finalidades, pois ela é incapaz de ligar a força militar ao propósito político.

Isto é, de certa maneira, uma definição da campanha dos EUA, depois de 2001. A Guerra Global ao Terrorismo, ou “Guerra ao Terror”, é essencialmente uma campanha que pode ser definida como “*aestratégica*”. O inimigo não tinha uma face e sua definição genérica - “o terror” - tornava ainda mais difícil a missão a ser confiada aos militares, pois, embora moralmente questionável, o terror é uma ferramenta estratégica, uma entidade contra a qual não se pode lutar com meios militares (HOWARD, 2002, p. 116-7).

A despeito disso, os primeiros sucessos táticos dessa nova guerra foram surgindo. Cabul, capital do então Emirado Islâmico do Afeganistão, governado pelo Talibã, grupo que protegia a *Al Qaeda* em seus domínios, caiu em 40 dias diante de uma ofensiva de senhores da guerra tribais apoiados por forças de operações especiais e poder aéreo dos EUA (STRACHAN, 2005, p. 51).

O sucesso tático logo, tal como no exemplo da *Blitzkrieg* alemã, se tornou uma mentalidade, e uma doutrina. Era preciso agir com iniciativa, pois os militares americanos consideravam que não havia missão que não pudesse ser cumprida, ou, pelo menos, assim foi percebido pela liderança política. Se o Afeganistão tinha sido um sucesso sem Estratégia alguma, isso seria ainda mais aprofundado no Iraque, em 2003.

Sem um planejamento adequado, os EUA iniciaram a Segunda Guerra do Golfo (2003-2011). Operacionalmente, as Forças Armadas dos EUA tiveram um

brilhante desempenho entre março e abril de 2003, quando destruíram as forças iraquianas rapidamente. Mas a fase seguinte, de ocupação do território iraquiano, não tinha sido concebida, e isso cobrou um preço muito caro – baixas e desgaste político fora o enorme custo que a guerra impôs ao orçamento americano. A liderança política simplesmente achava que os soldados americanos seriam vistos como libertadores e não ocupantes (STRACHAN, 2005, p. 51-2).

As guerras no Afeganistão, no Iraque, no Iêmen, na Somália e em outros lugares apresentaram novos desafios no estudo da Estratégia. Apesar de um impressionante poder militar mobilizado pelos EUA e aliados nestas campanhas, não houve nem há uma indicação de sucesso. Há quem diga que isto representaria um desafio à Estratégia, mas se esta fosse observada como conceito, com suas ligações com a Política, é bem possível que estes conflitos não se encontrassem na situação que estão.

A presença de atores não estatais como grupos insurgentes, terroristas e criminais, adiciona uma camada de complexidade nos conflitos atuais que demandam dos Estados que neles se envolvem uma boa capacidade de articulação estratégica, algo diferente da realidade apresentada, como no caso dos EUA no Afeganistão, onde claramente não houve uma Estratégia articulada, uma ideia ou objetivo político definido (LARSDOTTER, 2019, p. 155).

Diante de objetivos confusos e inexplicados por parte das lideranças políticas, militares dos EUA, Reino Unido e França, para citar exemplos, passaram a lidar com os desafios impostos pelas campanhas na era da “Guerra ao Terror” recorrendo a um velho conhecido dos anos 1980 – o nível operacional.

A adoção do nível operacional pelos militares destes países serviu para demonstrar aos políticos que o inimigo tinha capacidade de frustrar seus planos, que as guerras têm suas próprias dinâmicas, não sendo elas um instrumento puro para os fins da política de forma pura e direcionada. Isto demonstrou a guerra como um processo reativo, que pode em si, afetar e mudar uma política (STRACHAN, 2019, p. 186).

O mergulho militar no nível operacional acabou tragando os políticos. A “estratégia” da Guerra ao Terror, não é mais que um método operacional para lidar com um inimigo irregular. Lideranças políticas passaram a esposar um modelo que

apresentava soluções táticas para problemas estratégicos, como a utilização de *drones*, sistemas aéreos remotamente pilotados, e o emprego de forças de operações especiais, em missões como a eliminação de chefes de grupos insurgentes ou terroristas (STRACHAN, 2019, p. 187).

O emprego de tais meios e métodos refletem a crise em que o pensamento estratégico foi imerso. Obviamente que isto não reside apenas na adoção do nível operacional durante a década de 1980, existindo também outras razões para isto. Três perguntas são essenciais para que se entenda o processo que compõe a Estratégia e a crise. Primeiro, quem pensa a Estratégia? Segundo, quem decide a Estratégia? Terceiro, quem faz a Estratégia? As possíveis respostas a estas perguntas indicam pontos que caracterizam a crise do pensamento estratégico.

Acadêmicos e *think tanks* abordam, sem dúvida, e praticam a reflexão, mas deve ser ressaltado o papel dos militares através da educação militar profissional, se dedicando ao estudo da Estratégia, enquanto que a decisão desta, ao menos nas democracias ocidentais, cabe ao governo, que assume a responsabilidade política da escolha de uma Estratégia. Os militares voltam a ter um papel aqui, uma vez que serão os responsáveis por implementar a Estratégia, em caso de guerra ou no uso da ameaça da força sobre outro ator (STRACHAN, 2019, p. 188).

A dinâmica político-militar tem centralidade, portanto, no processo de composição da Estratégia. Pois se ela for mal concebida, é sinal de que a dinâmica político-militar não funciona, e impede a formulação de uma Estratégia coerente e aplicável, tanto pelo prisma dos objetivos quanto dos meios necessários.

A tensão óbvia existente entre políticos e militares é parte desta dinâmica. É difícil achar um militar que pense como um político, sendo a recíproca também verdadeira. Outro elemento que reforça essa tensão, além das visões de mundo divergentes, é a questão dos recursos. Enquanto os militares sempre creem que não estão sendo atendidos, os políticos observam com desconfiança a cada iniciativa, por considerá-la muitas vezes mero gesto para capturar recursos (KISZELY, 2019, p. 238-9).

Outro fator é algo dos tempos contemporâneos: a baixa ou nenhuma expertise em assuntos militares por parte dos políticos. Enquanto em gerações anteriores, isto era sanado em parte pelo fato das lideranças tinham passagens

pelas Forças Armadas, em oposição às raras oportunidades em tempos atuais. Com este pouco conhecimento estratégico, políticos e militares divergem quanto a composição da Estratégia.

Enquanto os militares procuram identificar o estado final desejado, e trabalham voltando ao ponto inicial, buscando realizar um planejamento que atenda a estas expectativas, os políticos focam primariamente na ação imediata, orientando seu trabalho adiante em resposta a eventos e oportunidades. Tempo é outra moeda de discórdia entre militares e políticos: ao passo que os primeiros desejam que a decisão política seja tomada o quanto antes para que se possam iniciar rapidamente planejamentos e preparações para as ações, os políticos preferem tomar decisões o mais tarde possível, para manter todas as opções possíveis à disposição (BOWEN, 2013, p. 273-280).

Pode-se notar nisto, o surgimento da fricção clausewitziana (CLAUSEWITZ, 1984, p. 121), pois na batalha por tempo e recursos, os militares desejam o máximo possível dos recursos no menor tempo possível, para vencer rápido e entregar um resultado que permita uma vitória que incapacite um inimigo no campo de batalha. Os políticos revertem a fórmula: usar o máximo possível de tempo com dispêndio mínimo de recursos, para preparar uma melhor paz, com estabilidade. Isto se reflete na condução da campanha, com os militares e políticos praticamente duelando pela direção a ser dada (KISZELY, 2019, p. 241-2).

Frente a esta dinâmica, desafios surgem, deixando o cenário atual da Estratégia ainda mais complexo. A “Guerra ao Terror” envolveu as potências ocidentais em campanhas de contrainsurgência, estabilização, em sua maioria, contra atores não estatais, sendo que em alguns casos, como no do Afeganistão, o conflito iniciado em 2001 ainda não se encerrou.

O conflito na Ucrânia, com a anexação da Crimeia por parte da Rússia em 2014, fora a dura guerra civil que se segue até os dias atuais, além das transformações sentidas por meio da expansão da rede mundial de computadores, a presença e o poder de penetração das redes sociais fazem com que as operações militares estejam sujeitas ao escrutínio público desde o primeiro momento. Decisões feitas nos níveis hierárquicos mais baixos podem ter consequências estratégicas, dada a grande capacidade de publicização atual (KISZELY, 2019, p. 243).

Com isso, a fronteira entre a paz e a guerra, vai sendo erodida em prol de uma percepção de um grande espectro, no qual paz e guerra convivem juntas, não sendo mais possível identificar uma ou outra. Isto impõe um desafio à reflexão sobre o conceito de Vitória. Se este espectro vai tomando conta das percepções públicas nas potências, se torna complexo inferir diferenças entre derrota e vitória, entre sucesso e fracasso.

2.5 – O Conceito de Vitória

Uma vez demonstrada brevemente a crise atual no seio do pensamento estratégico ocidental e como isto afeta o conceito de Vitória e também lhe coloca em contestação e crise, é preciso demonstrar e explicar o conceito de Vitória esposado por esta pesquisa.

Vitória, é a imposição bem-sucedida e duradoura da nossa vontade sobre o inimigo, resultando em paz (HEUSER, 2007, p. 148). A ideia de Vitória é considerada em sua natureza estratégica, e não militar. Embora o sucesso no campo de batalha seja uma pré-condição para que se permita a construção de um trunfo estratégico, ele não é a única, e a depender da natureza do conflito em si, pode ser mesmo irrelevante.

Vitória, como conceito, deve ser sempre considerada em longo prazo. A imposição da vontade sobre o inimigo não pode ser meramente como uma forma de incapacitá-lo temporariamente. Trata-se de convencê-lo, para que sua população deixe de ser hostil ao vencedor, por meio de meio das promessas de uma vida boa. A vitória pode ser construída no sucesso militar, mas com grande entremistura da Política, que será quem construirá o acordo de paz que provenha o fundamento da paz e não o prelúdio de uma próxima guerra (HEUSER, 2007, p. 162).

O conceito de Vitória tem uma série de origens que foram se amalgamando ao longo do tempo. Elas serão tratadas em outros capítulos. A dimensão a ser tratada neste ponto, é como este conceito se relaciona com a Guerra e com a Teoria da Estratégia. E uma diferenciação entre a vitória militar e a vitória estratégica, é necessária.

Vitória militar é obtida por uso da força e articulação de meios de força. Trata-se de bater o adversário no campo de batalha de maneira que este não possa mais oferecer resistência e cesse a luta. O trunfo deve abrir a possibilidade de uma negociação política que construa uma vitória estratégica, pois a vitória militar não é um fim em si.

Militares e lideranças políticas, nos tempos contemporâneos, acabam tragados pela tentação de considerar o adversário batido militarmente como sucesso político. Isto leva a perda da oportunidade de negociar uma paz que seja duradoura e estável, uma vez que não se deve esquecer da natureza política da guerra, e de que ela é travada com objetivos políticos (MANDEL, 2006, p. 13-14).

Vencer no campo de batalha não compõe uma vitória estratégica, como diversos exemplos da História Militar revelam. Os trunfos em batalha de Napoleão não foram suficientes para desmobilizar a coalizão de países europeus que o derrotaram. A Alemanha obteve dezenas de vitórias nos campos de batalha contra os Aliados nas duas guerras mundiais, mas fracassou em transformar estes trunfos táticos em uma vitória estratégica (MANDEL, 2006, p. 14).

A natureza da organização política e militar nas sociedades ocidentais pode explicar algumas das questões relativas sobre a articulação entre a vitória militar e a vitória estratégica. Ao colocar em diferentes esferas o combate e a diplomacia, culturas organizacionais tendem a se formar e reforçar e criar grupos especializados em diferentes áreas de responsabilidade, dificultando a construção da vitória estratégica (MANDEL, 2006, p. 15).

Robert Mandel propõe que a vitória estratégica possui seis elementos que a compõem: controle informacional, dissuasão militar, autodeterminação política, reconstrução econômica, justiça social e respeito diplomático. Estes elementos são interrelacionados e servem para mensurar o nível de sucesso de um Estado em uma guerra (MANDEL, 2006, p. 16).

Ele não é o único autor a entender Vitória na Guerra como um conceito puramente estratégico. Colin Gray coloca a vitória em gradação de três níveis: operacional, estratégico e político (GRAY, 2002a, p. 11). William Martel, divide também em três níveis: tática, estratégica e grande estratégica (MARTEL, 2011b, p. 34-9).

Tais autores não examinam o conceito de Vitória pela perspectiva da Guerra Justa, mas somente pela da Guerra, esvaziando o conceito de uma natureza moral. Vitória não significa justiça, sendo observada como indicativo de quem prevalece em uma contestação de forças.

Parte disto se dá por causa dos autores da Guerra Justa que trabalharam a ideia de que a Vitória não é medida de justiça. A guerra para os pensadores desta linha, como Christian Wolff (1679-1754), Emer de Vattel (1714-1767) e Immanuel Kant (1724-1804), é vencida pelo mais forte ou mais capaz, e não pelo que se rege pelos princípios de justiça. Isto veio a ocupar uma centralidade no pensamento da Guerra Justa e é uma das razões que explicam a tensão existente entre o conceito de Vitória e esta linha (O'DRISCOLL, 2020, p. 56-7).

A dificuldade de ver a Vitória como medida de justiça por parte dos pensadores da Guerra Justa é algo que segue até os dias atuais. Stephen Neff diz que a vitória em um conflito é um bem-sucedido exercício de poder, e não de direito (NEFF, 2005, p. 66-7). Tamar Meisels coloca de forma semelhante, retratando a Vitória como mero instrumento de poder, e não do direito. Portanto, este conceito não era algo a ser considerado pelos pensadores da Guerra Justa, mas por generais e estrategistas, por ser um conceito ligado à Estratégia (MEISELS, 2018, p. 34).

A dinâmica do relacionamento entre Vitória e Guerra Justa será algo a qual será retomado mais à frente, em outro capítulo, porém se fazia importante salientar como o conceito de Vitória suscitou e ainda suscita debates entre os pensadores da Guerra Justa, enquanto é algo tido como realidade e funcional por parte dos teóricos e práticos da Estratégia, levando ao entendimento de como o conceito de Vitória se encontra em crise nos tempos contemporâneos.

2.6 – A crise do conceito de Vitória na contemporaneidade

As campanhas militares contemporâneas enfrentam uma série de dificuldades que são a incorporação de desafios não tradicionais na perspectiva militar. Isso é fruto do alargamento do conceito de Guerra, com a utilização de ferramentas outras que as capacidades militares do Estado, com possibilidade de afetar um opositor e

mesmo detê-lo. Essa nova realidade apresenta maior complexidade a ser enfrentada por militares e políticos nas campanhas do século XXI.

Um fator importante para a compreensão de uma vitória por parte do Estado, é sem dúvida, como sua população percebe isto, para apoiar os esforços neste sentido, e aguentar os custos que uma guerra impõe, em “sangue e tesouro”. Por isso, a narrativa ocupa cada vez maior protagonismo nos conflitos contemporâneos. Ela molda percepções de sucesso ou fracasso.

Assim, a opinião pública, seja ela local ou internacional, é algo a ser conquistado por aquele que deseja ser vencedor em um conflito. Moldar a narrativa se torna um item crítico de sucesso, ainda mais em tempos de comunicações de alta velocidade, que podem influenciar e redirecionar políticas sem uma análise profunda, gerando falhas exatamente pela pressão do tempo e da opinião pública (KISZELY, 2019, p. 244).

Para isto, se empregam as “munições da mente”: operações de propaganda, operações de informação e outras formas de moldar a narrativa de forma que ela se torne resistente aos impactos da velocidade das comunicações, especialmente de redes sociais. Operações psicológicas se tornaram rotineiras, sendo estudadas e adotadas com grande importância por Forças Armadas em diversas partes do mundo. A narrativa se tornou uma ferramenta de poder (TAYLOR, 2003, p. 298-314).

Outro fator complicador de uma campanha militar é que, no emprego em um teatro de operações, muitas vezes os militares são confrontados com problemas não militares, o que exige uma coordenação com outros órgãos do governo e do Estado. Isso traz tensões novas na dinâmica político-militar, uma vez que a coordenação entre entes é complexa e muitas vezes deficiente, já que cada agente lida com o problema de uma forma diferente, dada a falta de coordenação e orientação da liderança política, o que incorre em falha na campanha militar (KISZELY, 2019, p. 244-5).

Um elemento que explica a dificuldade de militares e políticos em lidar com as guerras que se seguiram ao 11 de Setembro de 2001 se encontra na experiência estratégica das potências ocidentais durante a Guerra Fria. O advento da arma nuclear, como visto anteriormente, inviabilizou o pensamento estratégico pelo seu

poder destrutivo. Com isto, as potências procuraram estudar uma forma de enfrentamento convencional, e daí aparece o nível operacional. Mas as potências não se prepararam para algo que já se mostrava durante a Guerra Fria e cresceu exponencialmente após o fim desta: as guerras limitadas.

Em 1957, Henry Kissinger já apontava que, em uma guerra entre uma potência atômica e um país não atômico, a capacidade nuclear seria irrelevante, especialmente se o segundo fosse subdesenvolvido (HEUSER, 2010a, p. 455). O exame da história militar da Guerra Fria demonstra que as potências nucleares tiveram grandes problemas para lidar com oponentes subdesenvolvidos, como no caso dos EUA no Vietnã, e da União Soviética no Afeganistão, por exemplo.

A lógica da escalada impeliu as superpotências da Guerra Fria ao uso de armas nucleares, pondo fim a qualquer racionalidade da guerra, fazendo com que a limitação da guerra entrasse na pauta da Guerra Fria. Importante ressaltar que esse movimento também dizia respeito a em que lugares as guerras tomariam lugar: essencialmente, países periféricos (HEUSER, 2010a, p. 455-456).

Isso criou um novo problema: uma vez que todo o poder que um país dispõe não poderia ser usado, como obter a vitória? As guerras limitadas da Guerra Fria, e após esta, trouxeram algo que já deveria ser considerado em análise sobre o conceito de Vitória: a questão da persuasão. Era necessário complementar o uso limitado da força com argumentos e narrativas.

Porém, faltava uma percepção importante aos estrategistas ocidentais: uma guerra limitada para uma grande potência pode não sê-lo para outro país, ou outro ator. Ele pode demonstrar uma vontade maior de ganhar a guerra, não só por estar em inferioridade, mas também porque, para este ator, para este país, a guerra pode ser total, como uma travada em prol da libertação nacional, ou para impedir de ser submetido ao jugo da potência (BRODIE, 1959, p. 311-5).

No lado comunista da Guerra Fria, ganhou popularidade a teoria de Mao Tse-tung, de buscar a limitação da guerra por meios irregulares, travando uma grande insurgência contra o poder estabelecido. Isto rapidamente se tornou altamente popular no chamado “Terceiro Mundo”, com revolucionários enfrentando países colonizadores por meio das técnicas de Mao - “uma guerra de guerrilhas”. O método se provou bem-sucedido, dada a grande onda de descolonização na África e Ásia

nos anos 1960, assim como na Indochina, onde os EUA foram derrotados no Vietnã. Embora limitada na forma de combater, a insurgência muitas obteve uma vitória política completa (HEUSER, 2010a, p. 460).

As forças que travaram tais guerras limitadas foram, muitas vezes, forças profissionais. O debate entre dois modelos de serviço militar: conscrição e voluntariado, também pode ser identificado como um fator que ajuda a montar o panorama da crise da Vitória.

Exércitos de conscritos e exércitos profissionais foram capazes de vencer conflitos complexos, ao se observar a História Militar. Porém, as consequências da adoção do modelo profissional, caracterizado por tropas voluntárias são relevantes para que se entenda como, nas sociedades ocidentais, o interesse pela Guerra no pós-Guerra Fria diminuiu rapidamente, uma vez que já não havia mais uma ameaça existencial.

Com o desaparecimento do ideal do “soldado cidadão” nestes países, suas sociedades experimentaram uma desconexão com as Forças Armadas, exceto pelas famílias daqueles que servem nelas. Isso também fez desaparecer outro ideal – o da “Nação em Armas”, surgido com a Revolução Francesa de 1789 (HEUSER, 2010a, p. 485).

Essa ausência de uma ligação não só gerou um sentimento de perceber os militares como mais uma força profissional como os bombeiros ou a polícia, mas também abriu um espaço de manobra por parte dos políticos, que podem se valer do uso dessas forças em guerras expedicionárias enquanto a população é posta em uma posição de “espectadores” do conflito.

Assim se dá o surgimento daquilo que pode ser chamado de “*spectator-sport warfare*”, ou seja, os conflitos envolvendo potências ocidentais são muitas vezes tido por seus cidadãos como algo ao qual assistir, uma vez que não há consequências diretas deste envolvimento, dadas as distâncias das zonas de conflito e como a campanha é conduzida pela potência (MCINNES, 1999, p. 154).

Alguns pontos são relevantes para entender como o conceito de “*spectator-sport warfare*” se desenvolve. Primeiro, o uso da força por parte das potências ocidentais é articulado em torno da premissa de sofrer o menor número possível de baixas, pois embora a opinião pública seja indiferente em um momento inicial da

campanha, ela é extremamente sensível a um grande número de baixas, e isso tiraria qualquer apoio popular a operação. Minimizar baixas também diminui os impactos da guerra na sociedade, sem que sejam sentidos os efeitos do uso da força.

Segundo, como já dito antes, a profissionalização das Forças Armadas nas potências ocidentais, para além da desconexão com a sociedade, implica na busca pelo terceiro elemento: tornar as campanhas curtas em duração, com o uso massivo de poder de fogo, especialmente por meios aéreos e emprego limitado de tropas, de preferência, forças de operações especiais. Desdobrando estes recursos, as potências ocidentais procuram fazer com que a campanha dure pouco tempo, e assim, evitar o atrito e a fricção que fazem com que um conflito se arraste por anos (MCINNES, 1999, p. 155).

Quarto, visando escapar de choques na opinião pública, as potências ocidentais buscam minimizar os riscos de danos colaterais. Na Primeira Guerra do Golfo, nas guerras da Iugoslávia, na Guerra de Kosovo, a procura pelo uso das munições guiadas, chamadas de “inteligentes” se deram em razão disto, para que o apoio popular não se perdesse, demonstrando que a campanha militar se dava contra um líder ou governo e não contra aqueles povos (MCINNES, 1999, p. 155-6).

O uso de poder aéreo por parte das potências ocidentais não é sem sentido, se observado na lógica demonstrada pelo “*spectator-sport warfare*”: além de demonstrar politicamente uma vontade de limitar a guerra por parte da potência, empresta as ações um aspecto asséptico, como se não ocorresse derramamento de sangue. O investimento em tecnologia se dá por isso: tentar eliminar a fricção e o atrito.

Outra forma de superação da fricção e do atrito, e que causa complicações para o conceito de Vitória é a adoção de medidas que servem mais para proteger políticas e carreiras do que prestar uma correta avaliação de campanhas. Com alguma influência do mundo empresarial, lideranças políticas e militares passaram a se valer de medições de desempenho para justificar progressos em operações militares e criar uma narrativa de sucesso (LARSEN, 2014, p. 23).

Tal adoção não é recente, vindo desde a Guerra do Vietnã, passando pela Primeira Guerra do Golfo e indo à Guerra do Afeganistão. As medições de

desempenho acabaram por servir mais a demonstrar a problemática condução da campanha no nível político e estratégico, impedindo qualquer chance de sucesso (LARSEN, 2014, p. 347-8).

Para ser feita justiça, o problema não se encontra nas medições de desempenho, que podem ser muito úteis para a condução das campanhas e a correção dos rumos políticos de uma guerra, uma vez que fornecem métricas da evolução do conflito e indicações de seus rumos futuros. Se bem utilizadas, as medições de desempenho fortalecem o processo estratégico.

Porém, isto não ocorreu nos conflitos citados. Do Vietnã ao Afeganistão, foram utilizadas formas diferentes de medição, com objetivos diversos, embora com o mesmo fim – prover maneiras de perceber o andamento do conflito. Mas não com a finalidade de promover a análise correta, e sim, de fazer com que a opinião pública mantivesse apoio à guerra.

No Vietnã, foi adotada a métrica da contagem de corpos, ou seja, a indicação de progresso era o número de inimigos mortos em combate. A superioridade do poder de fogo dos EUA, obviamente produziria um maior número de inimigos mortos que seus próprios soldados. Isso orientou a campanha, gerando uma miopia estratégica sem paralelo – em vez de focar em manter o Vietnã do Sul em condições de se sustentar, o comando americano enfatizou a letalidade de suas forças e usou tal medida como forma de justificar que a guerra estava sob controle (LARSEN, 2014, p. 352).

Na Primeira Guerra do Golfo, as medições de desempenho foram predeterminadas antes mesmo do início do conflito e não foram alteradas a medida que este se desenrolou. O foco era promover um grande atrito no Exército do Iraque, destruindo sua capacidade de combate, em especial, seus carros de combate (tanques). A medida que o poder de fogo da Coalizão destruía grandes quantidades de tanques iraquianos, o presidente dos EUA ordenou a mudança das prioridades, pois considerou que a vasta destruição realizada poderia passar a imagem de um uso excessivo da força. Aqui se vê que a métrica utilizada na verdade tornou-se um problema em vez de uma solução (LARSEN, 2014, p. 352).

No Afeganistão, as medições de desempenho foram mudadas várias vezes, dependendo do comando da força da OTAN. Entre 2009 e 2011, as medições foram

usadas para justificar requisições de mais recursos e afastar a liderança política da guerra, dando autonomia aos militares. Assim, somente as métricas que indicavam um progresso no teatro de operações eram consideradas e publicizadas, o que mostra a dubiedade e a pouca confiabilidade das medidas adotadas (LARSEN, 2014, p. 353).

Diante da incapacidade de vencer, as lideranças políticas e militares adotaram com entusiasmo as medições de desempenho, pois, poderiam formular uma narrativa de sucesso nos conflitos por meio delas. No Vietnã e no Afeganistão, as medições de desempenho se tornaram substitutas da Vitória, diferentemente da Primeira Guerra do Golfo, onde elas se tornaram problemáticas, sendo deixadas de lado pela liderança política (LARSEN, 2014, p. 356-7).

Um último fator a ser considerado na crise do conceito de Vitória na contemporaneidade é a presença da noção de Guerra Justa. Não se tratam de conceitos inconciliáveis, uma vez que a Vitória em conflito pode trazer justiça e a reparação dos crimes e injustiças cometidos pelo ator vencido, que era um agressor em um momento anterior da guerra.

Mas dada a rejeição das sociedades ocidentais à Guerra e, por associação, à Vitória, esta tornou-se um “escândalo”. O desejo de vencer um conflito é algo percebido hoje como não desejável nas sociedades ocidentais, pela própria rejeição destas a Guerra. Entretanto, não se deve furtar os efeitos que uma vitória em um conflito traz, com as mudanças políticas, sociais e culturais decorrentes. Quatro fatores ajudam a entender o porquê disto.

Primeiro, vitórias podem custar caro. A Segunda Guerra Mundial é um exemplo de como um triunfo estratégico pode impor uma conta pesada ao vencedor. Os EUA tiveram de gastar bilhões de dólares para levantar Alemanha e Japão, além de garantir que tais nações não se rearmariam e causassem novas guerras. O Plano Marshall serviu para reconstruir aliados vencedores que se encontravam quebrados pela guerra, assim como vencidos (PATTERSON, 2017, p. 107).

Segundo, as vitórias podem ser *pírricas*. Pirro, rei do Épiro, após vencer os romanos em uma batalha, perdeu praticamente todo o seu exército, e deu origem a expressão ao proferir: “Mais uma vitória como esta e estarei perdido”. Um triunfo estratégico pode causar grande número de baixas ao vencedor, tal como perdas

materiais impossíveis de serem repostas. Fora isto, também pode se aplicar as vitórias táticas obtidas pelas potências ocidentais na Segunda Guerra do Golfo e na Guerra do Afeganistão, uma vez que elas não foram traduzidas em uma vitória na Guerra ao Terror (PATTERSON, 2017, p. 108).

Terceiro, o esvaziamento do conceito de Vitória por meio do revisionismo. Diversos acadêmicos revisionistas, procuraram colocar sobre forte exame crítico o triunfo estratégico, colocando a vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial como uma expansão do capitalismo e a visão de que a vitória na guerra serve apenas aos propósitos de elites político-econômicas, que usam os conflitos para espoliar as riquezas globais, gerando o sentimento de que a vitória não é algo que produza orgulho, mas culpa e devastação (PATTERSON, 2017, p. 109).

Quarto, o conceito de Vitória foi duramente afetado pela confusão entre o pensamento da Guerra Justa e a ética militar. O debate confuso entre os pensadores contemporâneos das duas escolas gera uma posição que se torna ilógica: nenhuma guerra pode ser considerada justa até que tenha terminado, para aí sim, verificar se ela foi uma medida de justiça ou não. Examinando-se à luz da teoria da Guerra Justa, fica patente o contrasenso, uma vez que ela determina quando o uso da força pode ocorrer, e de que maneira a autoridade legítima deve conduzir a campanha. Mesmo com a adoção de uma série de medidas de limitação do poder de fogo, como as regras de engajamento, a tendência é a profissão militar ser percebida de maneira cética por estes acadêmicos (PATTERSON, 2017, p. 109-110).

Estes fatores ajudam a entender as razões para a crise do conceito de Vitória nas potências ocidentais, e como, ele se tornou tão indesejável e inalcançável para elas. Isso resulta de más concepções a respeito da natureza da guerra e uma leitura descolada da Estratégia dos conflitos modernos. Há quem diga que a Vitória se tornou um “culto”, e que isto seria capaz de atrapalhar o desempenho das forças em operações nos dias atuais, sendo necessário descartar o conceito para “avançar” (CARIGNAN, 2017, p. 11-12).

Cabe a ressalva de que, a Estratégia na prática raramente segue os preceitos firmados pelos pensadores estratégicos, tendo muitas vezes efeitos meramente indiretos na prática da Estratégia. Isso se dá por limitações fora da Estratégia, como

as considerações políticas, econômicas e culturais, para mencionar algumas. Aqueles que pensam a guerra em tempos contemporâneos devem se orientar mais para os objetivos desejados, de forma coerente, diferente do que se tem percebido nas campanhas recentes, sob pena de continuar a obter fracassos não observando tais medidas (HEUSER, 2010a, p. 499).

O fato é que, para pensar de maneira adequada o conceito de Vitória, superando o estado em que se encontra hoje, é preciso ver como ele surgiu, e se tornou a noção fundamental e norteadora da Guerra no Ocidente. Para isto, é preciso recorrer a uma história conceitual que se tornou mais complexa desde seu surgimento na República Romana, para ver se o conceito de Vitória tornou-se uma relíquia ou ainda possui validade nos tempos contemporâneos e nos múltiplos futuros que a sua contestação venha a gerar.

Capítulo 3 – O Culto e a Ideologia da Vitória

3.1 – Introdução

O conceito de Vitória não foi algo percebido na natureza. Adveio da Guerra, uma criação humana, e sua manifestação e ideal são algo, apesar dos tempos, ainda sedutores. Generais, presidentes, monarcas, autocratas e tiranos ainda se valem do ideal da glória para se legitimar, expandir seus poderes ou se perpetuar no poder.

“Na guerra, não há substituto para a Vitória”, disse o General Douglas MacArthur ao Congresso dos EUA em 1951 (O’DRISCOLL, 2020, p. 1). Esse dito é revelador, pois demonstra que o quanto o ideal permanece, sendo repetido por outros soldados em diversas ocasiões.

Antes de se tratar do culto à divindade romana que regia a Vitória, cabe observar um pouco a etimologia da palavra. Isto é relevante por se tratar de algo que ajuda a criar uma confusão interpretativa sobre o que Vitória significa no imaginário político e popular – aquilo a que se pode chamar uma “linguagem da vitória”.

Vitória deriva do latim “*victoria*”, que por sua vez, tem origem na expressão “*vinco victus*”, que significa conquistar. A palavra era utilizada pelos romanos com senso finalístico e total, transmitindo a ideia da derrota final de um inimigo e um trunfo de natureza moral e até espiritual, provocando satisfação em obtê-la (MARTEL, 2011, p. 21-2).

Esta palavra acaba sendo confundida com outras: conquistar, triunfar, derrotar, sujeitar, subjugar, prevalecer e dominar, que são usadas na contemporaneidade como sinônimos de vitória. Mas cada uma delas tem um significado próprio que ajuda a produzir interpretações diversas, tornando o significado de vitória mais abrangente e difícil de compreender.

Destas, destaca-se a palavra triunfar, que vem do latim “*triumphus*”, associada ao ritual do Triunfo romano, a celebração de uma grande vitória obtida por um general em nome da República ou do Império. Triunfar significa a aclamação sobre uma vitória que gerou uma conquista inquestionável, um sucesso definitivo e um inimigo batido (MARTEL, 2011a, p. 22).

Parte da confusão com o conceito de Vitória é produzida pelas palavras associadas a ela. Tornando-se imprecisa, e usada em larga escala, pode-se concluir que a palavra vitória se tornou uma expressão universal e generalizada que acadêmicos, militares e lideranças políticas usam de forma vaga para definir ou descrever o que significa o sucesso em guerras ou operações militares (MARTEL, 2011a, p. 22-5).

Para desvelar este verdadeiro “nevoeiro verbal” o conceito de Vitória, é preciso fazer um resgate genealógico. Daí pode-se entender porque os ritos romanos tinham natureza dual, ao celebrarem as vitórias nas guerras travadas pela República: não só eram celebrações religiosas ao culto da Deusa Vitória, uma deusa menor do panteão romano, mas altamente popular, bem como demonstrar o poder da República Romana, a qual não teria rivais na orbe.

Parte destes rituais ainda estão presentes nas sociedades ocidentais. Desfiles militares são realizados por muitos Estados, e paradas triunfais são feitas para celebrar vitórias em guerras. Vencedores são exaltados, enquanto vencidos são espoliados de itens que simbolizem sua queda ante ao vencedor – insígnias, bandeiras, estandartes, armas e mesmo líderes inimigos, prostrados diante dos vencedores.

A manifestação do Triunfo Romano, extremamente ritualizado e com uma série de regras foi algo a que generais, imperadores e reis aspiraram, para demonstrar seu poder, laureado pela glória que a vitória que um conflito trazia. Napoleão fez uma procissão triunfal por Paris ao retornar da campanha da Itália, ironicamente trazendo diversas obras de arte, à maneira dos romanos (BEARD, 2007, p. 2).

3.2 – O Culto da Vitória em Roma

Pela guerra a República Romana se expandiu. Na vitória ela criou e se transformou num Império. E pela Vitória, o Império foi perpetuado. O culto à deusa Vitória no mundo romano não tinha função apenas religiosa. Reforçava o papel político e a autoridade política de uma construção política complexa, cheia de diferentes povos e culturas (FEARS, 1981, p. 737).

Invocar esta deusa na vida ordinária dava acesso a uma série de redes de relacionamentos que pairavam sobre elementos militares, sociais e políticos, dando capacidade legitimadora a uma liderança política. Importante frisar, que, diferente do mundo contemporâneo, a sociedade antiga não só aceitava como funcionava melhor quando uma função política estava calcada também em fundamentos religiosos, pois a religião ocupava função relevante de ordenamento social (FEARS, 1981, p. 739-40).

Fazendo parte da religião do Estado na República Romana, o culto à deusa Vitória se tornou tão complexo e rico que é possível tratar em termos de uma “Teologia da Vitória”. E para isto, é preciso considerar nesta teologia um papel sociopolítico para além do religioso, diferente dos tempos contemporâneos.

O conceito de Teologia da Vitória, tem dois pilares: um religioso e um político. O primeiro pilar, o religioso, se dá por meio da relação do homem com aquilo que se manifesta como uma divindade, a qual, no paganismo greco-romano, é uma entidade sobrenatural com capacidade de beneficiar uma comunidade de fiéis por meio de ações específicas (FEARS, 1981, p. 740).

O segundo pilar, o político, se dá na medida da representação da vitória como forma de ordem. O vencedor passa a ter legitimidade como escolhido dos deuses, batendo inimigos como tiranos e bárbaros, conquistando-os, tomando suas posses, despojando. A vitória funda uma nova ordem política, um triunfo da civilização ante o barbarismo e a selvageria, que se reflete ora como um povo bárbaro ou um líder estrangeiro que exerce autoridade política de maneira desmedida, desafiando Roma. A vitória, como conceito político, abre espaço para justificar um poder maior ao vencedor, seja ele general ou um rei, o poder absoluto (FEARS, 1981, p. 750-2).

Vitória era uma deusa menor no panteão romano, a despeito de sua grande popularidade que cresceu à medida das conquistas da República e do Império. Seu culto tornou-se tão forte e popular que o imaginário romano foi muito afetado por isto, e elementos deste culto foram sendo incorporados às fundações da ideologia que sustentava o Estado romano (MCCORMICK, 1986, p. 2-5).

Este culto tinha origem estrangeira à Roma. Fruto das conquistas da República, a entrada na cultura romana das influências helenísticas abriu espaço para a transformação do papel de diversas divindades e absorção de outras. No

caso específico, uma deusa menor, *Nike*, sempre associada a Atena, que era a deusa da estratégia. No século III a.C., foi erigido um templo a sua versão romana, *Victoria* (ORLIN, 2010, p. 57-8).

Diferente da Grécia, em Roma, o surgimento deste culto dedicado a uma deusa ligada a este atributo, é uma inovação. Antes, o costume indicava a uma reverência a Júpiter, o “deus pai” e uma das principais divindades da religião oficial do Estado romano, como a construção de um templo ou de estátuas.

A importação do culto foi seguida de adaptação. *Victoria* recebeu um templo construído no Monte Palatino, uma área central e nobre da cidade de Roma. A própria construção do templo foi algo inédito em si, pois sua contraparte grega, *Nike*, não possuía templos nem um culto próprio, celebrada junto a Atena, sendo segurada por ela em sua mão direita, um indicativo de sua associação a esta – *Athena Nike* (FEARS, 1981, p. 753).

É importante observar que, embora os romanos tenham sido influenciados pela figura de *Athena Nike*, para que surgisse o culto à *Victoria*, outras divindades eram ligadas a vitória militar. Zeus, Apolo e Poseidon, apenas para citar algumas dessas, receberam oferendas por vitórias das cidades-Estado gregas em guerras. As vitórias contra os persas também levaram a profusão de oferendas a estes deuses (FEARS, 1981, p. 754-5).

Também foram dedicadas oferendas a *Athena Nike*, e, na esteira do poder crescente de Atenas na Grécia, santuários a ela foram erigidos em diversas partes da Magna Grécia, as colônias gregas no sul da Península Itálica. A vitória dos romanos sobre os samnitas no século III a. C. fez com a República Romana travasse contato com estas regiões, logo sendo influenciada por seus costumes (ORLIN, 2010, p. 60-61).

Um fator importante na importação e criação do culto à *Victoria* também, para além da influência cultural grega sobre os romanos, era também a expansão do horizonte da República Romana para além da Itália. A aproximação com as cidades da Magna Grécia e as guerras contra os cartagineses eram desafios aos romanos. Quanto aos colonos gregos, a aproximação e absorção de suas divindades trazia uma ferramenta muito útil politicamente, facilitando a expansão da República (ORLIN, 2010, p. 60-1).

Entre gregos e romanos, também se deve observar a questão político-religiosa que uma Teologia da Vitória implica. Atributos ligados à vitória em um conflito passaram a ser incorporados à autoridade política. É importante frisar que, ao denominar “Teologia da Vitória” a análise do culto da divindade no mundo greco-romano, se trata de um conceito para compreender a manifestação do fenômeno deste credo em Roma (FEARS, 1981, p. 739).

A guerra no mundo tinha uma característica de legitimação da posse obtida por meio da conquista militar: pilhagem, saque e captura de pessoas que seriam escravizadas, percebidas como legítimas, sendo produtos da obtenção pela espada. A força dava controle total ao conquistador dessas presas, como butim da vitória (FEARS, 1981, p. 755-6).

Comum a sociedades da Antiguidade, isto foi retrabalhado ideologicamente pelos gregos não somente como produto de proeza militar, mas também como manifestação da *aretê*, a demonstração da excelência, da virtude e do destino a ser cumprido – ou seja, o império que Atenas construiu não era mais que reconhecimento de sua *aretê*, com as bênçãos de *Athena Nike* (FEARS, 1981, p. 756).

A influência da percepção da *aretê* como a capacidade de um homem governar outros se expandiu na Grécia nos séculos IV e III a. C. E essa influência desaguou na República Romana. O possuidor desta característica, era um líder natural, um governante por graça, tendo o favor das divindades, *eutychia*, a boa vontade. E isto incluía a virtude de ser um vencedor e governar aqueles que fossem conquistados (FEARS, 1981, p. 758-9).

Outro atributo que o general vencedor deveria possuir, aos olhos dos soldados e dos cidadãos, era o da *tykhe*, a fortuna. Era preciso mostrar-se como portador de sorte, de um destino grandioso, pois isto inspirava os soldados e também alimentava as ambições políticas do general. Demonstrar que os deuses aprovavam e estimulavam seus intentos era uma forma de se mostrar um favorito destes impulsionando a ações mais arriscadas na guerra, e cursos mais ousados na política. O general sem a fortuna vinda dos deuses não poderia ser digno, nem vencedor (FEARS, 1981, p. 760-1).

Sinais dessa influência se mostram quando, após a chegada e construção do

templo dedicado a deusa Vitória em Roma, cultos a *Hercules Victor* e *Hercules Invictus* vieram com mercadores e viajantes, mas logo foram transformados à maneira romana, sendo associados a generais e a conexão destes com a deusa Vitória. Ao assumirem papéis ligados aos cultos de heróis, os generais romanos aspiravam à glória, reforçavam suas carreiras políticas e ainda criavam uma narrativa na qual Roma era parte do mundo helenístico, relativizando as diferenças da República com as conquistas nesta órbita (ORLIN, 2010, p. 62).

O modelo inspirador dos generais romanos era Alexandre da Macedônia. O conquistador do Império Persa trazia em si todas as características ideais: a harmonia entre a *aretê*, *eutychia* e *tykhe*. Governante não só pelo direito hereditário, mas por ser favorito dos deuses e vitorioso na guerra. Sua figura e sua realeza foram trabalhadas de maneira a ser completamente divina, com uso de previsões, sonhos e outros sinais de que ele teria um laço com as divindades e o bom favor destas (FEARS, 1981, p. 764).

Para entender a formulação e consolidação da Teologia da Vitória, Alexandre é decisivo, pois fornece o exemplo real que se torna ideal, o humano que se torna superhumano pela intervenção divina, conquistador universal e vice-regente dos deuses no mando do mundo (FEARS, 1981, p. 764). Este modelo seria a inspiração de diversos generais romanos de nome: Cipião, Mário, Sula, Pompeu e Júlio César.

Os Dídacos, generais de Alexandre que sobreviveram a este e que controlavam o império deixado por ele, só tinham a autoridade vinda da força militar. Para se legitimarem como regentes, buscaram na figura do rei morto a fórmula, ora se associando a ele, ora se associando diretamente aos deuses. A necessidade de legitimação levou estes generais a copiar moedas de Alexandre, usando elementos ligados ao divino, como o trovão de *Zeus* e a coroa dada por *Nike* (FEARS, 1981, p. 768).

Aqui se mostra um elemento que aponta para leitura romana do culto de Vitória, e uma possível fonte de inspiração para ela se compôs: com Alexandre, *Nike* será representada em associação a *Zeus* e não como *Athena Nike*, o que abre um precedente, mas não lhe concede a independência que sua faceta romana terá. O paradigma político de Alexandre serve a estes generais como modelo, mas é a primeira manifestação do papel do general na Teologia da Vitória: vencedor, a ele

deve ser concedido o governo, legitimado pelos deuses (FEARS, 1981, 769-70).

As monarquias helenísticas se nutrem da Teologia da Vitória como um de seus elementos legitimadores. Talvez o principal, considerado o conceito político-religioso que esposa, para além da capacidade de sustentação da força militar. O desenvolvimento desta teologia se dá na coadunação do pensamento político e religioso grego com influências orientais, especialmente quanto a monarquia como sistema de governo (FEARS, 1981, p. 771-2).

Aí a figura de *Nike*, associada a *Zeus* ou *Athena Nike*, concede um papel novo ao vencedor. Mas ela não intervém no campo de batalha nem garante sinais ao general – *Nike* é a deusa do reconhecimento da vitória como graça ao vitorioso, de que ele tem o favor divino, e assim, é líder de prestígio. Com este poder legitimador, a Teologia da Vitória fornecia instrumento poderoso ao reforço da autoridade de reis helenísticos (FEARS, 1981, p. 772-3).

A chegada da Teologia da Vitória a Roma marcaria o início do estabelecimento da hegemonia da República Romana sobre a Itália e o mundo mediterrâneo. A construção do Templo de Vitória no Monte Palatino marca uma mudança na cidade de Roma, e costumes se originam para saudar vencedores dos campos de batalha da guerra contra os samnitas, que recebem coroas por heroísmo e salvas de palmas públicas, um costume grego (FEARS, 1981, p. 774).

A importação do culto e a Teologia da Vitória, serviu ao Estado romano como mecanismo legitimador de sua expansão pelo Mediterrâneo. As ofensivas romanas nas guerras contra os cartagineses e macedônios eram impulsionadas pelo novo culto, por deuses que se mostravam favoráveis às conquistas romanas, sendo que votações no Senado foram desempatadas por ir à guerra contra estes e outros oponentes com menções aos sinais divinos que apontavam nesta direção (FEARS, 1981, p. 775).

Como visto, em Roma, *Victoria* tinha culto que lhe concedia independência dos outros deuses, mas não impedia associações. Logo se viu associada a Júpiter, o rei dos deuses, e o culto a *Jupiter Victor*, e há um dado interessante: diferente dos reinos helenísticos, este culto não se fez em nome de um general ou rei, mas do Estado romano – *Jupiter Victor, Roma Victrix*. Ou seja, a comunidade romana, sua República e o império de suas conquistas portavam a vitória – a *res publica* era a

responsável pelo trunfo, com seus membros (FEARS, 1981, p. 777).

A Teologia da Vitória em Roma terá dois períodos. O primeiro, *Victoria Populi Romani*, no qual ela ligada à religião oficial e o Estado romano, será desafiada e capturada pelos generais que vão tomar a glória do trunfo nas guerras para si, no qual a deusa Vitória terá uma personalização ligada a estes generais e; o segundo, *Victoria Caesaris*, que surge nos estágios finais da República e se consolida no Principado, quando a Vitória passa a ser um atributo exclusivo do Imperador romano.

Para entender a ligação entre o sucesso nos campos de batalha e o Estado romano, basta recordar a noção que é a mais célebre no culto de Vitória neste momento – *Victoria Populi Romani* – a vitória em prol da comunidade, construída por ela e obtida com seus sacrifícios. Generais eram reverenciados, mas, como líderes da comunidade e não como indivíduos extraordinários, à moda dos reis helenísticos. Generais e Cônsules da República eram homenageados, sempre com lembranças a que o favor dos deuses era devido ao cargo para os quais tinham sido eleitos ou escolhidos pela comunidade para exercer (FEARS, 1981, p. 778-9).

Isto não quer dizer que, desde um primeiro momento, os generais romanos não ambicionassem as benesses concedidas por vencer no campo de batalha, em especial o prestígio, a fama e a riqueza que um trunfo conferia. Fora que, estes agentes sempre procuravam caracterizar um relacionamento especial com as divindades, de maneira a legitimar pretensões políticas. Isso era reforçado pela liderança carismática desses generais, tensionando e enfraquecendo as instituições da República Romana.

No primeiro momento, a República Romana tinha um papel claro na conexão de seus mais altos cargos em relação ao divino e sagrado: suas capacidades de interlocução dependiam e vinham do fato de terem sido escolhidos pela comunidade. O voto era referendado por ritos que indicavam a aprovação do magistrado – *inauguratio* (FEARS, 1981, p. 779).

O primeiro general a bater isto e iniciar a tradição de “capturar” *Victoria* para si é Cipião, o Africano. Suas vitórias sobre os cartagineses, no contexto da Segunda Guerra Púnica, e sua vitória sobre Aníbal em Zama, em 202 a.C., lhe conferiram a autorização, pelo Senado, de um triunfo em Roma em 201, e de adotar o agnome

Africano, laudando sua vitória sobre um inimigo tão poderoso e agora, posto em submissão à República Romana (FEARS, 1981, p. 779-80).

Cipião será o primeiro dos generais romanos carismáticos, a receberem a alcunha de *Invictus*. Isto já é uma forma de personalização e apropriação do culto da deusa Vitória para o general. Ao se colocar assim, Cipião procurava mostrar-se um favorito dos deuses, com as virtudes necessárias ao grande general, em uma demonstração de como a influência helenística na Teologia da Vitória romana foi se mostrando (FEARS, 1981, p. 780).

Na esteira de Cipião, Tito Flamínio, vencedor sobre os macedônios na Grécia, teve estátuas construídas dedicadas a si tal como moedas. Pela primeira na história da República Romana, uma pessoa era saudada viva, algo que só se repetiria com Júlio César. Bustos de Tito Flamínio tinham sua face de um lado e, de outro, uma representação de *Victoria* lhe abençoando (FEARS, 1981, p. 781).

A personalização de *Victoria* indicava a absorção de outros costumes e sua conexão com ritos romanos, com a transformação do rito do Triunfo. Antes, uma celebração do feito das armas da República, com saudações ao general vencedor, com fortes influências da monarquia etrusca, conquistada e anexada por Roma, o Triunfo tinha múltiplos papéis – representava uma reverência aos deuses que ajudaram os romanos a vencer a guerra, marcava o fim desta e o retorno à paz (ÖSTENBERG, 2009, p. 2-4).

A partir de Cipião, o rito romano passou a se focar em torno da figura do *triumphator*, o general vencedor, favorito das divindades e portador de riquezas. As presas de guerra não eram mais consideradas como produto dos esforços da República, mas sim como uma concessão do general, que obteve tais posses pela vitória no campo de batalha. As forças carismáticas ligadas à guerra e à vitória são direcionadas e incorporadas pelo general, que se veste com as insígnias de Júpiter e se porta como representante deste. Sua divinização por um momento é considerada tal que um escravo deve repetir em seu ouvido que ele é um mortal (FEARS, 1981, p. 781-2).

Estes triunfos não estavam alheios das lutas de poder na República Romana. Oponentes de Cipião e Tito Flamínio procuraram deslegitimar ou diminuir seus feitos nos campos de batalha, por meio de outras campanhas militares, ou por meio da

construção de templos a *Victoria*, associando-se a deusa de maneira a mostrarem-se também como portadores dos bons favores divinos (FEARS, 1981, p. 782-3).

A transformação da Teologia da Vitória em Roma, de um culto que celebrava os feitos da comunidade a ser direcionada em torno de indivíduos específicos, magistrados que buscavam comandos militares e a exaltação de feitos seus e de suas famílias, pois o processo de personalização do culto a *Victoria* seguia com força entre 201 e 135 a.C. Já a exortação feita por estes magistrados criou o espaço para a geração seguinte de generais carismáticos da República que a colocariam em crise, pois o sucesso militar para estes era nada mais que o reconhecimento de suas personas invencíveis e dotadas de uma relação especial com as divindades, não só por si, mas por linhagem (FEARS, 1981, p. 784-6).

Caio Mário será o primeiro dessa geração de generais carismáticos, usando ativamente a Teologia da Vitória a seu favor, por meio de moedas, monumentos, construção de templos, valendo-se da riqueza adquirida em combates para promover seu prestígio político. Diferente de outros generais, Mário não vinha das elites romanas, e por isso, usou ativamente da personalização da Teologia da Vitória como forma de mostrar-se um portador dos triunfos nos campos de batalha (FEARS, 1981, p. 786).

Ele é o primeiro a demonstrar como a ideologia que circundava a Teologia da Vitória se acomodou na política romana e por isso, usada extensivamente como instrumento de propaganda por generais carismáticos: o culto à *Victoria* ganhava uma face, a dos chefes militares vencedores, que por meio de seus sucessos nos campos de batalha em guerras onde a República se expandiu, legitimavam suas ambições políticas.

As guerras civis que se sucederam na década de 80 a. C., aprofundaram ainda mais tal relação. A República estava dividida entre generais de grande capacidade militar e desmedida ambição política. Isso reforçou a caracterização do general vencedor como escolhido dos deuses, demonstrado por suas vitórias nos campos de batalha. As divindades, seriam, portanto, as garantidoras da ordem política criada pelas ações deste general. Isso enfraqueceu uma das bases ideológicas da República Romana e abriu espaço para a ascensão do Principado, o governo do imperador como escolhido divino (FEARS, 1981, p. 790).

Como resultado destas guerras, Sula emerge como a principal figura da política romana, após vencer no Oriente e retornar a Roma, embora, decretado um inimigo da lei, constituiu seu poder através de força militar e por ela, estabeleceu um domínio sem precedentes na República. As legiões sob seu comando o apoiavam, efeito de seu carisma e do longo tempo em que exerceu o governo de províncias e assim, pode ter a chefia militar (DROGULA, 2015, p. 309).

A ilegalidade de seus atos só poderia ser revertida por meio do recurso a divinização. Assim, surge a *Victoria Sullana*, primeira personalização direta da Teologia da Vitória em Roma. O ditador, cônsul e general vencedor se torna o fundador de uma nova ordem política, um restaurador da República, o provedor de uma nova era. Suas vitórias no campo de batalha serão capitalizadas por uma propaganda onde Sula será retratado sendo coroado por *Victoria* como *triumphator* – uma demonstração de que suas ações eram inspiradas, quase ordenadas pelo desígnio divino (FEARS, 1981, p. 795).

O triunfo de Sula será o mais luxuoso, pela demonstração de riquezas e poderio até então, abrindo a nova era da Teologia da Vitória. A transição se encontra completa neste momento. A vitória do general é a vitória da República, e ela só foi possível por meio deste indivíduo capaz e abençoado pelo divino. A centralidade do sistema político, sua estabilidade e a capacidade da República Romana em conseguir vitórias nas guerras passam a depender de indivíduos assim (FEARS, 1981, p. 796).

Pompeu, também um general carismático, será responsável por abafar qualquer tentativa de resgate da Teologia da Vitória de sua personalização. E por ter uma carreira diferente de Sula, o recurso à propaganda de general vitorioso é decisivo para legitimar suas ambições políticas. Como general e procônsul, ele venceu em províncias onde senadores em comando de legiões foram derrotados, e foi eleito cônsul sem ter sido nomeado para cargos anteriores, rompendo com a tradição republicana romana (FEARS, 1981, p. 796-7).

Sua eleição para o consulado em 70 a.C. será impulsionada por uma forte propaganda que lhe demonstrava como grande conquistador e favorito divino – tais elementos justificariam sua ascensão heterodoxa nas altas esferas da República Romana, em claro desafio às estruturas tradicionais do poder. Só como vitorioso e

escolhido dos deuses, Pompeu poderia se legitimar antes aos olhos populares, já que a elite oligárquica romana sentiu-se desafiada por seu poder e prestígio – Pompeu foi chamado Magno, à maneira de Alexandre da Macedônia – *Victoria Pompeana* (FEARS, 1981, p. 797).

Júlio César aprofunda este movimento da Teologia da Vitória. Assim como no caso de Sula e Pompeu, há uma *Victoria Caesaris*. Porém, diferente dos dois primeiros, o evento de sua morte em 44 a.C. e a guerra civil que se seguiu com a vitória e ascensão de Otávio Augusto, seu herdeiro nomeado, cria uma mitologia política que sobrevive ao general e ditador morto – os imperadores que seguem, a partir de Augusto, portam o nome de César e por isto, são vitoriosos (FEARS, 1981, p. 804).

A divinização do vencedor estava completa – ao adotar o título do general vencedor aclamado por suas legiões – *imperator*, Augusto funda a monarquia militarizada do Principado. Embora as instituições romanas ainda tenham seguido, elas se encontram completamente dominadas pelo poder do imperador, que controlava as finanças, esquadras, as legiões e unidades auxiliares, as forças militares que sustentavam o império (DROGULA, 2015, p. 345-57).

Com a criação do Império, Augusto também reformaria o paradigma da Teologia da Vitória. Ao não desejar ser retratado como um ditador ou tirano, muito menos um controlador de Roma apenas pela força, a propaganda do novo imperador tratou de recorrer ao favor divino para legitimá-lo e conseguir a proeminência necessária para se manter no topo da política romana com um verniz de legalidade (DROGULA, 2015, p. 357-66).

A nova ordem política do Principado tinha surgido em batalha e era justificada por isto – uma conquista obtida no campo de batalha. A *Victoria Augusti* surgia e com ela, uma nova visão sobre o que significava a vitória para os romanos. Novo tempo demandava que a Vitória como evento estava restrita e ligada diretamente ao imperador, portanto, Augusto era o único portador desta, e assim, garantidor de um império invicto e com paz para seus cidadãos, por ter duas virtudes – *Pax* e *Victoria*. Pelos trabalhos de Augusto, a comunidade romana estava em paz, e esta foi obtida por meio da vitória, seu pré-requisito – *Victoria Augusta* (FEARS, 1981, p. 806-7).

O imperador era o portador desta vitória perene, por meio de jogos,

celebrações, moedas e rituais. A Teologia da Vitória agora tinha atingido uma personalização máxima – não era mais atributo de um general vencedor, mas do imperador somente. Por meio dela, ele assumia a condição de salvador do mundo romano e de seus cidadãos, tendo o poder da clemência, podendo perdoar aqueles que se insurgiram contra Roma, sendo salvos apenas pelo poder imperial (MCCORMICK, 1986, p. 5).

O governo do imperador tinha a característica da *imitatio dei*, ou seja, o exercício de seu poder não poderia ser igual à de um homem, mas de um deus. Sendo vasto, o Império Romano tinha em seu seio populações das mais variadas matizes políticas que precisavam ser convencidas por uma propaganda habilidosa e ideologia potente, que fosse capaz de transmitir a mensagem – o imperador como protegido dos deuses, como aquele a aspirar a divinização e protetor da orbe romana (FEARS, 1981, p. 812).

Neste processo, *Victoria Augusta*, tem a centralidade na construção deste aparato mental, dessa ideologia. Ao ser a garantidora das outras virtudes da figura do imperador, como a segurança, a concórdia, a liberdade, para citar algumas, a vitória estava sempre presente e convocada como a primeira das virtudes imperiais, a que todo imperador digno deve portar. Tão poderosa é esta construção ideológica que ela resistirá aos choques de imperadores instáveis como Nero ou Calígula, assim como a grande e grave crise do império no século III a.C., a anarquia militar. Generais que aspiravam a tomar a dignidade imperial para si, precisavam de um complexo esforço para se associarem à Teologia da Vitória. Afinal, o vencedor era aquele capaz de criar e manter a paz, atributos do imperador – paz pela vitória e a vitória como mantenedora da ordem social e paz (FEARS, 1981, p. 812-13).

No final do século d.C., não à toa, o imperador passa a usar um novo título que lhe define como portador da vitória: *Invictus*. A ideologia imperial já ultrapassava a vitória como medida de triunfo militar – ela era agora a definidora de um império próspero, rico e com ordem, uma vez que o poder amealhado pelo imperador era temível aos olhos dos inimigos e das forças que poderiam abalar a vida dos cidadãos romanos – assim o imperador era *Pius Felix Invictus*, ou seja, fiel aos deuses, por meio disso, abençoado com a felicidade, a fortuna que garantia aos cidadãos, e invencível por essa capacidade (FEARS, 1981, p. 814-15).

A vitória tinha passado de simples triunfo militar para algo mais complexo, ligado a questão político-religiosa que revestia a dignidade imperial. Como vencedor sobre ameaças ao império, sendo elas povos que invadiam o *limes*, desordens internas, guerras civis ou, ainda, tipos místicos de forças do mal, o imperador era o protetor do mundo romano através de sua natureza vitoriosa e assim, seu bem-estar era o elemento de estabilidade do sistema político e da manutenção da ordem (FEARS, 1981, p. 815-16).

A Teologia da Vitória, assim, fortaleceu o culto ao imperador, pois, se ele como escolhido divino, é portador de uma natureza vitoriosa, a força disto é tal que ele se torna vencedor mesmo ante a morte. O imperador é divinizado e, de sua condição no além vida, ele continua como protetor dos romanos, recebendo atributos de Júpiter e sendo coroado por *Victoria*. Este tema é comum na representação dos imperadores, tanto no Principado quanto no Dominato, o Baixo Império (FEARS, 1981, p. 819).

E neste movimento da ideologia imperial em que a Teologia da Vitória se tornou um de seus principais sustentáculos, o período de Constantino terá um papel decisivo pois ela passa por uma migração de um aspecto pagão para o cristão. A Cristandade foi muito influenciada pelos ritos associados às vitórias do imperador, que foram celebradas efusivamente para reforçar a legitimação de Constantino após um grave período de guerra civil e usurpação. Ele mesmo era um usurpador da dignidade imperial e somente o recurso à Teologia da Vitória, primeiro recorrendo ao culto do *Sol Invictus*, e depois, ao Cristianismo, ajudou a legitimar sua ascensão (MCCORMICK, 1986, p. 36-7).

A conversão de Constantino e a ascensão de imperadores cristãos transformou a Teologia da Vitória, sendo isto também um processo político-religioso. Por meio da propaganda das vitórias do primeiro soberano cristão do império, o culto à *Victoria* foi absorvido dentro da nova fé pela sua conexão ao culto imperial. Os imperadores se tornaram vencedores por serem protegidos do Deus único, que se provou superior a antiga ordem pagã – tema habilmente explorado pela propaganda cristã. A deusa tornou-se um anjo do Senhor, sem mesmo mudar sua natureza alada, e agora a fonte de glória e honra passava a este novo deus que colocava todos os outros como falsos e incapazes de conceder triunfos a seus devotos

(FEARS, 1981, p. 824).

A ideologia imperial e a Teologia da Vitória foram características tão marcantes que mesmo a conversão ao Cristianismo não foi capaz de abalar. Ao invés disso, a nova fé absorveu a ritualística e atributos, de forma que a principal celebração do culto de *Victoria* resistiu incólume, ao passo que muitos outros rituais romanos foram abandonados a este tempo. O Triunfo romano era uma celebração de origem religiosa com forte fundamento político importante demais para ser posto de lado (MCCORMICK, 1986, p. 100-4).

Sua existência mesmo depois da conversão dos imperadores e do império é prova da resiliência e adaptação, pois ao se tratar da cerimônia e do ritual do Triunfo, deve-se entender que não se tratava de algo parado no tempo, congelado. Como representação do mundo aos olhos romanos, e depois, cristãos, o Triunfo não era só um rito de purificação e demarcação do fim do tempo da guerra e início da paz. Marcava também o apogeu de uma celebração que exaltava a sujeição de um povo a Roma, sendo claramente uma mensagem política poderosa, a *Roma Invicta*, com um incontestável direito à conquista e supremacia (ÖSTENBERG, 2009, p. 1-2).

A Teologia da Vitória é importante para entender como a figura do general vencedor será trabalhada na tradição ocidental nos séculos posteriores, influenciando o domínio da guerra, especialmente após o século XVI e o Renascimento, no qual o resgate das instituições romanas pauta tradições militares que se seguiram, como a figura do grande capitão e da batalha decisiva. O Triunfo é outra dessas tradições a serem apropriadas e com influência até os dias atuais, como no exemplo dos desfiles militares.

3.3 – O Triunfo Romano e seu Modelo

A procissão do *triumphator*, o general romano vencedor, é um ritual complexo e grandioso: são exibidas riquezas apresadas, escravos, armas tomadas dos vencidos, animais exóticos como leões, tigres, elefantes. A exaltação da glória de Roma e a celebração era a maior glória que um general poderia ter. Em uma carruagem puxada por cavalos, acompanhados pelas legiões que estiveram na campanha, o general passava pelas ruas de Roma, em direção ao templo de Júpiter,

onde faria um sacrifício. A extravagância da cerimônia não era à toa – a demonstração de poder era clara (BEARD, 2007, p. 1).

O modelo do Triunfo serviu como um ideal de celebração no Ocidente. Muito tempo depois do fim do império, a estética da cerimônia por releituras contemporâneas, afinal, não era mais possível, ainda mais depois da Convenção de Genebra, exibir prisioneiros de guerra. Quanto a espólios, não foi muito diferente, pois, a demonstração de riquezas obtidas em campanha passou a ser mal vista. Napoleão desfilou com obras de arte tomadas das cidades italianas que conquistou. A parada soviética da Vitória de 1945, exibiu estandartes nazistas capturados, jogados ao pé da tumba de Lênin (BEARD, 2007, p. 328-9).

Ainda assim, o século XX observou uma cerimônia próxima ao Triunfo romano, aos olhos dos observadores europeus, celebrada na Abissínia (o Império Etíope) em 1916. O comandante das forças etíopes, *Ras Tafari*, que depois viria a ser o imperador Haile Selassie, desfilou em finos trajes, após a passagem de suas tropas vitoriosas, com trajes ensanguentados e os prisioneiros, com seu líder aprisionado em correntes douradas. A reverência à imperatriz etíope, que assistia a cerimônia, por parte dos prisioneiros, que pediam sua clemência, aos olhos europeus reproduzia algo que recordava os antigos triunfos romanos, com as riquezas demonstradas e o porte dos vencedores (THESIGER, 1987, p. 54-6).

Tais traços demonstram a permanência do Triunfo, como um referencial em matéria de vitória. A presença e peso do ritual na vida romana não se restringem às fontes escritas – monumentos como complexos de templos, palácios, arcos triunfais e estátuas, para citar alguns tipos, se espalham pela cidade, ainda estando de pé nos dias atuais. A linguagem de poder que o Triunfo imprimia tinha grande alcance, uma vez que se celebrava a glória da República e do Império. Mesmo em espaços particulares, como casas, são achadas referências a cerimônia (BEARD, 2007, p. 44-6).

Um dos elementos que pode ter sido decisivo na presença do Triunfo e sua permanência nas sociedades ocidentais, com releituras de acordo com o tempo, cabe dizer, se dá porque ele apontava para uma visão de mundo conduzida a partir de Roma. Novidades eram apresentadas a orbe romana assim como a procissão, em sua sequência, era feita de maneira a representar um povo ou uma parte do

mundo sujeito a um vencedor, em nome de Roma (ÖSTENBERG, 2009, p. 9).

Citada como modelo de exaltação de um sucesso militar, o que é o Triunfo? Na parte anterior, a Teologia da Vitória serviu para explicar o surgimento de um culto com profundo impacto político na sociedade romana, fruto de costumes locais e influências estrangeiras, que serviram primeiro, a legitimidade da expansão da República Romana e a criação de um império, e, segundo, a promoção da carreira política de generais romanos, de tal forma que os pilares da República seriam abalados, com o poder sendo concentrado na figura do imperador. O Triunfo era importante na construção da memória das vitórias e como elas seriam trabalhadas posteriormente politicamente.

A cerimônia era votada pelo Senado, e o general vencedor tinha de ter habilidade política para que fosse aprovada. Poucos casos fizeram com que o Senado aprovasse a glória ao general sem que uma negociação fosse feita – isto não se devia a falta de reconhecimento, mas por razões diversas: o temor do poder e prestígio que o general atingiria após a cerimônia, os custos desta, que eram bancados pelo tesouro romano, a preparação da cidade e a presença de tropas nas proximidades e na cidade – um tema sensível para as elites romanas, remetendo aos temores da época da monarquia (MCCORMICK, 1988, p. 11-13).

Com a aprovação do Senado, o general vencedor se aproximava da cidade, acampando fora desta, dormindo em templos, acompanhado de parte de suas forças – destacamentos das legiões envolvidas na luta. A cidade era preparada para a passagem das tropas, espólios, escravos, animais exóticos, líderes estrangeiros aprisionados, apenas para citar alguns dos elementos que compunham a procissão triunfal. Fora da cidade, o general vencedor (o *triumphator*) era recebido por senadores, magistrados e parte da população, que o saudavam. Ali, ele ouvia a resposta a sua requisição de um triunfo, um rito antigo que indicava a passagem do tempo de guerra e matança para o tempo da paz e ordem civil, assim, podendo ingressar no sagrado espaço da cidade, o *pomerium* (ÖSTENBERG, 2009, p. 12-13).

Ao adentrar à cidade, a procissão seguia pelas ruas, em uma rota definida que tinha como fim o templo de Júpiter, no Monte Capitolino, uma das mais nobres áreas da cidade, onde ficavam importantes templos, como o de *Victoria*. Na rota que

se seguia, paradas eram feitas para que certos rituais e cerimônias fossem feitas, de maneira a celebrar o triunfo do general e de Roma. Nisto, a cidade que celebrava o Triunfo era também parte dessa celebração: a glória da expansão de Roma, dominando o mundo (ÖSTENBERG, 2009, p. 13).

A longa procissão do general vencedor também tinha uma outra função. Ao trazer os sinais claros da vitória sobre outro povo e sua subjugação, a incrementação e grandiosidade do ritual serviam também, para, simbolicamente, marcar uma nova origem a Roma, sem no entanto, abandonar a tradição. Acomodavam-se os conquistados, as terras dominadas tornavam-se nova província da República ou do Império e aqueles povos, os sobreviventes da conquista, eram agora sujeitos a Roma, e assim, por meio do rito, partilhavam uma nova origem, tornando-se parte integrante da cidade em um rito que misturava presente e passado (ÖSTENBERG, 2009, p. 14).

Não havia uma ordem específica no Triunfo, a despeito do que leituras modernas persistam em tal mitificação. Cada celebração impunha uma passagem diferente, embora seja possível encontrar semelhanças entre elas, no que tange à ordem da procissão, mas cabe lembrar que ela era montada de maneira a demonstrar o poder de Roma, ou, quando do final da República, do general vencedor.

Alguns Triunfos duraram mais de um dia, como o de Pompeu, em 61 a.C., dividido em dois dias, e o de César, em 46 a.C., celebrado em quatro dias, por ser quádruplo, ou seja, contra quatro inimigos estrangeiros. Embora César tenha sido o grande vencedor de uma guerra civil que abalou a República, a celebração da vitória sobre compatriotas, como “assessores” de inimigos estrangeiros foi mal recebida e nunca repetida, posto que o Triunfo era uma cerimônia dedicada a celebração da vitória sobre estrangeiros, com a libertação ou execução de um líder destes (BEARD, 2007, p. 153-4).

Banquetes para diversas classes sociais eram oferecidos, sendo mais luxuosos para as elites, sendo pagos pelo *triumphator*, que também desembolsava os custos de construção de obras públicas, marcos que celebravam a vitória. Neste caso, parte do custo também era pago pelo Estado romano, numa relação que foi mudando de quem mais pagava à medida que os generais se tornavam mais

carismáticos e a República foi sendo erodida. No império os custos das obras já eram plenamente assumidos pelo Estado pois, o Triunfo estava reservado ao imperador, ou a generais ligados a este que faziam a cerimônia com homenagens a ele (MCCORMICK, 1986, p. 10-14).

Com a absorção do Triunfo pelo culto imperial, o número de celebrações caiu drasticamente, se comparado com o período republicano. Uma vez que passou a ser um atributo do imperador, exclusivo, a cerimônia não foi abandonada, mas, mais uma vez ressignificada. Parte dos simbolismos do Triunfo foram incorporados no *adventus*, a cerimônia que marcava a chegada dos imperadores em cidades importantes do império, normalmente capitais das províncias (BEARD, 2007, p. 61-71).

A chegada do Cristianismo não mudou o panorama do Triunfo. A cerimônia acabou sendo protegida por ser parte do culto imperial, que foi absorvido pelo credo cristão. Imperadores cristãos celebravam triunfos, como Constantino, Teodósio e Honório, sendo este, o último a celebrar um Triunfo na cidade de Roma, em 404, após uma vitória de seu principal general, Estilício, contra os Godos (BEARD, 2007, p. 326)

A influência cristã transformou o Triunfo, mas não o encerrou. Em Constantinopla, os bizantinos, sucessores dos romanos, celebraram Triunfos em uma forma na qual o rito estava plenamente acomodado ao Cristianismo. Generais não vinham mais em bigas ou carruagens, mas andando a pé. Em 534 d.C., Belisário celebra um Triunfo, louvando ao imperador bizantino, Justiniano, e traz como prisioneiro o rei dos Vândalos, Gelimer, que se portou na cerimônia com a dignidade esperada, recitando um versículo bíblico. Diante do imperador, tanto o general vencedor quanto o rei vencido se ajoelharam e fizeram orações (BEARD, 2007, p. 318-320).

O Império Bizantino, como sucessor direto da tradição romana, manteve a cerimônia do Triunfo, com uma profunda revisão cristã. Apesar disto, as manifestações que demonstravam a subjugação de inimigos do império, e da vitória quase sem sangue dos imperadores foi sendo reforçada assim como a ligação destes com Deus, como vencedores e campeões da Cristandade, em tensão com a Igreja (MCCORMICK, 1986, p. 100-111).

Esta tensão não se limitou ao Leste. Nos reinos bárbaros que surgiram das antigas províncias romanas na Europa, Roma era o modelo de inspiração. Logo, com o Triunfo sendo um atributo do imperador, logo a cerimônia passou a ter ligação direta com os reis bárbaros, influenciados por um elemento do culto imperial que foi cristianizado: a oração pela vitória do imperador. Isto se tornou um atributo destes reis, mesmo que de maneira efêmera, por causa da pouca duração de seus reinos (MCCORMICK, 1986, p. 260-61).

Dois exemplos são úteis para que se entenda como a cerimônia do Triunfo foi adaptada por estes reinos bárbaros e como se tornou uma tradição de longa duração no horizonte histórico. O primeiro exemplo parte do reino dos Visigodos, comprimindo o sudoeste da moderna França e a Península Ibérica. Os reis visigodos adaptaram rapidamente os costumes romanos e pelo fato de serem os primeiros a serem assentados dentro do antigo império romano, tiveram uma acomodação relativa com as elites locais, que eram romanas (MCCORMICK, 1986, p. 297-8).

Os reis visigodos tinham o atributo da vitória, concedido a eles por Deus, porém, não de forma automática. Deveria ser conquistado pelas atitudes do rei, ou seja, demonstrar ser um bom cristão, assim como orações suas e de todo o reino em prol de suas vitórias, vistas como concessões divinas, posto que para os Visigodos, a guerra era um julgamento de Deus. As vitórias eram celebradas de maneira parecida com os Triunfos bizantinos, sendo que o aspecto religioso era ainda mais forte, com missas antes e depois do conflito de maneira a pedir e louvar a vitória obtida, que logo se tornou uma resposta ideológica à Teologia da Vitória romana: os Visigodos por sua própria capacidade, tinha se tornado livres e vencedores ante ao império (MCCORMICK, 1986, p. 326-7), demonstrando a ligação entre religião e política.

O segundo exemplo vem dos Francos, aqui se tratando tanto dos Merovíngios quanto dos Carolíngios, cuja absorção das tradições romanas foi de tal monta que as lançou nas sociedades feudais da Idade Média. Orações eram direcionadas ao rei franco, que celebrava sua ascensão por meio do *adventus*, fazendo uma adaptação direta de uma tradição imperial romana, e celebrando vitórias à maneira romana, com reis vestindo togas púrpuras e se reportando ao imperador bizantino para obter prestígio, reconhecimento e mesmo ganhos materiais (MCCORMICK,

1986, p. 334-42).

A ascensão dos Carolíngios ao poder no reino franco acentuou ainda mais a presença de uma cultura vitoriosa, já com o sentido de uma identidade própria, em consonância com a Igreja, uma vez que a aliança entre os reis francos e esta havia ajudado a consolidar a autoridade do novo reino sobre as antigas terras romanas. As celebrações carolíngias refletem a tradição do Triunfo associada sempre ao rei, que conduzia entradas triunfais em cidades dominadas ou no retorno à capital, de maneira a criar um senso de etnicidade vitoriosa. A apropriação do Triunfo por parte dos carolíngios sedimentará a tradição da “Entrada Real”, assim como a associação da vitória com o poder político, legitimado pelo poder religioso, criando as visões medievais das tradições associadas à Vitória, criando uma liturgia cristã desta (MCCORMICK, 1986, p. 384-7).

A evolução das tradições triunfais, derivadas da Teologia da Vitória romana, ajudam a entender como o conceito de Vitória foi elaborado e o que representava: de certa maneira era um acontecimento total, com a confluência de temas de ordem religiosa, política e social, fora os impactos econômicos de uma guerra bem-sucedida, com todo o espólio provido pela conquista.

A invocação de capacidades relacionadas à Vitória reforçou dois traços importantes. O primeiro, foi a associação das tradições a etnicidades, que impingiam a seus líderes, reis bárbaros e imperadores bizantinos, traços relacionados a uma natureza vitoriosa. Tratava-se, na verdade, de uma consolidação do poder dos monarcas, e a legitimidade garantida por vitórias era decisiva neste processo, ainda mais nos reinos bárbaros, cuja fragilidade do poder era evidente, posto que sucessões hereditárias não estavam asseguradas, fora os riscos que o rei corria, podendo ser assassinado por aristocratas que desejavam seu lugar (MCCORMICK, 1986, p. 394-5).

O segundo, e mais importante para o estudo da tese, foi a transformação dos temas romanos sobre o conceito de Vitória, por membros da Igreja, situando-os dentro da escatologia cristã. Isso impingiu uma forte ligação do conceito político ao divino, e por meio dos textos de cronistas ligados à Igreja, deu uma conotação diferenciada à guerra, e assim, à Vitória, só por graça divina.

Essencialmente a guerra só poderia ser travada em nome de boa causa, para

ser digna da causa de Deus, e portanto, justa, o que implicava em uma série de atitudes diferentes das práticas dos campos de batalha até então. Embora o tema da Guerra Justa já tivesse aparecido em tempos romanos, tendo como seu maior expoente Cícero, será um santo do final da Antiguidade, cuja influência dominará a Idade Média e o pensamento sobre Guerra e Vitória.

3.4 – A Guerra Justa

A Guerra é, por si só, um dos elementos mais antigos da História da Humanidade. Assim, a tentativa de limitar sua violência, sua capacidade de destruição e sofrimento não é algo moderno. Entender o que pode ser feito com o uso da força de maneira a fazer justiça é uma ambição de longa data, sobre como a guerra pode ser feita para reparar erros e punir responsáveis. Não é um problema de fácil solução, tanto que o debate sobre a viabilidade da Guerra Justa permanece até os dias atuais.

Não é intento desta tese afirmar que a Teoria da Guerra Justa impôs um problema ao conceito de Vitória e seja um dos responsáveis pela crise deste em tempos contemporâneos. O problema reside na tensão existente entre as noções que o conceito de Guerra Justa popularizou, especialmente por meio da tradição cristã medieval, num primeiro momento, e depois, por meio dos juristas que tentaram, com seus escritos, justificadamente, pôr freios ao fenômeno bélico.

A Teoria da Guerra Justa é vital para que se entenda a problemática em torno do conceito de Vitória, uma vez que a limitação que ele exige, é muitas vezes percebida como um fator que impede que um ator possa obter um sucesso em um conflito. Entretanto, isto se torna uma falácia, a medida que se entende que os fatores de limitação impostos pela Guerra Justa podem dialogar com a Teoria da Estratégia, e, assim, com o uso da força, de maneira até como forma de potencializar seus efeitos.

A Teoria da Guerra justa se divide em três questões que tratam a respeito do uso da força. Primeira, o *jus ad bellum*: quando e em que circunstâncias o uso da força é justificado? A resposta a esta pergunta se baseia em uma série de princípios. O ator em questão deve possuir uma causa justa para iniciar as hostilidades, com

autoridade necessária para fazer a guerra, motivado por uma intenção correta, caracterizando que o recurso à força é o último recurso que possui, sendo usado somente porque há chance de sucesso militar, sendo mais positivo que negativo (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 1).

A segunda questão temática é o *jus in bello*, ou seja, na condução da guerra. Quais são os limites para o uso justificado da força? A limitação do uso da força deve se dar pela necessidade, o que impede uma escalada de violência e crueldade. O nível da força a ser empregado deve ser proporcional ao objetivo. Para tal, a força deve ser dirigida apenas aos alvos legítimos, poupando outras partes das devastações da guerra e imunidade aos não combatentes (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 1).

A terceira questão temática é o *jus post bellum*, algo mais recente, e que se preocupa com a conclusão das guerras de maneira justa. Diferente das duas outras questões temáticas, o *jus post bellum* não possui uma série de princípios norteadores, mas um foco, direcionado para as responsabilidades dos beligerantes no pós-guerra, como a reconstrução e superação da devastação (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 1).

Não se deve entender a Teoria da Guerra Justa como algo monolítico. Embora se fale em “tradição da Guerra Justa”, isso não quer dizer algo único, pelo contrário, sendo que diversos pensadores construíram ao longo do tempo, visões diversificadas do que se entende pelo uso justificado da força. Eles contribuíram para a Teoria da Guerra Justa desenvolvendo várias doutrinas, observando diversas questões, em especial a ética, expandido o campo, por isto, ao se usar “tradição”, se trata da larga produção em torno do pensamento da Guerra Justa (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 3).

Em busca de um ponto de partida para se tratar do conceito e da formação da Teoria da Guerra Justa, Cícero (106-43 a.C.), senador e filósofo romano, fornece um bom início. Embora existam indícios anteriores a ele, de um pensamento a respeito da limitação da força na guerra, Cícero é o primeiro a sistematizar a ideia de justiça na guerra, parte de seu projeto pessoal de criar uma visão virtuosa do comportamento de Roma, inspirado pela filosofia grega (STEWART, 2018, p. 8).

Cícero, a despeito de uma brilhante carreira política, não teve grande

passagem pelo serviço militar durante seu *cursus honorum*, na qual o postulante ascendia politicamente por meio do exercício de diversos cargos públicos e exercia serviço militar, seja como tribuno militar até o comando de uma legião, algo exercido normalmente por senadores. A despeito disto, Cícero sempre teve em mente o papel da guerra na sociedade romana e sua influência, da qual nem ele escapou, embora não tenha passado por um campo de batalha, sua carreira foi diversas vezes abalada por conflitos na República romana (STEWART, 2018, p. 9).

Escritor prolífico, Cícero produziu muitas obras e discursos, que sobreviveram até os dias atuais. Gozou de popularidade em vida graças à sua obra, que representava parte do pensamento político pagão antigo, muito influente, tendo legado profunda marca em outros pensadores da Guerra Justa, como Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Algumas de suas obras que tratavam das questões de guerra e paz, para além de tratar do império da lei, pois para ele, a guerra estava tensionada entre necessidade e justiça. *De Re Publica*, *De Legibus* e *De Officiis* são algumas das obras de Cícero que guardam tais traços (STEWART, 2018, p. 11-13).

Para Cícero, a guerra é algo de bestial, pois o debate de ideias é algo próprio aos homens, e, se o conflito ocorre, foi porque a discussão falhou e para lutar, é preciso fazê-lo com justiça: poupando aqueles que não lutaram com crueldade ou selvageria, pois a vitória em uma guerra é feita de maneira a que se possa viver em paz justa com aquele que antes era um inimigo (STEWART, 2018, p. 13).

A prudência no trato com os vencidos demonstra um traço comum ao *jus in bello*, com consequências para o *jus post bellum*, mas a questão da necessidade era importante em igual medida para Cícero. Se o inimigo se mostrasse recalcitrante, medidas drásticas deveriam ser tomadas para que a paz fosse imposta. Dessa maneira, se tornavam justificáveis as desolações impostas a Cartago e a Numância, com arrasamento de cidades e escravização em massa da população. Não se pode esquecer que apesar do desejo de justiça, Cícero é um romano, para quem a existência da lei natural encontra sua forma mais acabada no direito romano (STEWART, 2018, p. 14).

Embora dura, Cícero considerava a possibilidade de desolar terras estrangeiras em guerra contra Roma como forma de trazer a paz mais rapidamente. Entretanto, não havia gosto pelo massacre em sua obra, circunscrevendo tais ações

drásticas motivadas por uma necessidade extrema. Em *De Officiis*, Cícero distingue dois tipos de guerras, daí se entende a tensão entre necessidade e justiça em sua obra (STEWART, 2018, p. 14).

O primeiro tipo de guerra é aquela travada em busca de supremacia, onde rivais lutam entre si, e o segundo tipo, as guerras travadas em nome da sobrevivência, entre inimigos. A distinção é importante pois, em guerras de supremacia, rivais devem lutar de forma a que os ressentimentos sejam superados quando a paz for alcançada. Já para as guerras de sobrevivência, um comportamento menos moderado é desejado, pois não há alternativa senão sobrepujar e sujeitar o inimigo (STEWART, 2018, p. 15).

A guerra era considerada parte da vida na sociedade romana. Ela conferia prestígio a generais e expandia a República no Mediterrâneo, exportando valores e tradições por meio das conquistas concebendo uma comunidade internacional de estados que se percebiam como civilizados, o *ius gentium*, regulando suas práticas da guerra, diferindo destes e de outros povos, tidos como bárbaros. Um tema que aparece de maneira recorrente nisto, e para Cícero é algo que pode ser uma armadilha é o conceito de glória. Algo necessário a um estadista, a glória é algo que poderia ameaçar a estabilidade de uma cidade, ou de uma República, como no caso de Roma. Na busca de glória, generais e políticos poderiam colocar seu povo em risco, pois correriam maiores riscos, e passariam a desprezar a lei, algo que abalaria as fundações do estado. Descontrolada, a glória pode colocar uma obra de gerações a perder em pouco tempo (STEWART, 2018, p. 15).

Junto com a glória, a questão da riqueza ligada à guerra, por meio do saque, da pilhagem, da expropriação dos vencidos, é algo que Cícero denuncia como outro elemento que conduz a guerra no caminho da injustiça. Por riquezas e pelo desejo de mostrar poder, o Senado romano, em um dos exemplos que Cícero usa, ordenou a destruição de Corinto. Para ele, não havia uma razão justa para tal ato e, assim, trata da convergência de interesses postos em torno de tal decisão: o desejo dos soldados de riquezas, a vontade do general em turbinar suas pretensões políticas, utilizando o butim da campanha para presentear províncias italianas e a vontade do Senado em retratar a República romana como um ator a ser temido na Grécia. Para Cícero, isto mostra o exercício da injustiça, pois a destruição da cidade era

desnecessária para o poder da República ser afirmado, considerando um ato de desonra, para o qual os benefícios não superam o peso negativo (STEWART, 2018, p. 16).

Cabe lembrar que o exemplo de Corinto serve também para demonstrar a noção de comunidade internacional de Cícero. Para ele, a cidade era um par no mundo civilizado, portanto, tamanha violência era desmesurada, diferente de quando se usasse a força contra povos considerados bárbaros, pois, por não serem civilizados, não se encontravam ao alcance da lei natural e, assim, essa violência não era algo condenável, das disposições que ele enxergava como governantes do *ius gentium*.

Assim, Cícero se revela como uma influência para a tradição e a Teoria da Guerra Justa. A tensão entre necessidade e justiça, os questionamentos sobre travar uma guerra em nome de uma paz justa, a misericórdia aos vencidos, tanto quanto desafios presentes até os dias atuais: quem está protegido em uma guerra? Quem são os atores da comunidade internacional que são garantidos e limitados por leis que regulam a guerra? Qual a balança entre necessidade e justiça durante uma guerra? Tais questionamentos assim como o papel do estadista, que deveria saber equilibrar tal balança e agir com sabedoria, serão vetores do desenvolvimento da Teoria da Guerra Justa pelos pensadores subsequentes (STEWART, 2018, p. 19).

Alguém que foi muito influenciado pela obra de Cícero e começou o processo de impingir um caractere cristão à tradição da Guerra Justa é Santo Agostinho (354-430). Sua obra tem tamanho peso que é o autor mais citado quando se trata de Guerra Justa, sendo fonte para reflexões de pensadores modernos e contemporâneos, que se valem de seu pensamento em diferentes maneiras, o que demonstra a força dele como referência, já que o pensamento de Agostinho foi preponderante para moldar as visões medievais da Guerra Justa (JOHNSON, 2018, p. 21-2).

Agostinho enxergava em sua concepção filosófica e espiritual, uma divisão da lei em três campos, submetidas a vontade de Deus. A primeira, a *lex aeternae*, que a tudo abrange; a segunda, a *lex naturae*, que governa a ordem natural das coisas e; terceira, a lei humana, que governa e regula as sociedades humanas. Estes níveis estão subordinados entre si e a lei de Deus, que para Agostinho é o elemento

conformador da justiça. Portanto, cada um destes níveis deve estar em acordo com o outro, assim estando de acordo com a lei divina (JOHNSON, 2018, p. 23).

A guerra, segundo Agostinho, mediante as circunstâncias certas, pode ser parte de um plano de Deus para a ordem universal das coisas e assim, ser sancionada pela lei. Usando exemplos do Antigo Testamento, Agostinho teoriza que a guerra não pode ser algo completamente imoral pois, se Deus fez uso dela, ao comandar Moisés a fazer a guerra, ele estaria livre daquilo que a torna um pecado: amor pela violência, crueldade vingativa, implacável rivalidade, selvageria, desejo pelo poder, dentre outros (JOHNSON, 2018, p. 24).

A condução da guerra por um cristão deveria ser marcada pela responsabilidade, em um plano físico e espiritual, pois na última fase de sua vida, Agostinho estava desiludido quanto a constituição de um império cristão que se guiasse pelos preceitos da fé. Sendo assim, a guerra tinha a finalidade de manter a ordem que estaria precariamente estabelecida no mundo civilizado, por meio da oração contra os inimigos invisíveis, e por meio do combate a aqueles que desejavam pôr fim a esse mundo, como os bárbaros. Assim, a guerra, para ser justa, não pode ser grande, na medida em que represente uma vã busca por glória. Ao invés disto, o uso da força deve ser para preservar a justiça, a ordem e a paz, que compõem os bens últimos da política em um mundo que preza por isto (JOHNSON, 2018, p. 25).

O cânone das obras de Agostinho a despeito da dificuldade de circulação de livros na Idade Média, estava restrito a indivíduos com muita riqueza ou ordens monásticas. Uma cópia dos Evangelhos poderia custar tanto quanto um magnífico sarcófago em mármore, algo reservado somente a quem tinha muitas posses. A importância destes cânones é medida em que durante tempos medievais, serviam como guias para o comportamento dos cristãos, com profunda marca nos cavaleiros que comandavam exércitos e praticavam a guerra (JOHNSON, 2018, p. 27).

Pensadores medievais como Graciano e Tomás de Aquino se valeram da obra de Agostinho para o debate sobre a guerra apoiando seus escritos com citações dos cânones feitos a partir da obra dele. Isso iniciou a tradição do uso da contribuição de Agostinho sobre a Guerra Justa conforme a época e quem o invoca e não no contexto dos séculos IV e V. A ação de Graciano e Tomás de Aquino

expandiu o alcance do pensamento de Agostinho. Um exemplo desta potência são os elementos elencados por Tomás de Aquino para o uso da força: autoridade do príncipe, causa justa e intenção correta. Por meio de Aquino, o pensamento de Agostinho ingressará na ética teológica, o que estimulará novos desenvolvimentos na tradição da Guerra Justa (JOHNSON, 2018, p. 28).

Os cânones compilados do pensamento de Agostinho revelam o desenvolvimento da tradição medieval da Guerra Justa: o resgate da lei romana por meio de sua interpretação, a ideia de um enfrentamento em um plano físico e espiritual, para manter uma política que renda bons frutos, como a ordem, a justiça e a paz. Isso leva aos primórdios das ideias a respeito dos direitos humanos, e do uso da força por comunidades unidas em torno de uma cultura em relação a outras. Isto gerou uma coerente noção do que deveria ser a Guerra Justa, sendo aproveitada por pensadores medievais até os dias atuais. É possível mesmo dizer, que cada época tem seu próprio Agostinho, tamanha a quantidade de interpretações que sua obra possui (JOHNSON, 2018, p. 31-32).

A tradição da Guerra Justa, concebida pelos pensadores cristãos ao longo da Idade Média, será secularizada no Renascimento e na Idade Moderna, chegando a Idade Contemporânea como um dos fundamentos do Direito Internacional, sendo ponto de referência a policiar as ações dos Estados, embora não seja um fator impeditivo ao uso da força, mas criou um sistema no qual, tais atores podem ser responsabilizados por suas condutas em guerras.

A secularização da tradição da Guerra Justa se inicia no fim da Idade Média, e muda o tom dos debates de como lidar com “bárbaros” para agora atores diferentes, frutos do processo de maturação em Vestfália, em 1648: Estados buscando preservar suas soberanias. A figura do barbarismo não desapareceu do discurso, mas ficou marginalizada até as guerras imperiais das potências europeias para criar domínios coloniais na África e Ásia no último quarto do século XIX (BRUNSTETTER; O’DRISCOLL, 2018, p. 251).

As três vertentes da tradição e da Teoria da Guerra Justa irão se cristalizar no século XX, mas seus argumentos podem ser traçados em suas origens respectivas com Cícero e Agostinho. Daí a importância do destaque dado a eles, embora a tradição da Guerra Justa tenha contribuições importantes de Cristina de Pisano

(1364-1430), Francisco de Vitória (1492-1546), Francisco Suárez (1548-1617), Alberico Gentili (1552-1608), Hugo Grócio (1583-1645), Emer de Vattel (1714-1767), Immanuel Kant (1724-1804) e Francis Lieber (1798-1872), para destacar alguns, que não só expandiram a tradição como deram peso à Teoria, por meio de colocar a religião ao largo do debate, centrando-se na lei. No século XX será observado um retorno parcial às raízes cristãs do debate da Guerra Justa, mas isto não será feito em prejuízo da secularização empreendida por estes pensadores (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 251).

O avanço da tecnologia na guerra e o próprio crescimento desta após as Guerras Napoleônicas, quando centenas de milhares de homens foram mobilizados para lutar nos campos de batalha da Europa fora os efeitos da Revolução Industrial adicionaram uma capacidade de mortandade a guerra não vista até então, e assim, limites foram colocados geração após geração para que pudessem moderar a violência e a destruição. O estabelecimento destes limites observou um movimento de busca por exceções, ressalvas e por permissões, como as Convenções de Genebra, onde a violência seria justificada contra um inimigo a quem a justiça deveria ser imposta (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 252).

A força da Teoria da Guerra Justa se fez presente no debate sobre a guerra contemporânea, gerando controvérsias que são alvo de discussões ainda não encerradas. A guerra preventiva e a guerra para a punição de um ator são figuras polêmicas, pois, no caso da primeira, o que legitima o uso da força de maneira a impedir a injustiça e deter uma ameaça futura? Na segunda, a punição era um tema popular e causa justa de guerras na Idade Média, mas com a secularização e os avanços das leis internacionais, torna-se difícil observar e pensar a guerra por meio de tal lente. Ainda assim, cabe ressaltar que neste caso, há um debate presente sobre se os civis podem constituir alvos, para além dos soldados inimigos (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 254).

A intervenção humanitária, é um outro ponto que gera tensão sobre a Teoria da Guerra Justa. Se por um lado, o socorro a inocentes é um poderoso imperativo moral que demanda ação, especialmente se tratando de uma população que sofre nas mãos de tiranos, por outro lado, a intervenção pode gerar mais violência, seja pela resistência do tirano, seja pelo caos gerado por sua queda, criando um

ambiente onde surgem ódios e violência implacável (BRUNSTETTER; O'DRISCOLL, 2018, p. 254).

A Teoria da Guerra Justa não é abalada por estes tópicos. De fato, sua reflexão também estabelece um desafio ao avaliar o conceito de Vitória, que, como visto por meio de sua manifestação primeira, a Teologia da Vitória romana, não tem a justiça como um de seus pré requisitos para que se possa vencer um conflito.

Pode-se mesmo atestar que o conceito de Vitória implica em um tabu para os teóricos da Guerra Justa contemporânea. O primeiro problema pode ser identificado na questão da definição do conceito, que sofre uma carga política e mesmo emocional, o que prejudica um claro entendimento (MANDEL, 2006, p. 13) e quando há uma tentativa, autores acabam por estabelecer tipologias do que seria a Vitória, o que em vez de abrir caminhos, complexifica o debate. Entende-se também o recurso a Clausewitz, de perceber a Vitória como a imposição da vontade sobre um adversário, mas nem sempre isso é objetivamente discernível (O'DRISCOLL, 2020, p. 8).

Os conflitos contemporâneos adicionam outro elemento nessa problematização. As guerras ocorridas após 1990, geralmente, são travadas sem um campo de batalha não definido ou demarcado, onde um dos lados não possui identificação como combatente, misturando-se à população. Isto tem gerado resultados que não apresentam Vitória, mas um conflito prolongado que sem um compromisso das partes, tende a se arrastar sem uma definição aparente. Embora a intervenção dos EUA no Afeganistão, iniciada em 2001, no esteio da “Guerra Global ao Terror” venha a mente, outro exemplo demonstra ainda melhor: as ações das Forças de Defesa de Israel contra grupos militantes palestinos, caracterizadas por um paradigma estratégico no qual não é possível vencê-los por implicações de cunho político, moral e econômico. Assim, uma expressão sintetiza a conduta israelense: “aparar a grama”, ou seja, degradar o adversário quando este possuir capacidade real de impor dano à Israel (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 65-90).

Desta forma, os teóricos da Guerra Justa possuem reservas ao conceito de Vitória, especialmente ao tratarem dos conflitos contemporâneos. Porém o imaginário coletivo das sociedades, quando se trata do fenômeno da guerra, imediatamente associa Vitória a esta, algo poderoso demais para que políticos

deixem de lado, o que provoca um distanciamento entre os teóricos e aqueles que comandam e tocam guerras: políticos e militares (O'DRISCOLL, 2019, p. 11).

Apesar disto, o conceito de Vitória não é descartado por todos os teóricos da Guerra Justa. Três questões respondem o porquê disto: primeiro, pois a despeito da linguagem em nome da justiça, a Guerra Justa ainda é uma guerra, portanto, uma ação violenta que produz destruição e tem com o fim desejado o triunfo sobre o inimigo que é foco de injustiça em nível estratégico, para produzir um vencedor compromissado com a ordem e um vencido trazido de volta a esta (O'DRISCOLL, 2019, p. 12).

Segundo, conceber Vitória em uma Guerra Justa trata da utilidade da guerra como ferramenta para o império da lei. Uma das formas de moderar o uso da força é justamente mensurar como se processará a intervenção. Uma ideia clara a respeito do que se deseja ao se lançar uma guerra é um alerta feito por Clausewitz, e também por Erasmo de Roterdã, pois tal reflexão ajuda a dimensionar o custo da guerra em termos humanos e financeiros, o que permite o balanceamento a respeito da viabilidade de um ato de força (O'DRISCOLL, 2019, p. 12).

Terceiro, o pensamento a respeito do conceito de Vitória e seu diálogo com a Teoria da Guerra Justa permite refletir sobre as recompensas obtidas com um triunfo e como isto produz a uma nova realidade, com direitos e deveres para vencidos e vencedores. Este debate é útil na medida em que pode produzir uma divisão justa dos espólios da Vitória, como influenciar o *jus post bellum* e nova ordem surgida a partir do fim das hostilidades (O'DRISCOLL, 2019, p. 13).

Um engajamento dos teóricos da Guerra Justa com o conceito de Vitória tende a produzir relevante contribuição para o próprio conceito em si, bem como para a Teoria. Ao vislumbrar uma chance razoável de sucesso, a intervenção em nome da justiça, o mote da Guerra Justa, pode sim, criar um espaço de paz, justiça e reconciliação, com uma relação frutífera entre vencido e vencedor. Estabelecer esta relação ajuda a entender não só a diferença entre vitória militar e vitória política, mas também o quanto elas são possíveis de serem obtidas ou não.

Capítulo 4 – As Máscaras da Vitória

A evolução da Guerra após a Idade Média ganhou tração diferenciada por um aspecto tecnológico. Por meio das armas de fogo no campo de batalha, e de mudanças no panorama intelectual europeu, entre o século XVI e XVIII, viveu-se uma era de batalhas decisivas, com generais presentes nos campos de batalha e comandando exércitos que iam crescendo em efetivos. Centenas de milhares de homens se chocavam e combatiam com baionetas, após descargas de fuzis e mosquetes.

Este panorama seria desafiado por uma mudança na guerra, com a Revolução Francesa. Valendo-se do tema do soldado-cidadão, a França revolucionária conseguiu defender sua mudança política da intervenção das monarquias europeias absolutas, e fez guerra as coalizões sucessivas que foram atiradas contra si. Milhões de homens foram mobilizados nos campos de batalha, com uma estrutura sendo montada na retaguarda de forma a sustentar a mobilização e impulsionar a França em suas guerras internas e externas. Este ideal alcançará seu ápice com Napoleão, cujas vitórias militares se tornaram o objeto de desejo dos exércitos ocidentais nas guerras dos séculos XIX e XX.

A transformação que apareceu com as guerras da Revolução e Napoleônicas, entre 1792 e 1815, já estava em gestação durante o século XVIII. Intelectuais militares avançavam propostas em torno da mobilização de homens, Estados aperfeiçoavam seus sistemas fiscais e tributários, de maneira a produzir mais armas e expandir capacidades logísticas, assim como melhoras na organização dos exércitos, que sofriam com problemas graves de disciplina e deserção, que faziam os homens temerem mais seus oficiais e comandantes que seus inimigos (KNOX, 2001, p. 58-61).

Tais características começaram a desaparecer em fins do século XVIII, na grande explosão provocada pela Revolução Francesa. A motivação dos homens ao combate não é mais por um rei, e os exércitos e armadas agora não pertencem a este, mas a Nação, uma figura que vinha sendo evocada nos círculos intelectuais franceses e durante o período revolucionário viu-se como mola impulsionadora da transformação nos campos de batalha (KNOX, 2001, p. 62-63).

4.1 – O Ideal Napoleônico de Batalha Decisiva

Entende-se por Ideal Napoleônico, a ideia sustentada pelos exércitos ocidentais da possibilidade, estabelecendo um plano e o executando corretamente, atingir uma vitória militar por meio de uma ofensiva ousada que torne o inimigo ineficaz, se não for aniquilado no campo de batalha, pondo fim a capacidade do oponente em resistir, pondo fim à guerra e obtendo uma vitória política. A ilusão disto reside no fato de que muitos pensadores militares passaram a estudar as batalhas de Napoleão, mas esqueceram-se da realidade estratégica: no campo político, seus inimigos nunca aceitaram a paz, se reorganizando e lançando novas campanhas contra ele, até que foi finalmente derrotado (CROWELL, 1988, p. 330).

Esta ilusão e o culto ao ideal da batalha decisiva foram se imiscuindo na doutrina militar das potências ocidentais, sendo consideradas como fórmulas prontas de sucesso, sem uma adequada reflexão. Seria errôneo dizer que todos os pensadores militares foram adeptos desta ilusão. Por isso, convém destacar aqueles cuja contribuição, não necessariamente voluntária, mantiveram a chama deste mito acesa. Quatro grupos de escritores podem ser discernidos nisto: Antoine-Henri de Jomini e Carl von Clausewitz compõem o primeiro grupo e como contemporâneos de Napoleão, terão influência sobre os outros três grupos. O segundo é formado por escritores que antecederam a Primeira Guerra Mundial, como Ferdinand Foch, Yorck von Wartenburg e Spenser Wilkinson. O terceiro grupo é composto por dois influentes pensadores militares do entreguerras: John F.C. Fuller e Basil Liddell Hart, presentes na obra dos analistas do último grupo, Martin Van Creveld e Stephen Ross (CROWELL, 1988, p. 330).

Este culto à batalha decisiva, e da qual a vitória obtida mudaria o curso da História não é algo que foi inventado por Napoleão. Sua origem está bem mais recuada que isto, alguns milênios, até a Grécia antiga, onde hoplitas se chocavam em combates, que normalmente duravam uma tarde, com intensa violência. Isto legou um traço marcante no imaginário popular sobre o fenômeno da Guerra: em uma batalha, tudo poderia ser decidido, com o destino de povos ou impérios na balança. Uma observação acurada mostra a inverdade disto, mas nem sempre mitos se assentam na realidade, e o ideal Napoleônico se assentou nesta longa tradição,

já que o estudo da Antiguidade clássica tinha sido retomado durante o Renascimento e educado gerações de oficiais (NOLAN, 2017, p. 18-20).

Uma das razões para que o modelo de Napoleão, de uma batalha rápida, decisiva, no qual o inimigo é aniquilado ou tornado incapaz de resistir, reside no desenvolvimento da Estratégia como campo. Os militares do século XIX, encontravam nas batalhas napoleônicas exemplos de como a ideia de aniquilação ou destruição do inimigo era viável. Isto chegou a um ponto em que o estudo da História Militar neste período, até a Primeira Guerra Mundial era dominado por uma dissecação contínua da conduta do imperador e general francês. Máximas advieram disto, como a de nunca se retirar, uma vez iniciada a batalha, e empregar as reservas, se vendo aí uma das fontes da conduta dos exércitos europeus na Primeira Guerra Mundial (CROWELL, 1988, p. 332).

O impasse gerado pelas trincheiras, a pouca movimentação entre 1914 e 1918 e os custosos avanços que, para a conquista de centenas de metros, muitas vezes exigiam a vida de milhares de homens, estimulou os pensadores militares a buscar formas de impedir que isto ocorresse novamente, estimulando a movimentação na guerra. Em especial, Fuller e Liddell Hart, adeptos da guerra blindada, foram buscar, ironicamente, em Napoleão, nova fonte de inspiração, preconizando que o impasse não se deu por questões materiais, mas porque os Aliados não teriam interpretado corretamente os princípios napoleônicos (CROWELL, 1988, p. 334).

Isto carregava uma profunda influência de Jomini, que usava as Guerras Napoleônicas como exemplos de sua teoria da guerra, a qual clamava ser científica, em contraposição a Clausewitz, que enxergava nela mais um princípio de arte, por lidar com a incerteza e o acaso. Fuller era tributário da visão científica da guerra, tanto que sua obra esboçava um sistema que explicaria a guerra e de aplicação universal, tal como Jomini. Para os dois, o estudo científico da guerra, ou seja, das campanhas de Napoleão, produziria uma safra de generais capazes (CROWELL, 1988, p. 335).

Liddell Hart, a sua maneira, procurou em Napoleão um exemplo que validasse sua teoria da aproximação indireta. Assim, o imperador francês passou a ser aquele que venceu batalhas por manobrar, e não por provocar choques nas

linhas inimigas, ou atacar nos pontos fracos do inimigo, mas por ser capaz de envolver seus oponentes, forçando-os à rendição. Sua derrota em Waterloo foi provocada por não ter seguido a aproximação indireta, para Liddell Hart, algo forçoso de se dizer, mas para validar sua teoria, o pensador britânico focou nisto mais do que outro ponto, o da ruptura com a ortodoxia e a busca da inovação (CROWELL, 1988, p. 336).

Fuller e Liddell Hart ainda exercem influência sobre o pensamento militar e doutrina militar contemporânea. Assim como eles, Van Creveld e Ross fazem uso de Napoleão para embasar suas acepções teóricas a respeito, em torno da figura do comandante na guerra e da manobra como uma pretensa forma superior de lutar, no qual o oponente seria batido por ser cercado ou posto em uma posição na qual sua resistência seria fútil. Para os dois, a razão da derrota última de Napoleão se daria em torno da incapacidade do Exército francês, por causa dos desgastes a que vinha sendo submetido desde 1792, em manobrar como preconizado pelo imperador, após 1808, quando as batalhas passaram a ser mais de atrito (CROWELL, 1988, p. 338).

Como se vê, para estes pensadores militares, Napoleão é um homem para todas as estações do ano, uma fonte da qual pode ser extraída exemplos que embasam suas teorias. Assim, o peso dessa tradição, da busca de tentar replicar os sucessos napoleônicos residia na crença de que, era possível os emular em condições contemporâneas, como princípios atemporais, uma demonstração superior de técnica militar. Ignoravam-se questões ligadas à natureza política da guerra ou do envolvimento das sociedades nela.

O grave problema nesta ilusão é que ela subverte a lógica da Estratégia, reduzindo-a para uma dimensão tático-operacional. A análise das campanhas napoleônicas exalta as manobras realizadas, a forma como o imperador bateu seus adversários, como cercou e envolveu as forças inimigas, mas nada diz a respeito de qual seria o objetivo estratégico da campanha. As vitórias táticas de Napoleão acabam sendo, por meio de autores que transformam sua biografia em uma quase hagiografia, vitórias estratégicas. De certa forma, isso reflete outra coisa faltante em boa parte das obras de Napoleão – qual era sua estratégia e o que ele desejava obter com a aplicação da força (ESDAILE, 2008, p. 516).

Pode-se dizer que uma razão para que o apelo ao ideal napoleônico é um

elemento que foi cultivado no século XIX por gerações de oficiais, ansiosos por uma decisão rápida no campo de batalha. Não só porque as batalhas tornavam tudo mais simples – destruir o adversário militarmente e impor termos politicamente – fora a brevidade com que isto seria feito por meio de uma atitude ofensiva. Só assim seria possível uma marcha rápida e realizar a manobra de envolvimento do inimigo na forma tanto desejada pelos adeptos do ideal napoleônico – a batalha de aniquilação (NOLAN, 2017, p. 254).

O Estado-Maior Geral da Prússia, nação batida e ocupada por Napoleão, veio a ser um dos principais polos irradiadores do conceito da batalha de aniquilação. A posição da Prússia e da própria Alemanha, no centro da Europa, indicava uma fragilidade geopolítica, e assim, a simpatia por soluções militares que aliviassem esta carga. O impacto psicológico da ocupação francesa após o desastre de 1806 era intenso e a liderança político-militar prussiana estava decidida em impedir que isto se repetisse (NOLAN, 2017, p. 258).

Para isto, a preparação e o constante aprimoramento da máquina militar prussiana tinham uma finalidade: ser capaz de agir com rapidez e decisivamente. Era preciso recuperar a força e aumentá-la – a Prússia deveria ser dominante na Alemanha para que a Alemanha fosse dominante na Europa. Isto seria obtido por meio de uma eficaz ação diplomática e militar, com os prussianos executando guerras de curta duração que implementariam seus objetivos político-estratégicos. Isso seria logo conhecido como a “guerra de aniquilação” – a "*Vernichtungskrieg*" (NOLAN, 2017, p. 258).

Primeiro em 1864 contra a Dinamarca, depois em 1866 contra a Áustria e em 1870-71 contra França, a fórmula da aniquilação prussiana teve sucessos seguidos. Embora as guerras do século XIX sejam chamadas muitas vezes de "*Kabinettskriegs*", as guerras comandadas dos gabinetes de reis e generais, elas encontrariam seu fim com o sistema prussiano de guerrear. Os dinamarqueses foram postos fora de combate rapidamente. Os austríacos, primeira grande potência que os prussianos enfrentavam, tinham uma posição e prestígio na Europa, embora seu império estivesse muito frágil político e militarmente (NOLAN, 2017, p. 275).

Os austríacos demoraram a mobilizar suas forças, enquanto os prussianos, adeptos do ideal napoleônico, manobram por meio de marchas forçadas e do apoio

de linhas férreas em boa quantidade, o que permitiu fazer chegar às linhas de frente quatro exércitos prontos para destruir as forças austríacas em uma grande batalha de envolvimento. Era a sorte lançada em uma batalha, o tipo de jogo no qual Napoleão fez sua fortuna, mas que trouxe também sua ruína. Diferente deste, os prussianos preconizaram que se a guerra com a Áustria arrastasse outros atores, ao menos um dos oponentes já estaria batido, o que facilitaria a condução das operações (NOLAN, 2017, p. 276).

A velocidade do Exército prussiano, avançando sobre os austríacos com quatro exércitos de campanha, impressionou seus inimigos, ainda presos aos conceitos de Jomini, e crendo que estes conceitos os salvariam. Estavam postos ao teste dois intérpretes de Napoleão, Clausewitz e Jomini, que eram as inspirações, respectivamente, de prussianos e austríacos. A tecnologia também teve papel decisivo, não só pelo uso das linhas férreas, mas pelo armamento superior dos prussianos, tanto em fuzis quanto canhões. As tropas austríacas, ainda presas a um sistema que era usado nas Guerras Napoleônicas, sessenta anos antes, foram sendo dizimadas pelo fogo prussiano, levando a que o momento decisivo planejado pelo Chefe do Estado-Maior da Prússia, Helmuth von Moltke, chegasse em Königgrätz, onde as forças austríacas seriam cercadas e aniquiladas (NOLAN, 2017, p. 280-1).

A intenção não se cumpriu. O envolvimento do inimigo, preconizado por Moltke não foi feito porque, ironia à parte, ele ordenou que dois dos quatro exércitos prussianos atacassem as tropas austríacas, que eram superiores em efetivos e canhões. O movimento de pinças foi quebrado em favor de um assalto direto contra a linha austríaca, que foi sendo dizimada pela combinação de fogo, disciplina e manobra das forças prussianas, reforçadas pela chegada de outro exército de campanha no meio da batalha. Sem o envolvimento, os prussianos em uma tarde tinham batido uma força superior em número, destruído muitas unidades inimigas, entretanto, a fuga generalizada impediu a aniquilação desejada por Moltke (NOLAN, 2017, p. 282-3).

A vitória sobre a Áustria provocou choque na Europa pela rapidez e eficiência demonstrada pelos prussianos. O estudo detalhado da campanha demonstra que ocorreram falhas, mas a competência de Moltke e do Estado-Maior Geral foram

suficientes para que elas fossem contornadas. A condução da diplomacia por Bismarck refreou os instintos dos militares prussianos e de seu rei, que desejavam anexar províncias austríacas, embebidos no ideal napoleônico. Para Bismarck, o jogo era outro: trata-se da demonstração de poder da Prússia de forma controlada, de forma a não arrastar outras potências para a guerra, nominalmente a França e a Rússia, enquanto a Prússia ia assegurando alianças com os estados alemães (NOLAN, 2017, p. 285).

O projeto prussiano de unificar a Alemanha estava pavimentado e para que fosse completo, restava tirar a França do caminho, a causa que uniria os alemães no campo de batalha. A guerra era desejada pelos dois lados do Reno. Tanto o imperador francês, Napoleão III, quanto Bismarck e Moltke, por parte da Prússia. Mas só um dos lados, o prussiano, estava pronto para lutar. Por meio de uma hábil manipulação de Bismarck, o imperador francês declarou guerra em julho de 1870. A França do Segundo Império tinha um Exército cuja experiência militar era basicamente de guerras coloniais, e a última guerra europeia que tinha travado, contra a Áustria em 1859, foi muito mais uma guerra de gabinete que outra coisa. A crença de que o *élan* superaria o disciplinado e organizado Exército prussiano, movia os franceses, que ainda acreditavam na potência de seu império. Era, na verdade, uma construção frágil que desmoronaria ante o peso do ataque prussiano (NOLAN, 2017, p. 289-91).

A estrutura do Exército francês era completamente deficiente, em especial se comparado com seu congênere prussiano. O *État-Major* não estava aos pés do Estado-Maior Geral, se encontrando dominado por corrupção e excessivamente centralizador. Os oficiais franceses não possuíam nem eram estimulados a terem iniciativa, algo bem diferente da máquina de guerra napoleônica. A logística era inexistente, e nem mesmo, mapas eram fornecidos aos oficiais para manobram suas tropas. Não havia planejamento nem para lidar com uma invasão prussiana e nem exercícios eram feitos para simular problemas militares. Do lado prussiano, jovens tenentes tinham excelentes mapas da geografia da França ou outras zonas de operações, fornecidos pelo Estado-Maior Geral, que tinha uma seção dedicada à geografia e sua aplicação militar (NOLAN, 2017, p. 291).

A eficiência do Estado-Maior Geral pode ser medida por um item:

mobilização. Os prussianos foram capazes de mobilizar em duas semanas 426 mil homens prontos para ação enquanto os franceses mobilizaram 304 mil homens na fronteira, com vários sem equipamento ou armamento. Os prussianos avançaram rapidamente, sendo detidos apenas pela superior tecnologia dos fuzis franceses ou por dificuldades logísticas impostas pela falta de linhas férreas diante do avanço em solo francês. As linhas de infantaria francesa eram destruídas por meio de concentrações de artilharia prussiana, com os canhões despejando munição de alto poder explosivo. Em vez de batalhas rápidas e envolvimento, os prussianos estavam expostos e seus combates com grande número de baixas crescentes impressionavam oficiais estrangeiros como o General Sheridan, dos EUA, veterano da guerra civil (NOLAN, 2017, p. 302-7).

Problemas no próprio sistema de comando prussiano, que já tinham se mostrado na guerra contra os austríacos, adquiriram dramático tamanho na campanha contra os franceses. Muitos generais prussianos, crentes em sua própria capacidade e anos de estudo, se deixaram levar pelo ideal napoleônico, buscando o combate contra os franceses, mesmo que estes estivessem em linhas bem definidas defensivamente. Cada general queria sua própria batalha de aniquilação, emular sua Jena ou Austerlitz. Os planos de Moltke estavam sendo desfeitos pelos seus próprios executores. Sabendo disto, ele ordenou a vinda de 300 mil homens, forças de reserva que estavam mobilizadas na Prússia e com a chegada destes, reorganizou seus exércitos, se beneficiando do choque francês com o avanço generalizado prussiano. A parte mais forte do Exército francês se encontrava cercada em Metz, e Moltke só conseguia explicar a inação do comandante francês, o Marechal Bazaine, pela crença de que este estava envolvido em um jogo político interno (NOLAN, 2017, p. 307-9).

O restante das forças do Exército francês, com a presença de Napoleão III e do Marechal MacMahon foram batidos pelos prussianos no início de setembro, com a destruição de dois exércitos de campanha franceses no campo de batalha. Em Sedan, a aniquilação das forças francesas fez Napoleão III prisioneiro. Só restava o exército de campanha de Bazaine, que após meses de cerco, se rendeu em fins de outubro, acabando com a capacidade do Exército francês em lutar contra a Prússia. O ideal napoleônico ditaria que após isto, a guerra estaria ganha e termos seriam

impostos. Nada mais falso (CROWELL, 1988, p. 340).

A nação francesa não aceitou o resultado. Se, para Bismarck e Moltke, a guerra era uma forma de acender o nacionalismo alemão e usá-lo como elemento conformador da unificação alemã, acabaram também acendendo a chama do nacionalismo francês radical, um pesadelo para conservadores monarquistas como eles. As linhas de comunicações e suprimentos prussianas foram atacadas por grupos de *franco-atiradores*, elementos de guerrilha e divisões foram sendo levantadas no interior francês, para serem atiradas contra as forças prussianas, que iniciaram um cerco à Paris em meados de setembro. Moltke neste momento, rompeu com Bismarck, pois para ele era necessário invadir o interior e o sul da França, de onde saíam novas forças para lutar contra os prussianos (NOLAN, 2017, p. 313).

Diferentemente, Bismarck nunca perdeu o projeto da unificação de vista, e sabia que invadir o restante da França, além de causar problemas com as outras potências europeias, que poderiam intervir na guerra, também estava fora das capacidades do Estado prussiano. Não havia recursos nem logística que pudessem sustentar o Exército operando no sul da França. Isso fez com que Bismarck passasse a ter a última palavra sobre as operações militares, o que desagradou em muito Moltke. Bismarck buscou a submissão dos franceses por meio de bombardeios a Paris e duras represálias contra a população civil, por causa dos ataques de guerrilheiros e *franco-atiradores* contra as tropas prussianas (NOLAN, 2017, p. 314).

A pressão prussiana e as divisões na França abriram espaço para o armistício em fins de janeiro de 1871. O plano de Moltke e Bismarck de uma guerra limitada contra a França acabou com uma capital cercada, uma guerra contra a população e um tratado com pesados termos para a França: anexação de uma província sua pelo recém-unificado Segundo *Reich* alemão. Uma indenização sessenta vezes maior do que a imposta a Áustria foi ditada aos franceses, aqui, Bismarck provavelmente tinha em mente aleijar a Terceira República na França, tanto para impedir seu rearmamento quanto para deixar o sistema político comprometido, e talvez permitir a volta da monarquia, derrubada pela ação prussiana. A República estava se recuperando mais rápido do que o esperado e por isso era preciso deixá-la enfraquecida (NOLAN, 2017, p. 315).

A vitória prussiana e a unificação da Alemanha deram nova vida ao ideal napoleônico. A crença de que era possível bater um inimigo rapidamente encontrou novo estímulo, quando exércitos passaram a estudar o proclamado gênio militar de Moltke e as batalhas de Königrätz e Sedan. O general prussiano, por sua vez, examinou a sua conduta e a do Exército prussiano na guerra contra a França e se tornou, com o avançar dos anos, cada vez mais preocupado e repleto de dúvidas. Discursou a gerações de oficiais e ao *Reichstag*, o Parlamento alemão, que não ocorreriam mais guerras como as de 1866 e 1870, pois, como a própria experiência na França demonstrara, artilharia pesada, metralhadoras, fuzis cada vez mais potentes em poder de fogo e cadência de tiro e populações mobilizadas impediram campanhas rápidas onde o adversário seria derrotado rapidamente (NOLAN, 2017, p. 317).

Lideranças militares e políticas alemães abraçaram o ideal napoleônico com força. Moltke e seus alertas foram constantes ignorados. Como os alemães se tornaram o modelo de doutrina e organização militar, o ideal transbordou para outros países. As vitórias contra as forças francesas na primeira fase da Guerra Franco-Prussiana foram estudadas à exaustão, enquanto a segunda fase, da guerra popular e das guerrilhas, foi convenientemente esquecida. As lições da Guerra Civil Americana, com suas batalhas e a carnificina decorrente foram ignoradas. O pensamento operacional alemão tornou-se dominante, de maneira que seus traços se mostraram mesmo até a Segunda Guerra Mundial. Os erros prussianos ocorridos na campanha de 1870, foram considerados como falhas de execução e não do método em si (CROWELL, 1988, p. 340-1).

O fetiche em torno da batalha decisiva, da guerra de curta duração, em suma, do ideal napoleônico em si, também foi estimulado por políticos preocupados com questões orçamentárias de seus Estados. Uma guerra rápida custava mais barato que uma prolongada. Os avanços tecnológicos eram tidos como elementos que fariam a luta durar pouco tempo. Os avisos de Moltke foram considerados reclamações de um homem idoso. O homem a ser ouvido era Alfred von Schlieffen, totalmente adepto da batalha de aniquilação. Para ele, o plano deveria ser seguido de maneira inexorável, ignorando um conselho que Moltke sempre dava a seus oficiais: nenhum plano sobrevive ao primeiro contato com o inimigo (NOLAN, 2017,

p. 320).

Schlieffen estabeleceu planejamentos que colocariam os oponentes da Alemanha fora de combate em pouco tempo. Os primeiros movimentos da guerra seriam batalhas de aniquilação que possibilitariam uma vitória sobre o oponente. Isto foi impulsionado pela saída de cena de Bismark e Moltke, e a partir de 1890, gerações de políticos e militares ambiciosos começaram a aumentar as tensões na Europa. A política externa alemã era simplesmente a busca por um poder mundial. Isto ou a ruína. Ao traçar um curso como este, começou a surgir uma coalizão anti-alemã, com França e Rússia e depois o Reino Unido. Vendo isto, os planos foram refeitos em termos ainda mais grandiosos, totalmente imbuídos do ideal napoleônico: vencer rapidamente ou perecer em um conflito prolongado (NOLAN, 2017, p. 322).

4.2 – A busca da Vitoria e as Guerras Mundiais

O caminho para a catástrofe de 1914 estava pavimentado. O culto à ofensiva era o fetiche dos militares europeus. A guerra seria uma questão de semanas, e no Natal os soldados estariam em casa. A crise de julho que estourou na guerra era tida como mais uma das crises europeias do início do século XX. A memória do último grande conflito no continente era de 1870. Uma geração tinha florescido sem a experiência da guerra em suas vidas e influenciada pelo militarismo de fins do século XIX e início do XX, viu a mobilização para a guerra como uma grande aventura, como uma cruzada moral, onde o inimigo era visto como bárbaro, violador de leis, um adversário da civilização, da própria humanidade (NOLAN, 2017, p. 325-6).

Antes da guerra ocorrer, sinais já tinham sido emitidos contra o peso da influência do ideal napoleônico. A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a Guerra dos Bôers (1898-1902) serviam de alerta para aqueles que desejaram ignorar as lições da Guerra Civil Americana, ou ainda, o cerco de quatro meses a Paris em 1870, e a guerra de guerrilha feita por exércitos recrutados pelos franceses no interior, que tanto afetaram a movimentação dos prussianos e sua liberdade de ação. Os exércitos europeus mantiveram-se fiéis ao ideal napoleônico com uma

grande dose de desejo, verdadeiro fetiche de que seria possível bater o inimigo rapidamente (CROWELL, 1988, p. 340).

A tempestade perfeita havia se formado sobre a Europa, com efeitos sobre o mundo. Assim que as mobilizações começaram pelo continente, os esforços pela paz, que ainda ocorriam, foram deixados de lado. Os líderes europeus queriam a guerra, ou ao menos buscaram isto, observando o retrospecto de suas ações. As populações foram seduzidas pela explosiva combinação de darwinismo social, nacionalismo e militarismo e milhões de homens se apresentaram como voluntários antes de serem convocados. As escolhas feitas pelas lideranças desembocaram na guerra, entretanto, a realidade tinha planos diferentes dos imaginados por eles (NOLAN, 2017, p. 327-8).

As operações se iniciaram em agosto, motivadas pela ideia de que não durariam muito. Amplas manobras foram feitas, em especial pelos alemães, para escaparem do sistema de fortalezas que os franceses tinham estabelecido em sua fronteira. Para que a França fosse tirada rapidamente de combate, os alemães violaram a neutralidade da Bélgica, que serviu como via de invasão ao norte da França, não tão defendido quanto a fronteira desta com a Alemanha. Isto arrastou o Reino Unido para a guerra, mas a liderança alemã pareceu não se importar. A crença na possibilidade de bater a França era muito grande, para depois fazer o *Kaiserheer*, o Exército Imperial alemão, se voltar para o leste e bater a Rússia (NOLAN, 2017, p. 330).

Uma confusão acerca do entendimento dos níveis da guerra é a hipótese que ajuda a entender como tais movimentações foram possíveis, sem que os cálculos políticos fossem feitos de maneira a acomodar diversas possibilidades e não apenas um único fim. Nisto reside o processo de generais europeus, com grande protagonismo, que foram capazes de arrastar as lideranças políticas no sentido da guerra. A parcela de culpa da classe política reside em ter se deixado levar, em alguns casos, como na Áustria-Hungria e na Alemanha, e em outros, ter deixado decisões de vulto, submetidas aos altos comandos militares. A lógica da maior parte dos generais da guerra estava voltada aos níveis táticos e operacionais, o que levou a que batalhas de grande monta, como Somme, Verdun, Tannenberg, Riga, apenas para destacar algumas, fossem concebidas e decididas em termos tático-

operacionais (STRACHAN, 2001, p. 26).

A favor do ideal napoleônico, as leituras que os militares europeus fizeram das guerras balcânicas de 1912 e 1913, uma suposta lição se sobressaiu: a de que, a despeito de milhares de baixas em números considerados extremos, era preciso atacar, pois os vencedores conseguiram obter os ganhos territoriais que almejavam, enquanto os defensores, embora com vidas preservadas, eram considerados derrotados. A revolução logística na guerra, com exércitos de milhões de homens, foi desconsiderada pelas lideranças políticas e militares europeias. O Estado-Maior Geral alemão (assim como os comandos dos exércitos europeus) considerou que essa massa humana era capaz de manobras em larga escala e ofensividade que não eram exequíveis. Mas as falhas demonstradas nas guerras balcânicas foram desconsideradas por terem sido feitas por atores menores, não por problemas operacionais e a persistência do ideal (NOLAN, 2017, p. 331).

Vencer era preciso – a chama do nacionalismo demandava isto na Europa de 1914, e demandava uma vitória rápida. Todos acreditavam na brevidade da guerra, e que seriam os vencedores a ditar uma nova ordem e os destinos dos vencidos. As doutrinas militares estavam ancoradas nestas certezas, e mesmo com os avanços tecnológicos e nas doutrinas de sítio, ainda assim, se acreditava em uma guerra de manobra, entre adversários, inspirados por Napoleão. Porém, dois fatores ajudam a explicar a rápida fase de manobras do início da guerra e o início do pesadelo de quatro anos nas trincheiras: problemas de comando e o peso da logística.

Quanto ao comando, as dificuldades de controle impediam que um comandante em chefe realmente exercesse a direção das suas forças no campo de batalha. Seu papel estava mais próximo de um maestro, apontando a condução e os passos futuros, do que um controlador efetivo dos generais e das tropas a ele subordinados. Moltke já tinha sofrido este problema durante a Guerra Franco-Prussiana, e em 1914, o gigantismo dos exércitos e a falta de um eficiente sistema de comunicações impedia que o comandante em chefe pudesse ter mais do que uma palavra a dirigir a seus subordinados, que acabavam se tornando os protagonistas da ação, por estarem em níveis mais baixos de comando, onde podiam controlar as tropas em suas mãos. Assim, logo as operações foram perdendo seu caráter estratégico para se subordinarem a uma visão operacional,

quando não tática. Portanto, comandante em chefe, como Falkenhayen, Ludendorff, Foch ou Haig, ficavam em posição mais de reagir às circunstâncias que ditá-las (STRACHAN, 2001, p. 27).

A logística, por sua vez, embora fora das vistas dos generais, acabou ditando a doutrina, por questões políticas. Não só pelo lado dos orçamentos, que enxergavam guerras rápidas como algo muito mais sedutor, pelos custos, mas também pela presença de materiais novos que estavam surgindo nos campos de batalha, fruto da mobilização industrial. Embora a ideia de concentrar força e massa nos pontos fracos do inimigo fosse inspirada nas campanhas napoleônicas, o fetiche da tecnologia se tornou aliado de generais educados para serem copiadores do imperador francês: assim, o uso de materiais militares ditava as considerações envolvendo as operações, pois seriam o meio para diminuir os impactos das pesadas baixas, bem como elementos decisivos para vencer o inimigo (STRACHAN, 2000, p. 27).

A presença cada vez maior de engenhos da guerra nos campos de batalha da Europa deu origem a uma nova palavra no dicionário dos militares europeus, mas logo ganhou o mundo – atrito. Com massas de homens e máquinas, o impasse das trincheiras se impôs, e portanto, era preciso buscar maneiras de rompê-lo. A batalha por material seria o caminho. O peso da indústria se fez valer, à medida que se falava em uma guerra total, usando os recursos dos Estados em conflito para vencer. Isso também implicada em aumentar os campos de batalha, e, levar a realidade brutal além – fazer civis sofrerem e sustentarem as dificuldades impostas pela guerra. O bloqueio da Alemanha, feito pela Marinha Real britânica e a guerra submarina irrestrita feita pelos alemães, ajudam a entender como os civis não estavam a salvo da guerra, mesmo que estivessem distantes das linhas de combate (STRACHAN, 2000, p. 29).

Atrito definiria uma característica da Primeira Guerra Mundial, especialmente nos anos de 1915 e 1916, onde os contendores se aferrariam ao terreno, e a doutrina deixaria claro que nenhum centímetro deste deveria ser concedido ao inimigo. Isto e a tecnologia presente, produziram ainda um maior número de baixas. Os alemães, frustrados com o fracasso de seu intento em bater a França rapidamente, agora enfrentavam uma guerra em duas frentes, a pior realidade

geopolítica possível. Assim, começaram a nutrir a ideia de que as ofensivas de 1915 e 1916 seriam grandes batalhas de atrito, no qual fariam sangrar a França, uma vez que as tropas alemãs tinham sido capazes de bater as russas e ainda manter de pé seu fraco aliado, a Áustria-Hungria, que lutava também em duas frentes, contra a Rússia e a Itália (NOLAN, 2017, p. 377).

O desafio da realidade também era algo difícil para as mentes militares, imbuídas do ideal napoleônico. Um lugar-comum da doutrina militar à época é de que o atacante sofreria mais baixas que o defensor em combate. Isso foi verdade para os britânicos no Somme, em 1916, mas em Verdun, no mesmo ano, os franceses, defensores, sofreram mais baixas que os alemães atacantes. Batalhas não eram mais algo cuja duração era de um ou dois dias, mas meses. Verdun durou onze meses, indo de fevereiro a dezembro de 1916, com baixas computadas em centenas de milhares de franceses e alemães, naquilo que demonstra a vã tentativa de ressuscitar a manobra em uma guerra de trincheiras e como o atrito tinha se tornado a nova realidade (STRACHAN, 2000, p. 28-9).

A ênfase no atrito se deu também porque ele tinha uma função limitadora. Sendo a guerra uma grande contestação de homens e materiais de uma nação contra a outra, as batalhas se tornaram mais prolongadas, estendendo a duração da guerra. O desgaste dos dois lados não levaria a uma vitória súbita, mas a chance de uma paz negociada, apenas para abrir espaço para uma nova etapa de hostilidades mais à frente. Isso pressionava os dois lados a avançarem mais na guerra, tornando-a mais total, com efeitos paradoxais: por um lado, os objetivos estratégicos iam sendo inflacionados, a despeito da capacidade dos exércitos em atingi-los; por outro, os objetivos operacionais se tornaram cada vez mais paroquiais, dominados pela tática, no compromisso de se obter uma vitória no campo de batalha (STRACHAN, 2000, p. 29).

Os anos de 1917 e 1918 viram o impasse começar a ser resolvido, primeiro, pela busca de novos materiais e sua maior presença, segundo, por procedimentos desenvolvidos pelos exércitos, que estavam começando a aprender a lutar, reintegrando fogo de artilharia e movimento pela infantaria, um dos principais problemas da guerra. A coordenação melhorou sensivelmente, ao ponto que infantaria passaram a ser melhor apoiados por artilharia, e passaram a portar novas

armas no campo de batalha: lança-chamas, granadas e metralhadoras mais portáteis. Com a redução do caudal humano disponível para os exércitos, o apelo à tecnologia fez com que menos homens tivessem mais poder de fogo, uma vez que os engenhos de guerra entraram nos campos de batalha para substituir os homens destruídos pela carnificina (STRACHAN, 2000, p. 31).

Entretanto, este processo não ocorreu tranquilamente: o ano de 1917 foi particularmente difícil para os contendores. A Rússia saiu da guerra, abalada pela Revolução de Fevereiro, que havia demonstrado o abalo do moral de suas forças e rebeliões em diversas cidades. Soldados franceses se revoltaram e iniciaram motins em larga escala após o fracasso da Ofensiva Nivelle, afetando metade do Exército francês. A sensação de derrota estava presente nas populações dos contendores, e em julho, o *Reichstag*, o Parlamento alemão aprovou uma resolução em favor da paz sem anexações ou indenizações. Importantes figuras britânicas escreviam em jornais clamando pela paz para salvar a Europa da anarquia e revolução (BOND, 1998, p. 107).

Nenhuma dessas iniciativas sensibilizou as lideranças políticas e militares. O Chanceler alemão, Theobald von Bethmann Hollweg, foi demitido e se iniciou uma ditadura velada em torno dos generais Paul von Hindenburg e Erich Ludendorff, que concentravam o poder real na Alemanha, a despeito da nomeação de um novo Chanceler. Soldados franceses revoltosos foram julgados por cortes marciais e fuzilados. Lenin e seus seguidores trabalharam fortemente contra o Império Russo, crendo que sua derrota e saída da guerra fomentaria a revolução comunista por toda a Europa, enquanto os americanos se preparavam para entrar na guerra (BOND, 1998, p. 107).

A busca pela vitória explica o fracasso das iniciativas. Para as potências centrais, Império Otomano e Áustria-Hungria, a guerra era a solução de todos os problemas nacionais, internos e externos. Para a Alemanha, a vitória representava a libertação do anel de inimigos que a cercava, a ameaça de ruína que viria, uma vez que tantos adversários combinados resultariam em uma situação catastrófica em derrota. A derrota da Rússia e os termos pesados impostos a ela pela Alemanha, junto a execução da família real russa, eram sinais de que a derrota implicava em profundas mudanças na sociedade e instituições políticas. Nenhum dos contendores

desejava passar por isto, e assim, as apostas na guerra foram redobradas, apesar do desgaste generalizado de 1917 (BOND, 1998, p. 108).

A situação estratégica da Entente no início de 1918 não era boa; a Alemanha tinha conseguido liberar mais de cinquenta divisões de combate com a vitória sobre a Rússia, e a mobilização americana ainda não tinha atingido os números esperados por britânicos e franceses. O Exército francês estava se recuperando dos motins de 1917 e as tropas britânicas do desgaste friccional do ano anterior, tendo ainda que enviar forças à Itália, que no afã de atrair alemães e aliviar a pressão sobre a França, perdeu 650 mil homens e quase saiu da luta. A guerra submarina irrestrita por parte da Alemanha foi uma cartada no sentido de obter a vitória a qualquer custo. A outra foi a ideia das ofensivas na frente ocidental para tirar os britânicos da guerra, forçar os franceses a paz, antes de que a presença americana se consolidasse. Novamente o Estado-Maior Geral alemão acreditava no ideal napoleônico, de vencer rapidamente (NOLAN, 2017, p. 388).

Novas táticas, feitas para superar o impasse das trincheiras, foram testadas em 1917 e dariam à guerra uma nova face em 1918. Tudo em nome da vitória final, tão almejada. Tanques ou carros de combate, aviação de combate com capacidade de apoiar as tropas no solo, novas munições de artilharia, novas técnicas de infantaria, em especial a infiltração, foram usadas em larga escala. Os exércitos começaram a reformular suas doutrinas, como o exemplo do Exército francês demonstrava, que em uma luta de material deveria ser oposta por material, e não homens. O custo sangrento de Verdun e do Somme tinha pago sua lição (STRACHAN, 2000, p. 31).

Ainda assim, o ideal napoleônico resistia. Embora a tecnologia fosse juntamente as mudanças doutrinárias, formas de vencer a natureza estática da frente ocidental, o culto à ofensiva foi revisitado, pelos dois lados. Os alemães se encontravam em uma desesperada luta contra o tempo, para preservar os ganhos obtidos e se salvar do colapso que a derrota poderia trazer. Hindenburg e Ludendorff não consideravam a chance de serem batidos pela Entente, e acreditavam ser possível conseguir em 1918 a vitória que escapou em 1914. A seu favor, as forças que vinham da frente oriental e a ocupação da Romênia, que aliviou os efeitos do bloqueio feito pela Marinha Real britânica. Entretanto, o plano alemão não tinha

nada de estratégico. Afastado da realidade, e consumido por questões táticas, as cinco ofensivas planejadas contra britânicos e franceses não poderiam produzir nada que mudasse a realidade cada vez pior da Alemanha (NOLAN, 2017, p. 394-5).

Para a Entente, a superioridade tecnológica e logística começava a se mostrar frente as deficiências alemãs. Os britânicos e franceses começaram a colocar massas de tanques, artilharia e um apoio logístico sem igual, com soldados bem equipados e alimentados. O soldado alemão passava fome e estava lidando com quantidades cada vez menores de materiais, como munição, em especial de artilharia. A capacidade industrial dos Estados Unidos, somada à britânica estava fazendo a diferença na guerra de material. Carne enlatada e as rações americanas passaram a ser objeto de desejo dos soldados alemães, cada vez mais famintos por rações cada vez mais limitadas (NOLAN, 2017, p. 395).

A Ofensiva da Primavera, a última esperança alemã de reverter o jogo, começou em fins de março, e seu planejamento deveu-se unicamente a Ludendorff, que alimentava uma visão de vitória total, com a Alemanha suprema sobre os demais contendores. Mas seu planejamento ia em direção oposta, ao não propor nenhum objetivo estratégico para a ação, se limitando ao campo tático-operacional. As cinco fases da ofensiva, desta maneira, se perderam no esforço dispendido. Visando romper a frente e dividir as tropas britânicas das francesas, Ludendorff conseguiu nos primeiros dias causar danos severos aos primeiros, mas invés de manter a pressão, mudou a direção dos ataques para os franceses, que reforçaram as defesas britânicas após os primeiros dias da ofensiva. Com pesadas perdas, embora conquistado um terreno considerável, Ludendorff fracassou em obter uma situação favorável à Alemanha, e em julho, a iniciativa passou a Entente (HULL, 2005, p. 300-4).

Apesar das baixas sofridas e do território perdido, a Entente não corria riscos reais, estrategicamente. Boa parte das conquistas alemãs não melhoraram sua situação, pois as tropas ficaram expostas em salientes nas linhas, sujeitas aos contraataques. As reservas alemãs estavam esgotadas, e os duríssimos termos impostos à Rússia em 1917, imobilizavam um milhão de soldados alemães no leste. Cogitou-se a chamada de menores de dezoito anos para o Exército, e a chamada de

homens que estavam em hospitais e fábricas. A *hubris* do ideal napoleônico não observava limites na liderança militar alemã. A ideia da vitória não poderia ser abandonada, pois no extremo a que se chegou, para Ludendorff e Hindenburg, era vencer ou perecer em ruína. Tal espírito começou a aparecer no oficialato alemão, que passou a nutrir sonhos de uma “*Endkampf*”, uma luta final onde caso a derrota viesse, seria um fim apocalíptico, tão violento que faria a Entente entrar em negociações de paz para deter o tornado de violência absoluta imaginado pelos alemães (HULL, 2005, p. 310-8).

Um fator que ajudou a Entente a resistir ao último esforço alemão foi uma mudança de conduta. Depois de rivalidades e conduções diferentes da guerra, franceses e britânicos negociaram um comando supremo para as forças, sendo escolhido o General Foch. Ironias do destino à parte, ele era um ardoroso devoto do ideal napoleônico antes da guerra, mas a experiência do impasse das trincheiras mudou suas ideias. Hábil e versado na História Militar, Foch foi o homem certo no momento certo. Sua ação de “coordenação” entre britânicos e franceses foi exitosa, e a repulsão da ofensiva alemã começou a se dar em meados de julho, com a iniciativa tendo passado à Entente. Foch não desperdiçou a oportunidade, e com ataques sucessivos, visava destruir as linhas alemãs (GREENHALGH, 2011, p. 307-10).

Por suas ações, Foch receberia o bastão de Marechal de França em fins de agosto de 1918, mais uma dignidade honorífica que um posto militar. Porém, não tratou de fazer o próprio nome, mas sim, continuar a perseguição aos alemães que começavam a se retirar, cada vez mais desorganizadamente, a cada golpe da Entente. Ofensivas britânicas, americanas e francesas impuseram duros golpes aos alemães, a começar em 8 de agosto, em Amiens, onde Ludendorff declarou ser um “dia negro na história do Exército alemão”, tamanho o número de prisioneiros feitos pela Entente. Mais de 30 mil alemães e centenas de peças de artilharia foram capturadas por forças britânicas. O início do fim começa a se mostrar, quando os generais da Entente, em 11 de agosto, passaram a acreditar ser possível vencer a guerra ainda em 1918 (BOND, 1998, p. 111).

Os “Cem Dias”, de 8 de agosto até 11 de novembro de 1918, observaram uma série de golpes coordenados por Foch, onde os exércitos da Entente agora faziam a

guerra de uma nova forma, combinando armas. Artilharia, aviação e tanques apoiavam a movimentação da infantaria, e números cada vez maiores dos carros de combate. Embora seu foco não fosse replicar os sangrentos embates de Verdun, ele colocou os alemães em uma grande campanha de atrito, onde o desgaste seria de material e não de homens, algo fora da capacidade da Alemanha. Os salientes abertos pelos alemães foram fechados com grandes baixas enquanto os exércitos da Entente se recobriam e revezavam na tarefa, exaurindo a resistência inimiga (NOLAN, 2017, p. 397).

Embora os sinais estivessem visíveis, o colapso do Exército alemão surpreendeu a Entente. Não se percebeu que os soldados alemães haviam cansado e não desejavam mais lutar. Vencidos, embora vencedores de muitas batalhas, estavam sem comida e material, enquanto a Entente estava disposta de cada vez mais meios à disposição. Vítimas primeiras da falta de uma estratégia digna do nome concebida pelas lideranças políticas e militares, a luta tornou-se inútil. A moral desabou e as tropas começaram a se render em diversos pontos, para as forças da Entente (NOLAN, 2017, p. 402).

O fim chegou, e com ele a vitória das forças da Entente. Mas ela não havia sido obtida à maneira pensada antes de 1914, em uma grande batalha, numa campanha rápida. O atrito foi a tônica do conflito, a guerra total dominou o horizonte. A diferença entre vencidos e vencedores se deu pela capacidade de desgaste a que foram submetidos e como lidaram com isto. Embora vencedores, Reino Unido e França sofreram muito com o conflito. Os franceses tiveram um milhão e quatrocentos mil soldados mortos, fora quatro milhões de feridos, por exemplo. Os sacrifícios feitos foram deixados de lado na década de 1920, pois o ideal napoleônico não se foi com o fim da guerra.

Ao contrário disto, encontrou uma nova forma de sobrevivência, na palavra dos defensores da guerra blindada e do uso de aviação nos campos de batalha, onde o movimento seria a tônica, baseando-se na experiência de 1918. Os alemães, com forças reduzidas pelo Tratado de Versalhes de 1919, passaram a estudar as razões da derrota. Incrivelmente, os estudos foram guiados pela lente tática. Não houve uma palavra na dimensão estratégica. Os erros na campanha da França no campo tático foram estudados para serem corrigidos. Em outras palavras, os

alemães, a despeito das limitações de Versalhes, acreditavam em outra guerra e que nela, poderiam vencer decisivamente, à maneira napoleônica (CROWELL, 1988, p. 341).

O desenvolvimento da guerra blindada é um capítulo à parte na sobrevivência do ideal napoleônico. Com a guerra de movimento renascida em 1918, as defesas estáticas foram mais uma vez consideradas como defasadas e incapazes de deter o avanço dos exércitos. Os blindados teriam funções consideradas chave em uma futura guerra, estudos britânicos apontavam, mas o desenvolvimento mais profundo e inovador se deu na Alemanha. A derrota implicava em um fascínio alemão com a integração entre blindados e aviação aplicada pela Entente em 1918, e tal modelo era muito atraente ao pensamento militar alemão. O germe da Força Aérea alemã, a *Luftwaffe*, estava sendo gestada junto a questão dos blindados como força de choque e transporte protegido de tropas. Tudo isto era gestado com a ideia de produzir uma força capaz de bater rapidamente os oponentes, em um grande envolvimento (CROWELL, 1988, p. 342).

O combustível intelectual que moveu tal iniciativa era o ideal napoleônico. Os militares alemães não tinham abandonado a ilusão, apesar da destruição de 1914-1918. Com o desenvolvimento dos blindados e de uma aviação eminentemente tática, a aposta em vitórias rápidas e aniquilação de inimigos era redobrada. Assim como Napoleão, os alemães tinham sido derrotados, mas o ideal persistiu. A leitura era de que, aplicando o plano certo, a técnica e a tática correta, ainda seria possível obter uma vitória napoleônica. A crença de que realidades político-estratégicas seriam mudadas por vitórias táticas, com baixo custo, baseadas em competência operacional era algo que Napoleão e os alemães tinham em comum, e em 1939-1940, o ideal se mostraria mais uma vez, arrastando o mundo a uma nova guerra (CROWELL, 1988, p. 343).

Foch, ao ver os termos do Tratado de Versalhes, exclamou que ele não era mais que um armistício de vinte anos. Estava certo, embora não tenha vivido para ver, falecendo em 1929. Mas ele protestou contra o Tratado, não para humilhar os alemães, mas porque este falhou no que ele considerava crucial: dar garantias à França contra agressões futuras. E a ambição dos líderes alemães de obter hegemonia sobre a Europa e global, tinha na França um dos principais obstáculos.

Novamente consumidos por fetiches vindos das vitórias táticas na guerra de 1914-1918, descartaram as lições estratégicas do conflito e colocaram a Alemanha em pé de guerra, para novamente lutar por supremacia ou ruína (NOLAN, 2017, p. 404).

O fetiche da mecanização dos exércitos, fortemente nutrido pelos alemães, produzia uma solução para os dilemas que a guerra anterior havia apresentado. Mas, novamente a miopia do ideal napoleônico se revelava, pois a mecanização dos exércitos não poderia entregar os resultados político-estratégicos esperados com o uso da força. Ela era um meio para fim, mas, tal como Ludendorff em 1917 e 1918, os generais alemães de 1939 a 1945 confundiam meios com fins. Somente uma liderança do quilate de Bismarck poderia traduzir sucessos militares em fins políticos, construídos com razoabilidade sobre vencidos e potências que estivessem observando o conflito e seu resultado. Entretanto, nenhum dos países do Eixo possuía uma liderança tão capaz, tanto que estavam seduzidos pela guerra como uma solução para todos os problemas nacionais (BOND, 1998, p. 135-6).

O Terceiro Reich, a Alemanha Nazista, era um Estado feito para a guerra. Nada fora disso seria capaz de obter, na visão de seu líder, Adolf Hitler, a dominação mundial destinada à raça germânica. O Plano Quadrienal de 1936 visava a mobilização econômica para a guerra total. Hitler definiu ao final do documento que o Exército alemão deveria estar operacional e preparado para a guerra em quatro anos. Os planejamentos eram claros – ir à luta entre 1943 e 1945 para obter espaço vital e, antes disto, fazer a economia alemã autossuficiente, capaz de resistir a bloqueios como os impostos pela Entente em 1914-1918 (GRAY, 2012, p. 143-4).

Outra vez, a crença na guerra como solucionadora dos problemas nacionais estava presente nos mais altos níveis da liderança alemã. Isto ajuda a explicar a conduta do Estado nazista: a guerra era seu meio de sobrevivência, não havendo possibilidade de prosperar sem a presença de inimigos, fossem eles reais ou imaginários. A conduta criminosa, completamente antiestratégica, na busca por oprimir e destruir minorias étnico-religiosas e opositores políticos, ajuda a entender a deficiente mobilização alemã para a guerra, pois parte dos recursos do Estado estava direcionada para a máquina de extermínio. A concepção nazista de guerra total passava por questões de eliminação física de povos inteiros, algo completamente fora dos parâmetros do pensamento militar. Genocídio como

ferramenta de poder político e econômico, através da espoliação. Vencer, para os nazistas, tratava-se não só de suplantar um inimigo, mas massacrá-lo e, aos sobreviventes, restaria a escravidão (FÖSTER; GESSLER, 2005, p. 62-5).

Tal concepção alimentava a ideia que complicou ainda mais o desejo alemão de hegemonia. Enquanto contra os Aliados ocidentais a conduta seria uma, no Leste Europeu, a condução da guerra por parte dos nazistas era a de aniquilar os inimigos. Aspecto ideológico da campanha, não tinha sido planejado, e não o foi até 1942. E a aniquilação, guiada por ideologia, foi concebida para além de qualquer limite racional do Estado, direcionada a soldados e civis inimigos. Porém, em clara contradição com a teoria de Guerra Total, a decisão da liderança alemã pelo massacre de populações conquistadas, especialmente no Leste, não considerava a imposição da vontade sobre o vencido, de acordo com a teoria clausewitziana, mas sim a eliminação destes, impedindo que os derrotados se reerguessem para uma nova guerra (FÖSTER; GESSLER, 2005, p. 68).

A guerra iniciada em 1939 pelos alemães, era baseada em uma visão de campanhas rápidas – novamente o ideal napoleônico presente – onde países vizinhos seriam batidos rapidamente. Os planos alemães de 1938 concebiam a guerra contra Polônia e Tchecoslováquia, mas desejos maiores eram nutridos: bater a França, se vingando de 1918, e conquistar parte da União Soviética, onde estaria o “espaço vital” que faria a Alemanha nazista autossuficiente economicamente. Desde o início a condução da guerra esbarrava em dois traços distintos do Estado nazista que não dialogavam entre si. O primeiro, a busca sem limites de objetivos ideológicos, o segundo, a concepção de operações militares e sua execução. Ao perseguir um curso de ação ditado ideologicamente, os alemães acabavam tirando a potência de suas ações militares, impelidas a realizar coisas além de suas possibilidades (FÖSTER, 2005, p. 89-91).

A espoliação era outro traço da conduta nazista na guerra. Vitória significava saque e pilhagem, para alimentar a máquina bélica. Depois da passagem das primeiras forças, vinham equipes especializadas em retirar tudo que contasse para o esforço de guerra: maquinário, matérias-primas, dinheiro, trens, fábricas, que podiam ser desmontadas ou mantidas no lugar, revertidas em prol da manter as forças nazistas abastecidas para lutar. Assim como escravos, ou trabalhadores

forçados, chegando a casa dos cinco milhões no Terceiro Reich em 1944. Dois milhões de prisioneiros de guerra foram mobilizados para trabalhar na indústria de armamentos. Entre 1940 e 1944, mais de 50% da demanda alemã por armamentos foi abastecida com recursos vindos da Europa ocupada. O conceito nazista de vitória era brutal, desumano e cruel. E por isto mesmo, criou a série de erros estratégicos que levaram a Alemanha à derrota (BOND, 1998, p. 143-5).

Outro ator importante na guerra, também imbuído por sonhos de vitória rápida e hegemonia sobre o Pacífico, o Japão imperial tinha um agressivo projeto de expansão pela Ásia, para suprir as carências que o país possuía, na busca do desenvolvimento. Diferentemente da Alemanha, unida em torno da ação de Hitler na guerra, quase como um feudo, os japoneses encontravam-se divididos entre duas facções que competiam por poder e prestígio. De um lado, os oficiais do Exército Imperial, o *Rikugun*, com planos expansionistas sobre a China, Coreia e mesmo a Sibéria russa, e do outro, o *Kaigun*, a Marinha Imperial, com planos de dominação sobre o Pacífico. As duas forças não tinham a menor vontade de cooperação e a condução da guerra por parte dos japoneses viu dois conflitos diferentes. Um do *Kaigun* contra os Aliados, em especial os EUA, e o do *Rikugun*, contra os Aliados, voltado à China (BOND, 1998, p. 145-8).

A agressão japonesa começou muito antes da alemã, em 1931, com partes da China sendo ocupadas paulatinamente, mas em 1937, a guerra se tornou aberta, e os japoneses decidiram tentar a conquista de boa parte da China. Se a conduta nazista tinha um componente ideológico que a tornava antiestratégica, a japonesa a igualava ou mesmo superava. A disputa entre as duas forças legitimava a desobediência às ordens do governo civil, de forma que o poder passou a ser *de facto* das Forças Armadas, pois elas eram vistas como agentes da ideologia imperial japonesa, que se nutria em uma pretensa superioridade racial sobre os outros povos da Ásia, e o único país da região capaz de lutar contra o Ocidente, por meio da construção de um Império forte com conquistas que o sustentassem (NOLAN, 2017, p. 490).

As campanhas japonesas, tal como as alemãs, foram caracterizadas pela busca de vitórias rápidas e conquistas, para suprir o Império de matérias-primas vitais ao esforço de guerra. Porém, o caso japonês era ainda mais dramático que o

alemão, com seus líderes militares sabendo que precisavam não só vencer, mas causar um dano tão grande ao inimigo que o levasse à mesa de negociações ou demorasse a lançar contra-ataques. Tal como para a Alemanha nazista, o Japão imperial via na guerra a solução dos problemas nacionais. Era preciso tomar pela força para garantir a sobrevivência da nação, pois o país só possuía reservas de combustíveis e gêneros para dois anos e as sanções dos EUA só pioravam a situação (BOND, 1998, p. 149).

Os resultados das campanhas japonesas de dezembro de 1941 a meados de 1942 foram espetaculares até mesmo para eles. Não esperavam vencer tão rápido e bater tantos oponentes ao mesmo tempo. Britânicos, holandeses, franceses, australianos e americanos, além de chineses e filipinos foram derrotados por pequenas forças japonesas de terra, além de terem o poderio naval seriamente abalado, sendo que, somente os EUA ainda tinham capacidade de resistir no mar após tais campanhas. O inesperado sucesso estimulou a crença de que o soldado japonês seria invencível, e que o culto nacional do *bushido*, as virtudes do samurai, concediam essa superioridade. No longo prazo, tal culto se tornaria extremamente prejudicial, produzindo milhares de baixas civis e militares (BOND, 1998, p. 150).

A despeito do que a propaganda japonesa apregoava, a exploração japonesa de suas conquistas só encontrava paralelo na Europa ocupada pelos nazistas. A opressão era tanta que o Exército japonês era mais temido pelas populações locais do que os colonizadores europeus. A arrogância e o desprezo dos japoneses pelos outros povos asiáticos dava força a uma série de violências como o massacre de lideranças políticas, experimentos pseudocientíficos e imposição de fome, pois as reservas de comida foram enviadas para manter o esforço de guerra e para alimentar a população japonesa. A brutalidade do domínio japonês tornou-se contraproducente estrategicamente devido a tais políticos. Não houve a adesão massiva dos dominados à causa do Japão imperial, mas isto não pareceu ser uma prioridade de Tóquio, que via a “Esfera de Co-prosperidade Asiática” como um lugar de espoliação (BOND, 1998, p. 150-1).

A ideologia imperial japonesa, em um extremo culto ao imperador, tido como divindade entre os homens, pedia sacrifícios que nem mesmo Hitler demandava dos soldados alemães. Rendição era uma palavra proibida, o recurso dos fracos. As

qualidades superiores do povo japonês atingiam seu mais alto grau nos soldados e marinheiros, segundo esta ideologia, e assim, não estavam sujeitos aos julgamentos morais do civis japoneses, muito menos dos estrangeiros. Assim, atrocidades contra povos conquistados eram correntes, estimuladas pela hierarquia e nutridas por esta ideologia. Maus-tratos a prisioneiros eram corriqueiros, e os crimes de guerra japoneses na conduta da guerra, eram, a seu ver, parte da vitória a ser alcançada (NOLAN, 2017, p. 524-5).

Voltando à Europa, a conduta da guerra por parte da Alemanha estava focada em rápidas campanhas, com alta mobilidade de blindados apoiados por aviação, o que aliviaria a falta de apoio de artilharia, em muito, ainda tracionada por cavalos. O destino da Alemanha começou a ser posto em jogo em março de 1939, quando Hitler ordenou as preparações para a guerra contra a Polônia. Anos de apaziguamento por parte da França e Reino Unido estavam terminando, à medida que seu comportamento, desrespeitando tratados e fronteiras, ficava mais claro. Daí em diante, a ideia de que a Alemanha corria perigo fruiu e catalisou os esforços militares, que se alimentavam do temor iminente de um ataque que colocasse em risco a nação e o povo (FÖSTER, 2005, p. 96-97).

A rápida conquista da Polônia foi o início de três anos de agressão alemã bem-sucedida, com a conquista de Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e França. Era uma jogada arriscada, na busca de um império sobre a Europa. Embora o desejo alemão fosse o de bater um oponente por vez, isso se tornou impossível com a invasão da Polônia, recebendo em resposta, declarações de guerra da França e Reino Unido. Com o projeto de hegemonia europeia em jogo, os alemães conseguiram, com misto de habilidade e sorte, bater diversos oponentes rapidamente. Conquistas providenciaram o *Reich* com suprimentos vitais, e os acertos diplomáticos com os soviéticos deram a possibilidade de lançar uma campanha no Oeste com toda a força em 1940 (GRAY, 2012, p. 145).

A conduta alemã na guerra era a de um jogador imprudente, cujas jogadas são mais decididas no fragor dos acontecimentos do que de acordo com um plano. A agressão a muitos países, em nome da conquista da sujeição criava uma situação insustentável para a Alemanha, ultrapassando seu ponto culminante de força (CLAUSEWITZ, 1984, 566-73), algo que pode ser identificado a partir de 1942,

quando a extensão das conquistas nazistas se tornaram mais fardo que outra coisa, pois quanto maior o domínio, mais esparsas suas forças estavam. A conduta imprudente também se reflete em que os alemães consideravam a guerra um jogo de ganhar tudo, ou derrota com a ruína total. Tal como seus antecessores de 1914-1918, a aposta era muito cara e cobraria um preço.

A destruição da França como adversário criava um novo horizonte para o Terceiro *Reich* na guerra: enfrentar com toda a força que tinha, o Reino Unido, que se preparou para uma invasão. Mas o fracasso alemão em bater os britânicos no mar e no ar impediu qualquer concretização de tais planos. A despeito de seu triunfo continental, a frente ocidental da guerra persistia, muito para desgosto dos alemães. A pressão alemã foi intensa, mas os britânicos mantiveram e resistiram, salvando parte de seu Exército, forças francesas e belgas, assim como uma presença incontestada no mar. A Batalha da Inglaterra, de maio a setembro de 1940, foi vital para a sustentação do Reino Unido na guerra. Não pelas baixas causadas aos alemães, mas pelo fato de que, mantendo-se na luta, abriu-se a possibilidade dos Estados Unidos entrarem na guerra, o provocaria forte mudança na balança estratégica do conflito (GRAY, 2012, p. 151).

A ambição italiana em se mostrar capaz para seu aliado alemão, muito mais poderoso, acabou sendo sua fraqueza. Os britânicos poderiam fazer a guerra num teatro de operações que conheciam bem, com tropas muito melhores preparadas e adestradas que os italianos, o que se deu em 1941. A presença britânica no Mediterrâneo permitiu uma ação contra o Eixo, longe das forças alemãs, que logo tiveram de ser enviadas para socorrer o incompetente aliado. Para que se faça justiça ao soldado italiano, a razão de seus fracassos estava em uma liderança extremamente incapaz política e estrategicamente além do material militar obsoleto, criando uma série de problemas e nenhuma solução (GRAY, 2012, p. 152).

A fase mais dura e intensa da guerra se iniciou em 22 de junho de 1941. Embora Hitler tivesse planos de atacar a União Soviética já em meados de 1940, seus generais o aconselharam a dar descanso às tropas, esgotadas pela série de intensas campanhas, e preparar o *Heer*, o Exército, para a luta no Leste. A invasão estava planejada para maio, mas sofreu atraso pois Hitler teve de socorrer seu aliado italiano. Em mais uma mostra de incompetência, os italianos estavam em

guerra contra os albaneses e gregos, sendo batidos pelos dois, o que motivou uma campanha em larga escala nos Bálcãs, com vitórias alemãs e a expulsão de forças britânicas do continente, com a evacuação da Grécia (GRAY, 2012, p. 152).

Com a questão resolvida, 145 divisões alemãs invadiram a União Soviética, num total de três milhões e seiscentos mil homens. Romênia, Hungria e Finlândia apoiaram a invasão com 37 divisões, com setecentos e cinco mil homens. Um fato deve ser observado aqui. Apesar da impressionante força preparada, os alemães tinham 60 divisões que não podiam ser usadas, pois estavam garantindo a exploração dos recursos dos vencidos. O único ganho real para os alemães da campanha nos Bálcãs, foi o acesso ao petróleo das refinarias de Ploesti, na Romênia, que supria a maior parte dos combustíveis para o esforço de guerra (GRAY, 2012, p. 152).

Entre junho e outubro de 1941, a campanha alemã na União Soviética motivou a leitura, por parte de alemães e britânicos, de quanto tempo aquela nação resistiria à agressão alemã. Nestes meses, os nazistas tinham feito avanços de milhares de quilômetros, em batalhas com centenas de milhares de prisioneiros, destruindo quantidades de tanques, artilharia e aviões em tal monta superior ao de diversas nações europeias. Porém, dominados por um espírito de que a vitória viria rapidamente, dada sua pretensa superioridade racial sobre os soviéticos, considerados sub-humanos, os alemães tinham crença de que os soldados voltariam para casa antes do Natal, após vencerem no Leste e conquistarem o espaço vital tão desejado (BOND, 1998, p. 153).

Porém em dezembro de 1941, as forças alemãs foram detidas às portas de Moscou por uma combinação de obstinação soviética, clima ruim e a sucessão de seus próprios erros. Uma vigorosa contraofensiva soviética pressionou os nazistas, e a chance de um conflito rápido no Leste se encerrou. O ataque japonês e a entrada dos Estados Unidos na guerra começaram a mudar a balança do conflito. Assim como Napoleão em 1812, os alemães acreditavam ser possível destruir as forças soviéticas com grandes envolvimento. Mas a luta na Rússia adquiriu proporções gigantescas. Entre dezembro de 1941 e janeiro de 1942, mais de 7 milhões de soldados alemães e soviéticos batalharam por Moscou, e o custo foi alto. No caminho até a cidade, os nazistas tinham perdido 743 mil homens, enquanto os

soviéticos, 926 mil (GRAY, 2012, p. 154-5).

O ano de 1942 veio e a máxima expansão do Eixo atingiu seu ponto, enquanto os Aliados começavam a colocar sua própria visão de vitória em funcionamento. Conferências entre os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética foram feitas para definir os rumos da guerra, e a conduta aliada e sua expectativa para vencer a guerra foi descrita em duas palavras: rendição incondicional. Embora parecesse dura, nem se aproximava do concebido por alemães e japoneses e, na verdade servia a dois propósitos: o primeiro, demonstrar, em especial aos alemães, que não haveria paz em separado com algum dos Aliados, e segundo, manter a coesão da Grande Aliança, algo que não era fácil, dada a escala da luta (BOND, 1998, p. 156).

A reversão das fortunas do Eixo começou em meados de 1942, com vitórias aliadas na terra e no mar. Embora os Estados Unidos desejassem bater o Japão, concordaram com o Reino Unido e a pressão soviética em favor de uma segunda frente que lhes aliviasse. Diferentemente dos alemães, a teoria da vitória aliada era bem definida e exequível: bater a Itália, o que foi feito em 1943, com a mudança de lado desta na guerra, por fim ao Terceiro *Reich* e depois bater o Japão. Tanto alemães quanto japoneses seriam alvos de ocupação militar e extensos programas de transformação política para impedir que surgissem novamente regimes como o nazismo alemão e militarismo japonês (BOND, 1998, p. 157).

A guerra ganha pelos Aliados não foi ganha meramente onde os alemães e japoneses esperavam ganhar e imaginam ser possível: nos campos de batalha. Os Aliados mostraram que uma guerra, para ser ganha, precisava de algo vital que faltava na conduta do Eixo: estratégia. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, o maior potencial industrial do mundo estava trabalhando pela vitória no conflito. Os Aliados focaram em questões desprezadas pelo Eixo, como logística, economia de guerra, mobilização e inteligência. Seus esforços eram integrados, resultados de negociações em alto nível, o que promoveu um atrito constante nas máquinas de guerra do Eixo, incapazes de resistir a tantos golpes ao mesmo tempo (BOND, 1998, p. 167).

E mesmo com a resistência britânica, fruto do seu longo desgaste enfrentando a máquina de guerra alemã na Europa e a força japonesa na Ásia, em um dos mais

difíceis teatros de operações da guerra, a Birmânia, os Estados Unidos lançaram campanhas na Europa, carreando em seu trem logístico de proporções inimagináveis pelos alemães, canadenses, britânicos, neozelandeses, indianos, poloneses e brasileiros, para citar alguns dos povos envolvidos. A guerra era global, e assim, somente com grande coordenação os Aliados seriam capazes de vencê-la.

A campanha de bombardeio estratégico aliada na Europa, entre 1943 e 1945, é algo polêmico pois, para diversos autores, teria sido um inútil esforço que só resultou nas mortes de civis e destruição de patrimônios importantes em áreas ocupadas e na Alemanha. Entretanto, o estudo da aplicação do poder aéreo aliado, especificamente dos Estados Unidos e do Reino Unido, implica sim, que os bombardeiros aliados tiveram grande contribuição para a vitória. Embora a destruição de cidades não tenha gerado o efeito desejado no moral alemão, prejudicou sua economia consideravelmente, assim como o esforço de guerra. Em 1944, os alemães previam construir 80 mil aviões, mas só conseguiram 36 mil, em parte por causa do constante bombardeio aliado, fora os mais de 2 milhões de soldados envolvidos na operação das defesas antiaéreas. Tal efetivo teria feito diferença em quaisquer das frentes. Tais defesas consumiam trinta por cento da produção de armas e 20 por cento da produção de munições fora o efetivo de 2 mil caças para a proteção do *Reich* (OVERY, 2005, p. 288-94).

Impressionantes números que, sem dúvida, teriam feito a diferença, se a Alemanha tivesse liberdade para empregá-los. Assim, sem a campanha de bombardeio estratégico, é bem possível que o Terceiro *Reich* estivesse melhor equipado e preparado para resistir aos assaltos dos Aliados na Europa, aumentando o custo em vidas e talvez forçasse o uso, que já era planejado, das armas atômicas na Europa. Sem a liberdade de ação nas cadeias de produção, a Alemanha não tinha como movimentar de forma segura, partes e maquinário para as fábricas que eram abertas, apenas para serem destruídas pelas sucessivas ondas de bombardeios diurnos e noturnos dos Aliados. Sem isto, a produção, apesar dos recordes de 1944, não tinha como manter de pé as forças alemãs em combate, e se estas já estavam desgastadas pelas baixas em combate, sentiram o peso do atrito ao receber poucas quantidades de armamento e equipamento, enquanto as forças aliadas cresciam em número, bem supridas por uma cadeia planejada e com

capacidade de reposição cada vez maior (BOND, 1998, p. 162).

Os Aliados foram capazes de vencer a guerra, não só por capacidade no campo de batalha. A coordenação entre os atores foi fundamental pois, diferente de Alemanha e Japão, havia comunicação efetiva, e a combinação de ações foi decisiva para que os dois inimigos fossem destruídos nos campos de batalha, e desgastados na retaguarda de modo a quebrar sua vontade. Embora famosas, nenhuma das batalhas de vulto da Segunda Guerra Mundial podem ser reputadas como decisivas em si, mas só se observadas a partir do conjunto das campanhas nas quais os Aliados impuseram tamanho atrito ao Eixo que este acabou perdendo todas as suas reservas. Seus blindados, antes meios para vitórias espetaculares, tornaram-se bombeiros, tentando cobrir rupturas cada vez mais frequentes nas linhas (NOLAN, 2017, p. 482-5).

Os generais alemães ainda sonhavam com manobras brilhantes e guerra de movimento, crendo que uma vitória tática poderia reverter o inexorável fechamento do anel de aço que os Aliados tinham imposto ao Terceiro *Reich*. Ainda repetiam os mitos de Canas, de Jena, de Napoleão. Ainda acreditavam que uma vitória tática poderia mudar a situação estratégica. O Japão Imperial seguiu pelo mesmo caminho, crendo numa batalha de Tsushima contra os Estados Unidos. Cercados, alemães e japoneses atacaram. Ficaram sem seus tanques, sem aviões, sem navios, sem munição e literalmente sem combustível e comida. Sem nada, observaram exércitos aliados cada vez mais equipados e experientes flanquearem suas posições estáticas, determinadas por comandos já desconectados da realidade, fosse em Berlim ou Tóquio, apenas para serem liquidados por um avassalador poder de fogo (NOLAN, 2017, p. 486-7).

Ainda assim, diante de uma massacrante realidade, soldados alemães e japoneses resistiram. Sem meios, sem material, com fome e desgastados por anos de guerra, em condições desumanas nas linhas de frente, estes homens que combatiam eram as vítimas dos sonhos dos generais em repetir o mito de Napoleão, de cobrirem-se de glórias. Tal como Napoleão, que se retirou do campo em Waterloo, deixando para trás homens para morrer em seu nome, isso também foi real com alemães e japoneses.

Tal conduta pode ser explicada por uma fanatização cada vez maior. Para os

alemães, a Alemanha nazista só poderia existir através da luta, enquanto os japoneses acreditavam na guerra como um ritual de purificação espiritual. Se a derrota era iminente, a morte era um caminho que a rendição. No caso dos alemães, especialmente no Leste, isto era uma realidade. Para os japoneses, uma prática. Assim, é possível explicar como, entre dezembro de 1944 e abril de 1945, a Alemanha teve um milhão e meio de soldados mortos, enquanto no Pacífico, guarnições inteiras de ilhas, se lançavam em ataques suicidas contra tropas americanas e australianas, chamadas de cargas *banzai*. A brutalidade dos combates aumentou quanto maior a proximidade do fim da guerra (STRACHAN, 2005, p. 50-1).

O panorama estratégico da guerra como evento mudou em agosto de 1945, quando os Estados Unidos lançaram duas bombas atômicas sobre duas cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki. Um avião, com um armamento, tinha sido capaz de produzir destruição semelhante a milhares de aviões em uma surtida. Tamanha capacidade destrutiva podia gerar vitória, mas também um grande impasse, pois sua força era tamanha que simplesmente não haveria nada o que se conquistar ou dominar após seu uso. A era nuclear se iniciou, e com ela, o conceito de Vitória sofreu um forte baque, algo que para alguns até foi uma “morte”. Com as armas nucleares presentes, o propósito das nações agora era não mais vencer guerras, mas sim evitá-las (MARTEL, 2011a, p. 127).

Capítulo 5 – Moléstia Estratégica

5.1 – O conceito de Vitória e a Era Nuclear

A realidade surgida com o uso de armas nucleares ao final da guerra em 1945 mudou a perspectiva do conceito de Vitória. A proliferação destas, nas décadas de 1950 a 1970, criou um impasse, pois, não era mais possível uma guerra em grande proporção sem o uso de tais armas. A destruição massiva que elas traziam inviabilizava qualquer possibilidade de triunfo sobre um inimigo, e uma vitória no nível estratégico tornou-se impossível e impraticável, o que levou as potências nucleares a trabalharem para evitar conflitos de grande monta, o que levou mesmo ao descrédito da guerra como ferramenta do Estado nas sociedades ocidentais (MARTEL, 2011a, p. 126).

Mas isto não diminuiu o recurso a ela por parte dos governos, sendo que os anos de 1945 a 1991 observaram um grande número de conflitos irregulares, entre Estados e atores não-estatais, gerando um debate em torno da ideia de conflitos chamados de “baixa intensidade”, que tinham como objetivo a subversão da ordem política e social de um ator periférico na ordem da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética patrocinaram diversas insurgências pelo mundo, na luta por influência e hegemonia global. Estes debates apontavam para uma nova missão das Forças Armadas das grandes potências, a de se prepararem para guerras irregulares, que seriam comuns durante o período (SCHADLOW, 2017, p. 19).

Diante do novo horizonte, no qual a guerra tinha se tornado um evento que poderia trazer a aniquilação de povos e nações em pouco tempo, lideranças políticas começaram a trabalhar em uma visão diferente do conceito de Vitória. Como não era mais possível vencer como em 1945, passou-se a trabalhar com a noção de que impedir o inimigo de vencer militarmente já comporia uma espécie de triunfo. Desta forma, o conceito de Vitória foi sendo posto de lado, por causa de sua natureza agora impossível de ser atingida, devido aos custos associados, e uma palavra entrou de maneira irreversível no léxico da Guerra Fria: dissuasão (MARTEL, 2011a, p. 132).

O conceito de Vitória passou a ser considerado como um exercício de

irracionalidade nos primeiros tempos da Guerra Fria, uma vez que as armas nucleares acabavam com qualquer objetivo político. Isto estimulou o estudo da teoria da guerra limitada, no qual os contendores não usariam ou não teriam acesso a armamento nuclear, e, portanto, a violência do conflito seria contida em prol da manutenção dos objetivos políticos (MARTEL, 2011a, p. 132-3).

Com o protagonismo das armas nucleares nos debates e orçamentos de defesa na Guerra Fria, o conceito de Vitória experimentou uma grande subjetividade, perdendo muito de seu conteúdo original, com as discussões estratégicas focadas em impedir o uso destas, com uma série de novas expressões sendo utilizadas para entender o mundo onde a dissuasão era regra: destruição mútua assegurada, resposta flexível, guerra nuclear limitada, estratégia de contraforça. Todas elas residiam na prevenção, e assim, o debate estratégico teve parte de sua atenção voltada a contribuição que forças convencionais teriam na dissuasão e o papel da guerra convencional na política dos Estados (MARTEL, 2011a, p. 133-4).

Somente em um aspecto o conceito de Vitória encontrou sobrevida durante a Guerra Fria. Por causa da capacidade nuclear das potências, o conflito foi deslocado para a dimensão ideológica e revolucionária. Na América Latina, Ásia e África, vários conflitos ocorreram entre atores pelo controle do Estado, para obter o poder político. Se em uma guerra nuclear a vitória não era possível, a sua vertente revolucionária discordava: era bem possível, como diversos exemplos demonstraram em Cuba, no Vietnã e Afeganistão. A reação a tais insurgências com a mobilização de forças americanas ou soviéticas terminaram em derrotas estratégicas para as potências, arrastadas para os conflitos por uma mistura de temor quanto a perda de credibilidade frente a aliados e vontade de expandir seu bloco na luta por hegemonia global. A falta de conexão entre vitórias táticas e o sucesso estratégico foi flagrante na atuação das potências (MARTEL, 2011a, p. 134-5).

Nem todas as guerras insurrecionais foram bem-sucedidas para o ator irregular. Em alguns casos, como na Malásia e no Quênia, uma potência ocidental, o Reino Unido, foi capaz de deter e destruir os movimentos revolucionários crescentes. Os britânicos aplicaram um plano complexo, utilizando capacidades militares e civis para enfrentar os grupos insurgentes, como remoções de comunidades, reformas econômicas que diminuíram muito o apelo da população a

apoiar a insurgência, fora uma campanha intensa, engajando os grupos para enfraquecê-los. Diferente dos americanos no Vietnã, ou os soviéticos no Afeganistão, os britânicos nunca tiveram como objetivo a destruição militar dos insurgentes, mas apenas pressioná-los enquanto as medidas não militares produziam efeito, tornando as insurgências irrelevantes (HEUSER, 2010a, p. 424-5).

Embora campanhas irregulares tenham ocorrido em grande número durante a Guerra Fria, o foco estratégico das potências estava na possibilidade da guerra nuclear. Embora devendo ser evitada a qualquer custo, o uso dessas armas começou a ganhar espaço nas doutrinas militares das grandes alianças do período, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia. O medo de que uma crise provocasse um erro de um dos lados e fizesse essa escalar até o ponto de não retorno, com o recurso ao armamento nuclear. Enquanto as doutrinas da OTAN foram avançando com o tempo, diminuindo a possibilidade do uso de armas nucleares táticas, o Pacto de Varsóvia, e em especial a União Soviética, ficou mais reticente e dependente de seu uso, especialmente entre 1977 e 1985, quando a nova liderança soviética ordenou uma mudança na doutrina de guerra nuclear (HEUSER, 1998, p. 312).

Esta normalização da questão nuclear nas doutrinas dos dois lados da Guerra Fria, concebiam a possibilidade de emprego de armas nucleares táticas, cujo poder de destruição reduzido serviria para criar oportunidade de vitória no campo de batalha. Em especial a OTAN, durante os anos 1950 e 1960, acreditava somente ser possível derrotar uma invasão do Pacto de Varsóvia a Europa Ocidental por meio dessas armas, dado o tamanho dos efetivos e a massa de blindados que os soviéticos mobilizariam. Entre 1967 e 1974, tal ideia foi posta de lado, permanecendo apenas como último recurso diante de uma agressão soviética que meios da OTAN não fossem capazes de resistir (WATTERSON, 2020, p. 20).

No caso do Pacto de Varsóvia, o uso de armas nucleares sempre teve uma face ofensiva, por causa do histórico de invasões à Rússia. A tensão de achar que uma nova ação deste tipo ocorreria, estimulava uma busca por sempre levar a guerra ao inimigo na doutrina do Pacto. O uso de armas nucleares táticas serviria para deter as forças da OTAN em uma eventual invasão e aí, seria lançada uma ofensiva para repelir o inimigo e ocupar territórios de países pertencentes a OTAN, o

que foi ensaiado pelos soviéticos em diversos jogos de guerra entre 1979 e 1985 (HEUSER, 1998, p. 320-1).

A assunção de Mikhail Gorbachev provocou uma mudança nas doutrinas soviética e do Pacto de Varsóvia, com a defensiva sendo a tônica, em oposição ao agressivo caráter ofensivo adotado anteriormente. Passou-se a considerar que as forças da OTAN ocupariam pontos em territórios do Pacto, para serem aniquiladas por meio de devastadores contra-ataques, realizados através de extensas manobras, uma evolução da doutrina de batalha em profundidade dos tempos da Segunda Guerra Mundial. A vitória sobre as forças da OTAN, aniquiladas, para os soviéticos, esposava um perigoso ideal napoleônico: vencer por meio de choque e rapidamente. De certa forma, Gorbachev conseguiu domar tal intento, ao insistir na tese de que o primeiro ataque não seria realizado pelo Pacto de Varsóvia, mas por forças inimigas (HEUSER, 1998, p. 322-4).

A queda nos números de conflitos entre Estados é uma outra tendência que deve ser observada. Com a Vitória posta no mais alto nível do dilema e impasse estratégico das superpotências, e a tensão da vida sob a ameaça da guerra nuclear e erradicação das nações, para não dizer da própria vida humana, provocou mudanças nas sociedades governadas por democracias na relação destas com o fenômeno da guerra. Prova disto é a transformação dos “Ministérios” ou “Secretarias de Guerra” em “Ministérios” ou “Secretarias da Defesa”. Por trás do eufemismo, fica a reflexão se todas as Forças Armadas de Estados no globo tornaram-se realmente defensivas e suas atividades dedicadas ao espectro da “segurança” e não mais “guerra” (BOND, 1998, p. 173).

Considerando isto no universo do impasse estratégico da Guerra Fria, assim como a doutrina nuclear soviética se tornada mais assertiva em 1977, embora isto não tenha se refletido nas doutrinas da OTAN, que contrabalanceavam isto com armamentos convencionais e projetos gigantescos existentes apenas no papel, alguns acadêmicos no Ocidente defenderam a necessidade da adoção de uma teoria da Vitória na guerra nuclear. Gray acreditava que os Estados Unidos e o Reino Unido teriam a capacidade de obter uma vitória militar sobre a União Soviética se fizessem um ataque surpresa, mesmo com uma retaliação. Porém líderes ocidentais nunca tentaram nem conceberam tal hipótese, dada a crença da

impossibilidade de uma vitória militar sobre a União Soviética. A vitória estratégica veio em 1991, surpreendendo a todos pela escala e pela rapidez com que a União Soviética colapsou, diante da explosão de uma série de crises advindas da incapacidade de uma economia que estava quebrada devido aos gastos para tentar manter paridade com o Ocidente na corrida armamentista (BOND, 1998, p. 175).

A questão nuclear foi importante e dominou o debate estratégico na Guerra Fria, mas ela não impediu, como já visto, o crescimento do paradigma de guerra revolucionária. Assim como também, embora em menor número, os conflitos entre Estados. Embora vários conflitos deste tipo tenham ocorrido neste período, uma série de campanhas ganha destaque por ter promovido uma reflexão sobre o conceito de Vitória.

O surgimento do Estado de Israel no Oriente Médio, em 1948, provocou uma aguda mudança geopolítica. Nascido no meio da guerra, a nação se provou extremamente resiliente frente aos enormes desafios lançados pelos Estados vizinhos. Entre 1948 e 1982, forças israelenses produziram sucessos militares em conflitos convencionais, incontestes, criando vitórias estratégicas. De 1982 até os dias atuais, forças israelenses passaram a enfrentar uma miríade de desafios irregulares, numa experiência extremamente desafiadora (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 65-6).

Uma observação sobre a conduta estratégica israelense demonstra como o conceito de Vitória pode ser elusivo, e o descompasso entre as realidades táticas e operacionais, com a falta de avanços políticos e estratégicos. Entre 1948 e 1973, o país foi atacado quase que exclusivamente por atores convencionais, Estados árabes vizinhos que tinham como objetivo a destruição de Israel. As campanhas foram intensas, com israelenses tendo grandes perdas provocadas pelo enfrentamento a diversos oponentes ao mesmo tempo (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 68-9).

A vitória na guerra de independência, em 1948, não deixou Israel em uma situação tranquila. Com vizinhos hostis em todas as suas fronteiras, com forças maiores em efetivos e equipamentos militares, a conduta estratégica israelense se baseava na capacidade de realizar campanhas rápidas, implacáveis e decisivas, estimuladas por uma cultura de sobrevivência nacional, pois a derrota levaria a

extinção. Isto permitia que o Estado realizasse sacrifícios, aceitos em outros campos em prol da defesa nacional, o que deixava as forças israelenses sempre em alto estado de preparação e alerta para a luta, a possibilidade do governo em lançar ataques preemptivos e um formidável sistema de mobilização de cidadãos reservistas, além de uma liderança flexível e determinada e resiliência para lidar com reveses táticos, (BOND, 1998, p. 183).

Os Estados árabes, em tese, tinham mais poderio de combate que Israel, porém não tinham diversas características que o último possuía. Junho de 1967 observou uma mobilização de Egito, Jordânia e Síria, com apoio do Iraque contra Israel, que se viu em uma situação dramática, cercada e a beira da destruição. De forma impressionante, em seis dias, começando em 5 de junho, os israelenses lançaram ataques que destruíram as forças aéreas dos quatro países, enquanto forças em terra avançavam de maneira ousada, capturando territórios que foram anexados à Israel: Jerusalém oriental, a Cisjordânia, a Península do Sinai e as Colinas de Golã. O tamanho da inesperada vitória concedeu um grande prestígio com as potências ocidentais, como um aliado capaz (BOND, 1998, p. 184-5).

Tal como o mito napoleônico, que vive a partir da ilusão de ser possível repetir os sucessos do imperador francês, os israelenses tiveram uma vitória tão extraordinária que seu comportamento seguinte se tornou um exemplo de húbri, a desmedida dos gregos. De fato, o tamanho do triunfo israelense na extensão dos custos humanos e os ganhos obtidos alimentaram algo que pode ser definido como a “tragédia da vitória”. A euforia após a guerra de 1967 se transformou em presunção e arrogância, estimulada a partir do exterior, em muito pelo lobby judaico nos Estados Unidos. E assim, cada vitória israelense tornava-se um cálice envenenado, onde nacionalistas e extremistas iam ocupados terras na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, arrastando Israel para um conflito impossível de vencer (BOND, 1998, p. 187).

Isso gerou parte do choque israelense com a Guerra do *Yom Kippur*, em 1973. Os ataques árabes, especialmente do Egito, foram bem-sucedidos em retomar o Sinai pela força e Israel se viu novamente combatendo em duas frentes, com forças sírias sendo detidas nas Colinas de Golã a custo pesadíssimo, com tantas baixas que, se os sírios mantivessem a pressão, conseguiriam romper a frágil linha

israelense e poderiam chegar a importantes cidades como Haifa e Tel Aviv, a capital. Um exemplo da desmedida israelense aparece quando o Rei da Jordânia, tecnicamente em guerra com Israel desde 1967, voou até o país para avisar do ataque, apenas para ser desprezado pela liderança política e militar (BREGMAN, 2016, p. 124-5).

O ataque egípcio no Sinai foi bem-sucedido, e causou surpresa e horror entre os israelenses, que viram seus aviões sendo derrubados por sistemas antiaéreos bem operados, destruindo a ideia de que o Exército, apoiado pela Força Aérea, poderia repelir uma invasão árabe. A tragédia da vitória de 1967 se mostrava em cores, com forças sírias e egípcias invadindo o território, retomando a Península do Sinai, e penetrando nas Colinas de Golã, onde só foram detidas após a chegada de divisões, atiradas em desesperados contra-ataques. Embora a ideia de sobrevivência fosse estimulada na sociedade, após 1967 ninguém achava que Israel teria sua existência ameaçada de maneira que estava sendo, inclusive sondando os sírios a respeito de fazer a paz (BREGMAN, 2016, p. 141-2).

Os desesperados contra-ataques funcionaram, e os sírios foram detidos em Golã. Mas as perdas israelenses foram terríveis, especialmente em oficiais, que tinham de liderar à vanguarda das forças. Os sírios foram detidos e passaram a recuar, uma vez que os israelenses tinham quebrado suas pinças de avanço e agora dominavam uma das rotas para Damasco, a capital síria. Isto concedeu o respiro que os israelenses precisavam para lidar com os egípcios, que tinham forças maiores e melhor adestradas, dominantes no Sinai e começavam a se mover fora do que tinham planejado, para aliviar a pressão sobre os aliados sírios (BREGMAN, 2016, p. 143).

A ofensiva egípcia era tudo que o comando israelense poderia pedir, e assim, ao avançar fora dos planos concebidos e ensaiados exaustivamente antes da guerra, os egípcios acabaram se colocando em uma posição frágil, submetidos a implacáveis contra-ataques israelenses, com as reservas mobilizadas e as forças que vieram de Golã, pois os sírios começavam a se retirar. Valendo-se da falta de coordenação entre o Segundo e Terceiro Exércitos egípcios, os israelenses abriram uma cunha e em rápidos, mas intensos e duros combates, destruíram grande parte das forças blindadas egípcias, cercaram o Terceiro Exército e estavam prontos para

destruí-los, mas um cessar-fogo imposto pela pressão dos Estados Unidos e União Soviética promoveu o fim das hostilidades. Tratados posteriores em 1974 encerraram a guerra (BREGMAN, 2016, p. 144-8).

A custosa vitória chocou a sociedade israelense e recuperou o orgulho egípcio frente ao mundo árabe. A despeito de sua derrota, as forças egípcias tinham sido um duro oponente para Israel, e seus sucessos iniciais na guerra destruíram o mito da invencibilidade que tinha sido nutrido pela estrondosa vitória de 1967. Entretanto, as portas para negociações de paz estavam abertas, e o presidente Sadat, do Egito, aproveitou, iniciando um processo que se concluiu em 1979, com a normalização das relações entre os dois países e a devolução do Sinai para o Egito (BREGMAN, 2016, p. 148-9).

Com o ator árabe mais poderoso militarmente fora de jogo, o perfil das ações de Israel na região passaria por uma mudança relevante. A ameaça da erradicação diminuiu sensivelmente, o que provocou novas tendências na sociedade israelense, levando a pontos de discordância com o governo. Um exemplo disto foi a intervenção no Líbano, em 1982, onde a crença de que Israel poderia obter uma rápida vitória acabou levando a dezoito anos de presença militar naquele país, numa experiência traumática para seu povo (BREGMAN, 2016, p. 152).

Isto era estimulado pelos resultados de uma operação onde Israel usou a força de maneira limitada contra elementos da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), em 1978, destruindo a infraestrutura desta no sul do Líbano. A despeito de que uma ação das Nações Unidas forçou a retirada israelense, a chamada “Operação Litani” foi considerada bem-sucedida pelas lideranças políticas e militares de Israel, o que estimulou uma política cada vez mais intransigente e dura direcionada as organizações militantes islâmicas, que ganharam protagonismo no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 (BREGMAN, 2016, p. 157-9).

Israel acreditava ser possível destruir o que havia sobrado da estrutura da OLP e ainda bater as forças sírias que se instalaram no Líbano após a Operação Litani. Novamente a crença em uma vitória rápida abriu caminho para uma guerra longa e dura, no qual os israelenses viram muito do prestígio internacional se perder, ao colaborarem com uma das facções na Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e realizarem um sítio de Beirute, a capital libanesa, onde as forças da OLP estavam.

Massacres ocorreram com a anuência dos israelenses, alienando a posição internacional do país assim como em sua própria sociedade, abalando o governo seriamente (BREGMAN, 2016, p. 180-6).

Novamente a vitória tinha se tornado a porta de uma tragédia: o triunfo de 1978 tinha criado a confiança suficiente para que a liderança israelense adotasse o curso da guerra do Líbano, criando um enorme trauma social presente até os dias atuais. A relutância dos israelenses em servir as Forças Armadas, com a prisão de diversos reservistas demonstrava a que ponto as coisas tinham chegado. Desde então, Israel não viveu mais um conflito contra um Estado abertamente, mas sim contra forças irregulares, como o *Hamas*, o *Hizbullah* e a *Jihad Islâmica*, grupos militantes que seguem a doutrina da resistência, que prevê a vitória final contra Israel se a luta prolongada for mantida, bem diferente do que ocorreu com a OLP, cuja mudança de atitude rendeu apoios externos e diálogo com as potências globais (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 69-70).

Israel enfrenta um impasse estratégico com os grupos militantes, pois, diferentemente da OLP, sua força militar não foi capaz de dissuadi-los. Assim, foi adotada uma estratégia apelidada por oficiais israelenses de “aparar a grama”. Ciente de que não pode mudar nem abalar a determinação de tais atores em lhe enfrentar, Israel busca por meio de campanhas militares destruir ou degradar as capacidades destes grupos em lhe causar dano, enquanto deixa claro que o objetivo final destes, a erradicação de Israel, é inalcançável. Não há ambição por encerrar o conflito, uma vez que estes grupos não demonstraram nenhuma abertura a ir a mesa de negociações em prol da paz (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 70).

Isto explica a conduta das Forças de Defesa de Israel de meados da década de 1980 até os dias atuais. Gradualmente o país percebeu que não havia espaços de diálogo com tais grupos, especialmente depois do enfraquecimento da Autoridade Nacional Palestina em 2006 e a luta interna palestina entre o *Fatah* e o *Hamas*. A série de campanhas militares em Gaza e no Líbano tinham por fim, reduzir as capacidades de grupos, que, a maneira que iam se sofisticando, tendo pessoal mais especializado, sofriam perdas difíceis de serem repostas com os ataques de precisão israelenses, com chances pequenas de danos colaterais, para evitar danos à imagem internacional de Israel (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 74).

Outro elemento também contribuiu para que as campanhas durem pouco tempo. Fora a grande capacidade militar de Israel, os principais grupos opositores, *Hamas* e *Hizbullah*, passaram a ter de administrar populações, tendo estabelecido domínios na Faixa de Gaza e no sul do Líbano, respectivamente, o que implica também que tais atores não tem interesses em sustentar um grande tempo de luta, dado o dano que Israel pode causar as suas estruturas de sustentação, o que contribuiu para uma tensa tranquilidade rompida de tempos em tempos por uma breve escalada de hostilidades, encerrada com um uso de força por parte de Israel, para o estabelecimento de uma nova paz armada (INBAR; SHAMIR, 2014, p. 86-7).

5.2 – Vitória Renascida? A Primeira Guerra do Golfo e a Década de 1990

O fim da Guerra Fria trouxe uma série de mudanças no panorama estratégico global. Com o colapso soviético, os Estados Unidos se tornavam a única superpotência existente. As capacidades desenvolvidas para lidar com a União Soviética, estavam nas mãos americanas sem um propósito definido. Ainda assim, o país era o vencedor incontestado da Guerra Fria, embora sem mais a bússola da ameaça soviética. Desafios surgiram em diversas partes do mundo ao poder americano, diante da queda do antigo bloco comunista e violência em países da periferia global, mais notadamente na África. Ironia é notar que, no momento histórico em que o poderio dos Estados Unidos era mais incontestável, o país evitou o uso da força, uma vez que a maior parte destes problemas mundiais estava fora da órbita dos interesses dos americanos (GRAY, 2012, p. 249).

Mas a Primeira Guerra do Golfo mexia diretamente com o interesse dos Estados Unidos. A invasão iraquiana ao Kuwait, tentando por meio de uma conquista, resolver os graves problemas nacionais advindos de oito anos de guerra contra o Irã, de 1980 a 1988, fez com os iraquianos acreditassem que a ocupação do pequeno país vizinho produziria ganhos, dado número de dívidas iraquianas com os países árabes para financiar a guerra contra o Irã. O Iraque sentia-se injustiçado pois declarava ter lutado pelo mundo árabe e buscava criar um fato que melhorasse sua situação. Entretanto o Golfo Pérsico, local com as maiores reservas de petróleo do mundo era um local estratégico para a segurança nacional dos Estados Unidos,

cujas importações deste recurso abasteciam 20% de suas necessidades (MARTEL, 2011a, p. 232-3).

Fora a questão energética, os Estados Unidos também tinham outros interesses em intervir na região, dado o histórico da presença e atuação no Oriente Médio. Atuar contra o Iraque demonstrava a resolução americana em sustentar os princípios da comunidade internacional, bem como assegurar aliados que não seriam toleradas ações contra eles, pois levariam a uma intervenção dos Estados Unidos. A anexação do Kuwait por parte do Iraque criava dúvidas sobre as garantias dos americanos de segurança para Arábia Saudita e Israel, especialmente, fora os países do Golfo. Se os Estados Unidos não agissem, os preços do petróleo sofreriam choques, o que seria um baque para a economia global (MARTEL, 2011a, p. 233-4).

Conforme os meses se passavam, de agosto de 1990, os Estados Unidos começaram a perceber, bem como diversas potências ocidentais, que a situação só seria normalizada mediante o uso da força, o que foi aprovado pelas Nações Unidas de maneira unânime. Nem os soviéticos, nos estágios finais de seu colapso, se opuseram. A ameaça iraquiana ao suprimento global de petróleo era relevante demais e gerou uma coalizão de cinquenta nações, liderada pelos Estados Unidos e autorizada pelas Nações Unidas. Outro fator de risco era a possibilidade do uso de armas de destruição em massa por parte do Iraque, que possuía programas para desenvolvimento de armas biológicas, químicas e nucleares (MARTEL, 2011a, p. 236).

A campanha da coalizão se iniciou em 17 de janeiro de 1991, com pesados ataques aéreos que tinham por finalidade enfraquecer as forças de elite iraquianas estacionadas no Kuwait, destruir suas capacidades de comando e controle, sistemas de defesa aérea, instalações de armas de destruição em massa e, nos dias que precederam a ação terrestre, bombardeios as forças iraquianas em toda a frente. Mais de 85 mil toneladas de bombas foram lançadas pela aviação da coalizão, que rapidamente obteve supremacia aérea, lançando ataques com impunidade pelo ar (MARTEL, 2011a, p. 239-40).

As ações em terra se iniciaram em 24 de fevereiro, e duraram cem horas. A maior parte das forças iraquianas se renderam, com apenas a Guarda Republicana

e algumas divisões blindadas lutando contra as forças da coalizão, apenas para serem destruídas. Tecnologia superior, treinamento, disciplina e comunicações avançadas ajudam a entender como os iraquianos foram derrotados, perdendo mais de 3800 tanques, 1450 blindados e 2900 peças de artilharia. O triunfo era completo, com as forças iraquianas arrasadas. A coalizão deteve suas tropas após a liberação do Kuwait, em um movimento que se tornou controverso, mas isso se deu pela decisão do presidente Bush, dos Estados Unidos, em cumprir a decisão das Nações Unidas. Também tinha em mente a busca por evitar ocupar o Iraque, prolongar o conflito e arriscar o prestígio internacional americano, além de evitar baixas (MARTEL, 2011a, p. 241-5).

A vitória no Golfo parecia indicar um novo momento para o conceito de Vitória: estava renascido, depois do impasse da Guerra Fria. O triunfo da coalizão sobre os iraquianos resgatou a confiança americana, depois do fracasso do Vietnã, com grande euforia em uma suposta nova forma americana de lutar, focado em soluções tecnológicas e extensivo uso do poder aéreo. Uma nova expressão surgiu para definir o espírito da época: “Revolução em Assuntos Militares”, se tornando a panaceia que resolveria todos os conflitos em que os Estados Unidos se envolvessem, sendo capazes de despejarem grandes quantidades de poder de fogo com precisão sem igual (GRAY, 2012, p. 255).

Porém a percepção americana estava enviesada. O conflito contra o Iraque tinha tido condicionantes sem igual, com uma atmosfera benigna que não se repetiria ao longo da década de 1990. Embora derrotado no campo de batalha, o ditador iraquiano, Saddam Hussein não caiu, e continuou a reprimir brutalmente sua população, a despeito de sanções impostas pelas Nações Unidas, deixando a sensação de uma vitória incompleta. Cálculos geopolíticos pesaram na decisão das grandes potências de enfraquecer o Iraque mas não torná-lo impotente, afinal, o Irã era outro foco de preocupação na região e precisava de um ator que o contivesse (BOND, 1998, p. 196-7).

O triunfalismo advindo da vitória na Primeira Guerra do Golfo criou a ilusão de que, com o fim da Guerra Fria, as guerras entre Estados desapareceriam, e a figura da guerra em si perderia força e relevância na política internacional. Porém, os boatos da morte do fenômeno bélico se revelaram exagerados: a década de 1990

assistiu uma proliferação de conflitos sangrentos, enquanto debates ocorriam no Ocidente se a guerra teria mudado ou não. Intervenções foram realizadas sob a égide das Nações Unidas, mas foram incapazes de deter a matança em diversos locais como Somália, Haiti, Ruanda, Serra Leoa e na antiga Iugoslávia (GRAY, 2012, p. 251).

A crença na vitória rápida levou os Estados Unidos a intervir na guerra civil da Somália, em 1992, um conflito onde múltiplas facções tinham estilhaçado o país e lutavam entre si de forma sangrenta e brutal, com mais de 200 mil mortos por fome. Tropas americanas chegaram em quantidade, com 28 mil homens e o conflito teve breve pausa. Quando os senhores da guerra perceberam que podiam atacar forças das Nações Unidas, a situação se tornou complexa e logo os Estados Unidos se viram num conflito irregular, no qual a tentativa de captura e desestruturação do principal senhor da guerra local degenerou em uma batalha na qual dezoito soldados americanos foram mortos e mais de oitenta ficaram feridos. A exibição dos corpos sendo profanados em rede mundial de televisão fez com que o novo governo americano, do presidente Clinton, decidisse retirar as tropas da Somália de forma acelerada, encerrando as operações em março de 1994 (GRAY, 2012, p. 251-2).

A participação dos Estados Unidos na Somália causou um trauma no país quanto a participação de tropas em operações de paz que se faz presente em sua conduta externa até os dias atuais. Outras potências, pelo histórico ou por terem passado por episódios parecidos logo seguiram a tendência, criando um problema para as operações de paz, que foram crescendo em volume e relevância na década. A falta de uma coordenação efetiva, mandatos confusos, interferências políticas externas e a ausência de propósitos políticos claros deixavam as forças operando em um vazio estratégico. Não é de se estranhar que logo ficassem voltadas para sua própria proteção, se tornando espectadores nos conflitos que deveriam mediar ou deter (GRAY, 2012, 252).

As guerras ocorridas na antiga Iugoslávia, com o surgimento de novas nações são um exemplo dessa problemática nas operações de paz. A atuação da Sérvia, tanto em 1992 a 1995 quanto em 1999, ia de encontro a diversas resoluções das Nações Unidas, que foram incapazes de exercer coerção sobre os sérvios. As coisas só mudaram quando a OTAN foi mobilizada, trazendo consigo a força militar

dos Estados Unidos. Ainda assim, uma rápida campanha aérea destinada a fazer com que os sérvios se retirassem do enclave de Kosovo, onde estavam realizando uma brutal limpeza étnica se tornou um esforço persistente de 78 dias, até que os sérvios aceitassem a mediação internacional e a entrada de forças da OTAN, autorizadas por um mandato das Nações Unidas. Os problemas de comando e coordenação fizeram com os americanos se tornassem mais reticentes sobre ações conjuntas, preferindo uma cadeia de comando única, para melhorar o desempenho operacional e estratégico (GRAY, 2012, p. 253).

A vitória obtida com o uso da força da OTAN, apoiada pelas Nações Unidas demonstrou a complexidade das operações de segurança coletiva. Apesar de toda a força mobilizada para compelir a Sérvia, os resultados da vitória foram modestos. Kosovo ainda sofre para estabelecer como país, não sendo reconhecido por muitos países, e as minorias étnicas locais ainda se recuperam dos efeitos do prolongado bombardeio da OTAN, ainda sem condições de vida que reflitam os ideais da intervenção, de levar paz, justiça, estabilidade e prosperidade à região (MANDEL, 2006, p. 102).

Como diante de tal cenário, em guerras nas quais grandes potências militares se envolveram no pós-Guerra Fria com resultados inconclusivos para elas na melhor parte dos casos, ou insucessos flagrantes onde, apesar de um poder militar massivo, foram incapazes de bater adversários mais frágeis, sem os recursos tecnológicos possuídos por estes Estados, gerou um sério debate em torno da natureza da guerra e da estratégia (MARTEL, 2011a, p. 513).

De fato, embora alguns possam acreditar que na verdade existiria uma crise da teoria militar, sobre como conduzir operações, isso cai ao exame da literatura e dos depoimentos disponíveis. O que fica claro no período do pós-Guerra Fria, é que há uma crise da prática da Estratégia, não do pensamento estratégico e nem de seus conceitos, mas simplesmente uma série de distorções, realizadas por líderes políticos e militares, que decidiram pelo uso da força por parte do Estado sem examinar em alguns casos, condicionantes básicas das áreas onde se deram tal uso, como cultura, tradições ou mesmo os impactos geopolíticos que uma ação militar desencadearia. Ao que parece, tais elementos nem foram levados em conta no processo que precede e autoriza o uso da força. Isto leva a realidades como as

vividas pela Alemanha nas duas guerras mundiais e os Estados Unidos da América no mundo contemporâneo, apenas para citar dois exemplos, nos quais há o gozo de uma capacidade tático-operacional sem paralelo frente a outros Estados, mas isto caminha junto a uma incapacidade estratégica (BARTHOLOMEUS, 2008, p. 25).

Naturalmente, no meio disto há o conceito de Vitória, que vem sofrendo duros ataques, sendo tratado como algo inalcançável, utópico, ou, quando possível, é tido como desassociado dos campos de batalha, independente da vitória militar – tratando-se de percepções e ideias (JOHNSON; TIERNEY, 2006, p. 1-6). Assim, causa certo desconforto tal entendimento, se levada em conta uma perspectiva guiada pela teoria da Estratégia, em especial quanto ao pensamento de Carl von Clausewitz (1780-1831), para quem a guerra é algo de natureza política, logo, não podendo ser pensada fora desta dimensão – se a guerra é um instrumento da política, seus objetivos ficam limitados a esta natureza (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87).

Desta maneira, a percepção acima registrada apenas demonstra uma das formas como o conceito de Vitória tem sido trabalhado no período que este capítulo busca cobrir. E, tal como o exemplo demonstrou, os choques entre pensadores ligados aos campos das Relações Internacionais e da Segurança com aqueles ligados aos campos da Defesa e da Estratégia tem produzido distorções e equívocos ao se trabalharem temas conexos aos conflitos contemporâneos, o que somente expõe o raciocínio que está presente nesta tese – o da crise da prática da Estratégia (STRACHAN, 2005, p. 33-4).

Algo a ser considerando é o do divórcio observado nos Estados Unidos da América e potências ocidentais, com exceção talvez da França (SHURKIN, 2014, p. 77-8), entre aquilo que pode ser chamado como “Prática da Guerra” e o pensamento sobre conduzir as ações, isto é, a derivação advinda do estudo da Teoria da Estratégia produziu não só uma série de fracassos nos campos de batalha no pós-Guerra Fria (UCKO; MARKS, 2018, p. 207), como também um severo golpe no conceito de Vitória, tornando-o confuso ou mesmo sendo declarado como uma realidade passada não mais factível (DE LANDMETER, 2018, p. 140-2).

Tal divórcio parece algo crível em uma primeira consideração, mas tal assunção torna-se falaciosa quando do exame do pensamento estratégico, no qual não há condução possível do uso da força sem a interligação entre o mundo político

e as realidades militares. Uma vez que a natureza da guerra é política (CLAUSEWITZ, 1984, p. 87), entende-se que uma série de novas conceituações, surgidas após o fim da Guerra Fria buscando contrapor-se a tal ideia, sem, no entanto, o fazê-lo de maneira eficiente (SCHUURMAN, 2010, p. 2-3) e muitas vezes levados por fetichismos a respeito de como a tecnologia pode oferecer soluções a problemas intrinsecamente estratégicos (MCMASTER, 2009, p. 40-1) ou ainda uma arbitrária divisão da história das guerras em “gerações” produziram apenas prejuízos ao estudo dos conflitos contemporâneos (ECHEVARRIA, 2005, p. 16-7).

5.3 – Vitória Inalcançável? Elementos da Crise do Conceito de Vitória

Essa crise, como já dito, se dá pelas ações de líderes políticos e militares, e tem servido inclusive para gerar equívocos a respeito da natureza da vitória em conflitos que envolvam potências democráticas. Há uma série de fatores ligados à dinâmica interna de tais países, e que são decisivos para que se possa entender a má articulação de força militar pelos Estados: eleições, pressões internas quanto ao envio ou repatrio de tropas ou mesmo formas de mudar a atenção da opinião pública de crises políticas ou problemas econômicos que estejam afetando a vida da população. Portanto, uma intervenção militar articulada em torno da ideia de uma vitória, ajuda a criar ou recuperar taxas de popularidade e fornecer prestígio a governos. Mas para tal, o conceito de Vitória, por mais paradoxal que soe tal afirmação, não pode ser claro ou objetivo. Quem o define é a liderança político-militar do Estado em questão, afinal, se uma definição objetiva e clara existisse, isso não só daria a sociedade, condições de debate quanto ao emprego da força como também retiraria das mãos da liderança política certa liberdade de ação, implicando numa observação e fiscalização maior por parte da população (MARTEL, 2011a, p. 513).

Tal ambiguidade serve a propósitos diversos. E a ausência de um conceito bem definido ajuda mais a defender governos que fazem o mau uso da força militar do que essencialmente criar formas de pensar no campo estratégico. Planejamentos eivados com preconceitos ou desconhecimento sobre povos, culturas e áreas de operações, incompreensão das complexidades da situação, que podem levar a

perda de apoio interno e externo, violência no pós-guerra, paralisação do processo decisório, gerando uma tragédia na política externa, cujas consequências podem ser muito duras para um Estado e especialmente para líderes políticos, já que um insucesso na guerra muitas vezes põe fim às suas carreiras (MANDEL, 2007, p. 461).

Essa ambiguidade também é alimentada pelas múltiplas maneiras utilizadas pelos militares em seu linguajar: “a agressão foi derrotada”, “a capacidade inimiga de lutar foi enfraquecida”, “o status quo foi restaurado”. Tais expressões, embora sedutoras, não revelam tanto quanto se imagina e muitas vezes são usadas em defesa das ações militares em torno de objetivos políticos inatingíveis (MANDEL, 2007, p. 462).

Outra razão que complica uma possível “visão” da vitória é que para muitos autores e praticantes da estratégia, políticos e militares, devido ao envolvimento das potências ocidentais em conflitos no período de 1990 e 2017 em que muitas vezes o inimigo surgiu na forma de grupos guerrilheiros, atores não estatais motivados por razões que variavam desde a liberação nacional a questões religiosas, ligadas à imposição de um credo único para uma região ou mesmo para o globo, motivaram entendimentos que não será possível mais demarcar o triunfo sobre tais inimigos como foi feito com a Alemanha nazista, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Seria difícil demarcar na atualidade como um Estado conseguiu atingir seus objetivos usando da força, mesmo que se defendendo de uma agressão, como foi o caso dos Aliados naquela guerra (MANDEL, 2007, p. 462-3).

Outro dado que complica a questão do estudo da vitória é também o fato de que poucas são as vezes em que um Estado consegue atingir seus objetivos antes do conflito, uma vez que iniciada a guerra, as realidades são alteradas, em alguns casos de maneiras profundas, o que acaba por mudar todo o esforço do Estado envolvido, que tem de lidar com uma série de problemas não considerados ou previstos, que passam desde o trato da população de áreas ocupadas por suas forças militares no bojo da campanha contra o inimigo até questões de reconstrução de cidades, os problemas surgem da questão que os objetivos podem permanecer estáticos ou muito fluidos, e isto leva muitas vezes ao fim dos conflitos sem que os Estados ou outros atores tenham obtido aquilo que os levou a guerrear, no ambiente

de incerteza e fricção que caracteriza um conflito, na acepção clausewitziana (MCMASTER, 2008a, p. 26-8).

Outros componentes tornam ainda mais complexo o debate do conceito de Vitória: o estabelecimento de uma métrica “custo-benefício”, essencialmente desenvolvida por assessores ou políticos; a inerente subjetividade da própria noção de vitória, clara para uns e não para outros, no que pode-se estar tratando de vencedores ou vencidos, e; uma tipologia da vitória, lançada como proposta por alguns autores, sem concordância entre si, mas com visões próprias da construção de um triunfo, e que concorrem para facilitar um pouco um árido debate, já que embora aparentemente teórico, se trata de um forma de avaliar e analisar as ações de um Estado no uso da força, revelando sua natureza prática, já que em todos os casos que podem ser utilizados envolvem perdas humanas e materiais, danos a cidades e consequências de média ou longa duração (MCMASTER, 2008b, p. 566-7).

A métrica “custo-benefício”, embora aparentemente facilitadora, pois aparenta ter um caráter direto e conciso, prevê que é possível estabelecer uma noção de vitória julgando o esforço através de uma conta que envolve o gasto financeiro e as perdas humanas para dizer se um ator foi vitorioso ou não. Essa flexibilidade pressupõe certos elementos mais importantes que outros, em uma forma de considerar a guerra como atividade mais próxima do comércio ou da administração de empresas, quando ela é melhor caracterizada como uma coisa singular, com uma natureza própria. Além disto, o uso desta métrica implicaria em sério problema se for escolhido o julgamento de casos históricos onde um vencedor teve claramente mais perdas materiais e humanas do que o vencido, como na Frente Oriental da Segunda Guerra Mundial, onde a vitoriosa União Soviética teve muito mais baixas e perdas que a derrotada Alemanha nazista (MANDEL, 2007, p. 463-4).

A falha da métrica acima tratada reside em muito por causa de outro ponto levantado: o da subjetividade da vitória. Complexo como pode ser, um exame acurado pode facilitar a entender como um triunfo é construído e se manifesta, de forma inescapável, já que sucessos militares não necessariamente se traduzem em triunfos político-estratégicos, influenciando o reino das percepções, que não deve ser desprezado no campo das Relações Internacionais, em especial quanto ao

prestígio e imagem dos Estados e demais atores envolvidos em um conflito.

Essa subjetividade inerente deve ser também percebida quanto às interpretações legadas pelo tempo, sejam elas ditadas pelos sucessos obtidos pela força militar nos campos de batalha ou ainda em perspectiva, levando em conta como se processaram as consequências do conflito. Em ambas, há uma questão que surge rapidamente: do ponto de vista de que ator? Isto é importante pois guarda relação com elementos vitais, raízes fincadas no próprio conceito de Vitória e que devem ser consideradas no trato de tal subjetividade: o tempo e a percepção (MANDEL, 2007, p. 464-5).

A questão do tempo se apresenta pelas diversas miríades por ela apresentadas no estudo de como se deu a vitória. Não há exatamente um único período considerado como chave para o fim de uma guerra, seja ele de curta ou longa duração. Se considerados casos como o da Alemanha nas duas guerras mundiais, a vitória dos Aliados sobre esta, na Primeira Guerra Mundial perde um pouco de seu estofamento, uma vez que os alemães tiveram condições de voltar aos campos de batalha para tentar mudar o resultado daquele conflito vinte anos depois. O caso apenas ilustra os riscos que uma liderança política deve pesar na hora de fazer a paz, balanceado a tentação de terminar um conflito o quanto antes, o que pode fazer reemergir um inimigo ou ainda, desejando fazer com que este inimigo não se levante mais, acabe por prolongar uma guerra de maneira que os objetivos se tornam inalcançáveis.

Quanto à percepção, trata-se de algo mais complexo que o tempo, pois lida-se com algo que não é regido por um consenso ou mesmo significado. A percepção de um conflito, e ainda mais a sua vitória é algo totalmente diverso mesmo entre os beligerantes, e a natureza da luta e dos atores envolvidos tendem a produzir diferentes perspectivas. Isto pode se dar porque, para alguns analistas, quem importa no estudo são os atores diretamente envolvidos no conflito e suas percepções. Para outros analistas, há que se alargar isto, colocando outros atores ou mesmo a comunidade internacional. Há ainda quem julgue a existência da vitória através das percepções das populações dos atores envolvidos, tanto de vencedores quanto de vencidos.

Ainda neste raciocínio, cabe tratar ainda de como as percepções se

processam no caso de atores que não são Estados, para quem a lógica da guerra é diversa, e na qual muitas vezes estão impedidos de realizar uma ação como um Estado, de parar a guerra, aceitar as condições de vencedores, reconhecendo a derrota militar. Para um ator não-estatal, reconhecer a derrota é muitas vezes abrir mão da própria existência, algo além do aceitável. Por isto que grupos guerrilheiros e outros tipos de atores não-estatais buscam evitar o choque com o poder militar de um Estado ao máximo ao mesmo tempo em que o desgastam. Dada sua incapacidade, frente aos recursos que um país pode mobilizar, só resta ao ator não-estatal criar uma narrativa que consiga influenciar as percepções de maneira a mostrar que a despeito de uma derrota militar, tal grupo é capaz de obter uma “vitória política” e, portanto, garantir sua sobrevivência (MANDEL, 2007, p. 465).

Mesmo Estados podem adotar tal conduta, como foi o caso do Vietnã do Norte e o grupo patrocinado por este, durante o conflito com os Estados Unidos pelo Vietnã do Sul (1964-1973): sofrendo muito mais baixas humanas e perdas materiais que os americanos, os vietnamitas sempre tiveram claro seu objetivo na guerra – liberação nacional e reunificação.

Ainda a considerar no reino das percepções estão as questões das noções culturais de vitória, onde ela assume papéis diferentes, se comparadas. Em culturas nas quais o uso da força com propósitos político-militares seja mais corriqueiro, portanto, fortemente ligadas aos regimes de hegemonia e dominação, a vitória é o meio para manifestação destes, através da manifestação ofensiva no estabelecimento de um controle. Em outras culturas, menos acostumadas a recorrência da força, a vitória é percebida como uma maneira de, em casos extremos, sobrevivência, e em situações menos drásticas, de manutenção de soberania e afastamento de interferências estrangeiras, preservando seus costumes e modo de vida.

E para também a ser observado quanto às percepções de vitória é o fato de que o período do pós-Guerra Fria observou poucos conflitos nos quais se caracterizam facilmente vencedores e vencidos no campo de batalha e quanto a objetivos político-estratégicos alcançados. A maior parte dos conflitos se caracteriza por um enfrentamento entre Estados e atores não-estatais, onde os primeiros muitas vezes atuam com excelência operacional no campo militar, batendo um inimigo

rapidamente, sem, no entanto, destruí-lo completamente. Exemplos são variados e apenas para ilustrar, um caso: a primeira fase da campanha liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão, dentro da chamada “Guerra Global ao Terrorismo”, entre outubro de 2001 e meados de 2002, no qual forças americanas, com apoio de tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) impuseram perdas severas aos grupos terroristas *Al Qaeda* e *Talibã*.

Mas o sucesso tático não se traduz diretamente nos níveis político-estratégicos, e isto tem sido a tônica de tais enfrentamentos entre Estados e atores não-estatais. A excelência operacional ainda tem contribuído para criar outro problema grave quanto à percepção de sucesso: a chamada “doença da vitória”. Triunfos militares espetaculares em conflitos tendem a cristalizar ideias nas lideranças castrenses e nos altos níveis dos governos de que suas Forças Armadas são capazes de vencer quaisquer conflitos nos quais, determinado país se envolva, e isto leva a desconsideração de aspectos diversos, que vão desde a geopolítica regional até mesmo a cultura local (KARCHER, 2003, p. 1).

Essa “doença” tem alguns “sintomas”. O primeiro é a arrogância, na qual, embebidos no sucesso da última guerra, as lideranças militares e políticas enxergam que, como foram capazes de vencer um inimigo, serão capazes de bater outros que surjam, permanecendo estacionadas na celebração de sua proeza militar, o que constrói a noção esposada da invencibilidade do estamento militar de um Estado. Ao julgar que sua força é invencível, as lideranças começam a subestimar potenciais inimigos (KARCHER, 2003, p. 2). Se há uma coisa curiosa que a História mostra, é o fato de que sempre que uma força militar foi tachada de “invencível”, sofreu fragorosas derrotas, fracassos que afetaram severamente o prestígio de um Estado, quando não mesmo sua própria existência.

Complacência é outro “sintoma”. Com a invencibilidade das forças militares assumida por suas lideranças, se deixa de lidar com questões básicas da segurança internacional ou mesmo do próprio desenvolvimento das Forças Armadas como o desenvolvimento de novas doutrinas, aquisição de equipamentos, melhora dos efetivos disponíveis e mobilizados. Ainda, não há inimigo capaz de interferir em planos e campanhas, pois os militares, dominados pela complacência, simplesmente não enxergam que o inimigo seja capaz de se opor a força militar daquele Estado.

Nisto, as capacidades do inimigo são subestimadas, e análises sobre suas forças, equipamentos, formas de agir e cursos de ação são desprezados ou descartados (KARCHER, 2003, p. 3). Muitas vezes as coisas acabam por se resumir a um espírito de “se funcionou antes, por que não funcionaria agora?”, o que leva a desastres militares, causados em muito pela arrogância e complacência.

Na dimensão das percepções, cabe para além de todo o espectro já demonstrado acima, na vastidão de nuances nelas incorporadas. A mensuração de como o público reage a uma crise ou conflito pode se dar por dois modelos analíticos complementares, que são a avaliação de pontos e o ajuste de resultados (JOHNSON; TIERNEY, 2003, p. 350), nos quais diversos atributos são postos de maneira a estabelecer como as percepções sobre um conflito se manifestam e ainda, a despeito dos fatos e dos paradigmas político-militares, como sucessos militares podem ser percebidos como derrotas, ou inversamente, como fracassos podem com o tempo ou através de outras medidas, como propaganda, memória coletiva, política e tradições, se tornarem sucessos ou mesmo vitórias (JOHNSON; TIERNEY, 2006, p. 6-20).

Há diversos exemplos para explicar os dois modelos, e aqui se usam dois casos. A experiência da Itália na Primeira Guerra Mundial ajuda a explicar a primeira possibilidade: embora junto aos Aliados e vencedora da guerra, o país não atingiu seus objetivos políticos e logo a participação no conflito foi encarada pela população como desastrosa, e uma derrota – razões que ajudam a entender porque apenas quatro anos depois o Fascismo toma o controle do Estado italiano. Já para a segunda possibilidade a retirada britânica em Dunquerque, na Bélgica, é um bom exemplo: as tropas da Força Expedicionária Britânica, cercadas pela manobra alemã que basicamente dividiu os exércitos aliados na invasão dos Países Baixos e da França, em maio de 1940, foi realizada uma evacuação que previa o resgate de 50 mil soldados. Ao final da operação, mais de 338 mil soldados britânicos, franceses e belgas tinham sido resgatados, o que rapidamente foi caracterizado pela propaganda de guerra aliada como uma vitória, e assim ficou marcado na memória coletiva britânica, a despeito do comentário do primeiro-ministro Churchill de que as guerras não são vencidas com evacuações (JOHNSON; TIERNEY, 2006, p. 10).

5.4 – Vitória Desaparecida. Debate dos Equívocos Conceituais

Controvérsias a respeito do debate conceitual sobre vitória, são amplificadas pela questão das percepções, gerando equívocos que têm orbitado em torno do conceito. As teorias psicológicas ajudam a entender como as percepções constroem o caminho de tais equívocos, já normalmente se manifestam como: leitura seletiva, ilusões e reforço cognitivo. A leitura seletiva surge quando se dá a ignorância de informações que contradizem ideias preexistentes. As ilusões se alimentam de supostos resultados positivos desejados, em lugar do realmente acontece. E o reforço cognitivo se processa mediante a busca de dados que reforcem as crenças existentes e ignorem novas realidades que possam por ventura surgir. Tais comportamentos já indicariam o caminho do fracasso em uma vida de um cidadão comum, imagine assumidos por lideranças políticas em um conflito e como as consequências podem ser funestas (MANDEL, 2007, p. 477).

Os equívocos, que surgem em meio aos comportamentos apontados acima, são diversos. Informativos, militares, políticos, econômicos, sociais e diplomáticos são alguns deles. É importante apontar que eles recaem sobre os vencedores, por mais irônico que isto possa parecer. Sem se prepararem para o pós-triunfo no campo de batalha, responsabilidades acabam por se tornarem fardos que o vencedor deve carregar e resolver as crises decorrentes disto, sob pena de perder no plano político, o que foi obtido pela força militar a duro custo (MARTEL, 2008, p. 620).

Equívocos de ordem informacional ocorrem quando o vencedor concede um peso superestimado a este domínio, partindo da presunção de que a questão tecnológica pode ajudar a controlar um Estado vencido, e antecipar movimentos que surjam no decorrer de uma ocupação. A tecnologia acaba por tornar-se uma panaceia que seria capaz de resolver problemas estratégicos, ao ponto de que o vencedor pode crer ser apto a penetrar, desorganizar e mesmo neutralizar ou destruir redes inimigas ou insurgentes sem levar em conta a capacidade de proteger sua própria rede de informações.

Desconsiderando o fato de que a questão tecnológica, em especial nos termos da chamada “guerra cibernética” tem se tornado cada vez mais acessível a

Estados e atores não-estatais, um vencedor pode lançar um potente ataque com recursos cibernéticos, sem perceber que eles podem ser copiados, adaptados e utilizados contra próprio vencedor ou seus aliados, dado o fato de que, graças à interligação da rede mundial de computadores, ataques são fáceis de serem lançados, mas dificilmente são contidos apenas em seus alvos originais.

A facilidade de acesso a novas tecnologias, bem como o barateamento de seu custo tem permitido a diversos países lançar campanhas de desinformação por meio da rede mundial de computadores, podendo estar aliadas a ações desenvolvidas por grupos de mídia ligados ao ator que lança o ataque, sendo ele um Estado ou não. Saber utilizar tal recurso pesa tanto quanto o uso de armas convencionais, embora a sedutora aparência de um ataque cibernético, em especial quanto a não produção de perdas possa fazer com muitos políticos se decidam por usá-los em vez de formas mais convencionais de ofensiva, as reações desencadeadas podem ser extremamente danosas ao esforço do vencedor (MANDEL, 2007, p. 479-80).

Os equívocos de natureza militar já foram tratados em parte acima. A questão da “invencibilidade” e a “doença da vitória” são algumas das manifestações destes equívocos. Elas aprofundam a ideia de que é possível com sucessos táticos resolver problemas estratégicos, transformar questões políticas por mera aplicação da força, como se a superioridade militar fosse capaz de ser traduzida em outras linguagens que não a força em si. Doutrinas acabam criando problemas de natureza política, como no caso da ofensiva americana durante a primeira fase da Segunda Guerra do Golfo (2003-2011), na qual por meio da aplicação massiva do poder de fogo dos Estados Unidos contra o Iraque, naquilo que foi denominado de “choque e pavor”, destruiu praticamente toda a infraestrutura do país, e não permitiu uma negociação na qual os Estados Unidos pudessem sair do conflito como desejavam, rapidamente. Ao invés disso, as forças americanas permaneceram no Iraque realizando uma ocupação com muito desgaste, tanto pela insurgência que se estabeleceu, e cuja atuação provocou baixas humanas e perdas materiais.

A ocupação do Iraque pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, em especial as tropas do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, se elenca em outro tipo de equívoco militar: o de uma suposta flexibilidade possuída pelas forças

militares, lidando com problemas diversos, fora de sua esfera tradicional de atuação, como operações ofensivas ou de paz. Ao entender que os militares deveriam exercer o papel de atuar de maneira não coercitiva, a liderança política acaba por colocar um pesado fardo para o qual as Forças Armadas não estão aptas a lidar, e uma vez colocadas neste posto, as cobranças quanto a população da área ocupada são várias: mediação de conflitos, promoção de segurança, manutenção da ordem, aproximação com os civis e construção de uma sociedade (MANDEL, 2007, p. 482).

Os soldados acabam em posições diversas: de delegado de polícia a diplomata, tendo que resolver até mesmo como as padarias locais distribuirão o pão. Treinados para a guerra, é lógico concluir que os militares não executarão tais múltiplas tarefas com a efetividade desejada tanto pela população quanto pelo seu próprio governo.

Equívocos de ordem política são diversos. Um de natureza proeminente, é o do vencedor estabelecer uma relação casual entre seu sucesso militar e a possibilidade de mudança de regime político na sociedade vencida, desconsiderando totalmente como a política se organiza, e a influência da cultura e tradições na organização do Estado vencido. A desconfiança dos cidadãos do Estado vencido é outra componente que afeta seriamente qualquer esforço do vencedor, na tentativa de estabelecer um governo. Isso se alia ainda as grandes expectativas que surgem com o final do conflito. Progresso econômico, empregos, transformação política e estabilidade são algumas dessas expectativas, que, dependendo de como o vencedor proceda no trato com o vencido, não necessariamente serão atendidas.

Os anseios dos cidadãos do país vencido se ligam com outro equívoco político: uma vez derrotado o Estado vencido e ocupado, o vencedor acredita ser capaz de construir ou reconstruir instituições com rapidez, transferindo responsabilidades em pouco tempo, para organizações que, na maior parte dos casos, não estão aptas a atender as necessidades básicas da sociedade e criam um ambiente de frustração que pode ser muito bem aproveitado por grupos insurgentes ou a serviço de outros Estados, de maneira a desgastar o vencedor frente a comunidade internacional. Considere-se também a corrupção, presente em todas as sociedades que passam pelo choque da guerra e da reconstrução, e que se fazendo

presente no sistema político incipiente, acaba por contaminar a percepção popular a respeito do governo recém-instalado, e o deslegitima, tornando-o alvo de violência por parte de grupos insurgentes (MANDEL, 2007, p. 483-4).

Transferências aceleradas de poder e responsabilidade foram feitas pelos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, o que causou sérios problemas ao seu próprio esforço de guerra, uma vez que os estados constituídos nestes países são frágeis e incapazes de atender as necessidades da população. Tal crença contrariou experiências americanas como a ocupação da Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a transferência de poderes e responsabilidades foi feita de maneira dividida em fases, com algumas levando décadas, resultando em um país estável.

A economia também observa como os equívocos se processam. Neste campo, algo muito comum é a subestimação, por parte do vencedor, dos custos do pós-guerra. Reconstrução material e o estabelecimento das instituições envolvem muitas vezes gastos além do projetado, e ligando-se com os equívocos de ordem política, as lideranças do Estado vencedor tendem a crer que tal processo será rápido, desconsiderando que existe a necessidade para além do financeiro, em especial material e pessoal especializado. Tal pressa é também decorrente das pressões do público doméstico do vencedor, que não terá a compreensão de ver gastos públicos de monta iguais ou, até mesmo, superiores, ao do esforço de guerra em prol da reconstrução do vencido.

Neste campo, há uma percepção, muitas vezes equivocada, de que o vencedor colherá benefícios econômicos substanciais advindos da vitória. Os “espólios” prometidos podem ser um dos motivos que fez estourar o conflito, e lideranças políticas tendem a superestimá-los, ao passo que subestimam os custos da guerra e reconstrução. O acesso às riquezas prometidas pela vitória não é fácil, e na guerra contemporânea, uma ação espoliadora pode promover uma reação da comunidade internacional e os custos associados ao fim da guerra e a construção da paz podem facilmente consumir os tão desejados “espólios”, aliados a problemas no comércio internacional bem como razões internas do Estado vencido que afetem a distribuição dos recursos e sua utilização. Aqui a corrupção pode promover um real estrago, desviando recursos e mantendo a população sem acesso a necessidades básicas, o que impede a real construção de uma paz duradoura

(MANDEL, 2007, p. 486).

A ofensiva americana sobre o Iraque na Segunda Guerra do Golfo ilustra bem isto. A liderança política dos Estados Unidos acreditou que o retorno da vitória sobre aquele país promoveria ganhos econômicos sem paralelo. Entretanto o gasto de reconstrução empenhado pelos Estados Unidos já passa de bilhões de dólares, e parte dos trilhões gastos com a guerra foram perdidos nos esforços de reconstrução mediante corrupção e ineficiência.

Há equívocos também no campo social, que se manifestam de maneira grave. Um deles é o fato do vencedor crer, em especial potências ocidentais, na possibilidade de mudanças sociais que se sigam a um triunfo militar, com a adoção de novos valores sociais sobrepondo-se a valores tradicionais, o desaparecimento de ressentimentos entre grupos populacionais ou etnias que componham a população do país vencido bem como o retorno de massas de refugiados geradas pela guerra. Tal ignorância é comum em tais potências, e parte em muito das ilusões identificadas pela tese.

Isto se junta a outra ignorância típica: o desconsiderar da desorganização social quando de uma ocupação e pior, o caos social que, se o vencedor não realizar uma ocupação que leve em conta as diversas dinâmicas impostas pelo conflito, como ressentimentos entre grupos sociais, a dificuldade da sociedade vencida em lidar com a derrota, o trato com o ocupante e as dificuldades do estabelecimento de uma nova ordem social. Ações de Estados e atores não estatais podem complicar ainda mais o complexo quadro, em especial se atuando juntos contra o esforço do vencedor, de estabilizar a situação social, promovendo sério passo na direção da paz (MANDEL, 2007, p. 486-7).

Um bom exemplo disto se dá com o estudo da atuação de Israel no sul do Líbano entre 1982 e 2000, quando o país retirou suas tropas do vizinho. A atuação da Síria na promoção de um grupo insurgente local, o *Hizbullah*, ajudou a tornar ainda mais complexa a situação da sociedade libanesa e tornou a ocupação israelense insustentável pelos elevados custos políticos e econômicos envolvidos.

Por fim, os equívocos de ordem diplomática ajudam a fechar o quadro estabelecido por este capítulo. A crença de que a resolução de um conflito pode influenciar outros ou ser usada de modelo é um tipo equívoco praticado por

vencedores ao longo do período. As garantias que o vencedor pode fornecer para que o arranjo da paz possa ser mantido acaba por torná-lo incerto no cenário internacional, dada a falta de valores globais no que tange à segurança internacional. E há ainda a reação de outros Estados de que o vencedor possa estar se valendo do processo para securitizar uma determinada agenda e promover intervenções futuras em torno de um determinado tema (ALBERT; BUZAN, 2011).

Uma forma de ver isto foi a atitude dos Estados Unidos em crer que suas operações no Iraque desencorajariam Irã, Síria e Coreia de Norte de atuar de maneira a afetar interesses norte-americanos, quando na verdade, estes países aceleraram seus esforços para resistir a pressões dos Estados Unidos.

Parte dos equívocos diplomáticos também residem na ideia de que os tratados e institutos que põe fim a um conflito serão mantidos através da atuação do vencedor na arena internacional, buscando construir um consenso positivo em meio a comunidade internacional, desconsiderando a fragilidade dos governos vencidos, que podem ser substituídos por outras lideranças, que, desgostosas com a derrota, procuram fragilizar ou implodir o compromisso firmado com o vencedor, contando para isto com a insatisfação popular ou mesmo o apoio de outros Estados ou atores não-estatais que simpatizem com a população vencida por razões de ordem política, cultural, étnica ou mesmo religiosa. A própria realidade da situação internacional pode mudar drasticamente em um curto prazo de tempo, o que acaba por fazer com o próprio vencedor não se preocupe mais em afirmar ou sustentar o compromisso firmado (MANDEL, 2007, p. 488).

Tais apontamentos mostram como se dá a crise na prática da Estratégia, considerada uma hipótese para que o debate sobre o conceito de Vitória tenha primeiro que identificar as fragilidades e equívocos que causam dificuldade na articulação conceitual. No contexto atual dos conflitos, ao invés da utilização do pensamento estratégico com viés reflexivo, são preferidas fórmulas deterministas que tem a finalidade de identificar o sucesso através de métricas que não exprimem os componentes de uma vitória no nível político-estratégico (LARSEN, 2014, p. 352-4).

Estas fórmulas desconsideram as realidades históricas, as intenções das lideranças de vencedores e vencidos, aspectos econômicos, culturais e sociais,

contribuindo para as ilusões armadas que produziram insucessos e que, em vez de triunfos gloriosos, parecem-se mais a malfada e trágica expedição ateniense a Siracusa (415-413 a.C.), fornecedora de exemplo para os problemas ilustrados por este capítulo e tão cheia de paralelos com as ações das potências ocidentais no pós-Guerra Fria, que na ânsia de atingir a vitória, acabam por observá-la como mera ilusão, lidando com uma realidade de fracassos político-estratégicos.

Capítulo 6 – Pela Espada de Marte com a Sabedoria de Minerva – Para Sempre Vitória

O estudo do conceito de Vitória é algo atual, afinal, o fenômeno da guerra ainda se encontra presente em todo o globo, e os últimos anos têm observado um recrudescer dos conflitos, de maneira que reflexões sobre o que significa vencer na atualidade e as implicações disto. O distanciamento entre militares e políticos nas potências ocidentais, fora o isolamento da Academia em alguns casos são elementos que devem ser levados em consideração. A problemática envolvendo o conceito de Vitória é essencialmente produto do choque de uma série de correntes intelectuais sobre o que é a guerra e qual seu papel atual, contraposta às práticas políticas contemporâneas, que enxergam no uso da força um instrumento viável.

Logo após o triunfo espetacular da Primeira Guerra do Golfo estava em xeque novamente, de maneira inesperada, com os fracassos das potências ocidentais nas guerras irregulares do pós-Guerra Fria, especialmente os Estados Unidos. A década de intervenções humanitárias gerou resultados frustrantes, com conflitos se agudizando e a violência voltando após a retirada das tropas das potências das zonas conflagradas. Isso desembocou na crise, se refletindo no pensamento estratégico e de segurança global. Como, apesar de possuírem forças bem treinadas e equipadas, as potências ocidentais foram incapazes de obter vitórias estratégicas em conflitos recentes?

Tal pergunta motivou uma série de reflexões diversas, que vão da ideia de que a guerra teria mostrado uma nova natureza, ou experimentava uma nova geração, assim como a vitória não seria mais um fenômeno possível. O desejo pela paz e a erradicação da guerra nas sociedades ocidentais também constituem parte relevante para entender as questões em torno da guerra. Outro elemento importante é o da profissionalização das Forças Armadas, com o fim da conscrição, diminuindo a conexão destas instituições com as sociedades a que fazem parte. Soldados são empregados em diversas partes do globo hoje, sem que cidadãos de seus países saibam ou estejam interessados.

Estas são apenas algumas das razões que nos ajudam a entender parte do problema posto com a reflexão sobre o fenômeno da guerra e, por consequência,

com o conceito de Vitória. Neste capítulo, não se objetiva criar uma teoria da vitória, mas apenas promover o resgate de sua articulação com Estratégia e Política.

6.1 – O Estado Atual da Guerra: recuperando o Gládio de *Mars Gradivus*

O conceito de Vitória foi duramente abalado pelas intervenções humanitárias dos anos 1990 e a inconclusa “Guerra Global ao Terrorismo”, iniciada em 2001. A ausência de batalhas bem definidas, algo a que as Forças Armadas estavam e são preparadas para travar, e campanhas prolongadas sem um fim claro reforçam tal percepção. O alargamento da ideia do que seria guerra com a incorporação de novas ferramentas e dimensões também causam complicações, face ao conceito de Vitória. Como conceber uma vitória em um ambiente da chamada guerra cibernética é um desafio ainda sem resposta.

Isso implica em desafios para a compreensão do conceito de Vitória nos dias atuais. Para que se entenda como é possível operar um resgate deste, se torna necessário antes tratar dos debates sobre o que constituiria guerra na contemporaneidade, para daí então acessar os sentidos possíveis do triunfo nas condutas de uso da força no século XXI. Existem expressões diversas, que no entender desta pesquisa, servem mais para confundir que elucidar: guerra de quarta geração, guerra na “zona cinzenta”, “guerra liminar”, “guerra híbrida”, apenas para destacar algumas. O fetiche por demonstrar que há novidades sobre como as sociedades usam a força é de tal monta, que se considera os clássicos como superados em favor de novas realidades.

Em comum quanto a tais expressões, é que, intelectualmente, elas nada trazem de novo para a Teoria da Guerra ou para a Teoria da Estratégia, substituindo o antigo debate sobre as causas do conflito por pontos essencialmente táticos, com as produções muito mais preocupadas com questões operacionais do que as realidades estratégicas e a situação política. Proposições foram mescladas sem respeito ou embasamento em teorias ou no conhecimento da História, criando algo sem coerência que, no entanto, foi tido como o futuro da guerra (ECHEVARRIA II, 2005, p. 2).

Há uma questão nestas expressões que aparecem mais claramente em umas que outras: o fetiche tecnológico como solução para problemas estratégicos. Isto não é nem deveria estar considerado, dado o que pode ser percebido por meio do estudo da História Militar. Nem sempre um lado superior tecnologicamente será vencedor em um conflito. A tecnologia é uma ferramenta e assim deve ser entendida, ainda que se espere dela um fator de superioridade militar (DUARTE, 2012, p. 7).

O fetiche tecnológico, dessa forma, deforma a Estratégia ou mesmo a impede. Apresentado como panaceia, a tecnologia identificaria as guerras em gerações, segundo as visões das teorias das novas guerras. Não mais política, mas considerações diversas regulariam o uso da força, e o campo de batalha seria praticamente onipresente, pois, os contendores não se enfrentariam apenas com meios de força, ou seja, meios militares, mas com meios como elementos informacionais (aí se incluindo a cibernética), sociais e culturais. Tais teorias indicam que os enfrentamentos seriam constantes e permanentes, posto que os limites entre guerra e paz se encontrariam, à luz de tais teorias, completamente dissolvidos (REED, 2008, p. 685-701).

Ataques terroristas e cibernéticos são alguns dos principais impulsionadores da profusão de novas teorias da guerra. Isto não quer dizer que os agentes que os fazem têm este sentido, mas sim de identificar as consequências de tais eventos nos discursos e debates de segurança internacional. A cibernética em si, pelo potencial aparentemente ilimitado de possibilidades que oferece dado o avanço tecnológico das sociedades humanas na construção de um modo de vida em rede, com volumes de informação em quantidades massivas, com potencial destrutivo se interrompido ou capturado por atores hostis, como outros países ou grupos não estatais, como terroristas (REED, 2008, p. 706).

Grupos terroristas também chamam atenção pela potencialidade de seus ataques e a maximização de seus efeitos alimentada pelo ciclo da mídia e a utilização ofensiva das redes sociais para causar uma sensação de insegurança e forçar mudanças nas sociedades. Para as novas teorias, o terrorismo é um fenômeno capaz de alterar Estados, enfraquecê-los ou até mesmo destruí-los, pois sua atuação não se daria somente por meios táticos, com terroristas fazendo

atentados e enfrentando forças policiais e militares, mas conseguindo causar danos à economia e aos valores de uma nação (REED, 2008, p. 709-12).

Tal tipo de análise, superestimando efeitos, é típica das teorias novas da guerra. Escritas a partir de um ponto de vista essencialmente dominado por questões táticas, e em alguns casos, operacionais. Alguns analistas como William Lind (LIND et al, 1989), Thomas Hammes (2004) e Ralph Peters (2005), tratam isto como um “pós-modernismo militar”, onde os Estados estão em franca decadência, e agentes não-estatais podem ditar os rumos da política global. Com o declínio dos Estados, também as Forças Armadas, como instituições organizadas e preparadas para a guerra, não escapariam deste processo de decadência, sendo confrontadas por grupos não estatais em pé de igualdade. As regras da guerra, para estas teorias novas, mudaram, e militares profissionais e Estados não conseguiram se adaptar a elas, e para estes serem bem-sucedidos, precisariam se adaptar a novas condutas, típicas de forças irregulares (REED, 2008, p. 713-4).

As proposições das novas teorias da guerra não se detêm no aspecto da tecnologia, do terrorismo e forças irregulares. São elencados elementos no espectro dos conflitos que seriam novidades, comuns a contemporaneidade, como insurgências e combates sem linhas definidas, pois o inimigo não estaria caracterizado como tal, assim como novas formas de combate mais complexas. O recurso à História Militar derruba tais ideias, como por exemplo, a condução de uma batalha por meio das armas combinadas. Embora os defensores das novas teorias, destacando-se aqui os trabalhos de Martin Van Creveld (1991), John Keegan (1997) e Mary Kaldor (1999), acreditem que isto surgiu nas guerras mundiais, é possível traçar sua origem com os exércitos de Gustavo Adolfo, rei sueco do século XVII. Combates em cidades, com as tropas tendo que lidar com diferentes grupos e problemas simultaneamente, são observados já em campanhas da República Romana, na Antiguidade (EVANS, 2005, p. 244).

O erro fundamental das novas teorias da guerra é pressupor que o contexto da segurança global mudou sem, no entanto, perceber que ela absorveu novas ideias e recursos para o uso da força e a imposição da vontade sobre um inimigo. Ao dispor dos paradigmas de Vestefália e de Clausewitz, na ânsia de apresentar um mundo novo onde tudo estaria mudado, os defensores destas teorias acabam

perdendo de vista o panorama real, caracterizado por uma composição na qual estão presentes agentes não estatais bem como Estados com seus meios de força à disposição, caracterizando um novo espectro dos conflitos, no qual, diversas formas de combater estão presentes. A intervenção americana no Afeganistão em 2001, testemunhou o uso de munições de precisão lançadas por aviões, orientadas por operadores de Forças Especiais, algo típico de uma guerra moderna, junto a uma forma pré-moderna, pois estes mesmos operadores combatiam montados a cavalo, ao lado da tradicional cavalaria afegã (EVANS, 2005, p. 245)

O grande número de expressões utilizadas tende a crescer no futuro próximo, posto que, dado o fetichismo daquilo que pode ser chamado de “diletantismo militar” presentes nos trabalhos de Lind, Schmitt e Wilson (1994), Duffield (2001), Hammes (2004), nada além de produto do desconhecimento da História Militar, do recurso à generalização, confundindo problemas táticos e operacionais com estratégicos que produzem análises imperfeitas. Interpretações lineares da História não serão capazes de melhorar o entendimento do fenômeno da Guerra nos dias atuais, e não existe uma única forma de lidar com os desafios impostos pelos conflitos contemporâneos (EVANS, 2005, p. 247).

Uma análise sobre o fenômeno da Guerra na atualidade deve levar em conta suas manifestações diversas, das pré-modernas às modernas, interestatal e intraestatal, irregular e convencional. Elas podem ocorrer de forma concorrente, o que mostra a complexidade que envolve o fenômeno, sendo que isto é importante demais para deixar que classificações baseadas em um caso ou outro, como é comum no caso das novas teorias da guerra, que se baseiam em apenas um conflito e partem daí para generalizações. Deve ser lembrado aqui o alerta de Clausewitz, que comparou a guerra a um camaleão, que se adapta suas características a cada caso (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

6.2 – *Minerva Victrix*: resgatando a Estratégia no Século XXI

As novas teorias da guerra, tratadas acima, por causa da predominância do tático e operacional em suas considerações, deixam de lado a Estratégia, algo que deve ser levado em conta para que um conflito tenha real possibilidade de vitória por

parte de seus contendores. Como as novas teorias percebem o fenômeno bélico como uma fotografia, tendem a deixar de lado os debates estratégicos e políticos, e levam a outro erro: não perceber a natureza adaptativa da guerra, e suas dinâmicas, resultantes de ações e reações, derivadas de meios em prol de objetivos, que podem mudar conforme a evolução do conflito (ZILINICK, 2019, p. 49).

O entendimento do fenômeno da Guerra como algo complexo, dinâmico e essencialmente interativo, onde o inimigo tem um ponto, reage e age, ajuda a entender e recuperar o papel da Estratégia no século XXI. O ato de força não é algo unilateral, e assim, a guerra espera uma interação de forças em combate nas quais ações inúmeras serão acompanhadas de reações, tudo em torno da busca pela imposição da vontade de um ator sobre outro. Essa dinâmica é que dará forma à guerra, e assim, a enxergando em sua totalidade, escapa-se da armadilha da categorização que se revela nociva. Expressões como “guerra híbrida” ou “guerra política” só servem para descrever as ações de um lado, portanto, impedindo a observação do panorama completo do conflito, que, para Clausewitz, é sempre moldado por todos os atores nele envolvidos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76-7).

Uma característica comum nos altos escalões de nações ocidentais no pós-Guerra Fria é a desconsideração da Estratégia. Para isso contribuiu o afastamento do campo da educação profissional militar, que foi muito influenciada por leituras ligadas à Administração e Finanças, colocando a Estratégia de lado, como uma relíquia da bipolaridade, mudando até o linguajar no qual os oficiais se expressavam. Ações se tornaram “produtos”, o governo e a sociedade, “clientes”, objetivos, “metas”. Os líderes políticos em sua maioria, tem uma experiência muito menor com as Forças Armadas do que as gerações anteriores, o que impede de ver as armadilhas de privilegiar outras disciplinas e não a Estratégia, sendo um dos motivos que ajudam a entender o estado de coisas atual que caracteriza o uso da força por parte das nações ocidentais, com evidente desconjunção da Estratégia com os objetivos operacionais (KELLEY; JOHNSON-FREESE, 2014, p. 125-7).

A ausência da Estratégia nos processos decisórios também estimula aquilo que já chamado acima de “diletantismo militar”, o fetiche por novas classificações e tipologias que revelariam mudanças no fenômeno da guerra, e portanto, em como ela será empreendida. Abstrações deste tipo só dificultam o entendimento do

fenômeno da Guerra, que já carrega em si grande carga de complexidade. Não se nega aqui que formas irregulares de combate podem vencer combates contra forças convencionais, porém, isto não quer dizer que constituam um tipo separado de guerra (SMITH, 2005, p. 51).

Para que se opere um resgate da Estratégia no tocante aos conflitos do pós-Guerra Fria, é preciso deixar de lado qualquer tentativa de classificar a guerra em tipos separados e sem relação entre si. A ideia de espectro é mais adequada para que se entenda o que é Guerra e sua unidade. Todas as guerras são únicas quanto ao seu tempo e local onde ocorreram, com origens e direções distintas, que só podem ser entendidos quando se percebe o fenômeno da Guerra como um grande espectro. Ao se aplicar expressões apregoadas pelas novas teorias da guerra, o risco de uma confusão categórica é grande, e impede que se veja a única categoria significativa que importa, que é a própria Guerra (SMITH, 2005, p. 52).

A articulação de força militar com objetivo político, algo comum à Estratégia, também é um ponto a ser abordado em si tratando do debate sobre Vitória. É preciso superar a ideia, prevalente nas nações ocidentais, de empregar forças militares sem uma visão possível de triunfo no conflito. Sem uma percepção de final possível, a efetividade das tropas em combate tende a diminuir e o conflito torna-se prolongado, com a potência combativa das forças sendo diluída ao longo do tempo por questões de adaptação do inimigo. Sem uma possibilidade de vencer, aqueles que carregam o peso da luta passam a ter dúvidas sobre a validade de seus sacrifícios, e isto se reflete nas populações, que diminuem seu apoio a continuidade da guerra. O prospecto da perda militar traz consigo sempre a possibilidade da derrota política, e por isso, para quem luta, a Vitória sempre importará (STOKER, 2019, p. 176).

Uma forma de recuperar a Estratégia nos tempos atuais é perceber o laço existente entre a Estratégia e a Política. Tais campos não são separados e sua influência na condução de uma guerra é decisiva. Assim, se evita uma tendência comum no pós-Guerra Fria, de uma fissura aberta entre militares e políticos, que se abre por razões diversas. Uma é o desconhecimento das práticas e realidades que envolvem o combate por parte dos políticos. Outra é o desejo militar por autonomia, refugiando-se em conduzir a guerra no nível operacional, sendo incapazes de

perceber, em muitas vezes, que o insucesso se encontra na ausência do nível estratégico nesta condução (CAMPBELL, 2019, p. 277).

A busca desta autonomia se dá por causa de um equívoco presente na tradição do pensamento em Segurança Internacional e Defesa: a de que a Política e a Guerra são dimensões diferentes e estanques. Embora este tipo do pensamento possa ser percebido desde o século XVIII, dentro do Iluminismo militar, ele foi combatido especialmente por Clausewitz, que entendia a Guerra como integrada à Política e seu domínio. As demandas por autonomia militar também são caracterizadas por outros elementos, como debates orçamentários, a tensão entre as burocracias civil e militar e a cultura das Forças Armadas (CAMPBELL, 2019, p. 279).

Embora Clausewitz sinalize que a Guerra é parte da Política, os clamores por autonomia militar permanecem até os dias atuais. O General Colin Powell, Chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos entre 1989 e 1993, serve como exemplo. Embora sua “Doutrina Powell” fosse bastante valorizada, ela carregava em si um forte desejo de autonomia militar. Para ele, uma vez definido o objetivo da guerra por parte dos políticos americanos, estes deveriam deixar a guerra nas mãos dos militares que a conduziriam com meios avassaladores, em uma escalada rápida e decisiva, que derrotaria o inimigo e salvaria vidas no longo prazo, terminando a guerra ligeiramente (CAMPBELL, 2019, p. 283).

A ideia de que exista uma possibilidade de bifurcação na guerra entre uma esfera política e uma esfera militar é falaciosa, uma vez que não existe tal divisão no relacionamento dialético entre violência e política. O recurso a esta divisão muitas vezes gera concepções errôneas de Estratégia por parte de militares e políticos. Os primeiros acabam por confundi-la com a condução das operações e buscam a destruição do inimigo, assumindo que criará resultados políticos claros. No segundo caso, políticos confundem objetivos estratégicos com objetivos políticos de curto prazo, acreditando que os militares podem produzir os efeitos desejados, acreditando que o uso da força moverá o inimigo em sua direção (BETTS, 2000, p. 7).

A Guerra e a Estratégia no século XXI não escapam de alerta de Clausewitz, de que o estadista e o comandante devem ter ciência de que em qual guerra estão

embarcando, para que não a tomem pelo que ela não é (CLAUSEWITZ, 1984, p. 212). O equilíbrio entre imperativos militares e políticos da guerra é um dos testes de discernimento pelo qual um estrategista passa, ele mesmo preso a um complexo panorama político no qual cada ação deve ser bem pensada e executada, sob o risco de um erro forçar a galvanização do inimigo. O julgamento político, principal fio condutor do estrategista e do líder político, deve levar em conta os riscos envolvidos numa decisão pelo ato de força, para si e aqueles impostos ao inimigo, que tenham repercussões no esforço de guerra, o que mostra que a Estratégia é essencialmente uma atividade política e deve assim ser considerada (STONE, 2019, p. 18-9).

O objetivo político é imperativo ao se escolher um curso de uso da força, o primeiro elemento de uma estratégia bem concebida para uma guerra, sendo atingível, que ofereça uma visão do pós-guerra e como se chegará a ele. Segundo, uma avaliação racional deve ser feita, na qual constem os pontos fracos e fortes do atacante, e um estudo acurado do inimigo, que trate de suas intenções, capacidades e situação, assim como efeitos sobre outros agentes e as restrições que se impõem diante da presença destes no cenário da guerra. Terceiro, a relação entre fins e meios deve ser clara, como as formas buscadas para o atingimento dos objetivos e a mobilização de recursos e meios para que se atinjam os fins desejados (STOKER, 2019, p. 122-3).

Quarto, os formuladores da política devem ter clareza de que o instrumento da força militar nem é sempre o meio correto a ser usado e nem a única para a consecução de um objetivo. Quinto, a força deve ser compreendida e usada de forma a que se atinja o objetivo político. Sexto, o planejamento operacional e estratégico deve considerar os elementos acima, construindo um caminho para a vitória e para a paz, com a obtenção do objetivo político, e um plano que conduza o fim das hostilidades e as negociações para a situação pós-conflito (STOKER, 2019, p. 123).

É importante ter em mente que o funcionamento da Estratégia é um processo de adaptação constante a circunstâncias que mudam em um mundo caracterizado por acaso, incerteza e ambiguidade e assim, nem ela, nem a Política podem ser dadas como construções fixadas. Em vez disso, devem ser caracterizadas como eventos em movimento, trabalho em progresso, pois o bom funcionamento da

Estratégia prevê flexibilidade para reagir a situações que aparecem e mudar o curso para atingir a direção ideal. Não há paradoxo nisto e na demonstração clara das intenções, que são importantes para aqueles que combatem e para o inimigo (GRAY, 2016, p. 64).

Sendo um instrumento da Política, a Guerra nunca deve estar alheia a ela, e por isso uma boa articulação da Estratégia é importante. É preciso deixar a ilusão de que o enfrentamento não guarda relação com a Política e com a busca por Poder. A violência é usada e tem fim político, sendo, sem este, desprovida de sentido, e como se ela é dinâmica, enxergar a Estratégia como um processo promove adequação necessária para que se corrijam rumos e se controle a escalada da luta, embora seja algo complexo e difícil de ser feito, deve sê-lo, para impedir que ela se torne autônoma e force a guerra a um extremo absoluto (CLAUSEWITZ, 1984, p. 88).

O chamado a racionalidade na condução da Guerra, não é só um alerta de Clausewitz para limitação desta, mas também uma exortação do pertencimento à Política. O controle da violência, além de reduzir a chance de uma escalada rumo a violência absoluta, também tem a finalidade de determinar os custos e sacrifícios demandados na busca do objetivo político da guerra, em magnitude e duração no tempo. Se o esforço exceder o valor deste, deve-se renunciar ao objetivo político e buscar a paz. O alerta também é válido pois, sendo os líderes políticos que fixam o objetivo político, cabe a eles fornecerem também os meios adequados para a consecução do planejado (WALDMAN, 2010, p. 3).

A condução da Guerra de acordo com os princípios da Estratégia não é algo inacessível no século XXI, tal como a Vitória. Entretanto, para que se trate da possibilidade de que o conceito de Vitória ainda seja real nos tempos atuais, é preciso entender as circunstâncias que envolvem a problemática em torno do uso da força nas nações ocidentais nos tempos atuais, tratadas em capítulos anteriores, e da confusão em torno do que seria a Guerra e da prática da Estratégia. Desta maneira, de forma breve, se tratou aqui de como é possível que o diálogo entre as duas possa demonstrar as vias abertas para a permanência da Vitória. Mesmo que ela possa de certa maneira, parecer indesejada por alguns, ainda existe e está presente no paradigma estratégico contemporâneo.

6.3 – *Victoria Aeterna*: O conceito de Vitória e seu lugar na Teoria da Guerra e da Estratégia

Vitória importa, por ser o caminho para a paz. Vitória importa, por ser um ato político, desde sua origem. Vitória importa, por seu custo. Entretanto, a derrota sempre custa mais. Vitória é o ponto que define a guerra, não só por abrir o espaço para que esta se encerre, e com isto todos os suplícios que o conflito traz as sociedades, como a destruição e as perdas humanas. Conceitos vazios como “lutar para não perder” a nada levam, pois para cada derrotado, há um vencedor, e exceto a lógica da guerra nuclear, não há nexos em se travar uma guerra para evitar ser derrotado. Por isto, é preciso entender, a despeito de receios que pensadores e militares nas nações ocidentais possuam, a importância do conceito de Vitória (STOKER, 2019, p. 178-9).

Vitória é algo integral para o entendimento do fenômeno da Guerra. O conceito de Vitória é carregado no seu sentido estratégico, mas cabe aqui observar sua relação tensa com a Teoria da Guerra Justa. Vitória não é essencialmente, a busca pela justiça, entretanto, ela pode permitir que esta seja feita. A complicação deriva do fato que estrategistas planejam e concebem a guerra com imperativos políticos, que nem sempre estão ligados à ética e a império da lei. Isto piora se for levado em conta que acadêmicos e militares que produziram reflexões sobre o conceito de Vitória normalmente, não são ligados às teses da Guerra Justa, e assim, utilizam expressões como “custo-benefício”, “métricas de eficiência”, “pontuação”, “consecução de objetivos”, apenas para exemplificar algumas (O’DRISCOLL, 2020, p. 55-6).

A dificuldade para os teóricos da Guerra Justa aparece quando se chocam com estas tipologias do conceito da Vitória, que estabelecem níveis diversos, como táticos, operacionais, estratégicos e “grandes estratégicos”, pois sinalizam que o sucesso no conflito é derivado mais de uma contestação de força e poder do que um conteúdo moral significativo para a tradição ocidental. Isto não é algo da era contemporânea: Christian Wolff (1679-1754), Emer de Vattel (1714-1767) e Immanuel Kant (1724-1804) já indicavam isto em suas obras, que a vitória militar

não indicava quem era o mais justo e correto, apenas o mais prudente e forte, aquele que triunfava materialmente (NEFF, 2005, p. 66-7).

Entretanto, ao se observar a tradição da Guerra Justa, é possível perceber sim, que existe uma relação sua entre o conceito de Vitória, desde os romanos. Na República Romana e depois no Império, havia um extenso processo anterior a guerra, de maneira que se estabelecesse a culpa dos inimigos, resistentes a lei romana. Há outros exemplos como a tradição da Guerra Justa na Idade Média, fortemente imbuída de caráter cristão, especialmente após as Cruzadas, que foram em parte motivadas por esta visão religiosa. Na Era Moderna, a justiça era percebida como uma das funções da guerra, algo que permanece no inconsciente coletivo até os dias atuais (O'DRISCOLL, 2020, p. 70).

Mas isto deve ser considerado com cuidado, pois, ao se considerar a guerra com um empreendimento justo, a possibilidade de escalada sobe, uma vez que os lados se perceberem como atores em busca de justiça, uma luta entre heróis e vilões, tende a um perigoso idealismo, um no qual o prisma da luta se caracteriza por branco e preto, onde a demonização do inimigo, no qual a crença ingênua de que os “mocinhos” sempre vencem, por estarem do lado certo. Tais associações devem ser sempre feitas com muito cuidado, e o recurso à História é o que ajuda a impedir de se cair nesta armadilha (O'DRISCOLL, 2020, p. 70).

O fetiche da batalha decisiva, o Ideal Napoleônico é outro entrave para a reconciliação entre a Teoria da Guerra Justa e o conceito de Vitória. Sua natureza sedutora para políticos e militares, por vender a promessa de uma guerra rápida, e portanto, barata, é um dos fatores que mantém o mito ainda presente. Isto tem levado os teóricos da Guerra Justa a cometerem uma falta grave: considerar o conceito de Vitória como uma relíquia do passado, algo moribundo no presente e desta forma, sem função aparente. Aqui há um problema apontado, que é o “discurso da guerra” contraposto à “realidade da guerra”, sendo o primeiro dominante entre os teóricos da Guerra para que descartem a ideia do triunfo estratégico sem grandes considerações, por lhe confundirem com a busca pela batalha decisiva (O'DRISCOLL, 2020, p. 111-3).

Entretanto, mesmo para a Teoria da Guerra Justa, o conceito de Vitória é indispensável. Uma vitória muda tudo, especialmente em conflitos no mundo em

desenvolvimento, detém massacres, interrompe o ciclo de violência, encerra o fratricídio das guerras civis. Pondo fim a destruição, a vitória exerce uma oportunidade de construir um novo rumo para um povo que passou pelos sacrifícios da guerra, muitas vezes realizados além de suas capacidades, consumidos em um processo interminável de ação, reação e contrarreação (PATTERSON, 2017, p. 117).

O estabelecimento de um novo *status quo* é algo que somente uma vitória pode produzir, melhor do que o anterior, com as instabilidades que o caracterizavam. Agostinho deixa claro que o objetivo a ser perseguido é sempre uma melhor paz. Desta forma, líderes e comandantes na condução de uma guerra justa podem assumir sim, uma conduta moral com limitações éticas na luta, sinalizando uma busca pela boa paz. Isto só virá com um triunfo sobre um adversário, pois um impasse militar nem uma derrota são capazes de produzir isto. Dilemas de segurança e paradoxos passados podem ser resolvidos por vitórias, mesmo que de maneira imperfeita (PATTERSON, 2017, p. 118).

O triunfo é uma forma de investir no futuro, pois indica como se constituirá uma nova ordem política a partir do fim das hostilidades, dirigindo sociedades e nações no caminho da justiça e da conciliação. Por isto, vencer e como foi obtida a vitória são elementos decisivos na construção da paz na ordem do pós-guerra, que pode ser custosa, mas é algo que vencedores devem investir, para promover a construção da nova ordem, baseada em fundamentos justos. Uma conclusão clara da guerra provê tais oportunidades. Porém cabe lembrar que regimes opressivos como o Terceiro Reich em 1939 e a União Soviética em 1945 podem se valer das vitórias para construir ordens que lhes beneficiem (PATTERSON, 2017, p. 118).

A vitória pode garantir o triunfo contra o que há de pior no mundo. Embora isto pareça a exortação de um ideal, basta lembrar o peso do mal exposto com a derrota nazista na Segunda Guerra Mundial. Os Aliados buscaram conduzir a guerra da maneira mais justa que lhes era possível, punindo seus soldados que cometessem atos injustificados no esforço de guerra. Embora o mundo não seja em muitas formas o melhor dos lugares, uma vitória pode ajudar a melhorar o panorama, quando o inimigo é composto de torturadores, agressores, espoliadores, estupradores e escravizadores. Vencer tais tipos permite a reafirmação de valores e

a afirmação de direitos humanos e do império da lei, temas caros à tradição e a Teoria da Guerra Justa (PATTERSON, 2017, P. 118-9).

Não uma forma exata ou um tipo ideal de Vitória em relação a Guerra Justa. Ela pode ter formas diversas, como uma ofensiva que incapacite um adversário, uma postura de defesa fabiana combinada a execução de um combate decisivo no momento oportuno, à moda de como os romanos bateram Aníbal na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.) ou ainda uma luta prolongada. É óbvio dizer que, apesar dos argumentos avançados acima, ainda é difícil para os teóricos da Guerra Justa conciliar a teoria com o conceito de Vitória por serem impactados profundamente com as mudanças que aumentaram o poder destrutivo nos campos de batalha. Mas a Teoria da Guerra Justa traz em si uma contribuição fundamental para a reflexão do conceito de Vitória: o foco na limitação da guerra, com os imperativos éticos na condução das operações e na proporcionalidade que deve ser observada para levar a um triunfo (PATTERSON, 2017, p. 119).

A Guerra Justa não é um tipo aparte de Guerra, e isto é algo a ser confrontado justamente por causa do conceito de Vitória. Ela ainda é um ato de força destinado a imposição da vontade de um sobre outro, mesmo que sob o prisma da justiça e da correição. Percebendo isto, pode-se observar o fenômeno da Guerra na sua manifestação caracterizada de Guerra Justa como algo intrínseco ao seu reino, embora com limitações não observadas mediante outras tradições (O'DRISCOLL, 2020, p. 148-9).

A linguagem da Guerra Justa deve ser observada com restrição. Pois ao se considerar que a luta está sendo feita observando-se princípios de justiça, a tentação do excesso sempre estará presente, uma vez que o outro lado é considerado aquele que rompeu as leis, que esposa o barbarismo, que promove atos contra a Humanidade. Há uma lógica trágica nisto, pois essa linguagem convida a um exercício de húbris, a desmedida tanto temida pelos gregos antigos. Assim, ao se refletir, deve-se perceber o elemento trágico presente na Teoria da Guerra Justa, não para desmerecê-la, mas, porque, apesar do nome, as brutais experiências da guerra ainda estão apresentadas (O'DRISCOLL, 2020, p. 150-1).

Se por um lado o conceito de Vitória pode ser reconciliado com a Teoria da Guerra Justa, por outro, deve reencontrar o seu lugar na Teoria da Guerra e da

Estratégia e na prática destas, parte da crise vivenciada pelo conceito nos dias atuais. O papel do conceito de Vitória não é de ser um fetiche que produza interpretações equivocadas a respeito do fenômeno da Guerra, como vários que foram observados ao longo dos capítulos, mas algo exequível, relacionada a complexa natureza da Guerra e seu exercício no século XXI.

A chave para começar a romper este impasse, forçado sobre o conceito de Vitória é iniciada por tentar perceber a natureza do conceito de Vitória. As percepções sobre o que significa vencer mudam ao longo do tempo, e não necessariamente em uma evolução positiva, mas a medida que o fenômeno da Guerra passa a ser percebido com algo para além do domínio militar, ou seja, do combate e do uso da força física, isso tende também a tornar mais complexas as ideias sobre Vitória, trazendo novos fardos impostos à Política.

O componente físico do conceito de Vitória está ligado ao domínio militar, ou seja, aos meios de força disponíveis ao agente para impor sua vontade ante a outro. No domínio físico, a principal ideia que anima todo o esforço é da destruição ou do enfraquecimento do inimigo, pois sem isso, não há como se impor ante a este, e sem capacidade de resistência, cabendo apenas aceitar o resultado da guerra, por não poder contestá-la por meio das armas. Isto só pode ser obtido por meio do ato de força, com a ameaça ou a efetiva destruição forçada ao inimigo, de forma que perceba que, enquanto não se sujeitar, uma destruição ainda pior pode lhe ser imposta (CLAUSEWITZ, 1984, p. 76-7).

O descrito acima, se encaixa em diversas definições de vitória militar, obtida nos campos de batalha. Entretanto, ela não é uma condição para a obtenção da Vitória como conceito estratégico. É possível mesmo obter uma vitória estratégica ao custo de várias derrotas táticas. Embora paradoxal como afirmação desta possa parecer, basta o recurso a observação da conduta dos norte-vietnamitas nos campos de batalha contra as forças dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1961-1975) ou a ação dos russos na campanha de 1812 contra Napoleão, derrotas táticas que expuseram as forças do seu inimigo um desgaste enorme logístico, moral e físico. Cada soldado americano morto exposto na televisão e cada soldado francês tombado na estrada para Moscou, trazia o enfraquecimento para o esforço de guerra daquelas nações, cobrando um preço que em um momento se tornou impagável.

Algo que complica o entendimento do conceito de Vitória nos tempos atuais, é o anseio, por parte de acadêmicos e militares das nações ocidentais em estabelecer uma “Teoria da Vitória”. Em tempos de uso de força sem a obtenção de trunfos estratégicos, tentativas várias são feitas em busca de se obter tipologias que definam o que é Vitória, e como se apresenta, divididas em categorias. O problema deste tipo de abordagem é que ela pretende generalizar o particular – cada guerra tem suas circunstâncias e causas, com fatores diversos influenciando nas percepções do que significa “vencer” (KUPIECKI, 2014, p. 12).

Pode-se buscar entender o conceito de Vitória pelas lentes da Teoria da Guerra e da Estratégia, considerando como a Política se fez presente na produção de um triunfo na guerra. Mas isto só pode ser feito se for considerado desde o início da análise sobre o conflito, pois, a implantação de tais lentes somente para analisar os eventos como fotografias não servem para o entendimento do uso da força, algo complexo – aqui se encontram boa parte das falhas analíticas apresentadas pelas novas teorias da guerra e seu insucesso em tentar substituir os clássicos da Estratégia.

Obviamente que também não se deve entender os clássicos como textos teológicos de inspiração divina, uma vez que não o são, e a Estratégia tende a ser uma prática profana e pouco edificante, uma vez que, como parte da Política, trata de disputas nas quais agentes em conflito tentam se sobrepor um ante ao outro. O duelo em larga escala, metáfora usada por Clausewitz para descrever o que a Guerra é, é sobretudo uma refrega em busca de Poder. Poder para sujeitar outro, poder para implementar seus planos, poder para melhorar sua posição.

O conceito de Vitória pode ser entendido pelos efeitos que gera, mas também por sua arquitetura, que se baseia não somente em resultados, mas, em elementos que podem ter sido os causadores do uso da força e da iniciação da guerra. Paradoxal como isto possa parecer, o estabelecimento de metas, objetivos nunca devem ser perdidos de vista, pois eles devem ser vistos como métricas de algo difícil de ser mensurado, o sucesso na guerra. De fato, os objetivos políticos ajudam a compreender melhor o fenômeno da Guerra na manifestação particular a ser analisada no caso.

O objeto político, o objeto da Guerra, indica parcialmente as condições de vitória buscadas pelos contendores. Para alguns se trata de conquista, para outros, meramente de resistir e sobreviver. O valor deste objeto é definidor dos esforços que um ator demandará para obtê-lo, e serve como medida para perceber também o esforço daquele que se defende. O objetivo político explica como a luta se modifica e como os atores agem e reagem na contenda. Quanto maior, mais a luta será renhida e exigida (CLAUSEWITZ, 1984, p. 81).

A medida da situação gerada pelo pós-conflito também pode ser vista através do objeto político não somente do vencedor, mas também do derrotado. Uma resolução bem-feita com o encerramento das hostilidades pode conduzir a uma paz duradoura, enquanto uma malfeita, carrega grande possibilidade do inimigo vencido retornar às armas em um determinado tempo para questionar a derrota anterior e por meio da força reverter a situação. O caso da Alemanha ilustra bem tais possibilidades: ao fim da Primeira Guerra Mundial, o Segundo *Reich* sucumbiu ante a derrota e o desinteresse dos Aliados em fortalecer a República de Weimar, tendo ao invés disso, de enfraquecê-la pela execução de medidas punitivas e termos ditados, abriu espaço para o surgimento de um regime totalitário que buscou pelas armas redefinir a situação estratégica, só sendo detido com um esforço dos Aliados ainda maior, na Segunda Guerra Mundial, que levou a uma ocupação da Alemanha, com a reeducação de seus cidadãos, o estabelecimento de instituições democráticas, fortalecendo o Estado alemão.

Na genealogia a que se fez do conceito de Vitória, percebe-se também sua mudança. Hoje é impensável um triunfo com características de humilhação, algo que era parte do ritual cívico dos romanos. Otto von Bismarck, chanceler da Prússia considerava que a paz deveria ser feita de maneira moderada e ligeira. Em 1866, contra a Áustria-Hungria, os prussianos estavam em uma posição de força tão completa que poderiam ditar os termos que bem desejassem. Entretanto, o chanceler se limitou a ditar termos humilhantes, buscando apenas aquilo que considerava necessário politicamente (STOKER, 2019, p. 218).

O mesmo Chanceler de Ferro teve uma prática completamente diferente com a França em 1871. A pesada indenização exigida e a anexação da Alsácia e Lorena, inclusive de terras tradicionalmente francesas. Feita para fechar acessos dos

franceses ao sul da Alemanha, a anexação causou grande comoção e ressentimento. Bismarck não havia calculado o peso dos sentimentos nacionalistas dos franceses, criando um grande desejo de vingança contra a Alemanha, mudando toda a preparação da Terceira República Francesa para a guerra. A humilhação de 1870 seria vingada em 1918.

A derrota em um conflito também pode produzir lições perigosas para agentes que pretendem usar a força. O fracasso em uma guerra não necessariamente quer dizer que um agente é completamente incompetente, e pode ter sido batido por razões diversas, como uma coalizão de oponentes superiores em número, ou ainda deficiências técnicas, logísticas e financeiras em sustentar um esforço de guerra. Mas isto não pode ser tomado como prova de que não possui capacidade para lutar em outro momento. Saddam Hussein acreditava que os Estados Unidos, que lideravam a coalizão na Primeira Guerra do Golfo, não lutariam em solo por temer o surgimento de um novo Vietnã, e direcionou esforços de propaganda neste sentido. Ignorou o fato de que os americanos tinham absorvido as lições do conflito, e desenvolvido novas doutrinas e tecnologias, junto a um processo político claro, capaz de entregar uma vitória (STOKER, 2019, p. 220).

Os generais do Segundo *Reich*, acreditavam que poderiam bater a França em questão de semanas, replicando o sucesso de Moltke em 1870. Porém a tentação de estabelecer receitas ou teoremas para a Vitória é grande, e pode levar um estrategista a se perder, como o Estado-Maior Geral alemão se perdeu antes de 1914 e nos primeiros momentos da guerra. A obsessão com um planejamento detalhado, que seria executado como estava no papel, sem se importar com questões logísticas e a flexibilidade para improvisação, quando o inimigo não se comportar conforme esperado, sem contar a resiliência da Terceira República Francesa, muito mais forte que o Segundo Império, e melhor organizada para resistir a agressão, com uma mobilização eficiente e grande malha ferroviária, permitiu o rápido transporte das tropas para deter o assalto alemão em 1914 (GRAY, 2002, p. 23-4).

O papel da tecnologia deve ser esclarecido quanto à sua relação com o conceito de Vitória. Ela não pode ser considerada uma panaceia, que resolverá todos os problemas e encerrará os males. Mesmo porque o uso da força por parte

de um ator, iniciando uma guerra não se dá por razões tecnológicas, mas pela possibilidade de aumentar seu poder, e promover uma redistribuição de poder que lhe seja benéfica politicamente. O fetiche tecnológico está presente dentro do debate político sobre o uso das Forças Armadas, e persiste a ideia de que o lado que possui tecnologia superior vencerá, embora não se ache dados suficientes que corroborem tal afirmação. Tecnologia é uma das dimensões de força militar, mas nem por isso deve ser considerada a mais relevante (GRAY, 2002, p. 25).

O excessivo foco dado a questão tecnológica como provedora de soluções a dilemas estratégicos, algo falacioso, é recorrente nos dias atuais, e chega a influenciar o modo de guerrear das potências ocidentais, que procuram combinar o emprego de pequenas unidades de Forças Especiais, apoiadas por avião, combinando isto com meios de alta tecnologia, como sistemas aéreos remotamente pilotados e artilhados, capazes de despejar poder de fogo sobre alvos designados e realizar missões de observação e reconhecimento de longa duração. Porém este emprego não pode ser percebido como universal, uma vez que o inimigo não possui meios aéreos, nem meios antiaéreos suficientes para criar uma ameaça real aos aviões e sistemas das potências ocidentais, sendo isto a prática corrente nos conflitos no Afeganistão, no Sahel, no Iraque e na Síria, onde forças americanas, britânicas, francesas, alemãs, dentre outras, enfrentam grupos insurgentes e terroristas.

Embora o avanço tecnológico deva ser considerado no aumento de capacidades militares, ele traz em si problemas diversos, criando vulnerabilidades que prejudicam o emprego das Forças Armadas. Um exército dependente da tecnologia pode mascarar um sério problema de adaptação aos conflitos nos quais se envolva. O componente tecnológico provê soluções técnicas e não estratégicas, que podem ser neutralizadas por elementos diversos, como considerações políticas ou geográficas. O próprio desenvolvimento tecnológico não pressupõe um monopólio de inovação, e a medida de sua popularização, a tecnologia deixa de prestar uma vantagem a aquele que a possui, uma vez que ela se universaliza. A assimetria empregada por um rival pode reduzir sensivelmente o valor de um arsenal altamente tecnológico (GRAY, 2002, p. 27).

A forma como se pensa o fenômeno da Guerra é decisiva para o entendimento e funcionamento do conceito de Vitória. Isto ajuda a superar a crise identificada pela pesquisa, e criar uma nova relação com este fenômeno, que a despeito das esperanças de muitos, não mostra sinais de que irá se afastar da Humanidade em curto ou médio prazo. Portanto, cabe perceber os elementos de tração da Guerra, em especial o objeto político, pois, é ele quem indica o tamanho dos esforços necessários para que seja obtido. Sem isto, as intervenções das potências ocidentais continuarão a ser exercícios onde o uso da força, a despeito das capacidades dos seus militares, se torna vazio, pois as guerras acabam se prolongando, sem um fim à vista (STOKER, 2019, p. 226).

Pensar sobre guerra também envolve evitar cair em expressões diversas, novas expressões que não resistem a um exame analítico e teórico profundo, de maneira que se entenda o fenômeno da Guerra nas sociedades ocidentais como um espectro e não apenas como uma condição única para descrever eventos nos quais um busca impor sua vontade sobre outro, com o uso da violência. Categorizar nada adianta e impede de ver o real ponto do que sobre a Guerra é: uma disputa por Poder, por forma de meios de força, visando uma melhor posição política.

Embora no debate estratégico atual no Ocidente existam expressões sedutoras como a ideia de “guerra híbrida”, o mero recurso à História já mostra que, em se considerando como conceito válido, a articulação de diversos meios militares e não militares por parte de um ator, normalmente um Estado, em prol de um objetivo político, contra outro ator, não se trata de novidade na história da Guerra. Os romanos, como República e como Império, já empregavam meios diversos de seu Estado (aqui conformado como Estado antigo e não moderno, para que se evite um anacronismo) em prol de seus objetivos estratégicos, combinando poder econômico, cultural e militar para conquistar povos ou pacificar suas fronteiras (LEE, 1993, p. 66-78).

O pensamento sobre a Guerra compreende também uma reflexão sobre a Estratégia. Ao lidar com o conceito de Vitória, é preciso entender a manifestação deste estrategicamente, e como ele faz parte de algo maior, que é uma busca por Poder, e assim, não é isolado, tal como a Guerra, que também não o é e nem deve sê-lo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 78).

O uso da ideia de Vitória por parte de políticos para vender a ideia de intervenções deve ser tratado com os princípios da Estratégia: o que se quer, como se buscará isto e o quanto isto demandará de um Estado ou ator não-estatal. Sem isto, a decisão pelo uso da força tende a ser malfeita e produz prejuízos, posto que, quando se trata de uma guerra, o bem maior de uma nação, as vidas de seus cidadãos, estão postas em jogo. Saber o que se quer ajuda a torná-los melhores soldados, uma vez que entendem as razões da luta e a sociedade que os apoia e que pode cobrar melhorias, num debate responsável sobre o papel do uso da força (MARTEL, 2011a, p. 395).

Clausewitz (1984, p. 80) alerta que o resultado de uma guerra, em termos estratégicos, nunca é final, com o adversário usando a paz para se recuperar e preparar uma nova ofensiva onde contestará o resultado anterior. O desafio do conceito de Vitória não é algo estranho aos tempos contemporâneos. Ainda existe, ainda é real, e possível de ser alcançada. A vitória militar abre caminhos, mas caberá aos líderes militares e civis a construção de uma Vitória por meio da compreensão de seus elementos interconectados, buscando o estabelecimento de um pós-guerra com estabilidade e justiça. Por meio da superação das falácias presentes no discurso estratégico moderno, Estados e atores não-estatais podem criar condições para antigos inimigos deixem de sê-lo e exista paz com segurança. Assim, e somente assim, pode a Vitória existir e ser produtiva.

Conclusão – Vitória Primeiro, Vitória Última, Vitória Sempre

Vitória permanece uma poderosa ideia no imaginário popular e político. Por mais que intelectuais digam que se vive uma era sem vitórias, seu apelo ainda atrai muitos. O fenômeno da Guerra faz parte disto, deixando uma marca indelével nos homens que passaram pelos campos de batalha e testemunharam os altos preços que luta a impõe a todos. Um instrumento da Política, sem dúvida, mas um cujo uso é complexo e muitas vezes trazendo resultados não-satisfatórios.

Vencer pode custar caro, mas ser derrotado traz um custo ainda maior. A derrota impõe custos de indenização e mudanças políticas, posto que regimes derrotados raramente sobrevivem a perda no campo de batalha. A devastação, a destruição e ocupação militar fora a humilhação e o afloramento de radicalismos são alguns dos efeitos reservados àqueles que experimentam a derrota.

As duras realidades das guerras entre 1815 e 1945 marcaram gerações nas potências ocidentais, dando espaço para um sentimento antiguerra nelas. Legítimo como possa ser, cresceu durante a Guerra Fria e deu lugar a uma busca por um mundo sem guerras. Para estes, não há a possibilidade de uma vitória no sentido estratégico, porque ela estaria desaparecida, sem chance de retorno, sem ligação com a Guerra no século XXI.

Entretanto, ao mesmo tempo em que cada vez menos o interesse dos jovens está no conflito, enquanto as guerras continuarem a serem travadas, existirão as condições que permitem a existência de uma vitória no sentido estratégico. Ainda que seja mais difícil de alcançar que a vitória meramente militar, o conceito de Vitória, no seu senso estratégico, permanecerá um objetivo a ser alcançado, posto que são elas que produzem alterações na situação de poder global. Crises internacionais podem continuar se vitórias militares não forem acompanhadas de triunfos estratégicos, e ainda é melhor lidar com os resultados de uma guerra que se encerrou com a vitória de um lado do que uma que terminou em um impasse.

O desafio para a compreensão do conceito de Vitória se dá também na percepção que as sociedades têm deste. Ou seja, da habilidade de líderes políticos e militares em mostrar como o uso da força foi bem-sucedido, e como fizeram decisões que permitiram conseguir o resultado desejado. Conduzir um processo

deste com transparência, de maneira a que o público esteja informado sobre o andamento de uma ação é imperioso para que a opinião pública sustente o esforço de guerra, além de evitar as consequências de interpretações diversas por parte da população, divergentes e com de efeitos imprevisíveis.

Vitória é um conceito poderoso, com força sugestiva e absoluta e por isto mesmo, seu uso deve ser marcado pela precaução, ainda mais em tempos de diletantismo militar e populismo político. A sua substituição por métricas outras, como índices de desempenho, marcas de sucesso e *slogans* como “degradar e destruir”, “missão cumprida” e “vencendo sempre” mostra que, apesar da tentativa em substituir a palavra, fica clara a busca de seu significado. Quando políticos ou generais falam em “sucesso”, querem ser entendidos não como gestores bem-sucedidos, mas sim, como vencedores.

Isto leva a outro ponto, sobre as percepções de vitória, que devem ser consideradas por políticos e militares, como algo carregado de subjetividade. O conceito de Vitória não é de valor neutro, e é inseparável das forças políticas e ideológicas presentes nas sociedades. O chamamento a que um debate público seja feito, envolvendo políticos, militares, acadêmicos, dentre outros, deve ter a finalidade de que se chegue a uma discussão sistemática, marcada pela busca na precisão do que a Vitória significa. Isto também implica em elevar os custos das decisões em torno do uso da força, tornando-as mais racionais e dotadas de reflexão crítica, algo em falta nas potências ocidentais em tempos atuais.

Há que se considerar também que o conceito de Vitória é carregado por três dimensões importantes: a normativa, a temporal e a política. A normativa, se entende como aquela onde se procura denominar o que a Vitória é para um agente, sendo ele um Estado ou um outro tipo de ator, ou ainda, uma sociedade. Isto implica também em perceber como estes agentes articularão o seu uso da força em busca de vencer, baseados em normas e influenciados por questões culturais, morais e políticas, aptos a lidar com as consequências do sucesso em uma guerra e a cadeia de eventos que se desenrola a partir daí.

Uma dimensão temporal da Vitória também é importante porque evoca não só um tema comum Antiguidade, o da delimitação da guerra no tempo, marcando o fim das hostilidades e inaugurando um novo tempo. O rito do Triunfo, como grande

cerimônia de celebração de uma vitória romana sobre o estrangeiro e sua sujeição, com possível acomodação dentro da República ou do Império, era uma forma de marcar temporalmente a Vitória como evento. Celebrações, mesmo que ritualizadas, como a Parada da Vitória soviética de 1945 tinham essa função: a Vitória também como um marco temporal, servindo para mostrar a diferença dos tempos de paz e de guerra. Algo comum aos antigos, e extremamente problemático nos dias atuais, onde operações militares são feitas por países que estão, supostamente, em paz, enquanto outros se envolvem em um tipo de conflito que beira a irracionalidade, ao se declarar guerra a uma forma de combater ou causa, o que só pode levar a guerra que dure para sempre.

A delimitação temporal também atende a usos políticos do tempo, onde uma derrota pode ser transformada em uma espécie de vitória, normalmente uma vitória moral, onde o derrotado se vale do evento de perda como uma função de afirmação da identidade de um grupo ou sociedade. Este processo só é detido com claras afirmações da parte de quem venceu, e assim, pode haver ainda uma forma de lidar com isto. Exemplos são diversos, como os sérvios celebrando anualmente a derrota da nobreza sérvia para os otomanos na Batalha de Kosovo, em 1389, com as celebrações servindo claramente como elemento de coesão naquele povo. Diferente disto, turcos, australianos e neozelandeses celebram as batalhas de Galipoli, ocorridas na Primeira Guerra Mundial, como datas para seus povos. Para os turcos, a vitória marca o início de uma longa campanha de busca de independência, e para os australianos e neozelandeses, o início de uma consciência nacional, com uma identidade diferente da britânica.

A dimensão política do conceito de Vitória é relevante uma vez que ele faz parte do circuito da Estratégia e da Guerra, portanto, ocupado com a questão do Poder. E isto impõe um grande desafio em tempos atuais, uma vez que a imposição de vontade sobre um inimigo nas guerras contemporâneas resulta menos em espólios e mais encargos, a maneira da influência da Teoria da Guerra Justa no pensamento político internacional. Responsabilidades estão impostas a um vencedor estratégico, e não podem ser negadas, sob o alerta de Clausewitz, de que nenhum resultado na guerra é final, porém, a oferta de uma construção da paz onde o vencido não é tido como alguém a ser espoliado mas como um parceiro do

vencedor, pode inspirar a uma nova ordem política em que ambos consigam obter ganhos.

Sob a ótica da Guerra Justa, a Vitória não é impossibilidade. Ela é, em verdade, aquela que pode trazer a justiça desejada, punindo o agente que gerou o caos e a insegurança no sistema internacional. Por mais que se trate da futilidade da Guerra na vida humana, ainda assim ela permanecerá existindo, enquanto ferramenta política visando Poder. Existirão inimigos a serem derrotados, pois sua mera existência, como o Terceiro *Reich*, implica na ameaça a vida de muitos, quando não do extermínio. Para estes inimigos, boas intenções não serão suficientes para que sejam detidos, sendo o recurso à força necessário para derrotá-lo e fazer justiça.

Por mais que se acredite que a Vitória é um objetivo inalcançável na guerra contemporânea, ela não é, e não só deve ser almejada como tornada possível, para que o conflito tenha fim. A incapacidade de dois atores em se impor um sobre o outro pode levar a mais sofrimento do que se a luta for encerrada com o triunfo de um sobre outro. Ou ainda, terminando com uma intervenção de um outro agente, que pode ser um Estado ou um organismo multinacional, se for em caráter humanitário, posto que, deve possuir a capacidade de encerrar o conflito, para que não se prolongue o sofrimento de populações envolvidas e o ciclo de destruição seja encerrado.

O conceito de Vitória é central para a prática e a Teoria da Guerra e da Estratégia, de maneira que pensar a luta sem levá-lo em conta revela uma frágil análise e viés daquele que o faz. Quando agentes decidem pelo uso da força, o fazem por considerar serem capazes de impor sua vontade sobre o outro, mesmo que, meramente com a ameaça imposta pelas armas. Tê-las não significa um sucesso automático, pois, o agressor pode muito bem ser derrotado pelo agredido, baseado que tenha feito a opção pela guerra sem ter um real entendimento dos meios de força do inimigo, e que podem ser mais fortes que os seus.

Sendo central para a prática da Guerra, o conceito de Vitória tem influência cardinal, uma vez que ele deve ser o foco dos esforços daquele que luta para triunfar e impor sua vontade sobre outro. Deve ser claro para que o caminho até ele

esteja facilmente identificável, de forma a que o esforço dispendido no uso da força não seja em vão e perdido.

Em tempos de retorno da política das grandes potências, onde novamente os rumores de guerra são destaques na imprensa internacional, vale mais uma vez lembrar o alerta do velho general prussiano, ainda relevante em tempos atuais, de que, ao entrar em uma guerra, se deve ter clareza sobre o que se quer, e como aquilo será buscado. Fora disto não há viabilidade para a guerra, apenas o exercício da violência, caótico e imprevisível. Entender a Vitória como um fim é em essência defender-se da real natureza da Guerra, que é servir a si mesma.

Referências

ALBERT, M.; BUZAN, B. **Securitization, sectors and functional differentiation**. *Security Dialogue*. v. 42, n. 4-5, p. 413-425. 2011.

ANTUNES, P. B. **Hinos Órficos: Edição, estudo e comentários filológicos**. 2018. 578 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARMITAGE, D. What's the Big Idea? Intellectual History and the Longue Durée. **History of European Ideas**, v. 38, n. 4, p. 493-507. 2012.

ARMITAGE, D. História intelectual e a longa duração: a Guerra Civil em perspectiva. **Revista de História das Ideias**, v. 34, n. 2, p. 9-33. 2016.

ARMITAGE, D. **Civil Wars – A History in Ideas**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2017.

ARMITAGE, D.; GUILDI, J. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

AZÉMA, J. A Guerra. In: REMOND, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

BARROS, J. A. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209. 2007.

BARTHOLOMEES, J. B. Theory of Victory. **Parameters**. v. 38, n. 2, p. 25-36. 2008.

BEARD, M. **The Roman Triumph**. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

BETTS, R. K. Is Strategy and Illusion? **International Security**. v. 25, n. 2, p. 5-50. 2000.

BEVIR, M. **The Logic of the History of Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BEVIR, M. What is Genealogy? **The Journal of Philosophy of History**. v. 2, p. 263–275. 2008.

BIDDLE, S. **Military Power – Explaining Victory and Defeat in Modern Battle**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BLACK, J. **Rethinking Military History**. Oxford: Routledge, 2004.

BLACK, J. **Plotting Power: Strategy in the Eighteenth Century**. Bloomington: Indiana University Press, 2017.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen Varriale e João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 954-962.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen Varriale e João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOND, B. **The Pursuit of Victory: From Napoleon to Saddam Hussein**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BOWEN, D. The Political-Military Relationship on Operations. In: BAILEY, J.; IRON, R.; STRACHAN, H. (eds.). **British Generals in Blair's Wars**. Farnham: Ashgate, 2013.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. Tradução de Jacó Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BREGMAN, A. **Israel's Wars: a History since 1947**. 4ª Edição. Nova Iorque: Routledge, 2016.

BRODIE, B. **Strategy in the Missile Age**. Princeton: Princeton University Press, 1959.

BROOKS, R.; STANLEY, E. A. **Creating Military Power – The Sources of Military Effectiveness**. Stanford: Stanford University Press, 2007.

BRUNSTETTER, D. R., O'DRISCOLL, C. (eds.) **Just War Thinkers: from Cicero to the 21st century**. Nova Iorque: Routledge, 2018.

CAMPBELL, P. Military autonomy: its origins, limits, and the politico#military dialectic of war. **Defence Studies**. v. 19, n. 3, p. 277-296. 2019.

CARIGNAN, J. Victory as a Strategic Objective: An Ambiguous and Counter-Productive Concept for the High Command. **Canadian Military Journal**. v. 17, n. 2, p. 5-14. 2017.

CLAUSEWITZ, C. V. **On War**. 2ª Edição. Tradução para o inglês de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CHICKERING, R; FÖRSTER, S. (eds.). **Great War, Total war: Combat and Mobilization on the Western Front, 1914—1918**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2000.

CHICKERING, R.; FÖRSTER, S.; GREINER, B. (eds.). **A World at Total War: Global Conflict and the Politics of Destruction, 1937–1945**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2005.

CORVISIER, A. **A Guerra: Ensaios Históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

- CREVELD, M. V. **The Transformation of War**. Nova Iorque: Free Press, 1991.
- CROWELL, L. M. The illusion of the decisive Napoleonic victory. **Defense Analysis**. v. 4, n. 4, p. 329-346. 1988.
- DE LANDMETER, E. What constitutes victory in modern war? **Militaire Spectator**. v. 187, n. 3, p. 137-149. 2018
- DENAT, C. Nietzsche, pensador da história? Do problema do “sentido histórico” à exigência genealógica. **Cadernos Nietzsche**, v. 24, p. 7-42. 2008.
- DROGULA, F. K. **Commanders & Command in the Roman Republic and Early Empire**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.
- DUARTE, E. E. **Conduta da Guerra na Era Digital e suas implicações para o Brasil: Uma Análise de Conceitos, Políticas e Práticas de Defesa**. Texto para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012.
- DUFFIELD, M. **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security**. London: Zed Books, 2001.
- DUFORT, P. The Influence of Changing Understanding of Power over Strategy: A Genealogical Essay. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 15, n. 19, p. 29-81. 2017.
- DUYVESTYEN, I.; ANGSTROM, J. (eds.) **Rethinking The Nature of War**. Nova Iorque: Frank Cass, 2005.
- ECHEVARRIA II, A. Clausewitz: Toward a Theory of Applied Strategy. **Defence Analysis**. v. 11, n. 3, p. 229-240. 1995.
- ECHEVARRIA II, A. **After Clausewitz: German Military Thinkers Before the Great War**. Lawrence: University of Kansas, 2000.

ECHEVARRIA II, A. **Fourth-Generation War and Other Myths**. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College Publications Office, 2005.

ECHEVARRIA II, A. **Clausewitz and Contemporary War**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

ESDAILLE, C. De-Constructing the French Wars: Napoleon as Anti-Strategist. **Journal of Strategic Studies**. v. 31, n. 4, p. 515-552. 2008.

EVANS, M. Elegant irrelevance revisited: A critique of fourth-generation warfare, *Contemporary Security Policy*. v. 26, n. 2, p. 242-249. 2005.

FEARS, J. R. The Theology of Victory at Rome: Approaches and Problems. **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**. v. 17, n. 2, p. 736-826. 1981.

FREEDMAN, L. **Strategy – A History**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.

FREEDMAN, L. The Meaning of Strategy: Part I – The Origin Story. **Texas National Security Review**. v. 1, n. 1, p. 90-105. 2017.

FREEDMAN, L. The Meaning of Strategy: Part II – The Objectives. **Texas National Security Review**. v. 1, n. 2, p. 34-57. 2018.

FÖRSTER, J. From “Blitzkrieg” to “Total War”: Germany’s War in Europe. In: CHICKERING, R.; FÖRSTER, S.; GREINER, B. (eds.). **A World at Total War: global conflict and the politics of destruction, 1937–1945**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2005.

FÖRSTER, S.; GESSLER, M. The Ultimate Horror: Reflections on Total War and Genocide. In: CHICKERING, R.; FÖRSTER, S.; GREINER, B. (eds.). **A World at Total War: global conflict and the politics of destruction, 1937–1945**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2005.

GADDIS, J. L. **On Grand Strategy**. Nova Iorque: Penguin Press, 2018.

GARARD, O. A.; FRIEDMAN, B. A. Clausewitzian Alchemy and the Modern Character of War. **Orbis**. v. 63, n. 3, p. 362-375. 2019.

GAT, A. **The Origins of Military Thought – From the Enlightenment to Clausewitz**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1991.

GENTRY, J. A. **How Wars Are Won and Lost, Vulnerability and Military Power**. Santa Barbara: Praeger Security International, 2012.

GEUSS, R. Nietzsche and Genealogy. **European Journal of Philosophy**, v. 2, n. 3, p. 274-292. 1994.

GRAUER, R; HOROWITZ, M. C. What Determines Military Victory – Testing the Modern System. **Security Studies**. v. 21, p. 83-112. 2012.

GRAY, C. S. **Defining and Achieving Decisive Victory**. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College Publications Office, 2002a.

GRAY, C. S. **Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and Other Evidence of History**. Londres: Frank Cass, 2002b.

GRAY, C. S. **Strategy and History – Essays on Theory and Practice**. Nova Iorque: Routledge: 2006.

GRAY, C. S. **Fighting Talk: Forty Maxims on War, Peace, and Strategy**. Washington: Potomac Books, 2009.

GRAY, C. S. **The Strategy Bridge – Theory for Practice**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GRAY, C. S. **War, Peace and International Relations: An Introduction to Strategic History**. 2ª Edição. Nova Iorque: Routledge, 2012.

GRAY, C. S. **Perspectives on Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GRAY, C. S. **Strategy and Defence Planning – Meeting the Challenge of Uncertainty**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GRAY, C. S. **Strategy and Politics**. Routledge: Nova Iorque, 2016.

GREENHALGH, E. **Foch in command: the forging of a First World War general**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HAMMES, T. X. **The Sling and the Stone: On War in the 21st Century**. Saint Paul: Zenith Press, 2004.

HANDEL, M. **Masters of War – Classical Strategic Thought**. 3ª Edição. Londres: Frank Cass, 2001.

HERBERG-ROTHER, A. **Clausewitz's Puzzle – The Political Theory of War**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HERBERG-ROTHER, A. Clausewitz's "Wondrous Trinity" as a Coordinate System of War and Violent Conflict. In: **International Journal of Conflict and Violence**. v. 3, n. 2, p. 204-219. 2009.

HERBERG-ROTHER, A. Thinking with and beyond Clausewitz's Concept of Theory. **Militaire Spectator**. v. 184, n. 4, p. 160-172. 2015.

HERBERG-ROTHER, A.; STRACHAN, H. **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEUSER, B. Victory in a Nuclear War? A Comparison of NATO and WTO War Aims and Strategies. **Contemporary European History**. v. 7, n. 3, pp 311-327. 1998.

HEUSER, B. Clausewitz's Ideas of Strategy and Victory. In: HERBERG-ROTHER, A.; STRACHAN, H. **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HEUSER, B. **The Evolution of Strategy – Thinking War from Antiquity to the Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010a.

HEUSER, B. **The Strategy Makers – Thoughts on War and Society from Machiavelli to Clausewitz**. Santa Barbara: Praeger Security International, 2010b.

HILL, C. **Grand Strategies: Literature, Statecraft and World Order**. Londres: Yale University Press, 2010.

HOM, A. R., O'DRISCOLL, C.; MILLS, K. (eds.) **Moral Victories: the Ethics of Winning Wars**. Oxford University Press: Oxford: Nova Iorque. 2017.

HOWARD, M. **The Invention of Peace and the Reinvention of War**. Londres: Profile Books, 2002.

HOWARD, M. Military Power and International Order. **International Affairs**, v. 85, n. 1, p. 145-155, 2009.

HUGHES, D. **Moltke on the Art of War: Selected Writings**. Nova Iorque: Presidio Press, 1993.

HULL, I. V. **Absolute destruction: military culture and the practices of war in Imperial Germany**. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

INBAR, E.; SHAMIR, E. 'Mowing the Grass': Israel's Strategy for Protracted Intractable Conflict. **Journal of Strategic Studies**. v. 37, n. 1, p. 65-90. 2014.

ITAPARICA, A. L. M. Nietzsche e o sentido histórico. **Cadernos Nietzsche**, v. 19, p. 79-100. 2005.

JOHNSON, D. D. P.; TIERNEY, D. Essence of Victory – Winning and Losing International Crises. **Security Studies**. v. 13, n. 2, p. 350-381. 2003.

JOHNSON, D. D. P.; TIERNEY, D. **Failing to Win – Perceptions of Victory and Defeat in International Politics**. Londres: Harvard University Press, 2006.

JOHNSON, J. T. In: BRUNSTETTER, D. R.; O'DRISCOLL, C. (eds.) **Just War Thinkers: from Cicero to the 21st century**. Nova Iorque: Routledge, 2018.

KALDOR, M. **New & Old Wars: Organised Violence in a Global Era**. Cambridge: Polity Press, 1999.

KARCHER, T. M. **Understanding the “Victory Disease,” from the Little Bighorn, to Mogadishu, to the Future.** Trabalho de Conclusão de Curso. Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies, United States Army Command and General Staff College, 2003.

KEEGAN, J. **Uma História da Guerra.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

KELLEY, K. P.; JOHNSON-FREESE, J. Getting to the Goal in Professional Military Education. **Orbis.** v. 58, n. 1, p. 119-131. 2014.

KISZELY, J. The political-military dynamic in the conduct of strategy. **Journal of Strategic Studies.** v. 42, n. 2, p. 235-258. 2019.

KNOX, M. Mass politics and nationalism as military revolution: The French Revolution and after. In: KNOX, M.; MURRAY, W. **The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

KNOX, M.; MURRAY, W. **The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** São Paulo: Contraponto, 2006.

KUPIECKI, R. The meaning of military victory. In search of a new analytical framework. **Security and Defence Quarterly. Kupiecki.** v. 3, n. 2, p. 7–28. 2014.

LARSDOTTER, K. Military strategy in the 21st century. **Journal of Strategic Studies.** v. 42, n. 2, p. 155-170. 2019.

LARSEN, K. K. **Substitute for Victory – Performance Measurements in Vietnam, the Gulf War, and Afghanistan.** 2014. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência

Política). Departamento de Ciência Política, Universidade de Copenhague, 2014.

LASWELL, H. **Politics: Who Gets What, When, How?** Nova Iorque: Whittlesey, 1936.

LAYTON, P. 2018. **Using a Clausewitzian Dictum to Rethink Achieving Victory**. Disponível em: <https://thestrategybridge.org/the-bridge/2018/5/15/using-a-clausewitzian-dictum-to-rethink-achieving-victory>. Acesso em 15 de maio de 2018.

LEE, A. D. **Information and frontiers: Roman foreign relations in Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LEWIS, J. D. **Nothing Less than Victory – Decisive Wars and the Lessons of History**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

LIND, W. et al. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**. p. 22-26. 1989.

LIND, W.; SCHMITT, J. F.; WILSON, G. I. Fourth Generation Warfare: Another Look. **Marine Corps Gazette**. v. 78, n. 12, p. 34–37. 1994.

LISSNER, R. F. What is Grand Strategy? Sweeping a Conceptual Minefield. **Texas National Security Review**. v. 2, n. 1, p. 53-73. 2019.

LONSDALE, D. J. **The Nature of War in the Information Age – Clausewitzian Future**. Nova Iorque: Frank Cass, 2004.

LOO, B. F. W. **Decisive Battle, Victory and the Revolution in Military Affairs**. The Journal of Strategic Studies. v. 32, n. 2, p. 189-211. 2009.

LUTTWAK, E. On the Meaning of Victory. **The Washington Quarterly**. v. 5, n. 4, p. 17-24. 1982.

MANDEL, R. **The Meaning of Military Victory**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2006.

MANDEL, R. Reassessing Victory in Warfare. **Armed Forces & Society**. v. 33, n. 4, p. 461-495. 2007.

MARSHALL, D. L. Intellectual History, Inferentialism, and the Weimar Origins of Political Theory. **Journal of the Philosophy of History**, v. 11 n. 2, p. 170-195. 2017.

MARTEL, W. **Victory in War – Foundations of Modern Military Policy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

MARTEL, W. Formulating Victory and Implications for Policy. **Orbis**. v. 52, n. 4, p. 613-626. 2008.

MARTEL, W. **Victory in War – Foundations of Modern Military Policy**. Revised and Expanded Edition. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011a.

MARTEL, W. Victory in scholarship on strategy and war. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 24, n. 3, p. 513-536. 2011b.

MCCORMICK, M. **Eternal Victory – Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MCINNES, C. Spectator sport warfare. **Contemporary Security Policy**. v. 20, n. 3, p. 142-165. 1999.

MCCMAHON, D. M. The Return of the History of Ideas? In: MCCMAHON, D. M.; MOYN, S. **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MCMMASTER, H. R. On War: Lessons to be Learned. **Survival: Global Politics and Strategy**. v. 50, n. 1, p. 19-30. 2008a.

MCMMASTER, H. R. Learning from Contemporary Conflicts to Prepare for Future War. **Orbis**. v. 52, n. 4, p. 564-584. 2008b.

MCMMASTER, H. R. **The Human Element – When Gadgetry Becomes Strategy.** *World Affairs Journal*. Edição de Inverno, p. 31-43. 2009.

MEISELS, T. **Contemporary Just War – Theory and Practice.** Nova Iorque: Routledge, 2018.

MILEVSKI, L. **The Evolution of Grand Strategic Thought.** Oxford: Oxford University Press, 2016.

MILEVSKI, L. **Grand Strategy Is Attrition: The Logic Of Integrating Various Forms Of Power In Conflict.** Carlisle: Strategic Studies Institute, U. S. Army War College Press, 2019.

MIRANDA, L.; CHABAL, E. Big data, small concepts: history as an approach to longue-durée history. **Global Intellectual History**, p. 1-14. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23801883.2019.1592871>. Acesso em 05 de Agosto de 2019.

NEFF, S. C. **War and The Law of Nations – A General History.** Nova Iorque: Cambridge University Press. 2005.

NEHAMAS, A. **Nietzsche, Life as Literature.** Londres: Harvard University Press, 1985.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral – Uma Polêmica.** Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOLAN, C. **The Allure of Battle: A History of How Wars Have Been Won and Lost.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

O'DRISCOLL, C. Nobody wins the victory taboo in just war theory. **Journal of Strategic Studies**, p. 1-19. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2019.1588118>. Acesso em 10 de Setembro de 2019.

O'DRISCOLL, C. **Victory – The Triumph and Tragedy of Just War**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

ORLIN, E. M. **Foreign cults in Rome: creating a Roman Empire**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

ÖSTENBERG, I. **Staging the World – Spoils, Captives, and Representations in the Roman Triumphal Procession**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

OVERY, R. Allied Bombing and the Destruction of German Cities. In: CHICKERING, R.; FÖRSTER, S.; GREINER, B. (eds.). **A World at Total War: global conflict and the politics of destruction, 1937–1945**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2005.

PANKAKOSKI, T. Containment and intensification in political war: Carl Schmitt and the Clausewitzian heritage. **History of European Ideas**. v. 43, n. 6, p. 649-673. 2017.

PATTERSON, E. Victory and the Ending of Conflicts. In: HOM, A. R., O'DRISCOLL, C.; MILLS, K. (eds.) **Moral Victories: the Ethics of Winning Wars**. Oxford University Press: Oxford: Nova Iorque. 2017.

PETERS, R. **New Glory: Expanding America's Global Supremacy**. Nova Iorque: Sentinel, Penguin Group, 2005.

POSEN, B. **The Sources of Military Doctrine – France, Britain, And Germany Between The World Wars**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

RAMALHO, T. R. O campo disciplinar da história das ideias: procedimentos e métodos de investigação. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 11-32, 2017.

REED, D. J. Beyond the War on Terror: Into the Fifth Generation of War and Conflict. **Studies in Conflict & Terrorism**. v. 31, p. 684–722. 2008.

SAAR, M. Understanding Genealogy: History, Power, and the Self. **The Journal of Philosophy of History**. v. 2, p. 295-314. 2008.

SAX, B. C. Foucault, Nietzsche, History: Two Modes of the Genealogical Method. **History of European Ideas**, v. 11, p. 769-781. 1989.

SCHADLOW, N. **War And The Art Of Governance: Consolidating Combat Success Into Political Victory**. Washington: Georgetown University Press, 2017.

SCHUURMAN, B. **Clausewitz and the “New Wars” Scholars**. Parameters, v. 40, n. 1. Carlisle: US Army War College. 2010.

SHURKIN, M. **France’s War in Mali – Lessons for an Expeditionary Army**. Santa Monica: RAND Corporation, 2014.

SILVA, R. História Intelectual e Teoria Política. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318. 2009.

SKINNER, Q. **Visions of Politics – Volume 1: Regarding Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SMITH, M. L. R. Strategy in an age of ‘low-intensity’ warfare: why Clausewitz is still more relevant than his critics. In: DUYVESTYEN, I.; ANGSTROM, J. (eds.) **Rethinking The Nature of War**. Nova Iorque: Frank Cass, 2005.

STEWART, G. Marcus Tullius Cicero (106 BCE–43 BCE). In: BRUNSTETTER, D. R.; O’DRISCOLL, C. (eds.) **Just War Thinkers: from Cicero to the 21st century**. Nova Iorque: Routledge, 2018.

STOKER, D. **Why America Loses Wars: Limited War and US Strategy from the Korean War to the Present**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2019.

STONE, J. So many butterflies: Isaiah Berlin and the challenge of strategy. **Journal of Strategic Studies**. p. 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2019.1612376>. Acesso em 10 de Julho de 2020.

STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen Varriale e João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 933-943.

STRACHAN, H. From Cabinet War to Total War: The Perspective of Military Doctrine, 1861-1918. In: CHICKERING, R; FÖRSTER, S. (eds.) **Great War, total war: combat and mobilization on the Western Front, 1914—1918**. Nova Iorque: The German Historical Institute and Cambridge University Press, 2000.

STRACHAN, H. **The First World War, Volume I: To Arms**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

STRACHAN, H. The Lost Meaning of Strategy. **Survival: Global Politics and Strategy**. v. 47, n. 3, p. 33-54. 2005.

STRACHAN, H. Strategy in theory; strategy in practice. **Journal of Strategic Studies**. v. 42, n. 2, p. 171-190. 2019.

TAYLOR, P. M. **Munitions of the Mind – A history of propaganda from the ancient world to the present era**. 3ª Edição. Manchester: Manchester University Press, 2003.

THESINGER, W. **The Life of My Choice**. Londres: Collins, 1987.

UCKO, D. H.; MARKS T. A. Violence in context: Mapping the strategies and operational art of irregular warfare. **Contemporary Security Policy**. v. 39, n. 2, p. 206-233. 2018.

WALDMAN, T. Politics and War: Clausewitz's Paradoxical Equation. **Parameters**. v. 40, n. 3. p. 48-60. 2010.

WATTERSON, C. J. Nuclear weapons and limited war: A return to the nuclear battlefield?, **Comparative Strategy**. v. 39, n. 1, p. 18-28. 2020.

WAVRO, G. **The Franco-Prussian War – The German Conquest of France in 1870-1871**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

ZILINCIK, S. Setting the Categorical Hydra Ablaze: Applying Clausewitz to the Fallacies of War Categorisation. **Defense & Strategy / Obrana a strategie**. v. 19, n. 1, p. 39-53. 2019.